

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

Aila Fernanda dos Santos

MULHERES, PROIBICIONISMO E RESISTÊNCIAS: lutas pela reprodução social
da vida em meio a guerra às drogas no Brasil e na Colômbia

Doutorado em Serviço Social

São Paulo
2024

Aila Fernanda dos Santos

MULHERES, PROIBICIONISMO E RESISTÊNCIAS: lutas pela reprodução social
da vida em meio a guerra às drogas no Brasil e na Colômbia

Tese apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Serviço Social, sob a orientação da prof^a.Dr.^a Maria Carmelita Yazbek.

São Paulo
2024

Sistemas de Bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -
Ficha Catalográfica com dados fornecidos pelo autor

dos Santos, Aila Fernanda
MULHERES, PROIBICIONISMO E RESISTÊNCIAS: lutas pela
reprodução social da vida em meio a guerra às drogas no
Brasil e na Colômbia. / Aila Fernanda dos Santos. -- São
Paulo: [s.n.], 2024.
313p. il. ; 15 cm.

Orientador: Maria Carmelita Yazbek.
Tese (Doutorado)-- Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social.

1. Reprodução Social. 2. Guerra às drogas. 3. Resistências.
4. América Latina. I. Yazbek, Maria Carmelita. II.
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de
Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. III. Título.

CDD

Banca Examinadora

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Processo Número: 88887.498388/2020-00

This study was financed in part by the Coordination of Superior Level Staff Improvement (CAPES) – 88887.498388/2020-00

Este trabalho foi aprovado pela Plataforma Brasil com Certificado de Apresentação de Apreciação Ética nº58067922.9.0000.5512 e parecer n ° 5.501.946

Soy parte de quienes luchan
Por seguir pariendo la libertad y la justicia
De quienes conservan la esperanza por un mejor vivir
De aquellas mujeres que usan el amor maternal
Para cuidar su territorio como espacio de vida
De quienes alzan la voz
Para parar la destrucción de los ríos
De los bosques
Y los páramos
De aquellos que sueñan
En que, un día, los seres humanos
Vamos a cambiar el modelo económico de muerte
Para darnos paso
A construir un modelo económico que garantice la vida
(...) Colombia vive
Ahora inyectada en mí
(Rupatrupa, 2022).¹



¹ Esta música chamada *La Colombia*, do álbum *La Utopía en que Vivimos*, da banda Rupatrupa, reproduz uma parte do discurso da atual vice-presidente colombiana Francia Marquez, no evento do Prêmio Goldman, em 2018.

**DEDICO A TODAS AS DEFENSORAS,
ATIVISTAS E MILITANTES AMEAÇADAS
DE MORTE; ÀQUELAS QUE LUTAM DIA
APÓS DIA POR SUA SOBREVIVÊNCIA**

AGRADECIMENTOS

Ergui esta tese, tecendo-a em rede, pois só no encontro dos fios do coletivo nasceu o possível, o real e o vivo.

Com gratidão profunda, escrevo estas palavras como quem traçou as últimas linhas de um caminho longo, mas compartilhado. Este doutorado, embora leve meu nome como autora e me conceda um título, é obra de muitas mãos, corações e mentes que, ao longo do tempo, caminharam comigo.

Agradeço às minhas orientadoras: a oficial, Maria Carmelita Yazbek, que sempre com muita generosidade e sabedoria me levantava, nos momentos de crise, com suas palavras animadoras sobre meu texto; as minhas co-orientadoras extraoficiais, Izabel Solyszko que me abriu as portas da *Universidad Externado de Colombia*, obrigada pelas horas nos cafés de Bogotá para conversar sobre essa tese, e Carola Arregui, professora da PUC-SP que se tornou uma amiga e acompanhou cada etapa desse processo, me guiando metodologicamente e me ensinando a brincar pesquisando. Obrigada por me lembrar que a pesquisa precisa ser um processo prazeroso.

E minhas orientadoras afetivas, minhas amigas que me apoiaram lendo, sugerindo, corrigindo e orientando com carinho ao longo deste processo, em especial Camila Ferreira, Camila Carduz, Kelly Amaral, Larissa Blanco, Cindy Benedetti, Livia Valim e Samara Mendes.

Também agradeço ao Oscar Pulido, meu sociólogo colombiano, o homem que conheci nessa jornada e que me acompanhou nos momentos mais críticos com muito amor e paciência. Foi ele que me auxiliou com o idioma e com a cultura colombiana no campo de pesquisa e nos dias mais difíceis deste processo de noites mal dormidas. Obrigada a vocês por acolherem cada pergunta, cada dúvida, cada tropeço, oferecendo novas perspectivas e horizontes.

À minha família, à raiz que me sustenta. Meus pais, Maria Teresa e Marcos Antônio, mesmo sem terem terminado o ensino fundamental estavam ali pacientes e aceitando cada voo meu. Sem vocês não saberia ser quem sou hoje, vocês são um exemplo de vida, vocês sempre serão pouso e casa.

Quero oferecer um agradecimento especial a Bruno Sisdelli, foi quem sustentou esse sonho do início ao fim, que esteve me apoiando em todos os momentos, ainda que nossa relação tenha se reconfigurado, segue sendo parte desta vitória.

Às amigas/os/es, companheiros de jornadas intelectuais e emocionais, que compartilharam risos, cafés, vinhos e angústias, tornando mais leve a caminhada, sustentando boa parte desse processo. Foi com vocês que encontrei o alento para seguir, mesmo nas noites mais longas, obrigada: Larissa Melo, Franciele Balmant, Patrícia Soares, Kleber Vieira, Juliana Dionísio, Daniela Augusto, Priscila Lira, Silmara Alberguini e Ubiratan Junior.

Agradeço a todas as mulheres militantes colombianas e brasileiras que participaram desta pesquisa, em especial as mulheres da RENFA. Obrigada por confiarem em mim e por me ensinarem o que é luta e resistência. Que este trabalho seja uma pequena oferta ao vasto campo do saber, uma semente que, com o tempo, floresça em novas ideias, em novas possibilidades. E que, ao lê-lo, cada uma se sinta representada.

Agradeço também ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-SP pelos espaços de construção de conhecimento, afetos e apoios econômicos para participação em eventos e realização da pesquisa de campo.

Também agradeço à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo privilégio de ter uma bolsa integral em uma conjuntura tão adversa onde pesquisadoras/es estão submetidas/es à precarização do trabalho.

Por fim, agradeço à vida, ao meu corpo-território. Agradeço pela ousadia e coragem da Aila do passado, pela paciência e curiosidade da Aila do presente e pelos novos mundos possíveis para a Aila do futuro.

SANTOS, Aila Fernanda dos. Mulheres, Proibicionismo e Resistências: lutas pela reprodução social da vida em meio a guerra às drogas no Brasil e na Colômbia.

RESUMO

Esta tese tem como objetivo desvelar as expressões de luta de classes que se dão por processos integrados de reprodução social da vida e organização política, como forma de resistência das mulheres frente ao proibicionismo às drogas no Brasil e na Colômbia, tendo como chave analítica a Teoria da Reprodução Social (TRS). Fundamentada em narrativas de mulheres negras, indígenas e *campesinas*, busca entender as particularidades e os impactos da guerra às drogas na vida das mulheres em cada território, assim como as formas de luta e resistência organizadas por movimentos e organizações sociais, enfatizando uma perspectiva unitária dessas lutas. Adotando uma abordagem teórico-metodológica de totalidade, a pesquisa destaca a importância de superar uma visão restrita da classe trabalhadora e da luta de classes, reconhecendo sua diversidade em relação à raça/etnia, gênero e território. O estudo demonstra de que forma o capitalismo, como relação social, articula o legal e ilegal como um produto de sua dinâmica de acumulação. Metodologicamente, esta é uma pesquisa-militante de caráter qualitativo sentipensante realizada com 9 participantes da Colômbia e 10 participantes do Brasil, tendo como instrumentos da pesquisa: entrevistas exploratórias e parcialmente-estruturadas, observação participante e diário de campo. Como principais resultados, esta pesquisa evidencia que a ideologia proibicionista, materializada na guerra às drogas, revela a relação da reprodução ampliada do capital com a reprodução social da força de trabalho e da vida, desafiando a aparente separação entre produção-reprodução, legal-ilegal, operando uma "superexploração bélica da força de trabalho" no mercado ilegal. Portanto, a ilegalidade oculta formas particulares de exploração-opressões em cada território: na Colômbia, afeta desproporcionalmente mulheres *campesinas*, afrocolombianas, indígenas e migrantes; No Brasil, mulheres pobres, negras, migrantes e periféricas que enfrentam a criminalização e estigmatização. Com relação às pautas dos movimentos sociais nos dois países, o Brasil se destaca como o principal fomentador do feminismo antiproibicionista que emerge como uma estratégia unificadora de lutas, enquanto na Colômbia a centralidade está na implementação do Acordo Final de Paz, sobretudo nos pontos da "Reforma Rural Integral" e da "Solução do Problema das Drogas Ilícitas". Portanto, embora se evidenciem essas particularidades em formas de nomear as lutas e resistências, elas culminam em um projeto antiproibicionista e anticapitalista na unidade da luta pela reprodução social da vida como um todo.

Palavras-chave: Reprodução Social; Guerra às Drogas; Resistências; América Latina.

ABSTRACT

This thesis aims to unveil the expressions of class struggle that are produced through integrated processes of social reproduction and political organization as forms of women's resistance to drug prohibition in Brazil and Colombia, using the Social Reproduction Theory (SRT) as its analytical framework. Grounded in the narratives of Black, Indigenous, and peasant women, it seeks to understand the specificities and impacts of the war on drugs on women's lives in each territory, as well as the forms of struggle and resistance organized by social movements and organizations, emphasizing a unitary perspective of these struggles. Adopting a theoretical-methodological approach based on totality, the research highlights the importance of moving beyond a restricted perspective of the working class and class struggle, acknowledging its diversity concerning race/ethnicity, gender, and territory. The study demonstrates how capitalism, as a social relation, intertwines the legal and illegal as a product of its accumulation dynamics. Methodologically, this is a militant, qualitative, and *sentipensante* research conducted with nine participants from Colombia and ten participants from Brazil. The research instruments included exploratory and semi-structured interviews, participant observation, and field diaries. The main findings reveal that the prohibitionist ideology, materialized in the war on drugs, exposes the relationship between the expanded reproduction of capital and the social reproduction of the labor force and life, challenging the apparent separation between production-reproduction and legal-illegal spheres. This operates as a "war-driven super-exploitation of the labor force" within the illegal market. Thus, illegality conceals particular forms of exploitation and oppression in each territory: in Colombia, it disproportionately affects peasant, Afro-Colombian, Indigenous, and migrant women, while in Brazil, it targets poor, Black, migrant, and peripheral women, subjecting them to criminalization and stigmatization. Regarding the agendas of social movements in both countries, Brazil stands out as the main proponent of anti-prohibitionist feminism, which emerges as a unifying strategy of struggles. In contrast, Colombia focuses on the implementation of the Final Peace Agreement, especially the points on "Comprehensive Rural Reform" and the "Solution to the Problem of Illicit Drugs." Therefore, while these particularities in naming struggles and resistances are evident, they converge into an anti-prohibitionist and anti-capitalist project, in unity with the fight for the social reproduction of life as a whole.

Keywords: Social Reproduction; War on Drugs; Resistance; Latin America.

RESUMEN

El objetivo de esta tesis es develar las expresiones de lucha de clases que tienen lugar a través de procesos integrados de reproducción social de la vida y de organización política, como forma de resistencia de las mujeres contra el prohibicionismo de las drogas en Brasil y Colombia, utilizando como clave analítica la Teoría de la Reproducción Social (TRS). A partir de las narrativas de mujeres negras, indígenas y campesinas, busca comprender las particularidades e impactos de la guerra contra las drogas en la vida de las mujeres en cada territorio, así como las formas de lucha y resistencia organizadas por los movimientos y organizaciones sociales, enfatizando una perspectiva unitaria de estas luchas. Adoptando un enfoque teórico-metodológico de totalidad, la investigación destaca la importancia de superar una visión restringida de la clase trabajadora y de la lucha de clases, reconociendo su diversidad en relación a la raza/etnia, género y territorio. El estudio muestra cómo el capitalismo, como relación social, articula lo legal y lo ilegal como producto de su dinámica de acumulación. Metodológicamente, se trata de una investigación cualitativa sentipensante realizada con 9 participantes de Colombia y 10 participantes de Brasil, utilizando como herramientas de investigación entrevistas exploratorias y parcialmente estructuradas, observación participante y diario de campo. Los principales resultados de esta investigación muestran que la ideología prohibicionista, materializada en la guerra contra las drogas, revela la relación entre la reproducción ampliada del capital y la reproducción social de la fuerza de trabajo y de la vida, desafiando la aparente separación entre producción-reproducción, legal-ilegal, operando una “superexplotación bélica de la fuerza de trabajo” en el mercado ilegal. La ilegalidad oculta, por lo tanto, formas particulares de explotación-opresión en cada territorio: en Colombia, afecta desproporcionadamente a las mujeres campesinas, afrocolombianas, indígenas y migrantes; en Brasil, a las mujeres pobres, negras, migrantes y periféricas que enfrentan criminalización y estigmatización. En cuanto a las agendas de los movimientos sociales en los dos países, Brasil se destaca como el principal promotor del feminismo antiprohibicionista, que surge como estrategia unificadora de las luchas, mientras que en Colombia la centralidad está en la implementación del Acuerdo Final de Paz, especialmente en los puntos de “Reforma Rural Integral” y “Solución al Problema de las Drogas Ilícitas”. Por lo tanto, aunque estas particularidades se evidencian en las formas de nombrar las luchas y resistencias, culminan en un proyecto antiprohibicionista y anticapitalista en la unidad de la lucha por la reproducción social de la vida en su conjunto.

Palabras clave: Reproducción Social; Guerra a las Drogas; Resistencia; América Latina.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - O papel das mulheres na economia cocaleira de Putumayo.....	150
Ilustração 2 - Impactos da guerra às drogas na vida das mulheres no Brasil e na Colômbia.....	160
Ilustração 3 - Resultados do monitoramento da substituição voluntária de cultivos ilícitos no marco do PNIS.....	189
Ilustração 4 – Encontros e desencontros nas pautas e bandeiras de luta no Brasil e na Colômbia	215

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Zonas de concentração e desconcentração de cultivos ilícitos (pontos emergentes 2013-2022)	96
Mapa 2 - A presença da RENFA no país.....	107
Mapa 3 - Perfil-Território das participantes da Colômbia: localização e movimentos sociais de que fazem parte.....	112
Mapa 4 - Perfil-Território das participantes do Brasil: localização e movimentos sociais de que fazem parte.....	119

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Dados quantitativos das entrevistas realizadas na Colômbia.....	97
Quadro 2 - Dados quantitativos das entrevistas realizadas no Brasil.....	110

LISTA DE IMAGENS

Imagens 1 - Registros fotográficos do Diário de Campo de San José del Guaviare.....	99
Imagens 2 - Mercado <i>campesino</i> de Guaviare.....	99
Imagens 3 - Conhecendo o território.....	100
Imagens 4 - Oficina sobre resgate da memória histórica afrocolombiana.....	100
Imagens 5 - Registro fotográfico do Diário de Campo de Cúcuta.....	102
Imagem 6 - Fronteira terrestre entre Colômbia e Venezuela.....	103
Imagens 7 - Momentos de entrevistas.....	104

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
- ABRAMD - Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas
- AFP - Acordo Final de Paz
- AFRODES - Asociación Nacional de Afrocolombianos Desplazados
- AMPARAR - Associação de Amigos/as e familiares de presos/as
- ANCORE - Articulação Nacional de Coletivos de Redução de Danos em Eventos
- ANZORC - Asociación Nacional de Zonas de Reserva Campesina
- ARACUNA - Movimento Plurinacional de Mulheres Indígenas
- ASCAMCAT - Asociación Campesina del Catatumbo
- ASTRACAVAL - Asociación de Trabajadores Campesinos del Valle del Cauca
- CAPS-AD - Centro de Atenção Psicossocial aos Usuários de Álcool e outras Drogas
- CENPAZ - Coordinación Étnica Nacional de Paz de Colombia
- COCCAM - Coordinadora Nacional Cultivadores y Cultivadoras de Coca Amapola y Marihuana
- COMFASOL - Cooperativa Multiactiva de Famílias Campesinas Solidárias de Guaviare
- CONPI - Coordinación Nacional de Pueblos Indígenas
- DEA - Agência de Administração de Controle de Drogas
- ELN - Ejército de Liberación Nacional
- ENCA - Encontro do Coletivos e Ativistas Antiproibicionistas
- EUA - Estados Unidos da América
- FARC-EP - Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia - Ejército del Pueblo
- GE-TRS - Grupo de Estudos sobre Teoria da Reprodução Social
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INFOPEN - Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias
- ITTC - Instituto Terra, Trabalho e Cidadania
- MIA - Mesa de Interlocución y Acuerdo del Catatumbo
- OMS - Organização Mundial da Saúde
- ONU - Organização das Nações Unidas
- PCdoB - Partido Comunista do Brasil
- PDET - Programas de Desarrollo con Enfoque Territorial

PM - pesquisa-militante

PNIS - Programa Nacional Integral de Sustitución de Cultivos de Uso Ilícito

PSOL - Partido Socialismo e Liberdade

PT - Partido dos Trabalhadores

PUC-SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

RAMA - Rede de apoio a mulheres agroflorestoras

RATES - Rede Autônoma de Travestis e Transexuais de Pernambuco

RENFA - Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas

RRI - Reforma Rural Integral

SENAD - Secretaria Nacional Antidrogas

SUPRAD - Superintendência de Políticas sobre Drogas e Acolhimento a Grupos Vulneráveis

SUS - Sistema Único de Saúde

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TRS - Teoria da Reprodução Social

UJS - União da Juventude Socialista

UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo

UNODC - Oficina das Nações Unidas contra drogas e delitos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	21
Costurando histórias: Situando a investigadora no projeto de investigação.....	21
Mas, afinal, se é materialismo histórico-dialético, então por que a TRS?.....	30
Pesquisa militante.....	42
Apresentação dos capítulos da tese.....	47
Notas sobre as traduções.....	48
1. Capítulo 1 - Desvendando o campo de pesquisa: As expressões da Ideologia Proibicionista no Brasil e na Colômbia.....	49
1.1 Situando o proibicionismo às drogas: bases históricas e materiais do proibicionismo e sua relação com a reprodução social capitalista.....	51
1.2 A constituição da ideologia proibicionista como hegemonia mundial.....	53
1.3 Expressões da ideologia proibicionista no Brasil e na Colômbia.....	59
1.3.1 Antecedentes: alguns apontamentos sobre a formação social colombiana.....	61
1.3.2 Raízes do Narcotráfico e Guerra às Drogas: a implementação do Plano Colômbia.....	67
1.3.3 Acordo Final de Paz: rupturas e continuidades da guerra às drogas.....	74
1.3.4 Antecedentes: alguns apontamentos sobre a formação social brasileira.....	78
1.3.5 Racismo e a ideologia proibicionista no Brasil pós-abolição.....	81
1.3.6 Consolidação da ideologia proibicionista no século XX: a constituição das classes perigosas.....	85
1.3.7 Disputas, contradições e tentativas de fissura da ideologia proibicionista: a guerra às drogas continua.....	87
1.4 Pesquisa de campo Brasil e Colômbia: aspectos éticos e metodológicos.....	90
1.4.1 Pesquisa de campo realizada na Colômbia.....	93
1.4.2 San José de Guaviare e Cúcuta: observação participante e diário de campo.....	97
1.4.3 Limites encontrados na pesquisa de campo na Colômbia.....	104
1.4.4 Pesquisa de Campo realizada no Brasil: breve identificação da Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas - RENFA.....	105
1.4.5 Meu encontro com a RENFA e a construção do campo de pesquisa.....	107

1.4.6 Limites encontrados no campo do Brasil.....	111
1.5 Perfil e território das participantes da pesquisa Brasil e Colômbia.....	111
1.5.1 Perfil participantes da Colômbia.....	111
1.5.2 Retratos Narrativos Corpo-Território na Colômbia.....	115
1.5.3 Perfil participantes do Brasil.....	118
1.5.4 Retratos Narrativos Corpo-Território no Brasil.....	119
2. Capítulo 2 - Proibicionismo, mulheres e Reprodução Social.....	127
2.1 “ <i>Não nos resta outra opção</i> ” - Reprodução social da vida no terreno oculto do capital.....	128
2.2 “ <i>¿Dónde está la salud? ¿Dónde está la carretera, dónde está la electricidad, dónde están las escuelas, dónde están los profesores?</i> ”: reposição geracional, regeneração e manutenção da força de trabalho no mercado ilegal.....	138
3. Capítulo 3 - Impactos da guerra às drogas na vida das mulheres no Brasil e na Colômbia.....	159
3.1 Impactos comuns no Brasil e na Colômbia.....	161
3.1.1- “ <i>En mi corazón nunca permitiremos que esta planta sagrada sea destruida</i> ”: apagamento do uso ancestral das plantas sagradas.....	161
3.1.2- “ <i>Me sentia violentada, injustiçada</i> ”: estigmatização e criminalização de mulheres negras, indígenas e camponesas.....	163
3.1.3- “ <i>não dá pra gente falar sobre segurança pública, o que deveria ser, sem falar sobre política de drogas</i> ”: violências de gênero operados pela força pública do Estado e grupos armados.....	167
3.1.4- “ <i>No parimos un hijo más para la guerra</i> ”: negação da maternidade pela retirada de filhos, assassinatos, desaparecimentos, ameaças e recrutamentos forçados.....	174
3.1.5- “ <i>A gente não tem ninguém. Mal a gente teve nossos filhos</i> ”: encarceramento em massa de mulheres.....	178
3.2 Impactos particulares da realidade colombiana.....	185
3.2.1- “ <i>No discriminan hoja, no discriminaban selva, no discrimina nada... flora, fauna, nada! No discriminaban ni siquiera a los humanos</i> ”: erradicação forçada por fumigações com glifosato.....	185
3.2.2- “ <i>Cortamos los cultivos y ahora estamos aguantando hambre</i> ”: descumprimento do PNIS.....	188

3.2.3 “¿En qué momento me va a llegar a mí y en qué momento deixo a mis hijos solos?”: ameaças e assassinatos a lideranças sociais, políticas e comunitárias.....	193
3.3 Impactos particulares da realidade brasileira.....	198
3.3.1 “Porque os espaços de saúde, de cuidado, eles produzem violência pra esses corpos”: falta de atendimento humanizado às mulheres usuárias de drogas.....	198

4. Capítulo 4 - Formas de luta e resistência de mulheres frente ao proibicionismo às drogas no Brasil e na Colômbia.....204

4.1 Ampliando o conceito de classe trabalhadora e de luta de classes.....	205
4.2 “Pra sobreviver eu tive que me organizar politicamente”: luta e resistência pela reprodução social da vida no terreno oculto do capital no Brasil e na Colômbia.....	212
4.3 Luta e resistência pela reprodução social em meio a guerra às drogas na Colômbia.....	215
4.3.1 “Es urgente avanzar en la titulación de tierra”: pela Reforma Rural Integral e Titulação de Terras.....	217
4.3.2 “No estigmatización ni judicialización”: pela legalização, regulamentação das drogas e condições básicas para substituição de cultivos ilícitos com reparação às vítimas da guerra às drogas.....	219
4.3.3 “Que un día nosotras las mujeres no seamos tan victimizadas en nuestro territorio”: defesa do território e da vida das mulheres afrocolombianas, indígenas, campesinas e pessoas LGBTQIA+.....	223
4.3.4 “¡Estas mujeres no pueden estar solas ya no más!”: luta das mães pela vida de seus/suas filhos/as/es.....	230
4.3.5 “Comenzamos, pues a trabajar en los dos temas como privadas de la libertad”: luta contra o encarceramento e pelos direitos das mulheres privadas de liberdade.....	232
4.4 Luta e resistência pela reprodução social em meio a guerra às drogas no Brasil.....	234
4.4.1 O Feminismo Antiproibicionista: um caminho para a convergência de lutas anticapitalistas.....	235
4.4.2 “O antiproibicionismo para mim é sobre um pacto com a vida”: o antiproibicionismo é pelo bem-viver, pela terra e pelo território.....	242
4.4.3 “São tecnologias leves”: pela Redução de Danos em uma perspectiva ampliada.....	245
4.4.4 “Você precisa estar bem saudável para ajudar a liderar qualquer luta”: luta pela saúde mental e o autocuidado.....	247

4.4.5 “ <i>Pelo menos o nosso povo vai poder viver</i> ”: pela legalização e regulamentação das drogas com reparação histórica.....	249
4.4.6 “ <i>A gente vai tirar a mulher dessa mira</i> ”: luta pelo desencarceramento e pelos direitos das mulheres privadas de liberdade.....	252
4.4.7 “ <i>Que a gente possa parar de lutar o tempo todo</i> ”: pela superação da exploração-opressões.....	254
4.5 “ <i>El río no nos separa, el río nos une</i> ”: costurando a unidade na diversidade da luta e resistência no Brasil e na Colômbia.....	255
Conclusões.....	272
Referências bibliográficas.....	283
Anexos.....	301

INTRODUÇÃO

Costurando histórias: situando a investigadora no projeto de investigação

“Para qué escribe uno, si no es para juntar sus pedazos? Desde que entramos en la escuela o la iglesia, la educación nos descuartiza: nos enseña a divorciar el alma del cuerpo y la razón del corazón. Sabios doctores de ética y moral han de ser los pescadores de la costa colombiana, que inventaron la palabra sentipensante para definir el lenguaje que dice la verdad” (Galeano, 2001).

Eu sou Aila Fernanda dos Santos, a filha do meio de Maria Teresa Mendes dos Santos e Marcos Antônio dos Santos, duas referências de luta pela sobrevivência, que me ensinaram o valor da educação sem ao menos terem terminado o ensino fundamental. Trabalhadora doméstica e trabalhador rural, foram eles que me emprestaram as asas para voar.

Saio de Dumont, uma cidade de 10 mil habitantes do interior do Estado de São Paulo, em busca de um sonho: cursar o ensino superior. Em um momento político favorável, pois no ano de 2010 o Brasil estava sob o segundo governo Lula, que fez investimentos na área da educação para o acesso da classe trabalhadora à universidade, pude ingressar em uma universidade privada através de uma bolsa para famílias de baixa renda.

Minha trajetória acadêmica começa na graduação que, apesar de cursada em uma instituição privada, me estimulava a fazer reflexões críticas e permitiu o meu primeiro contato com a teoria marxista. Depois de formada, após anos de trabalho como Assistente Social e com um inconformismo incorrigível, atrevo-me a ingressar no mestrado em uma universidade pública, a UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo.

Posso afirmar que foi com esse conjunto de acontecimentos históricos que essa tese foi construída, mas o que marcou o meu encontro com o objeto de investigação foi o trabalho como Assistente Social no Centro de Atenção Psicossocial aos Usuários de Álcool e outras Drogas (CAPS-AD), na cidade de Ribeirão Preto, interior do Estado de São Paulo, do ano de 2015 a 2017.

Foi a partir dessa experiência profissional, do meu reencontro com o marxismo e de meus questionamentos frente à “questão das drogas”² no cotidiano profissional que me arrisquei a construir um projeto de pesquisa para o mestrado no Programa de Serviço Social e Políticas Sociais da UNIFESP, no campus Baixada Santista. Nesse período, eu já me questionava se o uso de drogas ilícitas era apenas uma parte dessa aparente realidade e entendia que era necessário compreender mais profundamente a estrutura econômica e social dessa dita economia ilícita para romper com os muros do proibicionismo.

Para minha dissertação, realizei uma pesquisa bibliográfica rigorosa, partindo da compreensão das drogas enquanto mercadorias em uma perspectiva marxista e com o objetivo de entender o debate teórico-metodológico e ético-político no Serviço Social brasileiro³ acerca dessa temática. A partir da compreensão crítica de como é entendida a categoria drogas na sociabilidade do capital, parto para minha pesquisa de doutorado, mas agora voltada para a compreensão das lutas e resistências feministas frente ao proibicionismo às drogas na América Latina, resultado do meu encontro com a Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas - RENFA.

Concomitantemente, movida pelos estudos feministas marxistas, acontece meu encontro com a Teoria da Reprodução Social - TRS, que me instigou a pesquisar sobre as lutas e resistências na esfera da reprodução social. Esses dois encontros me impulsionaram a propor um projeto de pesquisa sobre as lutas de mulheres feministas antiproibicionistas e o objetivo seria analisar como se conformam os movimentos feministas antiproibicionistas na América Latina em seus processos de disputa.

² Importante ressaltar que a opção pelo uso do termo “drogas”, discutido inicialmente em minha dissertação de mestrado, se dá pela reafirmação teórico-política da palavra “droga”, que antes não era associada apenas a substâncias ilícitas ou a algo mau e pejorativo. Derivado do alemão *droghe vate* ou do holandês *droog*, significava folha seca ou produtos secos, compreendendo substâncias utilizadas para alimentação ou medicina. Foram nomeados entre os séculos XVI e XVIII, remetendo à ideia do uso milenar de drogas (Santos, 2019; Carneiro, 2005). A mudança do significado social desse termo vem justamente no momento de mudança do uso social das drogas - do uso tradicional das plantas para o consumo como mercadorias -, associada à proibição do início do século XX e, portanto, relacionando as “drogas” a substâncias ilícitas. Entretanto, considero pertinente o uso alternativo ao termo “drogas” de “substâncias psicoativas”, apontando uma mudança de paradigma com relação à proibição, em uma perspectiva da Redução de Danos. O termo “substâncias psicoativas”, no entanto, é utilizado majoritariamente para se referir à esfera do consumo, sendo que na esfera política internacional e seus direcionamentos segue-se utilizando o termo “droga”. Por isso, acredito na necessidade de disputar esse termo, apresentando uma perspectiva crítica do mesmo.

³ A dissertação de mestrado pode ser encontrada no repositório da UNIFESP pelo link: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/51911>.

O feminismo antiproibicionista estava consolidado no Brasil pela RENFA e, a partir dessa incidência política, alguns países da América Latina haviam se somado a essa luta, conformando uma rede feminista antiproibicionista latino-americana.

Com esse ponto de partida, iniciei o caminho de seleção de países que entrariam em minha pesquisa de campo. Movida pela busca de resistências feministas, minha escolha inicial foi por Brasil, Argentina, Uruguai e Colômbia pelo fato de os mesmos comporem a organização latino-americana da RENFA, como também por seu histórico de luta.

A Argentina, por ser a protagonista na articulação do proibicionismo na América do Sul, sediando o encontro que culminou no Acordo Sul-Americano sobre Entorpecentes - ASEP (1973) (Beckmann, 2021), e também por viver o curso de um processo histórico reconhecido mundialmente pela luta feminista, o que me instigava a buscar se a pauta antiproibicionista estaria presente nesse cenário.

O Uruguai foi cogitado pelo fato de ser o país pioneiro na América Latina a legalizar a maconha (Beckmann, 2021) e de que parte disso também se deu por pautas feministas. A Colômbia por ser uns dos principais países produtores de folha de coca e cocaína da América Latina (Duarte, 2023), além de ser um laboratório da guerra às drogas, visto que recebe uma forte atuação militarizada dos Estados Unidos da América - EUA e é o único país da América Latina a ter uma oficina da Organização das Nações Unidas - ONU no que se refere ao tema de política de drogas, além de um histórico de resistência armada e a forte incidência do narcotráfico.

Para mim, a Colômbia seria meu principal desafio, tanto em termos de distância geográfica como pela sua formação sócio-histórica, além do meu pouco contato com investigadoras. Por isso, decidi iniciar os contatos por esse país, considerando que demandariam mais tempo e organização. Ao passo que fui avançando nos contatos com possíveis investigadoras na Colômbia, foi se intensificando a pandemia de covid-19, o que colocou barreiras fronteiriças e inseguranças sanitárias que impactaram a pesquisa de campo.

Após dois anos de pandemia, me deparei com a realidade de apenas dois anos restantes para o desenvolvimento do projeto em sua totalidade: realizar a pesquisa de campo, sistematizar e analisar os dados e concretizar a escrita da tese. Diante dessa realidade, foi-me imposta a necessidade de reduzir meu campo de pesquisa.

Com o avanço dos contatos realizados com a Colômbia e a concretização do vínculo institucional entre a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP e a *Universidad Externado de Colombia* para a realização da pesquisa, permaneci com a escolha desse país para a pesquisa de campo, sobretudo pela indicação da banca de qualificação. Por condições de viabilidade desta pesquisa, a escolha por Brasil e Colômbia, além das justificativas já demonstradas, se deu, fundamentalmente, pela posição dos dois países na cadeia do mercado global das drogas: a Colômbia por ser uns dos principais países produtores de folha de coca e cocaína (ainda que também atue na exportação), como mencionado, e o Brasil por ser uns dos principais países exportadores de cocaína (Duarte, 2023).

Redefinindo os rumos da investigação a partir da realidade concreta

Ao me inserir na realidade colombiana, primeiramente realizei um mapeamento dos movimentos feministas antiproibicionistas no país e, para minha surpresa, não os encontrei (pelo menos não como os imaginava). Por meio do contato de um grupo de *Whatsapp* da RENFA Latino-Americana, pude dialogar com uma companheira que vivia na cidade de Cali. Entretanto, nesse momento ela era única pessoa da Colômbia que estava inserida neste grupo e, após algumas buscas, não encontrei uma articulação coletiva feminista que levantasse a bandeira antiproibicionista com centralidade, de acordo com minha aproximação naquele momento.

A partir dali, vivenciei a angústia de acreditar que minha investigação no país estaria fracassada. Nesse momento, foi minha aposta teórico-metodológica, a TRS, que orientou meu processo, convocando-me a olhar o movimento do real. Comecei a me questionar: *O que existe então nesse país frente ao proibicionismo às drogas em um contexto de conflito armado? Quem são as pessoas mais afetadas por isso? Como se conformam as resistências?* Com essas tantas inquietações, a TRS me permitiu observar e questionar algo fundamental: *e por que mulheres?*

Além dos estudos e reflexões coletivas, a realidade me mostrou que as mulheres eram mais impactadas pela guerra às drogas. Por isso, elas se tornaram protagonistas nas lutas e resistências, ocupando uma posição estratégica como ponte entre a produção e a reprodução social da vida. Apesar de na Colômbia não ter se constituído um movimento

nomeado como feminista antiproibicionista, havia movimentos e organizações onde a pauta era pela vida das mulheres que tinham suas vidas diretamente atravessadas pelo proibicionismo às drogas. Esses movimentos e organizações guardavam particularidades históricas de acordo com a formação desse país e, portanto, experienciaram resistências e lutas nomeadas de formas diferentes.

Existiam mulheres que nem mesmo se auto-reivindicavam ou se denominavam feministas. Mulheres situadas no *Abya Yala*⁴, mulheres indígenas, mulheres afro-colombianas e mulheres *campesinas* que não se identificavam com o feminismo hegemônico ou como movimento político.

Passei a refletir, com o aporte da TRS, que a realidade estava me mostrando outros aspectos da luta de classes e da reprodução dessas resistências. Foi esse encontro que reconfigurou e deu sentido à minha tese, alterando o título para o atual: *Mulheres, Proibicionismo e Resistências: formas lutas pela reprodução social da vida em meio a guerra às drogas no Brasil e na Colômbia*.

Foi a partir disso que passei a me abrir para essa realidade que me transformou completamente enquanto ser humano e enquanto pesquisadora. Nesse caminho, percebi outro fator muito importante: **o que eu, dentro da academia, estava chamando de luta e resistência?** Comecei a perceber que existiam processos de constituição de sujeitos políticos e subjetividades que se constituíam na luta pela sobrevivência na América Latina e isso ficou mais evidente quando me assentei na materialidade das teorias que tanto são debatidas na universidade.

Pude então perceber que, apesar de o modo de produção (e reprodução) capitalista constituir-se em uma totalidade que tenta homogeneizar processos sociais, no particular e no singular eles são completamente heterogêneos. As lutas e as resistências têm suas próprias formas de existirem no imediato, no cotidiano e na reprodução da vida e quando isso emerge em uma ação política, se revela com uma potencialidade de transformação social.

⁴ “*Las mujeres de Abya Yala construyen modernidades alternativas al colonialismo europeo y la victimización de las colonizadas a la que las relegan las feministas blancas. Sus feminismos, repito, tejen respuestas a los patriarcados que no son necesariamente individualistas, donde lo colectivo y lo personal no se disocian*” [As mulheres de Abya Yala constroem modernidades alternativas ao colonialismo europeu e à vitimização dos colonizados a que as feministas brancas as relegam. Seus feminismos, repito, tecem respostas aos patriarcados que não são necessariamente individualistas, onde o coletivo e o pessoal não estão dissociados] (Gargallo, 2022, p. 60) (Tradução própria).

Pude perceber também que muitas vezes a luta de classes pode se expressar de maneira invisível para nós, pesquisadoras, se já tivermos formatado no mundo das ideias o que são luta e resistência. Percebi que a forma como a luta de classes se expressa deve ser compreendida nas suas determinações concretas e não nos desejos de estudiosas e pesquisadoras. **Nesse sentido, essa pesquisa tem como principal objetivo desvelar essas expressões de luta de classes que se dão por processos integrados de reprodução social da vida (a condição de sobreviver frente ao sistema capitalista) e organização política (articulação política desse enfrentamento) como formas de lutas e resistências das mulheres frente ao proibicionismo às drogas no Brasil e na Colômbia, tendo como chave a Teoria Unitária da Reprodução Social.**

O Encontro das Águas: trajetória de uma pesquisa entre Brasil e Colômbia

No conto *Olhos d'água*, de Conceição Evaristo (2016), ela se pergunta: “*De que cor eram os olhos da minha mãe?*”. Foram dias, meses e anos com essa indagação ao ponto da pergunta se tornar atormentadora. Desvendar o mistério se tornou inexorável e isso a levou de volta à sua origem em busca de uma resposta. Era necessário traçar um caminho de investigação. Ao se deparar com a realidade, ao ver novamente os olhos de sua mãe, não havia um conceito pronto e acabado, não havia uma cor que pudesse expressar ou definir verdadeiramente a cor dos olhos de sua mãe. Foi necessário criar uma nova categoria que a revelasse: “*A cor dos olhos da minha mãe era a cor de olhos d'água. Águas de Mamãe Oxum*”! Ao encontrar sua resposta, ela pôde então conhecer-se a si mesma e saber que toda busca é, também, um encontro. Esta tese de doutorado vai muito além deste produto que aqui se apresenta; ela é parte e expressão de um processo de busca e de um encontro subjetivo, político e acadêmico.

Viver no Brasil e viver na Colômbia me proporcionaram experiências únicas que se expressaram também nos dilemas postos neste trabalho. Viver intensamente a Colômbia, o encanto pelo novo e realizar um trabalho de campo profundo fizeram com que eu voltasse minha atenção investigativa mais a esse país, tanto teoricamente, quanto subjetivamente. Depois dos quatro meses de trabalho de campo, senti a necessidade de viver mais um tempo na Colômbia. Na busca por alternativas para concretizar esse desejo, pude retornar ao país e permanecer por mais um ano, durante o qual realizei a escritura

final desta tese. Viver intensamente essa cultura me levou a questionar qual era o lugar do Brasil na minha vida e na minha pesquisa. Chego a cogitar a possibilidade de permanecer apenas com o campo da Colômbia. O Brasil passa a ter um não-lugar, tanto em minha vida pessoal, quanto na acadêmica.

Já vivendo por seis meses no país, inicio um processo de reencontro com o Brasil em minha vida emocional e subjetiva, reconhecendo que minhas relações, meu passado e tudo que me constitui intrinsecamente como brasileira, assim como minha pesquisa, também necessitavam do encontro entre esses dois países. O encontro entre a Aila do Brasil e a Aila da Colômbia também constitui a síntese de quem sou hoje. O encontro com a Colômbia me transformou, mas, dialeticamente, também carrego meu país, meu corpo-território para cada lugar que vou. A Colômbia faz com que eu me sinta mais brasileira, ser brasileira intensifica minha experiência na Colômbia e essa síntese das múltiplas determinações que me compõem e me recompõem materializa-se nesta tese. Me refaço no encontro dessas águas, assim como as águas do Rio Amazonas que banha os dois países, esse Rio que leva o nome de mulheres guerreiras e protetoras de seu território.

Enquanto pesquisadora implicada no processo de luta, acredito que também sou constituída e atravessada pelas disputas e resistências quando minha história de vida já estava determinada por condições concretas, as quais me colocaram em lugares impensáveis, como a academia. Reconhecer-me enquanto mulher socializada como branca e da classe trabalhadora, advinda de um núcleo familiar onde meus pais não tiveram acesso à educação formal e seguem lutando para reproduzir suas existências de maneira precarizada, por imposição da venda de sua força de trabalho em um mercado informal e subalternizado, me faz um ser *sentipensante*⁵ sobre os processos que atravessam minha realidade de investigação e portanto, nesta tese tudo o que foi sentido é considerado um dado de pesquisa. Me assumir como aluna bolsista desde a graduação me faz enfrentar debates nos quais se constituem compromissos políticos que rompem com qualquer neutralidade posta pela ciência positivista. Atrevo-me a (re)existir no ambiente acadêmico e assumir meus processos de luta política.

⁵ *Sentipensante* é um conceito cunhado pelo sociólogo colombiano Orlando Fals Borda, importante intelectual que, além de analisar a formação agrária colombiana, também foi responsável pela construção da tendência metodológica nas Ciências Sociais conhecida como *investigación-acción-participación* (IAP). O conceito *sentipensante* se refere a uma forma de produzir conhecimento que combina a razão e a emoção, o corpo e o coração, dando sentido coletivo e humano aos processos investigativos (Moncayo, 2015).

Dessa forma, sentir-pensando a pesquisa exige formas de construir uma investigação comprometida com a transformação da realidade capaz de romper com as ciências sociais clássicas que imaginam intelectuais como estando à frente da sociedade, como portadores do saber. Sentir-pensar a pesquisa me tornou ouvinte ativa na compreensão da realidade e me fez compreender que o conhecimento não está separado da vida e a vida não espera os resultados acadêmicos para seguir seu curso. No agir se aprende e no aprender se age. É dessa forma que encaro essa pesquisa como uma pesquisa militante.

Importante dizer que esta tese representa uma tentativa de síntese de um processo inacabado que marca minha vida como investigadora. O que está por trás deste documento é muito maior do que se pode expressar e foi um grande desafio sistematizar e apresentar em forma de pesquisa e texto acadêmico o vivido, o sentido-pensado, as reflexões e as experiências, ainda mais quando temos um compromisso teórico-metodológico e ético-político com o chão em que a gente pisa.

Se faz urgente evidenciar as vozes que resistem com suas formas e estratégias inusitadas de vida frente ao capital. Elas que são as *Iyalodês*, as que lideram, as vozes que ecoam, as que socialmente estão na encruzilhada das fronteiras entre a produção e a reprodução social que se expressam parcialmente nesta realidade, ocultando algo muito mais profundo de que esta pesquisa pretende se aproximar. Por isso, o método de exposição tem como centralidade as vozes de lideranças políticas, como uma tentativa de recolher em meu corpo os atravessamentos das experiências vividas no Brasil e na Colômbia.

A lente que utilizo para compreender essa realidade é a TRS, um campo de investigação novo que reaviva o próprio marxismo. Essa perspectiva teórico-metodológica e política, assentada no método materialista histórico-dialético, explora a totalidade das relações sociais no modo de produção capitalista, indo além da aparência imediata. Ela revela como a unidade contraditória entre produção e reprodução social se mantém ao longo da história, ou seja, a produção de valor versus reprodução da vida.

A TRS coloca justamente no centro analítico a reprodução da força de trabalho, tomando como ponto de partida a teoria social de Marx, mas apontando o silenciamento e as lacunas que existem em sua obra sobre os processos de reprodução da vida (Battacharya, 2023). Nesse sentido, a TRS amplia o quadro analítico ao expandir o

conceito de classe trabalhadora para além do trabalho assalariado, o que também reconfigura a luta de classes para além dos locais da produção de valor e avança na compreensão de totalidade das relações de exploração-opressão que são co-produzidas de forma simultânea à produção de mais-valor.

A escolha pela análise a partir da TRS *compreende a categoria mulher não como universal ou no sentido biológico, mas em sua diversidade com relação à raça, etnia, sexualidades, classe e território*, analisando sua posição estratégica e diferencial na reprodução social da vida como um todo, não apenas com a centralidade na unidade familiar (Vogel, 2022). Isso amplia o panorama apresentado na literatura com enfoque no controle dos corpos das mulheres e na divisão sexual do trabalho do mercado ilegal, considerando, de maneira não hierárquica, as opressões que se co-reproduzem com a exploração do trabalho no mercado ilegal frente ao proibicionismo às drogas para acúmulo de capital nas particularidades territoriais da periferia do capitalismo.

Isso nos permite entender que mulheres de diferentes contextos produzem diversas formas de resistência e luta no terreno oculto do capital - o mercado ilegal das drogas. Elas rompem com as divisões históricas entre o legal e o ilegal, o formal e o informal, a produção e a reprodução social, ao mesmo tempo em que articulam diferentes tipos de luta que integram a luta de classes.

Como já sabemos, existem resistências que a história oficial não conta. Não podemos subestimar essas resistências no campo na luta de classes, lutas essas que ocorrem no terreno da reprodução social. Assim, é necessário considerar que existe um potencial nas lutas por terra, por auto-reconhecimento, pela vida e pela sobrevivência frente ao proibicionismo estabelecidas na Colômbia e no Brasil, bem como uma organização política para esse enfrentamento, ainda que muitas dessas lutas não sejam nomeadas como lutas socialistas, feministas ou antiproibicionistas, mas estejam fortemente ligadas a elas. Nesse sentido, parto da pergunta: **“quais são as formas de lutas e resistências das mulheres frente ao proibicionismo às drogas no Brasil e na Colômbia?”**

Por fim, esta pesquisa, assentada no campo da tradição marxista, busca avançar a partir dessa perspectiva na direção de reparar uma lacuna histórica que os marxistas deixaram: a compreensão da nossa realidade social latino-americana em sua totalidade,

os sujeitos concretos e suas lutas históricas - lutas e resistências que não foram compreendidas como luta de classes, em seu sentido clássico.

Mas, afinal, se é materialismo histórico-dialético, então por que a TRS?⁶

A perspectiva de totalidade⁷, na teoria-método em Marx, busca apreender o movimento da realidade social em sua unidade contraditória e dialética, indo além da aparência imediata em que se apresenta o fenômeno. Entretanto, o materialismo histórico-dialético não pode ser resumido a uma mera aplicação de uma metodologia (Netto, 2011).

Os conceitos e as categorias são realidades vivas e se constroem no movimento da história e, por isso, a Teoria Social de Marx, longe de ser um dogma, é o pressuposto metodológico que permite a apreensão do real na realidade contraditória em que ele se insere. O exercício do pensamento carregado de sentires, da reflexão e da capacidade teleológica de quem investiga é parte constituinte do processo investigativo e é por esse trabalho que temos a capacidade de construir a categoria apanhada do concreto, que, ao mesmo tempo, recria o concreto a partir do “concreto pensado” (Netto, 2011, p. 45). Conforme destacou Marx, “O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade” (Marx, 2011, p. 77-78). Nesse sentido, a representação dos conceitos:

A totalidade concreta como totalidade de pensamento, como um concreto de pensamento, é de fato um produto do pensar, do conceituar; mas de forma alguma é um produto do conceito que pensa fora e acima da intuição e da representação, e gera a si próprio, sendo antes produto da elaboração da intuição e da representação em conceitos. O todo como um todo de pensamentos, tal como aparece na cabeça, é um produto da cabeça pensante que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível, um modo que é diferente de sua apropriação artística, religiosa e prático-mental. O sujeito real, como antes, continua a existir em sua autonomia fora da cabeça; isso, claro, enquanto a cabeça se comportar apenas de forma especulativa, apenas teoricamente. Por isso, também no método teórico o sujeito, a sociedade, tem

⁶ Importante mencionar que esse ponto sobre a TRS é fruto de um trabalho coletivo realizado por meio de discussões com companheiras do Grupo de Estudos sobre Teoria da Reprodução Social - GE-TRS, mas, sobretudo, por produções acadêmicas coletivas, leituras, debates e sugestões das companheiras assistentes sociais Camila Carduz Rocha, Camila Ferreira, Rayane Noronha, Clara Saraiva, Mariana Beltrão e Larissa Blanco.

⁷ Em uma perspectiva marxista, a totalidade não é um todo constituído de partes que estão funcionando integradas, mas está estruturalmente articulada a outras totalidades complexas, dinâmicas, contraditórias e multideterminadas, as quais devem ser historicizadas (Netto, 2011).

de estar continuamente presente como pressuposto da representação (Marx, 2011, p. 78-79).

Marx, em um trabalho de uma vida inteira, foi capaz de fazer uma leitura da realidade de seu tempo e nos deixou como legado a possibilidade de, a partir das mediações históricas e transitórias de nosso tempo, fazer novas leituras por meio da perspectiva materialista histórica-dialética. Nosso ponto de partida, deixado pelas reflexões e contribuições de Marx, não pode se traduzir em uma simples transposição de conceitos e categorias; precisa, sim, compreender a realidade material contraditória e o momento histórico, conforme destacou Octavio Ianni:

Não é uma realidade deslocada do pensamento, é o pensamento e a realidade articulados num todo que é a categoria. Categoria essa que é precisamente histórica, nesse sentido de que ela guarda um compromisso com a realidade sobre a qual refletiu. Ela não é uma explicação universal que transcende as sociedades e as épocas e os períodos. Não, ela é uma explicação que guarda muito a historicidade daquele momento, daquela configuração (Ianni, 2012, p. 409).

Frente a isso, o movimento da realidade nos tem imposto alguns desafios que não são atuais, embora tenham ganhado certa evidência na atualidade: os debates sobre as opressões de gênero, sexualidades, raça/etnia, classe e território, dentre outros, vêm sendo tensionados pelos movimentos sociais frente à compreensão da realidade por uma perspectiva dogmática e economicista de uma determinada e hegemônica tradição marxista⁸. Reproduzidos pela academia e pelas organizações revolucionárias tradicionais, os debates das opressões foram sobrepostos pela “questão de classe” e isso levou a concepções abstratas da categoria classe social e a concepções dualistas da obra de Marx, incorrendo em erros interpretativos sobre a luta de classes e o sujeito revolucionário (Bhattacharya, 2023; Rocha et al., 2022).

Nesse sentido, frente a uma crítica de um marxismo indiferente aos debates de raça/etnia, gênero e sexualidades (Hartmann, 1996), movimentos contestatórios

⁸ Importante mencionar que a tradição marxista foi desenvolvida de forma diversa e plural, situada historicamente e atravessada por tensões e lutas que imprimiram determinadas perspectivas nas elaborações teóricas e na práxis política. Nesse sentido, a hierarquização da classe social em detrimento das outras dimensões constituídas das relações sociais capitalistas foi apartada, sobretudo, pelo marxismo positivista (Quiroga, 1989). Entretanto, diversos outros(os) autores, como Davis (2016), González (1990); Moura (1988); Fanon (2022); Saffioti (2016); Mariátegui (2006); Zetkin (2014); Kollontai (2000), entre outras(os), convocaram o marxismo para a discussão de gênero, sexualidades, raça/etnia e sexualidades.

antirracistas, de mulheres, feministas e dissidências de gênero começam a tensionar o campo marxista dogmático, no qual prevaleceu uma concepção determinista e funcionalista da realidade social (Ruas, 2019).

É nos anos de 1960, 1970 e 1980, período de efervescência política mundial, desencadeada por ebulições socialistas no período da Guerra-Fria (1974-1991), que debates das opressões começam a adentrar a academia por vertentes socialistas na articulação entre feminismo e marxismo em regiões como Canadá, Estados Unidos da América (EUA) e Europa Ocidental. Os anos de 1960 e 1970 são marcados por um acúmulo nas discussões teóricas sobre o trabalho doméstico realizadas pela tradição feminista socialista e é em diálogo com esses debates que Lise Vogel lança sua obra *Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária*⁹, no ano de 1983. A obra foi um marco no desenho e na proposta de teoria unitária das relações sociais capitalistas, o que estabeleceu bases teóricas para, posteriormente, construir a Teoria da Reprodução Social - TRS.

Entretanto, o livro sofreu uma profunda invisibilização devido à desorganização do movimento feminista-socialista em um contexto de chegada do neoliberalismo nos anos de 1980, o que levou ao avanço do pensamento pós-moderno e ao afastamento da perspectiva de totalidade, arrastando os estudos e as pesquisas sobre gênero, sexualidades, raça/etnia e classe para um campo minoritário na academia e fomentando uma noção fragmentada da classe social e da própria Teoria Social de Marx (Ruas, 2019)

Segundo Ferguson e McNally (2022), a despeito desse influxo, alguns grupos seguiram nutrindo os debates realizados por Vogel devido à sua originalidade no campo marxista, sobretudo pelo seu diálogo e desenvolvimento de teorizações na perspectiva materialista histórica-dialética a partir da obra madura de Marx - *O Capital*.

A construção da TRS a partir da perspectiva unitária de Lise Vogel

⁹ A Teoria Unitária tem como principal marco a obra de Lise Vogel “Marxismo e a Opressão das Mulheres: por uma teoria unitária”, publicada em 1983 e reeditada e recuperada em 2013. Essa obra foi traduzida no Brasil no ano de 2022 por mulheres integrantes do Grupo de Estudos sobre Teoria da Reprodução Social e publicada pela editora Expressão Popular.

A sistematização inicial realizada por Vogel (1983[2013]) contribuiu para um salto qualitativo indispensável na compreensão sobre as raízes da opressão às mulheres¹⁰ no capitalismo, ao propor uma análise rigorosa a partir das principais categorias da obra madura de Marx - O Capital, avançando nas lacunas teóricas sobre a reprodução da força de trabalho deixadas por Marx e abrindo um novo campo de pesquisa feminista-socialista (Ferguson e McNally, 2022).

É fundamental ressaltar que Marx não desconsiderou a relevância da reprodução da força de trabalho para o capital. No livro O Capital, Vol.1 (2015), ele aponta:

O proprietário da força de trabalho é mortal. Portanto, para que sua aparição no mercado de trabalho seja contínua, como pressupõe a contínua transformação do dinheiro em capital, é preciso que o vendedor de força de trabalho se perpetue, como todo indivíduo vivo se perpetua pela procriação. As forças de trabalho retiradas do mercado por estarem gastas ou mortas têm de ser constantemente substituídas, no mínimo, por uma quantidade igual de novas forças de trabalho. A quantidade dos meios de subsistência necessários à produção da força de trabalho inclui, portanto, os meios de subsistência dos substitutos dos trabalhadores, isto é, de seus filhos, de modo que essa peculiar raça de possuidores de mercadorias possa se perpetuar no mercado (Marx, 2015, p. 318).

Ao teorizar sobre o consumo individual como meio de subsistência para conservação e reprodução da força de trabalho e sobre como isso determina seu valor, Marx reconhece como indispensável a reprodução da força de trabalho para o capital por ser uma mercadoria especial capaz de produzir mais-valor. Entretanto, Vogel pretende avançar, a partir da teoria do valor, sobre os aspectos particulares da reprodução social da força de trabalho sobre a qual Marx não teorizou, deixando uma lacuna ao naturalizar as formas de procriação.

Nessa direção, a obra de Lise Vogel, ao analisar as contradições entre a produção e a reprodução da vida, traz o seguinte questionamento: ***se a força de trabalho é uma mercadoria especial - nos termos de Marx (2015), a única capaz de produzir valor - como ela é produzida e reproduzida?***

Nesse sentido, Vogel (2022) questiona a natureza e os processos sociais pelos quais se reproduz a força de trabalho e, para elucidar essa questão, evidencia os *processos*

¹⁰ Importante mencionar que, nesse momento, as discussões estavam centradas no debate cisgênero, o que será, posteriormente, objeto de críticas e avanços da TRS, a partir de um esforço teórico e político em teorizar sobre as opressões relacionadas às pessoas trans e não binárias, como também a outras dissidências de gênero e sexualidades. Sendo assim, considera-se que a categoria “mulher” não deve ser compreendida como universal, mas respeitando a diversidade dos corpos feminilizados e racializados.

biológicos e geracionais para a renovação, regeneração e manutenção da reprodução social da força de trabalho produzida e reproduzida fora do circuito da produção de mercadorias, ou seja, na unidade doméstica (Vogel, 2022, grifos meus). Essa não é uma inovação de Vogel, já que o trabalho doméstico não remunerado já era debatido pelo feminismo socialista. A inovação que traz a autora tem a ver com a análise que realiza sobre a família da classe trabalhadora, na qual “Vogel passa de uma preocupação predominante com a estrutura e dinâmicas internas dessa forma-família para sua relação estrutural com a reprodução do capital” (Ferguson e McNally, 2022, p. 68).

Aqui, destacamos duas contribuições fundamentais de Vogel. A primeira marca uma diferença com autoras do feminismo autonomista ao considerar que o trabalho doméstico não remunerado na unidade doméstica cria mais-valor para o capital, pois, para Vogel (2022), o trabalho no lar não é mercantilizado e, portanto, produz valor de uso e não valor de troca, apesar de se constituir como essencial na dinâmica de acumulação¹¹. Nesse sentido, a saída não seria transformar o trabalho doméstico remunerado improdutivo em produtivo¹², mas compreender a reprodução da força de trabalho como um processo social que faz parte da acumulação de capital, que subordina os processos de reprodução da vida à produção de lucro.

Vogel (2022) refere que a base sociomaterial da opressão das mulheres não pode ser encontrada nas relações de gênero dentro do lar por meio do trabalho doméstico, ainda que a família também cumpra esse papel, avançando na teorização:

Em vez disso, a opressão se baseia no significado social do trabalho doméstico para o capital - o fato de que a produção e reprodução da força de trabalho é uma condição essencial que sustenta a dinâmica do sistema capitalista, possibilitando que o capitalismo se reproduza. E, ainda que isso

¹¹Aqui Vogel diverge de outras autoras do campo do Feminismo da Reprodução Social, como por exemplo Dalla Costa e James (1972); Gardiner (1975) e Humphries (1977) (Ferguson e McNally, 2022), como também das feministas autonomistas, com destaque para a expressão da campanha italiana Salários por Trabalho Doméstico (1972), que tem como uma das expoentes a autora Silvia Federici. A campanha buscava o reconhecimento pelo Estado do trabalho doméstico não remunerado por meio de sua remuneração por salário, reivindicando-o como produtor de valor (Varela, 2020).

¹²De acordo com Marx (2005), o consumo individual da classe trabalhadora para que possa reproduzir a força de trabalho e essa possa ser consumida pelo capital é considerado um consumo improdutivo. Nas palavras de Marx (2005, p. 789): “Se a acumulação do capital provocasse um aumento do salário e, portanto, um incremento dos meios de consumo do trabalhador sem ser acompanhada de um maior consumo de força de trabalho pelo capital, o capital adicional teria sido consumido improdutivamente. De fato: o consumo individual do trabalhador é improdutivo para ele mesmo, posto que apenas reproduz o indivíduo necessitado, e é produtivo para o capitalista e para o Estado, pois é produção da força produtora de riqueza alheia”.

não tenha que ser realizado no interior dos lares - orfanatos públicos ou privados, por exemplo, também assumem a responsabilidade de reproduzir a força de trabalho (Ferguson e McNally, 2022, p. 69, grifos meus).

Aqui se encontra a segunda contribuição de Vogel para o debate da opressão das mulheres: *deslocar a análise da unidade doméstica*. Ao considerar a relação entre produção e reprodução social que está para além do trabalho doméstico, compreendemos que a reprodução social é mais abrangente, pois “articula organicamente, em nível individual, doméstico, familiar, comunitário, público e social diversos tipos de trabalhos, remunerados ou não, que permitem a reprodução de nossas vidas cotidianas, bem como a reprodução geracional” (Moraes, Roncato e Borrero, 2023, p. 32). Portanto, esses trabalhos podem ser realizados tanto por meio do Estado - através de políticas públicas - quanto pelo mercado - através de serviços privados, evidenciando também os processos de reposição da força de trabalho para além da reposição biológica geracional, conforme apresentado em outros momentos da história, como a escravização e a migração (Vogel, 2022). Assim, para Vogel (2022), “a gênese da opressão às mulheres está situada na relação contraditória entre as formas de reprodução da força de trabalho em *articulação necessária-porém-contraditória* com a produção social capitalista” (Rocha, et.al, 2022, p. 47).

Com isso, Vogel (2022) aponta que as esferas da produção e da reprodução social compõem duas formas históricas particulares pelas quais o capitalismo mantém esse processo na aparência: a separação do espaço da produção de valor e o espaço da reprodução da força de trabalho. Isso marca um avanço analítico frente a elaborações até então realizadas pelo feminismo socialista, conhecidos como A Questão da Mulher, (Vogel, 2022)¹³, que fundamentaram a opressão das mulheres no trabalho doméstico. Essas análises imprimiram uma perspectiva dualista, que se desdobraria na compreensão do feminismo materialista sobre a divisão sexual do trabalho como origem da opressão às mulheres¹⁴ (Ruas, 2019).

¹³ Essas análises eram assentadas sobretudo nas elaborações de Engels em sua obra *A Origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1884).

¹⁴ Na teoria feminista materialista, há a percepção de uma estrutura comum na divisão sexual do trabalho, expressa por dois princípios: separação e hierarquização. A separação implica que certos tipos de trabalho são associados predominantemente a homens ou mulheres. Por sua vez, a hierarquização sugere que o trabalho masculino é valorizado moralmente acima do feminino, refletido na disparidade salarial e no status social. Conforme destacaram Moraes, Roncato e Borrero (2023, p. 27): “A divisão sócio-sexual do trabalho é, ao mesmo tempo, estrutural e socialmente construída pelos seres humanos, isto é, está enraizada no modo

Conforme destaca Fraser (2023), as contradições próprias da dinâmica da acumulação capitalista impõem formas históricas específicas de reprodução social da força de trabalho em cada momento do desenvolvimento do capitalismo, relacionando-se também com o papel do Estado na correlação da luta de classes pela reprodução social. Evidenciam-se, portanto, transformações importantes com o avanço do neoliberalismo e o aprofundamento da crise estrutural do capital, agravadas pelas crises de 2007/2008, que desencadearam não só mudanças nos processos de reestruturação produtiva, mas também reestruturaram as relações de reprodução social (Fraser, 2023).

Isso exigiu resistências e organização da classe trabalhadora frente às expressões de perdas de direitos sociais e trabalhistas, violência estatal, precarização das relações de trabalho e dos serviços públicos como a falta de moradia, de educação, saúde, bem como o aumento do desmatamento e a reatualização do racismo, do machismo e da LGBTQIAPN+fobias etc.

É neste cenário de mobilizações da classe trabalhadora mundial que a obra de Vogel é recuperada e reeditada no ano de 2013 (com tradução no Brasil apenas em 2022), em meio a uma arena de lutas contra a crise estrutural do capital que se manifesta de forma intensa por meio de crises civilizacionais, políticas, ecológicas, produtivas e reprodutivas, e do acentuamento das contradições entre a produção de valor e a reprodução da vida humana.

Com a reconvocação do marxismo nos debates e discussões, se conforma um campo de militantes e intelectuais que reconhecem a importância de uma luta integrada e uma teoria capaz de explicar a realidade em sua complexa e dinâmica articulação de diferenças que compõem a unidade contraditória do desenvolvimento capitalista, buscando uma teoria unitária capaz de explicar a dinâmica dialética das relações de exploração e opressão, especialmente entre gênero, raça e classe. Esse campo de convergência se convencionou chamar de TRS (Ruas, 2019; Rocha et al., 2022).

de funcionamento de nossa sociedade, no caso, o modo de produção capitalista. É por essa premissa que, para muitas feministas – desde as liberais, materialistas e incluindo parte das socialistas –, a explicação central da origem da opressão das mulheres estaria localizada nesta divisão sócio-sexual do trabalho. Essa explicação não deve ser ignorada, mas pode levar à ideia de que o problema da opressão estaria, então, na natureza genericada do trabalho, sendo necessária, assim, sua erradicação. No entanto, nessa constatação, como explicaria a existência e surgimento da própria divisão sexual do trabalho? Seria possível, portanto, sob o capitalismo, o fim da opressão das mulheres, assim como a superação da divisão sócio-sexo-racial do trabalho deixando intacto o modo de produção?”.

A partir da sistematização inicial realizada por Vogel e dos acúmulos teórico-políticos gerados pelas lutas sociais do nosso tempo, a TRS amplia o conceito de classe trabalhadora ao considerar sua existência para além do local de trabalho, sendo essa produzida e reproduzida por *processos diferenciados de reprodução social da força de trabalho*, considerando as dinâmicas de generificação, racialização e territorialização.

Compreende-se, a partir desta perspectiva, que a complexidade dos processos e das relações sociais molda as condições de existência da força de trabalho e sua relação *contraditória-porém-necessária* (Ruas, 2020). Em outras palavras, a reprodução da força de trabalho é essencial para a dinâmica de acumulação do capital, mas ao mesmo tempo é cerceada pelas limitações do próprio sistema. Essa dinâmica se evidencia na restrição do acesso a serviços e programas que garantem direitos e políticas sociais, os quais estão cada vez mais sujeitos à mercantilização e à privatização.

Ao considerar as relações sociais de gênero, sexualidades, raça/etnia, classe e território a partir de uma perspectiva de totalidade, a TRS compreende que estas não são apenas funcionais ao capitalismo, mas estruturantes dele. Isso nos leva a compreender de uma maneira mais ampla as lutas sociais por demandas da reprodução da vida, como as lutas contra o extermínio da população originária, o racismo, o sexismo, LGBTQIAPN+fobias etc. como parte da luta de classes, pois essas lutas conformam um campo de recomposição da própria classe (Mohandesi e Teitelman, 2023; Ruas, 2021).

Essa compreensão nos leva a considerar que a luta de classes não ocorre somente no espaço de produção de valor, sendo que ela também se manifesta de diferentes formas e por demandas da reprodução da própria vida.

Portanto, é por meio do ajuste fino de uma compreensão teórica com o legado de lutas e resistências a partir da perspectiva de totalidade das relações sociais de gênero, raça/etnia, classe social e território que se compreende a inseparabilidade das categorias de exploração e opressão. Nesse sentido, a TRS supera as análises e perspectivas que compreendem as relações de exploração-opressões como parte de sistemas autônomos, ou seja, que o capitalismo, o racismo e o patriarcado teriam leis e dinâmicas próprias de reprodução, como também as lutas contra as opressões seriam lutas distintas da luta de classes.

A construção da TRS a partir das lutas e resistências em nosso território

Apesar dos avanços de Vogel na direção de uma teoria unitária, segundo Ruas (2019), “esta reproduzia uma concepção metodológica que abstraía a categoria ‘mulher’ de suas determinações de raça (e por vezes de classe), o que ironicamente aproximava da concepção marxista ortodoxa que ela própria propunha combater” (p. 13). É nessa direção que a TRS, enquanto uma perspectiva teórico-metodológica política, parte da proposta iniciada por Vogel (2022) mas avança a partir das lutas sociais dos movimentos negros, indígenas, feministas e de dissidentes de gênero e sexualidades.

No mesmo período em que Vogel teorizava sobre a importância de uma teoria unitária, feministas negras de tradição socialista e ativistas do movimento *Combahee River* (1977)¹⁵, em seu manifesto, já problematizavam a necessidade da construção de uma perspectiva que fosse capaz de considerar a inseparabilidade das relações de gênero, raça e classe. Mulheres negras como Angela Davis, Sojourner Truth, Anna Julia Cooper, Sadie Alexander e Claudia Jones já denunciavam o racismo e demonstravam a necessidade de se incorporar, nas lutas sociais, a luta antirracista (Ruas, 2019; Ferguson, 2020).

No Brasil, a TRS é recente e uma perspectiva ainda em construção que enfrenta desafios únicos marcados pelas particularidades do capitalismo dependente e periférico, forjado historicamente pela colonização, assentada no trabalho escravizado de pessoas negras sequestradas de África, da tentativa de extermínio dos povos originários, da expropriação de suas terras e do apagamento de suas cosmovisões e de suas práticas ancestrais. Nesse sentido, as relações sociais edificadas nesse vasto e diverso território devem ser apreendidas em sua processualidade histórica e na dinâmica do capitalismo desigual e combinado que se perpetua pela *superexploração da força de trabalho*¹⁶

¹⁵*Combahee River* foi uma organização feminista negra e lésbica, a qual remontava às lutas abolicionistas e à luta das mulheres afro-americanas por sobrevivência e por libertação. Elas recuperam o legado do feminismo negro (Combahee River, 2019).

¹⁶ Para não incorrerem em equívocos com relação a essa categoria, tomamos emprestada a visão de Ruy Mauro Marini (1990 [1973]), autor que compreende que a superexploração da força de trabalho se relaciona com a economia dependente dos países da América Latina, a partir da troca desigual que implica em compensar a perda de mais-valor. O aumento do mais-valor absoluto em sua forma clássica, nos termos marxianos (Marx, 2015), diz respeito ao aumento do tempo de trabalho excedente para trabalhadoras/es, como em qualquer exploração capitalista. Entretanto, o que ocorre na periferia do capital é o prolongamento da jornada, da intensidade do trabalho e a apropriação do fundo de consumo e do fundo de vida da classe trabalhadora (Ruas, Alencar, 2021; Marini, 1990 [1973]). Em outras palavras: o que é pago à classe

(Marini, 1990 [1973]) e na negação da reprodução social da classe trabalhadora racializada, generificada e territorializada.

Segundo Rocha et al.(2022), o legado de luta e resistências de povos negros e originários desde o período da colonização constitui o ponto de partida para pensar a conformação da classe trabalhadora e a luta de classes em nosso território e esse é ponto inicial para a construção da TRS. A resistência histórica das mulheres negras e indígenas, contra a escravidão durante a colonização, deixou um legado profundo nas formas de produção e reprodução da vida, influenciando as dinâmicas sociais até os dias atuais.

É essencial entender que localizar a tradição feminista-socialista no Brasil não se resume a discutir o capitalismo e a opressão das mulheres, como muitas vezes ocorre na literatura europeia e estadunidense. É necessário analisar e situar os processos de lutas e resistências intergeracionais das mulheres negras e indígenas, incorporando suas cosmovisões, oralidades e práticas que informam sua atuação política (Rocha et al., 2022).

As lutas e resistências ao longo da história brasileira e latino-americana também exerceram uma influência significativa no desenvolvimento das formulações teóricas dentro e fora da academia. Enquanto as mulheres nos países centrais debatiam questões como trabalho doméstico e opressão, na América Latina enfrentávamos períodos de repressão e supressão de perspectivas revolucionárias, antirracistas e feministas-socialistas, devido à ditadura empresarial-militar. Além disso, grande parte da população, especialmente no Brasil, vivia em áreas rurais com pouco acesso à educação e saúde, relegadas ao esquecimento e negligência estatal (Rocha et.al., 2022).

Santos et al. (2024) destaca a contribuição de Ruas (2019) ao apontar que a perspectiva da TRS no Brasil é influenciada pelas lutas que ocorrem no âmbito da reprodução desde o século XIX, como os quilombos, a Greve dos Ganhadores (1857) e

trabalhadora na forma salário é um valor muito abaixo das condições da reprodução de sua própria vida. A partir disso, tomando também as teorizações de Souza (2023), o racismo e o sexismo são indissociáveis na operação da superexploração, já que, a depender do gênero e da raça/etnia, o valor da força de trabalho pode ser ainda menor. Para exemplificar, a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, realizada pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) destaca que o salário mínimo necessário para a reprodução da força de trabalho deveria ser de R\$ 6.832,20 mensais. No entanto, o salário mínimo nominal mensal em março de 2024 é de R\$ 1.412,00. Isso escancara as precárias condições de vida da população, sem contar as pessoas que não chegam a receber nem mesmo um salário mínimo - essas que, em sua maioria, são mulheres e pessoas negras que estão no trabalho informal. Segundo pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE, são quase 39 milhões de brasileiras/os/es na informalidade (Amorim, 2023), sem contar as pessoas desempregadas.

as lutas das mulheres trabalhadoras. Ressalta-se o papel de organizações como Coletivo Nzinga, Geledés e Criola, assim como as contribuições de feministas socialistas, feministas lésbicas, movimentos indígenas e do campo.

Na América Latina, várias lutas e movimentos são fontes de inspiração para a construção de uma teoria unitária. Um exemplo é a luta do *Ejército Zapatista de Liberación Nacional* (EZLN) no México (1994), que anunciou a criação de 32 municípios indígenas autônomos no Estado de Chiapas e o reconhecimento dos povos indígenas como pessoas de direitos no exercício de sua liberdade de diversidade histórica, cultural e jurídica (Gargallo, 2022). Também a luta de muitas mulheres pensadoras situadas em *Abya Yala* vem tensionando o pensamento eurocêntrico e o feminismo marxista, que majoritariamente foi conformado pela branquitude (Ruas, 2019).

Além disso, no Brasil, a TRS é enriquecida pela institucionalização dos debates de raça/etnia, sexualidades e gênero nas universidades, influenciada por estudos acadêmicos de Lélia González, Heleieth Saffioti, Beatriz Nascimento, Clóvis Moura etc., assim como pelos debates do feminismo socialista e dos feminismos negros, chicanos, lésbicos, anti-imperialistas e decoloniais que por muito tempo foram invisibilizados nos centros hegemônicos da produção de conhecimento e da luta política.

A perspectiva da TRS também se inspira na retomada das lutas antirracistas, anti-LGBTQIAPN+fóbicas, anticoloniais e anti-imperialistas no século XXI, demonstrando a insustentabilidade do modo de produção capitalista e suas consequências catastróficas, especialmente para grupos marginalizados.

De acordo com Ruas (2019), a perspectiva contemporânea da TRS evidencia o que analiticamente foi ocultado pelos economistas e os supostos clássicos do marxismo e “politicamente negado como *lócus* da luta de classes”. Essa perspectiva nos permite compreender a totalidade da complexa e diversa vida sob o capitalismo, capturando também os processos diferenciados de reprodução da vida que produzem consciências por “processos diferenciados” (Ruas, 2019, p. 182).

Nossa tarefa teórica e política é o tratamento da categoria totalidade social da teoria-método marxiano para a compreensão do real. Assim, “o desafio é que isto seja feito, no entanto, sem isolar estas particularidades da totalidade social, e possibilitando uma prática política que agregue as especificidades - e formas de organização - de cada luta” (Ruas, 2019, p. 184).

Compreender a totalidade social como todo orgânico e não uma mera soma de diferentes partes está em sua implicação no campo da práxis, da organização política. Há uma contradição insolúvel que se agrava continuamente entre o processo de produção capitalista - que é voltado para a valorização do valor e não para o desenvolvimento social do trabalho - e as necessidades reprodutivas dos trabalhadores. Portanto, uma compreensão integrada do capitalismo e das relações de opressão como um todo orgânico é central às lutas contra o capital e influencia diretamente as possibilidades de unidade da classe trabalhadora (Ruas, 2019, p. 188).

Assim, sendo indissociável a conexão entre elaboração teórica e formulação metodológica, o método - compreendido como a perspectiva do sujeito que pesquisa (Netto, 2011) - que orienta essa tese é assentado no significado das categorias *classe trabalhadora* e *luta de classes* a partir da perspectiva da TRS, inscrevendo-as dentro e fora do terreno da produção, ou seja, na realidade concreta em que se constituem as lutas em suas expressões sustentadas por sujeitos concretos - mulheres latino-americanas, negras, originárias de *Abya Yala*, *campesinas* - na busca pela compreensão das formas de resistência e sobrevivência dessas mulheres em sua diversidade frente ao proibicionismo às drogas, considerando, portanto, suas particularidades territoriais, mas também buscando a *unidade da diversidade*, sendo necessário inscrevê-las no campo da luta de classes, pois “as necessidades de sobrevivência, então, possuem uma relação direta com a exploração capitalista” (Ruas, 2019, p. 191) e essas são determinadas pela luta de classes.

Pesquisa militante

Esta pesquisa se qualifica como uma pesquisa-militante - PM e recorre às contribuições do pensamento crítico latino-americano¹⁷ para refletir e construir novas formas de conhecimento. Nesse sentido, por meio desta, pretendo *recuperar as resistências de mulheres latino-americanas ao considerar que a produção de*

¹⁷A hegemonia do pensamento social latino-americano, ainda que preocupado com as particularidades do continente, se referenciava pela sociedade europeia e pressupostos eurocêntricos, reproduzindo concepções acríticas sobre nossa história. Neste importante movimento, alguns teóricos lançaram reflexões sobre a América Latina, conforme destacaram Jaumont e Varela (2016), “valorizando suas particularidades e complexidade histórica e vislumbrando a construção de um futuro comum desde estas potencialidades, inclusive étnicas e raciais. É nesta trilha, embebido das matrizes de resistência – matrizes como a originária, a negra e a independentista – e alimentado pelas lutas sociais que se forja e consolida o pensamento crítico latino-americano” (p. 426-427).

conhecimento e ciência não estão desvinculadas de processos societários (Jaumont e Varella, 2016). Busco, portanto, construir um trabalho em coerência com o compromisso da produção de conhecimento orientada para uma ação transformadora e aliada a uma reflexão teórico-crítica, vinculada às lutas populares e aos sujeitos políticos.

Conforme destacou Varella (2017), foi no início do século XX que se articularam e se consolidaram diferentes experiências e trajetórias de movimentos sociais e processos de transformação que vincularam a produção de conhecimento e movimentos sociais que recorriam ao pensamento crítico e as resistências na América Latina, produzindo novas estratégias de pesquisa.

Ou seja, durante todo esse período, foi se conformando, em consonância com as particularidades das lutas sociais latino-americanas, uma forma de produzir conhecimentos profundamente enraizada na realidade da região e comprometida com a transformação social e com os movimentos sociais desta. Vai, assim, configurando um espaço de convergência com contornos epistemológicos e teórico-metodológicos que, ao mesmo tempo em que se apropria, rompe, em diferentes níveis, com as premissas das matrizes de pensamento européias e estadunidense (Varella, 2017, p. 267).

É importante destacar que a intenção não é rejeitar as produções teóricas europeias e estadunidenses, mas sim realizar uma análise crítica de como essas perspectivas historicamente abordaram a realidade latino-americana. Em alguns casos, essa crítica se estende à ausência de considerações sobre as particularidades da região, já que essas produções muitas vezes não proporcionaram uma análise completa da totalidade da realidade social. A partir disso, pretende-se compreender as experiências e os saberes produzidos no nosso território, empreendendo esforços para construir outros marcos teóricos e interpretações conceituais vivas, criativas, críticas e dinâmicas de nossa realidade.

Evidentemente, não podemos definir a PM como estritamente marxista, uma vez que ela se assenta em lutas e resistências diversas e promove um debate com diferentes perspectivas teóricas do campo teórico-crítico. Entretanto, concebendo o debate plural dentro do mesmo campo, busco reconhecer a riqueza dessa diversidade, mobilizando essa pesquisa dentro do campo marxista, ancorada no método materialista histórico-dialético a partir da TRS. Nesse sentido, compreendendo a construção do conhecimento e da ciência a partir de realidades latino-americanas situadas, e coadunando com a perspectiva de Marx (2007), a qual buscava não apenas interpretar o mundo, mas sim transformá-lo,

compreendo que essa transformação precisa se dar, necessariamente, a partir das experiências concretas, nas particularidades históricas e territoriais em que elas se desenvolvem.

Uma universidade socialmente referenciada deveria ter um compromisso político de transformação social, como também de produção de um conhecimento orientado para a reflexão crítica, na construção e ressignificação de conceitos e categorias, na busca por romper com esse apagamento histórico em que a academia se assentou, sobretudo, pelo pensamento eurocêntrico.

Apesar de a academia ser legitimada socialmente como o *lócus* central da produção de conhecimento, ela não é a única fonte de saber. Este também é produzido por sujeitas concretas que resistem e sobrevivem dia após dia diante das condições desafiadoras de sobrevivência, do conhecimento transmitido pela oralidade e da práxis produzida por organizações e movimentos sociais, os quais são essenciais para o avanço da compreensão e transformação da sociedade. O conhecimento situado vem cumprindo uma função social que ultrapassa os muros da universidade, uma vez que esta está estruturada por barreiras históricas de acesso para determinados grupos sociais, e também pelo impasse de se realizarem pesquisas sem que determinados temas de investigação sejam deslegitimados.

Conforme destaca Varella (2017), um traço fundamental da dependência dos países latino-americanos em relação aos países centrais diz respeito à assimilação teórico-metodológica das teorias na compreensão de nossa realidade. Nessa perspectiva, a dependência produtiva, social e econômica também se expressa nas interpretações próprias da construção de conhecimento, criação e produção intelectual, o que o sociólogo colombiano Orlando Fals Borda nomeou como “servidão intelectual” (Fals Borda, 1987 [1970], p. 37).

A pesquisa militante, na contramão da produção hegemônica de conhecimento, considera que os processos vivos e dinâmicos das lutas e da auto-organização produzem conhecimentos que são capazes de articular a teoria e a prática, conforme destaca Malo (2004):

(...) partiendo de la realidad concreta, procediendo de lo simple a lo complejo, de lo concreto a lo abstracto, con el objeto de ir creando un horizonte teórico adecuado y operativo, muy pegado a la superficie de la vida, donde la

simplicidad y concreción de los elementos de los que se ha partido adquieren significado y potencia (Malo, 2004, p. 13).¹⁸

Diante do avanço do capitalismo, sobretudo assentado nos interesses econômicos que reproduzem lógicas e dinâmicas individualistas na produção do conhecimento, para pesquisadoras e pesquisadores preocupadas/os/es e comprometidas/os/es com formas alternativas, são comuns as indagações de como produzir conhecimento que beba de uma análise concreta do território, da vida e das resistências em suas diversidades. De acordo com Fals Borda (2015) “*Cómo combinar precisamente lo vivencial con lo racional en estos procesos de cambio radical, constituye la esencia del problema que tenemos entre manos*” (p. 253).

Historicamente, são usados diferentes termos para designar esse campo convergente (ainda que com suas diferenças) para a produção de uma pesquisa comprometida socialmente, tais como: pesquisa participante, observação militante, pesquisa-ação, *investigación-acción-participación*, etnografia militante, dentre outros (Jaumont e Varella, 2016).

De forma hegemônica, a PM é referenciada na literatura de forma restringida e vinculada a quadros políticos dentro de organizações político-partidárias ou do movimento social que investiga, a fim de melhorar sua qualidade de militância ou do próprio movimento. Entretanto, consideramos a militância de maneira ampliada, compreendendo-a como diversas formas de ação coletiva e que são orientadas em função de objetivos de transformação social (Varella, 2017). Portanto, a militância se refere a um compromisso ético e político que envolve a inserção de quem investiga em vários espaços coletivos de discussão, articulação e mobilização, de maneira ampla, e que implica na produção de conhecimento voltada para uma transformação social. Isso rompe com a perspectiva que compreende os movimentos sociais como meros objetos de investigação.

Dito isso, nesta pesquisa optou-se por utilizar o termo PM, compreendendo-a como:

El método, abstraído del contexto y de las preocupaciones de las que nace, se convierte en un corsé que impide la verdadera conexión entre experiencia y pensamiento, entre análisis y práctica de transformación, una especie de

¹⁸ “Partindo da realidade concreta, procedendo do simples para o complexo, do concreto para o abstrato, a fim de criar um horizonte teórico adequado e operativo, indissociável da superfície da vida, onde a simplicidade e a concretude dos elementos dos quais partimos adquirem significado e potência” (Malo, 2004, p. 13) (Tradução própria).

rejilla ideológica que atora los desplazamientos ante los nuevos problemas e inquietudes que el proceso va planteando a medida que avanza. Por encima de cualquier método, están las operaciones reales que el proceso de investigación militante es capaz de poner en marcha. La investigación militante es, en este sentido, siempre, un viaje abierto, que sabemos de dónde y cómo parte pero no adónde nos llevará (Malo, 2004, p. 35, grifos meus).¹⁹

Ressalta-se que a PM ainda é muito invisibilizada na academia e objeto de muitas controvérsias, sendo pouco reconhecida como ciência. Entretanto, apesar dessa tentativa de apagamento, o acúmulo teórico-prático de pensadoras/es, militantes, movimentos sociais e organizações políticas prevaleceram ao longo da história latino-americana, o que vem sendo atualmente retomado em algumas universidades na América Latina (Jaumont e Varella, 2016). Nesse sentido, ela é reconhecida como uma chave interpretativa para visibilizar as teorizações a partir dos movimentos sociais por meio de investigações orientadas para uma ação transformadora e coletiva (Varella, 2017).

Um elemento fundamental desse campo é a ruptura com a noção de sujeito (quem investiga) e objeto (o investigado), característica de uma investigação clássica, tecendo uma pesquisa que considere que todo sujeito social é uma potência criativa capaz de construir processos conjuntos e borrando as fronteiras entre sujeito e objeto, uma vez que os dois sujeitos são afetados pela pesquisa. A produção de uma *co-investigação* compreende que existe distinto “*saber-hacer*” (Malo, 2004, p.32), na relação que se estabelece de forma dinâmica entre o sujeito exterior da realidade social ou comunidade que investiga e os sujeitos inseridos nessa realidade, promovendo, assim, a dinamização dessas relações.

Nessa direção, as entrevistadas nesta pesquisa são compreendidas como *participantes*, sendo que o caminho metodológico para compreender as formas de lutas e resistências dessas mulheres diversas do Brasil e da Colômbia terá como ponto de partida suas trajetórias e suas vozes. E, nesse sentido, também é importante ressaltar que as relações estabelecidas ou pré-estabelecidas nesta tese foram constantes e retroalimentadas.

¹⁹ “O método, abstraído do contexto e das preocupações dos quais nasce, torna-se um espartilho que impede a conexão real entre a experiência e o pensamento, entre a análise e a prática transformadora, uma espécie de grade ideológica que amarra os deslocamentos diante dos novos problemas e preocupações que o processo levanta à medida que avança. Acima de qualquer método, há as operações reais que o processo de pesquisa militante é capaz de colocar em movimento. A pesquisa militante é, nesse sentido, sempre uma jornada aberta, que sabemos onde e como começa, mas não aonde nos levará” (Malo, 2004, p. 35) (Tradução própria).

Minha inserção na realidade colombiana se deu por meio de um vínculo formal entre as universidades PUC-SP e *Universidad Externado de Colombia*, o qual me permitiu ser recebida e co-orientada por Izabel Solyszko, brasileira, assistente social, professora na *Universidad Externado* e diretora da *Unidad de Género* desta universidade. Uma mulher comprometida com pesquisas sobre violências de gênero contra as mulheres e resistências de mulheres. Izabel me orientou teórico-metodologicamente e também permitiu minha aproximação a pessoas que possibilitaram meu trabalho de campo nos territórios. Além disso, tomando como central a autonomia do meu processo como investigadora-militante, o estabelecimento de relações se deu também de forma autônoma, e realizei diversos contatos com militantes, professores/as ativistas e estudantes que contribuíram com meu processo de mapeamento do território. Todos esses contatos me proporcionaram uma relação de confiança nos lugares onde estive e até com as mulheres entrevistadas e participantes desta pesquisa.

No Brasil, minha trajetória enquanto militante se dá por meio de diversos espaços organizativos, primeiro no âmbito da representação estudantil de pós-graduação em diversos espaços, assim como na ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Região Sul II, período de 2019-2020), pela militância partidária no núcleo de Mulheres da Resistência, do PSOL - Partido Socialista Liberdade e, sobretudo, pela minha inserção na RENFA Núcleo São Paulo, onde atuei de 2020 a 2022²⁰. Essa inserção me permitiu acompanhar diversas discussões e participar de eventos e debates voltados exclusivamente para militantes. Evidentemente, todo esse acúmulo, que também é expresso nesta tese, se deu de forma coletiva e participativa e, por isso, a participação nesse espaço coletivo nutriu minha experiência como investigadora.

Apresentação dos capítulos da tese

Esta tese está dividida em quatro capítulos. Considerando o método materialista histórico-dialético e uma aposta de método de exposição, apresento os resultados desde o primeiro capítulo, intitulado “**Desvendando o campo de pesquisa: As expressões da Ideologia Proibicionista no Brasil e na Colômbia**”. Neste é apresentado uma

²⁰ Devido à mudança para a Colômbia no ano de 2023/2024, me afasto das atividades do grupo a fim de me dedicar ao trabalho de conclusão da tese.

perspectiva histórica dos conceitos teóricos-chaves sobre a ideologia proibicionista e sua base material expressas em particularidades no Brasil e na Colômbia. Aqui, pode-se encontrar uma aproximação histórica da formação social de cada país com relação ao tema para então, compreender o contexto situado do perfil e do território das participantes da pesquisa. Apresento os aspectos teóricos-metodológicos e ético-políticos com relação à minha aproximação com o campo de pesquisa.

O capítulo dois “**Proibicionismo, mulheres e Reprodução Social**” começa a trazer as vozes das participantes como fonte de conhecimento, cotejando com os aspectos teóricos da TRS para compreender a realidade das mulheres inseridas no mercado ilegal, evidenciando a relação contraditória-porém-necessária do capitalismo com a reprodução social da vida. Aqui apresento a categoria *de superexploração bélica da força de trabalho* que nasce desta realidade analisada.

O terceiro capítulo “**Impactos da guerra às drogas na vida das mulheres no Brasil e na Colômbia**” apresenta os principais impactos da guerra às drogas na vida das mulheres: no Brasil, mulheres indígenas, negras, pobres e periféricas; na Colômbia, mulheres afrocolombianas, indígenas e *campesinas*, considerando a inserção dos países na divisão internacional do trabalho no mercado ilegal - Colômbia na esfera da produção e o Brasil na circulação e no consumo. Aqui, os resultados foram organizados de acordo com o que mais se evidenciou nas vozes das participantes como impactos comuns nos dois países e impactos particulares a cada um deles.

O último capítulo “**Formas de lutas e resistências de mulheres frente ao proibicionismo às drogas no Brasil e na Colômbia**” aborda a necessidade de se organizar politicamente frente à *superexploração bélica da força de trabalho* no capitalismo predatório, evidenciando as particularidades das lutas e resistências em cada país e costurando a unidade dessas lutas antiproibicionistas e anticapitalistas, destacando a importância de compreendê-las como parte essencial da luta de classes.

Nota sobre as traduções

Este trabalho foi escrito em dois idiomas – português e espanhol. Por isso, a pessoa que lê encontrará as entrevistas transcritas no idioma original, e para algumas palavras específicas, haverá notas de rodapé que explicam significados e nuances destas

palavras em espanhol usadas pelas entrevistadas na Colômbia, preservando seu significado original e evitar qualquer distorção.

As citações diretas de autores em espanhol que tratam de conteúdos teóricos, foram traduzidas em notas de rodapé para facilitar a compreensão. Optei por manter o texto original em espanhol no corpo do arquivo e a tradução em português no rodapé como uma escolha política, destacando a importância de nos apropriarmos do espanhol, dado que o Brasil é o único país da América Latina que não fala essa língua.

Por fim, é importante ressaltar que, apesar desse esforço, alguns conceitos em espanhol são intraduzíveis, o que representa um desafio em termos de contexto, o que se tentou minimizar com explicações apontadas no diário de campo.

CAPÍTULO 1 - DESVENDANDO O CAMPO DE PESQUISA: AS EXPRESSÕES DA IDEOLOGIA PROIBICIONISTA NO BRASIL E NA COLÔMBIA

Para começo de conversa, uma pergunta elementar: o que é droga?

Essa pergunta simples revela o quanto estamos imersas/os/es em uma cultura moral com relação a determinadas substâncias, as quais sofreram transformações de seus significados simbólicos, culturais e sociais associados aos seus usos, sobretudo quando foram subordinados à economia capitalista ao terem seu valor de uso submetido ao valor de troca (Santos, 2019).

A partir de estudos antropológicos e arqueológicos, foi possível evidenciar que a relação dos seres humanos com as drogas é muito antiga, tendo pelo menos 88 séculos de história (Carrillo, 2022). Portanto, é possível presumir que nos anos 8840 a.C. tais substâncias não eram demonizadas, pelo contrário, eram “*probablemente entendidas como instrumentos sagrados en la medida en que habilitaban un punte de comunicación con la dimensión espiritual*” (Carrillo, 2022, p. 90)

Escohotado (1998) e Carrillo (2022) revelam que é impossível dissociar a história do desenvolvimento da humanidade do uso de substâncias psicoativas - as drogas. Há evidências de usos milenares das drogas para fins medicinais, recreativos, festivos e espirituais. Entretanto, quando perguntamos o que é droga, o imaginário que nos atravessa é fruto de um discurso criminalista, moralista e punitivista carregado de uma ideologia burguesa, visto que “na sociedade capitalista os valores objetivam interesses de classe” (Brites, 2017, p. 43).

Carneiro (2005) destaca que as transformações de significado da palavra “droga” remontam ao período colonial, já que foi a busca por elas um dos principais fatores que motivaram as grandes navegações:

As especiarias das Índias Orientais, como a pimenta, a canela e a noz-moscada, assim como as das Índias Ocidentais, como o pau-brasil, o açúcar e o tabaco, eram denominadas de drogas pelos homens do período. É assim que o conhecido cronista das riquezas brasileiras, o jesuíta André João Antonil, no início do século XVIII, usou essa expressão para se referir a esses produtos em seu livro sobre a Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas (1711). E assim também se expressa Affonso de Taunay ao escrever que, nos dois primeiros séculos da colonização, ‘teve o meio circulante brasileiro de ser constituído pela compra de moeda portuguesa e espanhola, em troca das drogas da terra exportadas’ (Taunay, 1953, p.51) - diferentemente do México e do Peru, onde os metais preciosos cumpriam esse papel (Carneiro, 2005, p. 11).

As drogas cumprem um papel fundamental na cultura latino-americana, contexto em que foram alvos de expropriação de saberes na era moderna, que marca a colonização desse território, promovendo e expandindo o comércio e disputas desses produtos (*commodities*), transformando-os em objetos de interesse geopolítico e econômico.

Carneiro (2018) destaca ainda que as drogas-alimentos, como o açúcar, o café, o chocolate, bebidas alcoólicas, o chá, o tabaco e o ópio foram centrais no tráfico mercantil e impulsionaram a arrecadação fiscal e a acumulação de capital, ainda no capitalismo concorrencial, como também serviram para o intercâmbio de pessoas negras de África para a submissão ao trabalho escravo nas colônias.

O que quero fundamentar é que as drogas se apresentam como mercadorias²¹ para atender necessidades humanas (Marx, 2015; Brites, 2017; Carneiro, 2002, Santos, 2019), necessidades essas que são sociais e históricas, ou seja, que se modificam no desenvolvimento da história. Assim, o consumo de substâncias psicoativas é uma “prática social historicamente determinada”, relacionada com um sistema de necessidades (Brites, 2017, p. 28). As drogas, portanto, transformam-se a partir do desenvolvimento e das transformações do processo produtivo e da reconfiguração dos padrões de circulação e consumo. Nesse sentido, as drogas como mercadoria sob o comando do capital adquirem um caráter histórico particular na medida em que se amplia a dominação do capital em várias áreas da vida humana e o uso passa a ser necessário para a manutenção e reprodução social da vida da classe trabalhadora (Carneiro, 2002), a partir do momento em que a força de trabalho se transforma também em uma mercadoria (Santos, 2019)²².

Ao compreender as drogas como mercadorias sob comando do capital, sustento a ideia de que existe uma economia das drogas, ou seja, é constituído um mercado global das drogas que incide na relação dessas drogas com o uso. Nesse sentido, o uso corresponde a um dos fatores na cadeia dessa economia. Entretanto, a economia das

²¹ Segundo Marx (2015, p. 57): “A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia. Não importa a maneira como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, objeto de consumo, ou indiretamente, como meio de produção”.

²² Importante mencionar que, de acordo com Brites (2017), as finalidades do uso - vinculadas às necessidades histórico-sociais - são diversas e, mesmo com as transformações das necessidades sociais, não significa que haja um completo desaparecimento de uma finalidade por outra. Por exemplo, ainda prevalece o uso de substâncias psicoativas com fim ancestral e espiritual, mesmo que na contemporaneidade o uso seja vinculado a necessidades sociais que são colocadas pela própria necessidade de reprodução da sociedade capitalista.

drogas vai além do consumo dessas substâncias, compreendendo a produção, a circulação e o consumo, em última instância.

Toda essa economia é parte da dinâmica capitalista e da reprodução do capital, a qual não é meramente econômica, pois o capital é uma relação social (Marx, 2015) e, por isso, a questão das drogas é multifacetada, com aspectos econômicos, sociais, culturais, ambientais, políticos e ideológicos, confirmando o desafio de realizar uma análise na perspectiva de totalidade.

Nesse sentido, o caminho para uma análise crítica sobre a questão das drogas não é tarefa simples. No entanto, partindo de um consenso na literatura crítica sobre drogas, existe um pilar fundamental para discutir esse tema, e esse pilar é o proibicionismo. Esse elemento fundamental é o que estrutura o entendimento crítico sobre as drogas determinando tanto as socialmente aceitas (lícitas), quanto aquelas que carregam estigma e preconceitos: as substâncias ilícitas.

Visto que o caráter ilícito de um psicoativo não é determinado apenas por critérios de saúde com relação aos danos provocados (Brites, 2017), as questões que se colocam são: por que proibir? Quem proíbe? Com quais critérios? Sob quais interesses?

1.1 Situando o proibicionismo às drogas: bases históricas e materiais do proibicionismo e sua relação com a reprodução social capitalista

Primeiramente, é importante realizar algumas precisões teórico-conceituais. É frequente encontrar na literatura expressões como proibição, proibicionismo, paradigma proibicionista, guerra às drogas, ideologia proibicionista, discurso proibicionista, política proibicionista, dentre outras.

Ressalto que a proibição às drogas esteve presente em vários momentos da história, assim como a relação do ser humano com as mesmas. Entretanto, essas proibições do uso não carregavam uma conotação negativa das substâncias, não contavam com um aparato institucional, nem mesmo atendiam interesses econômicos, mas obedeciam a motivos culturais, simbólicos e espirituais de determinadas comunidades. Segundo Carrillo (2022) e Escotado (1998), a primeira incursão histórica com relação à proibição pode ser evidenciada no império Inca, onde mascar a folha de coca - o que

representa um uso ancestral - foi um direito reservado aos líderes espirituais da época. Aqui a relação com a planta possuía um sentido sagrado:

La prohibición de los Incas sobre el consumo de hoja de coca no se derivaba entonces de una concepción negativa sino, por el contrario, del hecho que fuera una sustancia tan preciada que ameritaba el monopolio por la oligarquía andina. Por ello, junto con las culturas mesoamericanas, es posible vincular a los Incas con el Indostán en cuanto a la sacralidad total de los enteógenos, aun a pesar de la interdicción selectiva de la coca, y sin que ello signifique afirmar que las otras culturas - mesopotámica, egipcia y china - fueran más allá de una tímida censura social y llegaron a prohibir la utilización de sus sustancias psicoactivas, pues a pesar de los sutiles recelos que albergaban sobre el particular lo cierto es que las consumían y as veces incluso reneraban²³ (Carrillo, 2022, p. 96).

A proibição, em outros momentos da história, tinha uma particularidade com relação às culturas e à organização social. Entretanto, o caráter proibicionista às drogas, que começa a modelar o que posteriormente chamaremos de *ideologia proibicionista*²⁴, promove um giro na concepção das substâncias psicoativas.

Foi na transição da Idade Média para a Moderna, com o advento do domínio global do cristianismo a partir da queda de Roma e do advento da colonização, que a proibição das substâncias psicoativas começa a ganhar um caráter moral, político e econômico, com a incursão de mecanismos punitivos e repressivos.

De acordo com Brites (2017), o cristianismo promoveu um apagamento de práticas e registros de uso de psicoativos na tradição greco-romana e celta. Carrillo (2022) aponta que em outras culturas existiam hierarquias religiosas, como xamãs e divindades espirituais, cujo papel era facilitar a experiência metafísica entre deuses e os seres humanos por meio de substâncias psicoativas que cumpriam um papel fundamental nessa

²³ “A proibição do consumo da folha de coca pelos Incas não resultava de uma concepção negativa, mas, pelo contrário, do fato de se tratar de uma substância tão preciosa que merecia o monopólio da oligarquia andina. Assim, juntamente com as culturas mesoamericanas, é possível associar os Incas ao Hindustão em termos de sacralidade total dos enteógenos, mesmo apesar da interdição seletiva da coca, e sem que isso signifique que as outras culturas - mesopotâmica, egípcia e chinesa - tenham ultrapassado o limite do sagrado, egípcias e chinesas - foram além de uma tímida censura social e chegaram a proibir o uso das suas substâncias psicoativas, pois, apesar das sutis desconfianças que tinham sobre o assunto, consumiam-nas e, por vezes, até as veneravam” (Carrillo, 2022, p. 96) (Tradução própria).

²⁴ Segundo Iasi (2022, p. 85), a ideologia “não mais recobre-se na imponência do discurso que pretende desvelar o real, mas apresenta-se como um discurso vago e descompromissado, sem exigência alguma de veracidade”. Ou seja, ela não precisa ser coerente com a realidade, na verdade ela oculta o desvelamento dessa própria realidade, provando distorções da mesma e é isso que a torna ainda mais potente. Nesta tese, entendo o proibicionismo como uma ideologia, tomando como base analítica a compreensão de Cristina Brites (2017), a qual será abordada a seguir.

relação direta com o divino. Mas a partir do cristianismo, essa experiência passou a ser considerada um dom reservado apenas aos santos sacerdotes. Nessa perspectiva, as substâncias passam a ser associadas ao demônio e ao diabólico, pois ter uma experiência autônoma de liberdade com sua espiritualidade representava ameaça aos grupos de poder. Nesse mesmo sentido, a desumanização é a imperativa da lógica do cristianismo, a qual legitimou posteriormente a escravização dos povos negros e indígenas, promovendo um processo de desumanização, inferiorização e hierarquização (Passos, 2021).

Várias práticas proibicionistas foram engendradas na Idade Média (Brites, 2017). Carrillo (2022), Escohotado (1998) e Federici (2017) destacam um marco importante desse período para a acumulação primitiva de capital na Europa: a Inquisição e a perseguição às bruxas, contexto no qual o uso de drogas foi associado à bruxaria e várias mulheres pobres camponesas foram perseguidas e assassinadas. Suas terras foram cercadas e seus conhecimentos ancestrais sobre as plantas, apropriados. Ao mesmo tempo, a colonização violenta dos territórios latino-americanos e o sequestro de pessoas negras de África também seguiram essa toada na medida em que suas plantas sagradas e seus conhecimentos ancestrais foram expropriados para a expansão de um mercado nos marcos do capitalismo concorrencial (Carneiro, 2005). Foi necessário criar as condições necessárias para o desenvolvimento capitalista.

Assim, a proibição do uso de substâncias psicoativas começa voltada para o controle do mercado e do capital no período colonial, mas se consolida como ideologia proibicionista na transição do século XIX para o século XX (Ferrugem, 2018; Carneiro, 2018; Brites, 2017; Rodrigues, 2017), a partir da direção hegemônica que marca e estrutura internacionalmente uma política proibicionista para todos os países do mundo.

1.2 A constituição da ideologia proibicionista como hegemonia mundial

O proibicionismo é produto do capitalismo, mas, como tal, não pode ser definido por um marco preciso na história, e sim como um desenvolvimento social, histórico e econômico. Assim como a superação de uma organização social carrega traços e elementos de um modelo anterior, o proibicionismo não nasce de ponto zero no marco do desenvolvimento do capitalismo monopolista; ele carrega consigo traços históricos de

períodos anteriores de proibição. Entretanto, ao mesmo tempo, se reconfigura e se atualiza frente aos modelos de proibições anteriores.

Nesse sentido, o caráter imperialista e colonialista do proibicionismo, no final do século XIX e início do século XX, revelou interesses econômicos de disputas entre países hegemônicos europeus e os EUA, país que passa a ter um protagonismo central devido ao seu papel desempenhado com relação ao problema do ópio na China, que já vinha de um histórico de duas guerras - as chamadas Guerras do Ópio (1839-1842 e 1856-1860) (Rodrigues, 2017; Brites, 2017).²⁵

Desde o início do século XIX, os Estados Unidos foram influenciados por movimentos puritanos e moralistas, como o Movimento da Temperança e várias outras organizações, ligas e associações religiosas. Esses grupos defendiam a proibição de substâncias com base em discursos médicos, morais, xenofóbicos e racistas (Carneiro, 2018; Brites, 2017; Rodrigues, 2017). Além disso, em alinhamento com interesses comerciais na China, os EUA patrocinaram a Conferência do Ópio realizada em Xangai em 1909.

Nessa Conferência, os EUA defendem o combate à produção e ao uso recreativo do ópio, com interesse em disputar e tomar a liderança econômica na disputa com os países europeus pelo domínio comercial no território. Portanto, esse momento foi o germe para as futuras convenções pela construção de uma agenda internacional de controle das drogas, liderada pelos EUA (Rodrigues, 2017).

Posteriormente, na segunda Conferência (1911-1912) realizada em Haia, na Holanda, os países participantes consolidaram o controle internacional de drogas, pautado por interesses do monopólio das indústrias farmacêuticas dos EUA, defendendo a proibição das drogas que não eram de uso médico, bem como políticas de combate aos produtores, sobretudo nos territórios latino-americanos. Sobre esse tratado internacional:

²⁵ Marx realizou a análise desse fenômeno no jornal New York Daily Tribune em 1858 e, de acordo com Costa e Mendes, 2022a: “No geral, a análise marxiana sobre as guerras do ópio nos aponta como elas eram disputas pelo comércio (e monopólio) de tais drogas-mercadorias, ou mediadas por ela. O comércio de ópio como mediador, justificador da invasão, agressão e dominação britânica de caráter imperialista e colonialista à China. Em suma, o problema não estava no ópio, na droga *per se*, na substância em si e na relação humana com ela, mas como ela, transformada em mercadoria, numa sociabilidade produtora de mercadorias e que tem nestas a sua forma elementar, não só resulta em mudanças na relação que se estabelece com elas, mas nos papéis que sua produção, comercialização e consumo passam a cumprir nos marcos do desenvolvimento desigual e combinado do MPC.” (p. 377)

O objetivo era a internacionalização de medidas semelhantes para controlar o uso classificado como não médico do ópio e derivados, ou seja, aquele para fins recreativos ou outros que não os justificados pela necessidade de tratamento médico (...) Os capítulos I e II do tratado firmado no início de 1912 abordaram o controle sobre o comércio de ópio bruto e de ópio já preparado para fumar. O capítulo III pretendia estabelecer limites sobre o comércio de derivados industrializados de ópio (morfina, codeína e heroína) além da cocaína manufaturada; contudo, a pressão de países com fortes empresas farmacêuticas, como a Alemanha e a Holanda, enfraqueceu demasiadamente a aplicabilidade das cláusulas de controle. Por fim, o capítulo IV tratava especificamente da China, exortando que o Ocidente auxiliasse Pequim no controle do que foi definido como abuso do ópio (Rodrigues, 2017, p. 56-57).

Nesse sentido, a política antiópio proposta pelos EUA foi uma estratégia de domínio frente a disputas entre os países detentores do monopólio do comércio na Ásia, inaugurando, em plano internacional, uma abordagem proibicionista que deu sequência a várias Conferências Internacionais sobre esse tema (Genebra, Suíça - 1925, 1931 e 1936; Convenção Única em Nova Iorque, EUA - 1961; Viena, Áustria - 1971 e 1988), as quais gradativamente ampliaram as pautas proibicionistas e as substâncias classificadas como ilícitas sob a hegemonia dos EUA²⁶ (Brites, 2017).

O que busco evidenciar é que as políticas proibicionistas foram justificadas por um discurso médico que ocultava os interesses econômicos das indústrias farmacêuticas, sendo esses apropriados pelos Estados na justificativa da saúde pública, da limpeza e da higiene com um caráter racial.

À medida em que se restringe de maneira ainda mais acentuada o consumo de psicoativos e prescrições terapêuticas, combatendo e transmutando os usos lúdicos, hedonistas e contestatório em hábitos ilegais e condenáveis, como ocorre com os usos do ópio, da cocaína, da heroína e da maconha, amplia-se a produção do comércio de substâncias sintéticas, como a metadona, barbitúricos e anfetaminas (Brites, 2017, p. 102).

O uso das drogas sintéticas, produzidas e comercializadas livremente sem nenhuma evidência científica sobre seus impactos na saúde, foi chancelado no período da 2ª Guerra Mundial, quando a produção de metanfetaminas se amplia sob a encomenda dos Estados envolvidos no conflito, incorporando a lógica médica, enquanto outras substâncias eram fortemente reprimidas (Rodrigues, 2017). Isso promoveu uma

²⁶A cocaína passa a ser classificada como substância controlada em 1912 e o cânhamo em 1925, mesmo sem nenhuma justificativa médica para tal (Brites, 2017).

ingerência do Estado na sociedade com relação à legitimação de determinadas substâncias e à criminalização de outras por meio do combate ao tráfico de drogas.

Como dito, os interesses com relação ao proibicionismo se ajustam ao longo do contexto histórico, inicialmente por um discurso médico-terapêutico influenciado pela indústria farmacêutica sob a hegemonia dos EUA, que expressava discursos moralistas, puritanos, xenofóbicos e racistas. Posteriormente, no período pós 2ª Guerra, se intensificam e se consolidam as políticas proibicionistas por uma justificativa de segurança nacional frente à ameaça comunista.

A implementação de uma nova política de segurança estadunidense, pelo presidente Harry Truman em 1947, conhecida como Doutrina Truman, foi uma justificativa para a intervenção dos EUA no cenário mundial. Sua implementação contou com uma forte investida de capital na militarização dos países latino-americanos no período da Guerra-Fria. Nesse cenário político, foi a primeira vez em que se associou o comunismo às drogas (Rodrigues, 2017).

A Convenção Única de 1961 sob comando da Organização das Nações Unidas - ONU²⁷, já revela um cenário de polarização do contexto da Guerra-Fria frente à disputa de áreas de influência e à militarização, colocando novas questões e tensionamentos para uma unidade com relação às drogas. Entretanto, no que se refere ao uso de drogas, “a década que se inicia trouxe uma grande transformação na questão das drogas psicoativas e, como reação, o redimensionamento do aparato repressor estadunidense e das normas internacionais” (Rodrigues, 2017, p. 83). Nesse sentido, de acordo com Brites (2017), a Convenção de 1961 “opera a cristalização do proibicionismo como ideologia dominante de alcance internacional” (p. 105).

Aqui destaco o seguimento da hegemonia estadunidense, que consolida a ideologia proibicionista materializada pela guerra às drogas por meio da militarização, premissa que se revela nas últimas duas Convenções do século XX, recrudescendo o controle internacional das drogas que se acentua de forma mais intensa a partir da efervescência política e cultural dos anos 1960, quando vários movimentos contestatórios em todo o mundo começam a denunciar o racismo, o machismo, as instituições e as políticas belicistas contra a população, assim como também o movimento contracultural

²⁷ Antes o controle internacional das drogas era regido por uma série de acordos e convenções, sendo administrado por organizações internacionais, incluindo a Liga das Nações, cenário que mudou depois da Segunda Guerra Mundial, quando a hegemonia passou a ser da ONU e da UNODC.

hippie, que contestava a proibição ao uso de drogas. Nesse cenário, intensificado pela crise econômica de 1970, o consumo de drogas foi associado aos movimentos de contestação, considerados uma ameaça ao projeto imperialista estadunidense. Nesse momento, o ideário proibicionista é transformado em uma “ideologia de guerra” (Brites, 2017, p. 107).

As drogas passam a ser o inimigo número um dos EUA, segundo o discurso do presidente Nixon em 1971, que materializa a guerra às drogas e traz consigo profundas medidas repressivas, além de exteriorizar o problema do tráfico de drogas, com países asiáticos e latino-americanos sendo considerados responsáveis pela produção e circulação das drogas, as quais, segundo esse discurso, corrompem a juventude estadunidense. Consolida-se no plano internacional de maneira inédita o combate à produção e ao tráfico, promovendo o encarceramento em massa, ações de extradição e confisco de ativos financeiros de traficantes, ampliação da lista de substâncias proibidas e a criação da Agência de Administração de Controle de Drogas - DEA (Gutiérrez, 2023).

Esse mesmo paradigma seguiu vigente e também foi enunciado pelo presidente seguinte, Ronald Reagan, em 1982. Com o recrudescimento das políticas proibicionistas, produz-se o mercado ilegal²⁸, que ganha dimensão global e passa a ser conhecido como narcotráfico a partir dos anos 1970 (Brites, 2017, Rodrigues, 2017).

Formulada no governo de Richard Nixon, em 1971, a “guerra às drogas” baseou-se na escolha das drogas como inimigo número um dos Estados Unidos, o que significou a escolha de determinados países como os inimigos, ao serem considerados como produtores de tais substâncias. Por meio da retórica de combate às drogas, se engendrou toda uma engenharia militar que se destinou, internamente, ao combate, repressão e encarceramento de frações da classe trabalhadora, grupos e organizações de esquerda - partidos socialistas, movimentos de contracultura e movimento negro, em especial - e, no plano externo, à dominação imperialista, sobretudo de países latino-americanos, chancelando instalações de bases, intervenções militares etc (Costa e Mendes, 2022a, p. 377-378).

Ressalto que não é um mero acaso que, diante de período de efervescência política de movimentos da contracultura emergentes nos anos de 1960 e 1970 em cenário mundial, a guerra às drogas tenha sido declarada e tenham ocorrido a intensificação da militarização e a instauração de várias ditaduras cívico-militares nos países latino-

²⁸ É importante mencionar que o mercado ilegal já existia antes desse período, mas não tinha as dimensão e a complexidade do que se compreende como narcotráfico atualmente, tema que será abordado mais adiante.

americanos, financiadas pelos EUA. Essa guerra passa a ter um alvo específico, substituindo ideologicamente a luta contra o comunismo e os opositores políticos do Estado, com uma justificativa de controle das drogas. Estava constituído um alvo específico - as classes perigosas (Brites, 2017).

Nessa direção, para compreender as características da ideologia proibicionista na atualidade, é necessário considerar que ela carrega elementos daquilo que a inaugurou: o cristianismo e o projeto colonial Europeu de dominação de territórios e povos. A partir da análise da processualidade histórica, é possível iluminar as características que justificam a manutenção da ideologia proibicionista em cada contexto, refundando interesses imperialistas com a justificativa moral de corte étnico-racial e classista, a repressão militar contra os movimentos insurgentes e a invasão militar nos territórios.

Nesse sentido, as transformações da proibição às drogas e sua transmutação como mercadorias e objetos de disputas econômicas (incluindo o mercado financeiro) e geopolíticas consolidam o proibicionismo como ideologia na contemporaneidade assentada na exploração-opressões. De acordo com Costa e Mendes (2022b) e Ferrugem (2018), a ideologia proibicionista tem sua forma material expressa na guerra às drogas, atuando sobretudo como um instrumento ideológico cristalizado por um conjunto de estratégias políticas, econômicas e militares, com um plano fundamentalmente de dominação colonial imperialista. Estruturado no racismo, no classicismo e no sexismo, opera a hierarquização das relações sociais através da desumanização e rebaixamento do valor da força de trabalho:

O retorno que o Estado tem de seu “investimento”, em termos da criminalização, do encarceramento e do extermínio da massa sobranceira, pobre e periférica; o que se economiza ao terceirizar a gestão da vida (e da morte) aos grupos vinculados ao tráfico (que são mantidos e fortalecidos pela própria política proibicionista); os próprios imbricamentos do Estado com o tráfico de drogas e de ambos com o mercado financeiro (que gerencia os montantes do tráfico); os ganhos no plano ideológico (p. ex. a manutenção da narrativa do inimigo interno, individualização das mazelas sociais etc., que trabalharemos a seguir); e a acumulação proveniente do setor da “segurança”, afinal, as armas que matam negros são tão mercadorias quanto as drogas (Costa e Mendes, 2022b, p. 516).

Os mecanismos ideológicos gerados pelo Estado (Mészáros, 2004, p. 353) apartam a compreensão das drogas como um sistema de necessidades humanas e sociais e legitimam o controle, a repressão e a punição, contexto no qual a ilegalidade mantém as drogas como mercadorias (altamente lucrativas) sob o controle da acumulação de

capital por meio da superexploração da força de trabalho (Marini, 1990 [1973]), controlando a luta de classes, fragmentando-a e dividindo seus interesses no interior da própria classe, essa a mais afetada pela guerra às drogas.

A ideologia proibicionista, concretizada na guerra às drogas, expande e fortalece o mercado ilegal, resultando na inflação dos preços das drogas devido à sua ilegalidade. Isso oculta formas específicas de superexploração, sustentadas por opressões de classe, gênero, raça/etnia, sexualidade e território, através da violência, da coerção e da desumanização, produzindo estigmas.

Essa dinâmica afeta diretamente a reprodução social da força de trabalho da classe trabalhadora e a luta de classes, com implicações nas políticas públicas promovidas pelo Estado. A fragmentação da classe e o controle sobre a produção e reprodução social têm sido hegemonicamente consolidados por políticas baseadas no binômio doença-crime, legitimadas pelo senso comum. Isso revela uma engrenagem complexa e cruel, alinhada aos interesses imperialistas contrarrevolucionários.

1.3 Expressões da ideologia proibicionista no Brasil e na Colômbia

A ideologia proibicionista foi, em seu surgimento, “uma ferramenta de perseguição da população não branca, o que faz com que a história da proibição global das drogas seja também a história da perseguição a populações negras e latina em nosso continente americano” (Malheiro, 2020, p. 165). E, nessa direção, serviu e serve ao imperialismo para controle da luta de classes nos territórios latino-americanos.

A incorporação da ideologia proibicionista, nos ordenamentos jurídicos de países latino-americanos, a partir dos anos 1970 - período pós 2ª Guerra Mundial - guarda relação com interesses imperialistas dos EUA frente à anterior “ameaça comunista”, instituindo-se nesse período um novo inimigo, assimilando o narcotráfico ao comunismo e ocultando as intenções de controle dos territórios latino-americanos por uma retórica de combate às drogas.

O Acordo Sul-Americano sobre Entorpecentes e Psicotrópicos - ASEP, firmado inicialmente por Brasil, Argentina, Bolívia, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela, em 1973, é um exemplo de como os governos da América Latina têm se dinamizado por

interesses transnacionais e locais, fomentando o proibicionismo em seus territórios (Beckmann, 2021).

Diversos países latino-americanos desenvolveram suas próprias políticas proibicionistas, participando também de um processo global de elaboração de um marco normativo orientado ao proibicionismo e mantendo inicialmente certa autonomia em matérias de drogas (Beckmann, 2021). Entretanto, os interesses políticos e diplomáticos locais eram alinhados a interesses externos da política internacional, sob hegemonia dos EUA.

Durante o governo Reagan, nos Estados Unidos, foi criado um mecanismo de sanção unilateral conhecido como processo de certificação, o qual incitava os países a combater os principais produtores e o tráfico de drogas ilícitas, cumprindo as expectativas proibicionistas dos EUA. Os países que não as cumprissem sofriam sanções econômicas, com suspensão de até 50% da ajuda financeira estadunidense (Beckmann, 2021). De acordo com Daou (2021), a Política de Certificação dos EUA foi uma manobra instrumental para a dominação dos países latino-americanos em detrimento de governos de esquerda.

A Convenção Única de Entorpecentes, realizada pela ONU em 1961, foi um marco importante e crucial para países signatários como Brasil e Colômbia, os quais harmonizam seus interesses locais com os interesses internacionais no trato das políticas de drogas proibicionistas. A partir dessa Convenção e da organização da ASEP sob o protagonismo da Argentina, foi expedido um conjunto de normas definidas no Primeiro Protocolo Adicional do Tratado, onde se estabeleceu uma série de atividades criminosas que deveriam ser incluídas nas leis nacionais sobre drogas. Assim, nos seguintes anos, vários países reformularam suas leis sobre drogas incorporando os critérios da ASEP, dentre eles: “Argentina [1974], Bolívia [1976], Brasil [1976], Chile [1973], Colômbia [1974], Ecuador [1974, 1978], Perú [1978] y Uruguay [1974]” (Beckmann, 2021, p. 29).

Dessa forma, as medidas estabelecidas pela cooperação internacional com os EUA foram intensificando o comprometimento dos Estados membros em combater a produção e o tráfico, aumentando o financiamento para tal e impulsionando a região a aplicar as medidas proibicionistas ao mesmo tempo que os Estados latino-americanos se alinhavam ao proibicionismo transnacional os interesses locais e, portanto, “*Aunque esta intensificación de la GCD [Guerra contra las drogas] no hubiera sido posible sin el*

apoyo de los Estados Unidos, verla como una mera imposición simplifica un proceso político y social mucho más complejo” (Beckmann, 2021, p. 30).

O Brasil tem um papel de destaque na proibição do uso pessoal de certas substâncias, sendo pioneiro na proibição da maconha (Saad, 2019). Seguindo as diretrizes das convenções internacionais, começando pela Convenção Única de 1961 no contexto da Guerra Fria, o país intensificou a proibição do tráfico de drogas em 1976. Nesse período, o uso de drogas passou a ser visto como uma ameaça à segurança nacional e à saúde pública, com apoio militar e financeiro dos EUA.

A Colômbia, em consonância com o proibicionismo estadunidense, atendendo à estratégia chamada Iniciativa Andina²⁹, também fortaleceu internamente o proibicionismo, solicitando apoio para suas ações locais antidrogas, voltadas sobretudo para a erradicação forçada da folha de coca por meio de fumigações com herbicidas.

Considerando as particularidades históricas de cada país, a seguir tratarei de abordar as expressões da ideologia proibicionista no Brasil e na Colômbia, atentando para dois enfoques: na Colômbia, centrando no aspecto da produção da folha de coca e do narcotráfico; e no Brasil, centrando na proibição do consumo para uso pessoal (sobretudo da maconha) e no combate ao tráfico.

1.3.1 Antecedentes: alguns apontamentos sobre a formação social colombiana

A Colômbia tem uma relevância geopolítica impressionante. É o único país que possui fronteiras marítimas com o atlântico e o pacífico, além de sua diversidade por contemplar em seu território a região andina, pacífica, caribenha e amazônica, o que o faz ser único em biodiversidade, e, ao mesmo tempo, alvo de interesses extrativistas e geopolíticos.

Atravessado por três grandes cordilheiras, sua geografia tem configurado sua formação social de maneira desigual, com a presença de zonas que recebem menos atenção do poder do Estado no que se refere a acessos a políticas públicas, infraestrutura e recursos públicos, o que também foi conveniente para, posteriormente, as dinâmicas territoriais do conflito armado e o desenvolvimento do narcotráfico.

²⁹ Durante o governo de George Bush (1989-1993), aumentou ainda mais o combate à produção, sendo o eixo principal os países andinos. A estratégia chamada de Iniciativa Andina financiou mais de US\$2.000 em ajuda militar por um período de cinco anos (Beckmann, 2021).

Com relação a política de drogas, esta carrega um viés racista e colonialista, com várias práticas dos povos indígenas sendo criminalizadas e o uso restringido a fins médicos. Exemplos disso foram o hábito de mascar folha de coca e o consumo de chicha, uma bebida alcoólica feita da fermentação de milho, costumes tradicionais andinos:

Em 1938 a folha de coca passou a ser considerada substância médica, sendo seu uso, portanto, condicionado à prescrição, o que relegou os usos tradicionais à ilegalidade, sujeitos à criminalização e a medidas de segurança junto aos usuários, nos termos da lei penal. Por sua vez, atribuíam-se ao consumo de chicha a ocorrência de graves perturbações somáticas e psíquicas, traduzidas em uma doença peculiar denominada chichismo. As chicherias foram proibidas em 1948 a partir de uma regulação extremamente restritiva, que, na prática, privilegiava a indústria de bebidas alcoólicas de tradição europeia (cerveja, vinho), em detrimento da produção artesanal de chicha (Soares, 2021, p. 25).

A produção de plantas consideradas sagradas e de uso ancestral, sobretudo a maconha e a folha de coca (matéria prima da cocaína) nas regiões andinas como Peru, Bolívia e Colômbia, foi fortemente criminalizada a partir de uma política de erradicação de seus cultivos, que teve seu auge nos anos 1980. Com destaque para Colômbia, que inicialmente foi um dos principais fornecedores de maconha para os EUA e, depois, tornou-se o principal produtor de folha de coca e de processamento da cocaína, tomo emprestadas as perguntas de Gutiérrez (2023, p. 27): *“qué pasó al interior de Colombia para que el país se convirtiera en el principal proveedor de drogas ilícitas en el mundo. Cuál es su origen histórico y los factores estructurales que permitieron desarrollar tan poderosas organizaciones criminales?”*

Evidentemente, existem elementos comuns entre esse país em particular e a realidade latino-americana como um todo, em termos de uma formação social baseada nos aspectos estruturais da violenta invasão colonial, que instituiu o trabalho escravizado da população negra e forjou a expropriação de terras dos povos originários, apropriando-se também dos recursos naturais por meio de mecanismos de controle e coerção (Souza, 2020). Nesses territórios, a colonização foi assentada em processos violentos de racialização e de imposição de uma economia dependente e subordinada a interesses imperialistas, a fim de atender aos interesses das elites e às necessidades do mercado externo, nos marcos do desenvolvimento capitalista emergente na Europa. Esses processos conformaram uma classe trabalhadora plural, não podendo ser reduzida ao clássico proletariado urbano industrial, mas sobretudo rural, racializada e superexplorada (Londoño, 2018; Souza, 2020).

Na Colômbia, são conformadas ainda características particulares do capitalismo dependente e do avanço do capital monopolista com relação a disputas pela terra, conflitos agrários, guerras civis e o conflito armado³⁰ como expressões da luta de classes no país, o que o torna único em *Nuestra América* (Tapiro, 2017; Fajardo, 2022a).

As formas de apropriação privada da terra, decorrentes do período colonial e posteriormente agravadas por reformas de caráter monopólico e excludente ocorridas no século XIX, impulsionaram uma estrutura de propriedade agrária que gerou uma centralização de poder, separando e desapropriando a comunidade rural de suas terras e de seus territórios tradicionais por meio do exercício sistemático da violência. Esse domínio privado do capital sobre a terra (e de todos os recursos naturais provindos daí) determinou as condições de reprodução da vida, vinculadas às condições de realização do trabalho subordinadas aos interesses de reprodução do capital (Marx, 2015). Exemplos dessa dinâmica foram as concessões de terras realizadas entre 1827 e 1931, restritas a pequenas e médias propriedades, o que provocou a restrição e concentração da terra de forma mais agudizada. Como consequência, gerou-se um intenso *desplazamiento forzado*³¹ pelas “*leyes para el destierro*” (Fajardo, 2015, p. 09) da população *campesina*³², indígena e afrocolombiana.

³⁰ Importante mencionar que o uso do conceito “conflito armado” está de acordo com os Informes da *Comisión de la Verdad*, mas compreende a dimensão de uma guerra que une características internas do país e também forças, disputas e interesses externos.

³¹ Utilizarei o conceito original em espanhol, pois compreendo que a tradução usual como “deslocamento” não contempla a realidade da complexidade desse conceito. O *desplazamiento forzado* não está datado em apenas um momento da história colombiana, mas sim em vários períodos, inicialmente pela concentração de terra, pela necessidade de colonizar novas regiões e, posteriormente, pelo conflito armado e consequência da “guerra às drogas” (Gallego, 2017). Nesse sentido, o *desplazamiento* é resultado de um conjunto de ações mobilizadas por interesses militares e econômicos para exercer controle de territórios, apoiados por grupos de poder e empresas privadas de projetos de grandes escalas para exploração de recursos naturais.

³² Opto por manter o termo original no espanhol, visto que a tradução para português pode gerar comparações anacrônicas com relação às particularidades da Colômbia. Esta categoria está vinculada a aspectos sociais, culturais, históricos e políticos dessa comunidade na relação com o uso tradicional da terra. Nesse sentido, amplia-se a compreensão de que nem toda/o/e *campesina/o/e* vive em zona rural, visto o histórico de expropriações e *desplazamientos forzados*. Da mesma forma, nem toda a população rural é *campesina*. Outro aspecto importante guarda relação com o reconhecimento dessa categoria como identidade, já que organizações *campesinas* vêm reivindicando a inclusão desta categoria nos censos estatísticos demográficos. Entretanto, não se trata de aspectos fenotípicos ou biológicos datados pela sua origem vinculada aos processos de mestiçagem. Essa visibilidade é importante tanto para uma estimativa da população, quanto para o seu reconhecimento como sujeito de direitos para acesso a políticas públicas por meio do Estado, dadas as suas particularidades neste contexto (Fajardo, 2022a). Uma reflexão relevante é que esse debate deixa em aberto aspectos vinculados à auto-identificação étnico-racial como população negra e indígena, o que no país está muito mais vinculada à socialização na cultura de cada tradição.

Segundo o Relatório *Contribución al Entendimiento del Conflicto Armado en Colombia* (2015), da *Comisión Histórica por la Verdad*, entre 4,9 e 5,5 milhões de colombianas/os/es foram vítimas de *desplazamiento forzado*, e estima-se que 8,3 milhões de hectares de terras tenham sido desapropriadas de forma violenta (p. 21).

Segundo Londoño (2018), a expulsão de grupos *campesinos*, afrocolombianos e indígenas pelos latifundiários e pelas grandes corporações transnacionais garantiu a apropriação da terra nas mãos de poucos, ao mesmo tempo em que fortaleceu a futura economia industrial em algumas capitais do país, já que a população do campo é expulsa para a cidade, aprofundando os processos de decomposição das comunidades rurais e disponibilizando à burguesia uma força de trabalho a baixo custo. Além disso, o *desplazamiento forzado* promoveu um processo de colonização, pela população *campesina*, de novas regiões em busca de melhores condições de vida. A apropriação de bosques baldios e selva virgem ampliou a fronteira agrícola no país, sobretudo nas regiões de *Orinoquía* e *Amazonía*, introduzindo novas formas de produção e reprodução no interior do desenvolvimento capitalista e respondendo à tendência de acumulação (Fajardo, 2015).

Esse processo também construiu as condições favoráveis para, posteriormente, expandir e consolidar a produção de cultivos ilícitos com a participação da população *campesina* nesse processo. Entretanto, a apropriação das terras foi realizada sem que houvesse o reconhecimento jurídico de escritura dessas propriedades. As leis posteriormente formuladas nunca consideraram a presença e a tradição *campesina* em seu trabalho com a terra nesses territórios, que terminaram sendo áreas de reservas florestais e parques nacionais (Gallego, 2017).

Com relação à população negra, que vem sofrendo uma série de violências produzidas pelo colonialismo, esta foi inicialmente sequestrada de seus territórios tradicionais e ancestrais africanos e, posteriormente, despossuída de suas terras e recursos de sobrevivência. Estabelecidas majoritariamente em zonas rurais e costeiras do país, as comunidades afrocolombianas³³ buscaram preservar sua cultura e suas práticas ancestrais

³³Quem realiza o censo populacional na Colômbia é o Departamento Administrativo Nacional de Estatística (DANE) e as informações sobre raças e etnias se dão por auto-identificação da população. A população negra, afrocolombiana, raizal e *palanquera* é representada pela sigla NARP, na qual se identificam três grupos étnicos, a saber: “1) *Raizales del Archipiélago de San Andrés y Providencia*; 2) *Palenqueros(as) de San Basilio*; 3) *Negros(as), mulatos(as), afrodescendientes, afrocolombianos(as)*” (Dane, 2019, p.40). Importante ressaltar que a identificação étnico-racial dos censos nem sempre é precisa,

com relação ao território e aos recursos naturais, como também produziram resistências contra a escravização, construindo territórios conhecidos como *Palenques*³⁴ (Fajardo, 2022a).

Após a abolição da escravidão, ocorrida em 1852, essa população enfrentou diversos desafios. Assim como no Brasil, evidencia-se a falta de oportunidades laborais e educacionais, a falta de acesso à terra e o racismo³⁵. Além disso, as comunidades rurais afrocolombianas, sobretudo das regiões do Pacífico, Cauca e Valle de Cauca, assim como a população *campesina*, foram afetadas por um acúmulo de fatores vinculados aos problemas estruturais agrários e ao conflito armado, como as ondas de *desplazamiento forzado* devido ao desenvolvimento da indústria de minérios, à expansão da agroindústria e à violência nos territórios (Fajardo, 2022a). Nesse sentido, o não reconhecimento do Estado colombiano com relação aos territórios afros guarda relação com o período da colonização, uma vez que, diferente dos povos originários, as comunidades afrocolombianas iniciaram uma reconstrução de sua identidade nesses territórios, sendo eles espaços colonizados pela dominação espanhola.

No contexto político, no início do século XX, a república nascente foi constituída por uma disputa interna de poderes locais e regionais de setores burgueses e oligarquias latifundiárias, as quais constituíram posteriormente a classe dominante, representada em partidos políticos tradicionais – Liberais e Conservadores. Nesse sentido, a conformação do Estado-Nação foi constituída por uma cultura bipartidária, através da qual as burguesias internas buscavam preservar seus privilégios de forma autocrática.

Conforme destacou Londoño (2018), a presidência do partido conservador foi caracterizada por exercer uma onda de violências contra os setores liberais, Gaitanistas³⁶

apresentando vários desafios para quantificar de forma detalhada a população negra no país, além das imprecisões das categorias utilizadas para a produção dos dados. Quando me refiro à Colômbia, opto por utilizar o termo população afro ou afrocolombiana, abarcando todos esses grupos porque a referência à pessoa negra pode ser interpretada como uma inferiorização (Nota do diário de campo, Bogotá, 2024).

³⁴ *Palenques* se refere ao que seriam os quilombos no Brasil (Fajardo, 2022a).

³⁵ Compreende-se o racismo como “arma ideológica de dominação” (Souza, 2020, p.135), sendo este um elemento fundamental para a reprodução do capitalismo. Nesse sentido, compreendo-o como estrutural e não uma mera herança colonial, mas que faz parte das relações sociais que se desenvolveram nesse modo de produção e reprodução (Almeida, 2019; Souza, 2020).

³⁶ O termo *Gaitanistas* se refere à influência de Jorge Eliécer Gaitán Ayala, membro e líder do Partido Liberal e candidato à presidência, conhecido como defensor das causas populares. Foi prefeito da cidade de Bogotá em 1936 e brutalmente assassinado em 1948, o que produziu um enorme protesto popular

e comunistas, dando início ao período que se chamou como “*La Violencia*”(1946-1953), quando o exército e a polícia reprimiram diversas organizações populares com a justificativa de impedir que o socialismo se consolidasse no país.

A violência política situada desde a colonização pelas lutas por terras, guerras pela independência, as tantas guerras civis bipartidárias e, posteriormente, o conflito armado (1958 a 2016), abre novas feridas e sobrepõe uma sobre a outra na história da formação social colombiana, entrelaçando violências que, embora apontadas pela literatura em períodos específicos na história do país, não podem ser compreendidas separadas umas das outras.

O pacto entre elites agrárias empresariais, chamado Frente Nacional (1958-1977) e caracterizado pela busca de consenso político entre as elites liberais e conservadoras, embora buscasse incluir os movimentos além do bipartidarismo, esteve blindado dos interesses dos *de abajo*, ou seja, das demandas e necessidades sociais, diante de várias reformas estruturais frustradas³⁷. De acordo com Neira (2006), o Estado colombiano é caracterizado por interesses burgueses externos, assentado em uma lógica neoliberal revelada pela ausência de reformas estruturais como a reforma agrária, a reforma universitária, dentre outras que atendam à demanda da maioria da população, não incorporando as lutas dos conflitos sociais nos gastos sociais. Em contrapartida, aumenta a dívida pública com gastos militares por meio de alianças e serventia aos EUA.

Ressalta-se que parte do acordo da Frente Nacional envolveu os interesses dos EUA em conter os movimentos de esquerda revolucionários, dado o contexto histórico internacional da Guerra Fria. Entretanto, apesar da repressão, surge no país uma luta insurgente expressa em diversas guerrilhas armadas comunistas e liberais, como também movimentos estudantis, indígenas, camponeses e urbanos, período esse denominado pela *Comisión de la Verdad* como “*incubación de la guerra*” (2022a, p. 13).

Nos anos posteriores, de 1978 a 1991, se consolidam as guerrilhas insurgentes de esquerda diante do descontentamento social, sendo reprimidas fortemente pelo poder

conhecido como *Bogotazo*. Isso foi fruto de uma longa trajetória de violência política contra os setores populares, liberais, e partidos de esquerda (Melo, 2020)

³⁷No período da hegemonia liberal (1930) se iniciaram reformas político-econômicas importantes no marco do desenvolvimento contraditório do capitalismo frente ao crescimento urbano, à consolidação da indústria (ainda que limitada), à conformação de uma nova classe trabalhadora e às necessidades de reformas da saúde e da educação (Londoño, 2018).

contrainsurgente do braço armado do Estado colombiano, seguindo uma doutrina de segurança nacional sustentada pelos EUA. Não por coincidência, esse período também é marcado pela “guerra às drogas” (*Comisión de la Verdad*, 2022a). Essa repressão resultou em uma explosão de resistências, canalizando na década de 1970 o conflito armado³⁸, que se estendeu no país até o ano de 2016, quando se firma o Acordo Final de Paz (AFP) entre as *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia - Ejército del Pueblo* - FARC-EP e o governo colombiano, em Havana - Cuba³⁹.

1.3.2 Raízes do narcotráfico e guerra às drogas: a implementação do Plano Colômbia

A origem do fenômeno do narcotráfico na Colômbia não se inicia com o cultivo de folha de coca (matéria prima da cocaína), mas sim com o cultivo de maconha. Em meados dos anos 1960 e 1970, foi o período conhecido como “*la bonanza marimbera*”⁴⁰ (Gutiérrez, 2023, p. 27; Gallego, 2017) que contou com uma concentração do cultivo da maconha nas altas montanhas de Sierra Nevada de Santa Marta, localizado na costa colombiana. Esse território foi historicamente habitado pela população indígena das etnias Arhuacos, Kankuanosm Kogui, Wayuú e Wiwas e seu uso resguardava uma tradição ancestral que foi convertida em mercadorias pelo mercado ilegal (Gutiérrez, 2023).

³⁸Trataremos a seguir da relação complexa entre o conflito armado e o narcotráfico.

³⁹ Ressalta-se que o conflito armado não terminou mesmo com a assinatura do Acordo e é marcado por processos de continuidades e descontinuidades de problemas estruturais, remontados desde os anos de 1920, envolvendo diversos contextos históricos, culturais, sociais, econômicos e políticos, como também diversos atores e territórios. Conforme apontou O Informe Final (Tomo 3 - *No Matarás*) da *Comisión de la Verdad* (2022a, p. 12): “(...)es importante entender cómo esos conflictos agrarios, culturales y étnicos, políticos e institucionales no resueltos explican, en parte, la guerra insurgente-contrainsurgente del último medio siglo”. Segundo Ávila (2022), o pós-conflito (compreendido pelo período após a firma do Acordo) não necessariamente significa uma melhoria das condições de violência e a garantia de uma construção de paz, pois a estabilização da guerra depende de muitos aspectos, dentre eles, alianças com a elites nacionais e regionais, apoio da comunidade internacional e a quantidade de atores armados e o tamanho da economia de guerra no país.

⁴⁰ A *bonanza marimbera* se refere a um período da história colombiana entre as décadas de 1960/1970, marcado pelo auge da produção de maconha, especialmente pela variedade conhecida como “marimba” ou “marimbera”. Esse fenômeno compreendeu o início do narcotráfico no país que permitiu assentar as bases das redes de produção, comercialização e da máfia do tráfico de drogas. A produção da maconha e as redes de contrabando se consolidaram, sobretudo, pela falta de políticas públicas ofertadas pelo Estado (Gallego, 2017).

A produção de maconha no país foi estimulada por um deslocamento do cultivo devido à ofensiva contra o México e a Jamaica, com operações violentas de erradicação forçada, somado a uma crise do setor têxtil em que, diante da escassez do algodão, introduz-se o cânhamo, gerando a produção de uma variedade de *cannabis* na região, o que, posteriormente, atenderá a uma alta demanda de consumo do mercado estadunidense, levando a Colômbia a ser o principal exportador da planta nesse período (Gallego, 2017).

A *bonanza marimbera* promoveu um grande desenvolvimento capitalista no país e na região. Segundo Gallego (2017), em 1978, a maconha representou quase 39% das exportações nacionais, o equivalente a 7,5% do produto interno bruto (PIB) do país. Subsidiadas pela máfia norteamericana, foram criadas infraestruturas de vias de acesso, portos e aeroportos clandestinos e meios de transporte como aviões e barcos, desenvolvendo o contrabando e estimulando a corrupção institucional (Gallego, 2017). Esse desenvolvimento se deu às custas das condições precárias em que se encontrava (e se encontra) o campesinato no país. A utilização da força de trabalho nesse período era de 80% de camponeses/as/es que se dedicavam ao cultivo de maconha (Gutiérrez, 2023).

Ressalta-se que esse cenário já estava posto antes mesmo da consolidação e intensificação da guerra às drogas declarada pelos presidentes dos EUA Richard Nixon (1971) e Ronald Reagan (1982), e a Colômbia já havia sancionado leis repressivas relacionadas ao tráfico desde os acordos firmados em Xangai⁴¹, mas foi pelas investidas militares patrocinadas pelos EUA que se impulsionou o mercado ilícito no país (Gallego, 2017). Os efeitos da consolidação da ideologia proibicionista e as estratégias repressivas

⁴¹ A Colômbia inicia o controle de drogas em 1920 (Lei n. 11/1920). “Em um primeiro momento, a legislação preocupava-se em estabelecer o monopólio e os limites do exercício das profissões de médico, veterinário, dentista e farmacêutico – únicas autorizadas a prescrever substâncias psicoativas – penalizando as infrações com multa. Nos anos seguintes, o modelo proibicionista foi sendo aprimorado e aprofundado. Em 1928 (Lei n. 118/1928) previa-se tratamento compulsório para pessoas que fizessem o uso indevido; e, a partir de 1936 (Lei n. 95/1936) criminaliza-se o consumo, com a imposição de medidas de segurança – reclusão em manicômio judicial, colônia agrícola, liberdade vigiada, entre outras” (Soares, 2021, p. 24-25). Identifica-se um vai-e-vem de regulamentação e penalização do porte para uso pessoal no país, mas é em 1986, com a assinatura da Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, que a Colômbia reforça seu compromisso com o proibicionismo. Nesse sentido, o **Decreto nº 1.188 de 1974**, que penalizou a posse para uso pessoal, atenuou a pena de privação de liberdade e instituiu o tratamento obrigatório. A **Lei nº 30 de 1986** fixou quantidades máximas do que seria considerado dose pessoal (de uso próprio) e reduziu a pena privativa de liberdade para usuários/as/es. Ressalta-se que a evolução das políticas antidrogas na Colômbia está intimamente ligada à evolução da Constituição e da Corte Constitucional do país. Assim, a Constituição de 1991 proibiu o porte e o consumo de drogas, mesmo para uso pessoal, embora essa proibição tenha sido posteriormente declarada inconstitucional pela Corte Constitucional em 1994 (Soares, 2021).

e militares do Estado colombiano, alinhadas com os acordos internacionais estadunidenses, provocaram um aumento do crime organizado, que encontrou terreno fértil para o surgimento do narcotráfico, cuja gênese se encontra nas bases estruturadas no período da *bonanza marimbera*.

O fim do ciclo *marimbero* foi provocado por diversos fatores, dentre eles a legalização da produção e consumo de *cannabis* nos EUA, o que gerou a desconcentração da produção na Colômbia e facilitou a entrada em cena de outros países produtores, deixando uma enorme força de trabalho desempregada, uma estrutura econômica favorável para o desenvolvimento do narcotráfico de cocaína, somada às condições de violência no país geradas pela intensificação do conflito armado (consequência dos conflitos agrários). De acordo com Fajardo (2022b, p. 388), a raiz para o surgimento do narcotráfico guarda uma relação com o conflito agrário, em particular com a concentração de terra e o desenvolvimento rural: “*No es difícil entender cómo se implantó la coca: en lo externo, un mercado propiciado por grandes fuerzas económicas y políticas, y en lo interno, ausencia de reforma agraria*”.

Com o fim da *bonanza marimbera*, foi a vez da folha de coca. Inicialmente cultivada e consumida pelas comunidades indígenas, a sagrada folha de coca começa a ser submetida aos interesses de troca, transformando-se em uma mercadoria processada: a cocaína. Com a chegada de fórmulas de processamento industrial no país em 1978 e a partir do legado deixado pelo ciclo da *marimba*, os traficantes desenharam um novo desenvolvimento de enclave econômico, com outras cadeias e outros atores (Molano, 2006; Sinchi, 1999).

A produção da cocaína passa a ter centralidade no país, expandindo as relações comerciais e disputas pela produção e comercialização e dando origem aos carteis de Cali e Medellín, que controlavam toda a cadeia produtiva da coca na década de 1980. Aos poucos, o monopólio das drogas estava consolidado e completamente vinculado à dinâmica capitalista, constituindo elites econômicas e políticas e gerenciando recursos sofisticados para o ingresso do capital ilegal na economia regular, envolvendo, inclusive, o Banco da República⁴².

⁴² Segundo Gallego (2017), a introdução de capital proveniente do narcotráfico foi realizada por meio do que se chamou de “*ventanilla siniestra*” do Banco da República e mediante a “*Amnistía Tributaria*” (p. 41).

Los carteles se consolidaron como organizaciones mafiosas e introdujeron capitales a la economía nacional mediante actividades de finca raíz, ganadería, comercio, turismo, hotelería, transporte, salud, vivienda, educación, entre otros ámbitos de la economía convencional. Se hicieron partícipes de la guerra contrainsurgente y de la expansión de la violencia paramilitar, mediante la administración de la violencia privada, controlaban parte de la Fuerza Pública y de la Justicia y comprometían a la clase política local y regional mediante el soborno, la corrupción y el clientelismo (Gallego, 2017, p. 41).⁴³

A internacionalização do narcotráfico, combinada com a forte tensão e as resistências internas no país devido ao descontentamento social, às lutas por terra e à intensificação das guerrilhas insurgentes, fez com que a luta contra as economias ilícitas, simbolizada pela guerra às drogas, se intensificasse sob a liderança hegemônica dos EUA. Desata nesse momento a militarização da guerra às drogas como uma justificativa para intensificar a luta contrainsurgente e desmobilizar as guerrilhas de esquerda.

Com o crescimento da economia ilícita e dos grupos armados narcotraficantes que exerciam poder e disputa territorial, intensificam-se a presença de grupos *paramilitares*⁴⁴

⁴³ “Os carteis se consolidaram como organizações mafiosas e introduziram capital na economia nacional por meio de atividades no setor imobiliário, pecuária, comércio, turismo, hotelaria, transporte, saúde, habitação, educação, entre outras áreas da economia convencional. Participaram da guerra de contrainsurgência e da expansão da violência paramilitar, por meio da administração da violência privada, controlaram parte das forças de segurança e do judiciário e comprometeram a classe política local e regional por meio de suborno, corrupção e clientelismo” (Gallego, 2017, p. 41) (Tradução própria).

⁴⁴ Segundo Rivera (2007, p. 140), “*el paramilitarismo como recurso para luchar contra la subversión es una política de Estado así no esté consagrada legalmente*”. Nesse sentido, ainda que de forma não legal, o paramilitarismo na Colômbia surge como uma estratégia contrainsurgente de política do Estado aliada as elites rurais.

Embora o fenômeno tenha se intensificado na década de 1980, suas raízes são do período de *La Violência* no marco da violência bipartidária contra os liberais e comunistas. Suas estratégias para combater o “inimigo subversivo” são ameaças, assassinatos, *desplazamientos forzados* de lideranças sociais, camponesas/os e guerrilhas de esquerda, fomentando um projeto político militar em complacência com as forças armadas do Estado. Além disso, o paramilitarismo também invade os poderes políticos executivos, legislativos e judiciários no país, comprometendo várias instâncias de segurança pública (Rivera, 2007). O relatório *Contribución al entendimiento del conflicto armado en Colombia* da *Comisión Histórica por la Verdad* (2015, p. 24-33), também aponhou que os poderes contrainsurgentes na Colômbia podem ser compreendidos como: “*Lo cual compromete la construcción de un orden jurídico-político, que organiza la reproducción del régimen político y la competencia política, produciendo una «democracia electoral estable», e incorpora a todos los poderes públicos, así como las fuerzas militares y de policía y los servicios de seguridad, en función de los propósitos de preservación, imponiendo un régimen que bien puede definirse como de excepcionalidad permanente; al tiempo que propicia el quebrantamiento de la propia legalidad a través de actividades ilegales para combatir el enemigo subversivo (como en el caso ha sido el caso de las expresiones paramilitares), y deviene en terrorismo de Estado.*” [Isso compromete a construção de uma ordem jurídico-política, que organiza a reprodução do regime político e a competição política, produzindo uma “democracia eleitoral estável”, e incorpora todos os poderes públicos, bem como as forças militares e policiais e os serviços de segurança, para fins de preservação, impondo um regime que pode ser definido como de excepcionalidade permanente; ao mesmo tempo em que incentiva a quebra da própria legalidade por meio de atividades ilegais para combater o inimigo subversivo (como no caso das expressões paramilitares), transformando-se em terrorismo de Estado] (Tradução própria).

na justificativa de combater o suposto inimigo subversivo. Assim, pela associação do narcotráfico⁴⁵ às guerrilhas de esquerda, a guerra às drogas converteu-se em um instrumento de luta antissubversiva (Gallego, 2017).

Com esse chão histórico que, em 1999, o Estado colombiano (presidente Andrés Pastrana Arango - 1998 a 2002), em aliança com o governo estadunidense (presidente Bill Clinton - 1997 a 2001), aprova o “*Plan para la Paz, la Prosperidad y el Fortalecimiento del Estado*” - mais conhecido como *Plan Colombia* (Plano Colômbia), formulado com base na ideologia proibicionista estadunidense que tinha como objetivos centrais combater o narcotráfico e o crime organizado por meio da força pública, reduzir o cultivo, desmobilizar as guerrilhas de esquerda através da militarização e fomentar a economia por meio de um viés neoliberal (Gallego, 2017; Rodrigues, 2012).

O conflito armado colombiano, que, conforme mencionamos, tem uma forte relação com a violência política bipartidista e, sobretudo, com os conflitos agrários, passa a ser impulsionado pelo narcotráfico a partir do século XX e início do século XXI, com a consolidação das políticas proibicionistas. Assim, a guerra às drogas é associada à guerra contra o “terrorismo” das guerrilhas de esquerda, na justificativa de promover a paz no país e consolidar a melhora de vida dos colombianos das regiões afetadas pela violência, ocultando a realidade de um controle de luta de classes na América Latina e impulsionando ainda mais a guerra. Por meio do financiamento dos EUA de mais de 2 bilhões de dólares, o Plano Colômbia:

El Plan Colombia se puso en marcha en el año 2000 y con los atentados del 11 de septiembre de 2001 en Estados Unidos, se reorientaron algunos de sus objetivos para convertirlo en una herramienta más de lucha contrainsurgente en el país. La primera fase, llevada a cabo entre los años 2000 y 2006, estuvo enfocada en el fortalecimiento del sector de defensa; la segunda fase, desarrollada entre 2007 y 2009, se enfocó en el fortalecimiento institucional en las zonas de mayor afectación del conflicto armado; la tercera fase del Plan culminó en el año de 2015, y en ella los recursos se destinaron a proyectos de

⁴⁵ A complexidade do fenômeno do narcotráfico só pode ser compreendida no quadro do desenvolvimento social e econômico do país e das circunstâncias e características históricas e políticas do conflito armado e das várias tentativas frustradas de construção da paz. Foi a partir dos anos 1980 que esse fenômeno adquiriu novas determinações sociais, naquilo que os autores do Relatório *da Comisión Histórica del Conflicto y Sus Víctimas* definem como *a segunda fase da violência*, que se seguiu ao enfraquecimento dos grupos guerrilheiros de primeira geração e à recomposição das *Fuerzas Armadas Revolucionarias - Ejército del Pueblo* (FARC- EP), do *Ejército de Liberación Nacional* (ELN) e do *Ejército Popular de Liberación* (EPL) - as chamadas “guerrilhas de segunda geração” -, bem como do *Movimiento 19 de Abril* (M-19), do Quintín Lame e do *Partido Revolucionario de los Trabajadores* (PRT), à expansão do narcotráfico e ao nascimento de grupos paramilitares (*Comisión de la Verdad*, 2015).

Com as investidas militares/paramilitares e policiais, a Colômbia se torna um dos principais países destinatários de ajuda militar dos EUA (Rodrigues, 2012). As consequências foram nefastas. Primeiro porque a erradicação forçada, por meio de erradicação manual e fumigações com glifosato, não diminuiu o cultivo da folha de coca, que seguiu crescendo. Segundo Gallego (2017), entre 2000 e 2006, os cultivos cresceram em 15%; e segundo porque essa estratégia não eliminou o narcotráfico, já que esse está consolidado com interesses das elites econômicas, agrárias e políticas do país, mas serviu para criar condições perfeitas para controlar a luta de classes por meio do combate às guerrilhas de esquerda, perseguição e assassinatos a lideranças sociais. Além disso, acelerou a concentração de terra por meio da desapropriação e expulsão da população camponesa de determinados territórios, gerando mais *desplazamientos forzados* e danos físicos e ambientais devido às fumigações aéreas. O campesinato, localizado na cadeia mais frágil do narcotráfico, foi equiparado a delinquentes, narcotraficantes e guerrilheiros de esquerda (Gallego, 2017).

De acordo com Rodrigues (2012), os recursos do Plano Colômbia foram ambíguos, já que não ficou evidente se foram utilizados para combater as organizações narcotraficantes ou as guerrilhas insurgentes, ficando difusa a relação entre guerrilheiros e narcotraficantes. Assim, na Colômbia, a ideologia proibicionista vinculou as guerrilhas de esquerda ao narcotráfico, mesmo aquelas em que suas atividades não foram financiadas com o dinheiro advindo do mercado ilícito. Dessa forma, os recursos do Plano Colômbia acabaram sendo destinados ao combate contra as FARC-EP e o ELN, o que promoveu perseguição e assassinatos dos militantes.

Com a associação das guerrilhas ao terrorismo, o governo de Álvaro Uribe Vélez (2002-2010) lança seu programa de segurança, a *Política de Seguridad Democrática*, que consolidou uma luta contrainsurgente e anticampesina ao intensificar o Plano Colômbia

⁴⁶ “O Plano Colômbia foi lançado em 2000 e, com os ataques de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, alguns de seus objetivos foram reorientados para convertê-lo em outra ferramenta de contra-insurgência no país. A primeira fase, realizada entre 2000 e 2006, concentrou-se no fortalecimento do setor de defesa; a segunda fase, desenvolvida entre 2007 e 2009, concentrou-se no fortalecimento institucional nas áreas mais afetadas pelo conflito armado; a terceira fase do Plano culminou em 2015, e os recursos foram alocados para projetos de desenvolvimento econômico e social e para a erradicação das plantações de coca” (Gómez e Tolosa, 2022, p. 241) (Tradução própria).

de combate ao narcotráfico. Medidas como recompensa para a população ao denunciar grupos insurgentes, alocação de tropas do exército e da polícia nas estradas, erradicação de cultivos via fumigações, ocupação das *comunas* (favelas), instalação de bases policiais, aumento da incursão de grupos paramilitares e uma série de medidas de segurança que vão influenciar outros países, como o Brasil, no combate ao tráfico de drogas (Rodríguez, 2012).

El Plan Colombia y la posterior Política de Seguridad Democrática del expresidente Uribe Vélez representaron una adaptación de la guerra contra el “terrorismo” estadounidense en Colombia. Entre otras, esta política defendió la inversión extranjera por medio de la “restauración del imperio de la ley” y tuvo como objetivo establecer un clima de “tranquilidad” para el capital extranjero. El Plan Patriota fue diseñado para atacar directamente a los comandantes de la guerrilla; el Ejército se expandió en el piedemonte, mientras la guerrilla se replegó hacia las zonas montañosas de El Pato, Balsillas, los llanos del Yarí, el medio y bajo Caguán y el medio y bajo Caquetá (Rodríguez, 2020, p. 47).⁴⁷

Mesmo com o fim do Plano Colômbia em 2005, seguiu-se a mesma direção com o *Plan Patriota*, por meio do investimento bélico do Estado sob financiamento dos EUA, intensificando a perseguição e repressão às guerrilhas, mas estendendo o controle da luta de classes para outras organizações comunitárias e populares. Rodríguez (2020) aponta que várias organizações políticas comunitárias e campesinas foram perseguidas, gerando também ameaças a lideranças sociais por grupos paramilitares, além de consequências também para a população civil, com o aumento de recrutamentos forçados, assédios e assassinatos.

Os dois mandatos do governo de Uribe seguiram focados no combate às guerrilhas, sobretudo às FARC-EP, mantendo alinhamento com as políticas proibicionistas dos EUA e retroalimentando a violência, enquanto os narcotraficantes associados às elites econômicas agrárias seguiam com uma atividade altamente lucrativa.

⁴⁷ “O Plano Colômbia e a subsequente Política de Segurança Democrática do ex-presidente Uribe Vélez representaram uma adaptação da guerra dos EUA contra o “terrorismo” na Colômbia. Entre outras coisas, essa política defendia o investimento estrangeiro por meio da “restauração do estado de direito” e visava estabelecer um clima de “tranquilidade” para o capital estrangeiro. O Plano Patriota foi projetado para atacar diretamente os comandantes da guerrilha; o exército se expandiu para o pé das montanhas, enquanto a guerrilha se retirou para as áreas montanhosas de El Pato, Balsillas, llanos de Yarí, Caguán médio e baixo e Caquetá médio e baixo” (Rodríguez, 2020, p. 47) (Tradução própria).

A ideologia proibicionista começa a entrar em decadência por mudanças das políticas externas, tensionadas por movimentos contestatórios e interesses de mercados voltados à legalização de algumas drogas. A chegada de Juan Manuel Santos à presidência marca alguns distanciamentos em relação aos governos anteriores. Ainda que pese que a Corte Constitucional tenha declarado inconstitucional a penalização do consumo e do porte de dose mínima de drogas consideradas ilícitas em 1994 (Sentença C-221/1994), foi a partir do ano de 2010 que se deu início a algumas mudanças no direcionamento das políticas de drogas colombianas⁴⁸. Entretanto, mesmo em um cenário mais favorável, ainda se manteve a ofensiva militar contra as guerrilhas e a violência contra líderes sociais no país.

1.3.3 Acordo Final de Paz: rupturas e continuidades da guerra às drogas

Um ponto crucial para a mudança das políticas proibicionistas foi a retomada da mesa de negociações do governo colombiano com as FARC-EP no ano de 2012, com o reconhecimento dos impactos negativos dessas políticas sobre a população e o meio ambiente. É nesse momento que começa a circular um discurso sobre o fracasso da guerra às drogas, o que não foi nenhum fracasso, muito pelo contrário. A ideologia proibicionista oculta o que se revela na realidade: as políticas proibicionistas foram um mecanismo para acumular capital por meio do mercado ilegal e controlar a luta de classes, operando a supereexploração da força de trabalho e as opressões de classe, raça, etnia, gênero e território.

O Acordo Final de Paz (*Acuerdo Final para la Terminación del Conflicto y la Construcción de una Paz Estable y Duradera*), firmado em 2016, apresenta seis eixos como uma proposta para uma saída ao conflito armado. Os eixos são: 1. Reforma Rural Integral; 2. Participação política com abertura democrática; 3. Cessar fogo entre o

⁴⁸ Ressalta-se que esse é um processo que ocorre inicialmente em 2015, quando a Corte Constitucional colombiana despenalizou o cultivo de até vinte plantas controladas para uso pessoal, incluindo maconha e plantas que produzem cocaína, morfina e heroína, em uma sentença que reconheceu o direito dos indivíduos à liberdade e à saúde (Sentença de 17 de junho de 2015 – *Casación* 44891). Em 2016, a Corte Constitucional reforçou essa abordagem ao estabelecer que o mero uso de substâncias psicoativas não é causa para demissão de um trabalhador, ressaltando a importância da proteção dos direitos humanos e individuais (Sentença C-336/2016) (Soares, 2021).

governo colombiano e as FARC-EP e entrega das armas⁴⁹; 4. Solução para o problema das drogas ilícitas; 5. Justiça, reparação e não repetição com relação às vítimas do conflito; e o último eixo diz respeito ao plano para a implementação do Acordo (Governo de Colombia, FARC-EP, 2016).

Além disso, o AFP conta com enfoques diferenciados de gênero, território e etnia-raça, colocando atenção aos direitos fundamentais das mulheres, povos indígenas, crianças e adolescentes, comunidades afrodescendentes e outros grupos étnicos, campesinato, pessoas com deficiência, pessoas que sofreram *desplazamiento forzado* por condições do conflito armado, pessoas idosas e população LGBT (Governo da Colombia e FARC-EP, 2016), reconhecendo as particularidades da população afetada historicamente pelo conflito armado do país.

Com relação especificamente ao problema das drogas, o Acordo propõe um enfoque em saúde pública, direitos humanos e no combate aos grandes narcotraficantes:

*El Punto 4 contiene el acuerdo “Solución al Problema de las Drogas Ilícitas”. Para construir la paz es necesario encontrar una solución definitiva al problema de las drogas ilícitas, incluyendo los cultivos de uso ilícito y la producción y comercialización de drogas ilícitas. Para lo cual se promueve una nueva visión que dé un tratamiento distinto y diferenciado al fenómeno del consumo, al problema de los cultivos de uso ilícito, y a la criminalidad organizada asociada al narcotráfico, **asegurando un enfoque general de derechos humanos y salud pública, diferenciado y de género** (Governo de Colombia, FARC-EP, 2016, p. 8, grifos meus).⁵⁰*

Ao jogar luz sobre esse problema, identificam-se as pessoas mais afetadas pela questão das drogas, diferenciando trabalhadores/as do mercado ilegal dos narcotraficantes

⁴⁹ A entrega das armas das FARC-EP para o governo colombiano significa que a guerrilha deixou de usar as armas como um método de ação política e deixou de existir como um movimento armado. Militantes das FARC-EP deveriam receber garantias de segurança e de reincorporação na vida civil por meio da participação democrática, conformando partidos políticos e movimentos políticos, portanto, disputando o poder dentro da institucionalidade. O ponto 3 do AFP trata especificamente deste tema, apontando toda a logística da entrega das armas pelas FARC-EP ao governo nacional que se comprometeu com o cumprimento do que ali está exposto para terminar com o conflito (Governo de Colombia, FARC-EP, 2016).

⁵⁰ “O ponto 4 contém o acordo ‘Solução para o problema das drogas ilícitas’. Para construir a paz, é necessário encontrar uma solução definitiva para o problema das drogas ilícitas, incluindo os cultivos ilícitos e a produção e comercialização de drogas ilícitas. Para isso, promove-se uma nova visão que dê um tratamento diferente e diferenciado ao fenômeno do consumo, ao problema dos cultivos de drogas ilícitas e ao crime organizado associado ao narcotráfico, garantindo um enfoque integral de direitos humanos e saúde pública, diferenciado e sensível ao gênero” (Governo de Colombia, FARC-EP, 2016, p. 8) (Tradução própria).

e reconhecendo a necessidade de investimento estatal para a reprodução social da vida, já que os cultivos estavam ligados às condições precárias, sobretudo da população campesina. A busca por alternativas a esse problema contou com diálogo entre o governo e as FARC-EP, bem como com organizações da sociedade civil, movimentos sociais, especialistas e acadêmicos a fim de construir um enfoque de direitos humanos e de saúde pública para o problema das drogas.

Como proposta para o problema dos cultivos, nasce o *Programa Nacional Integral de Sustitución de Cultivos de Uso Ilícito* - PNIS, o qual está intrinsecamente relacionado ao ponto 1 do Acordo, que se refere a uma Reforma Rural Integral (RRI), ou seja, o PNIS seria parte da reforma agrária do país, compondo os planos de desenvolvimento de enfoque territorial e de gênero, reconhecendo o problema central da distribuição de terras e levando em conta as condições enfrentadas pelas mulheres *campesinas*, indígenas e afrocolombianas.

Dentro dos 13 objetivos colocados no PNIS, a substituição dos cultivos deveria ocorrer de forma voluntária e gradual, com apoio governamental para a construção de projetos produtivos alternativos, gerando oportunidades de trabalho e fortalecendo as economias solidárias, a sustentabilidade ambiental, a soberania alimentar, o bem-viver das comunidades, dentre outros. Seu princípio fundamental é “*generación de condiciones que les permita a las comunidades que habitan las zonas afectadas por cultivos de uso ilícito gozar de condiciones de bienestar y buen vivir, y a las personas directamente vinculadas con los cultivos de uso ilícito oportunidades para desvincularse definitivamente de esa actividad*”⁵¹ (Governo da Colombia, FARC-EP, 2016, p. 105).

Na prática, o PNIS consistia em firmar um acordo com as comunidades mais afetadas pelos cultivos ilícitos, por meio do qual as mesmas se comprometem a substituir voluntariamente os cultivos e não comercializar as matérias primas derivadas de cultivos ilícitos. Em contrapartida, o governo colombiano se comprometeria a oferecer transferências monetárias⁵² e assistência técnica para os projetos produtivos alternativos.

⁵¹ “criação de condições que permitam que as comunidades que vivem em áreas afetadas por cultivos ilícitos desfrutem de condições de bem-estar e bem-viver, e que permitam às pessoas diretamente ligadas a cultivos ilícitos oportunidades de se desvincularem definitivamente dessa atividade”(Governo da Colombia, FARC-EP, 2016, p. 105) (Tradução própria).

⁵² Essa transferência monetária para as famílias consistia em seis pagamentos bimestrais de 2 milhões de pesos colombianos durante 12 meses para atividades de substituição de cultivos; \$ 1.800,000 (cop) em cota única para a implementação de projetos autogestionados e segurança alimentar; \$9.000,000 (cop) de cota

Entretanto, implementar o AFP foi (e segue sendo) uma tarefa complexa. Conforme destacaram Martínez e Didier (2023), mesmo com a assinatura do Acordo, os assassinatos de lideranças sociais persistiram. Em 2017, um ano após a assinatura do AFP os assassinatos inclusive aumentaram em 32,3% em comparação com o ano anterior. Isso se deve ao fato de essas lideranças encontrarem mais resistência na defesa do próprio Acordo, sobretudo em territórios com histórico de presença de grupos armados e aqueles que levam a cabo programas de restituição de terras e substituição de cultivos ilícitos.

O AFP representou uma ruptura do enfoque contrainsurgente da política proibicionista. Entretanto, sua implementação segue apresentando muitos desafios até os dias de hoje. A mudança de governo representou uma dessas barreiras. Com a eleição de Iván Duque (2018-2022), são retomadas as bandeiras uribistas de uma agenda proibicionista, como a proibição de doses de substâncias psicoativas para uso pessoal, as quais já haviam sido regulamentadas em 1994, assim como também a descontinuidade do AFP. O descumprimento do PNIS, por parte do Governo Colombiano, deixou a situação da população *campesina* ainda mais precarizada, pois as mesmas comprometeram-se e realizaram a substituição dos cultivos ilícitos, entretanto, não receberam os pagamentos acordados com o governo.

Além disso, Ivan Duque lançou um Decreto (n. 1844 de 2018) retomando fumigações aéreas com glifosato em operações de erradicação forçada de cultivos (Gómez e Tolosa, 2022). No mesmo ano (2018), Duque imprime novamente a ideologia proibicionista com a criação da política *La Ruta Futuro: Política Integral para Enfrentar el Problema de las Drogas*, a qual visa a reduzir o consumo e combater o narcotráfico, o que vai na contramão dos compromissos anteriormente estabelecidos, gerando um forte descontentamento social e descrença das comunidades com relação ao Estado, e também afetando a articulação política realizada ao redor do Acordo (Quintero, 2022).

Diante do descontentamento generalizado da população devido aos repetidos descumprimentos do AFP em relação às comunidades e territórios historicamente negligenciados, além da falta de oportunidades econômicas decorrente da crise estrutural, agravada pelos impactos da pandemia nos estratos mais vulneráveis da sociedade

única para adequação e execução de projetos de curto ciclo; \$10.000,000 através de projetos produtivos ou mão de obra; \$1.000,000 (cop) mensais no período de 1 ano para as pessoas que trabalham com transporte de pequenas quantidade de drogas ilícitas (Serrano e Ferreira, 2023).

colombiana, houve uma eclosão de movimentos contestatórios que culminaram no *Paro Nacional* em abril de 2021.

As manifestações massivas por meio de greves e protestos ocuparam as ruas de grandes cidades como Bogotá e Cali e levaram em conta reivindicações de reformas estruturais relacionadas à proteção social, como a reforma da saúde, a reforma trabalhista, a reforma agrária, a reforma da previdência e a reforma da educação, além de outras reivindicações frente à crise econômica, à concentração de renda e à violência do Estado contra líderes sociais no contexto pós-conflito.

Como fruto disso, inicia-se um novo e inédito momento da política colombiana com a eleição de Gustavo Petro e Francia Márquez (2022-2026), capitaneada por processos organizativos e descontentamento social. O governo colombiano então retoma a agenda do Acordo de Paz para uma proposta de ruptura do proibicionismo às drogas⁵³.

Mesmo com os avanços e recuos, a guerra às drogas segue imperativa na Colômbia, já que a articulação do país com a economia do narcotráfico “*son procesos profundamente arraigados en la configuración política y económica del territorio nacional*” (Fajardo, 2022b, p. 416).

Nesse sentido, desafios se colocam para as comunidades marginalizadas, as quais sentem na pele os efeitos da exclusão, da exploração e das opressões na urgência de construir a paz, que passa, evidentemente, pelo acesso à terra e pelo reconhecimento dos territórios marginalizados.

A partir dessa exposição, evidencia-se a vinculação entre a ideologia proibicionista, materializada pela guerra às drogas, e a reprodução social do capital a partir dos interesses econômicos de acumulação imperialista sobre os territórios latino-americanos, com destaque para a Colômbia. A seguir, apresenta-se como a ideologia proibicionista se assenta no Brasil, através de um caráter estruturalmente racista e sexista.

1.3.4 Antecedentes: alguns apontamentos sobre a formação social brasileira

O Brasil é o terceiro país com a maior população carcerária do mundo e a maioria das pessoas privadas de liberdade é negra e pobre, sendo o principal motivo de

⁵³ No final de 2023, o governo lança uma nova Política Nacional de Drogas (2023-2033), com o compromisso de tratar os problemas das drogas no âmbito da saúde pública por meio de estratégias de redução de danos e riscos, reconhecendo os impactos negativos da guerra às drogas.

encarceramento o tráfico de drogas (INFOPEN, 2017). De acordo com o último Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - INFOPEN, estima-se que em 2016 o Brasil atingiu o marco de mais de 700 mil pessoas encarceradas, representando um aumento de 707% em relação ao início da década de 1990 (INFOPEN, 2017).

Com relação às mulheres, de acordo com os dados do INFOPEN Mulheres (2018), as taxas de encarceramento feminino são ainda mais alarmantes, revelando um aumento de 656% em relação ao total registrado do início dos anos 2000 até 2016, sendo que 62% das mulheres encarceradas estão nessa condição pelo crime hediondo de tráfico de drogas e a maioria das mulheres é jovem, mãe, negra e apresenta baixa escolaridade (INFOPEN Mulheres, 2018; Santos, 2018).

Não por acaso esse aumento coincide com o período em que foi promulgada a Lei 11.343, de 2006, conhecida como a Lei de Drogas. Trata-se de uma lei que intensificou a guerra às drogas ao aumentar a penalização, a repressão ao tráfico e ao cultivo sem autorização e que, em tese, estabeleceu diferença entre porte para fins de uso e porte para fins de distribuição. Apesar de a lei prever penas alternativas para o porte com fins de consumo pessoal, não prevendo punição com privação de liberdade, na prática o que ocorre é o aumento do encarceramento por tráfico de drogas de maneira indiscriminada, isso porque, a depender da raça-cor-etnia e território em que se encontram essas pessoas, são classificadas como traficantes. Por isso, falar de guerra às drogas no Brasil é falar sobre racismo, e um racismo muito sofisticado, assentado no *mito da democracia racial* (González, 2020).

A ideologia proibicionista materializada na guerra às drogas, fundamentada tanto na proibição global por meio dos acordos internacionais quanto a nível local por meio de leis e proibições, revela um caráter colonial e imperialista da ideologia proibicionista brasileira, a qual hierarquiza as relações sociais de gênero, raça/etnia e território e promove o rebaixamento da força de trabalho. Isso nos leva a perguntar: *quais são os fatores estruturais nos quais se assenta a ideologia proibicionista no Brasil? Que elementos particulares apresenta essa formação social?*

O desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo dependente na América Latina (Marini, 2013; Fernandes, 1975; Gorender, 1981; Souza, 2023) marca características que determinam a formação social brasileira, operando formas de exploração-opressões e a função da terra. A colonização portuguesa promoveu atividades

extrativistas dos recursos naturais, monopolizou a terra e impôs a escravização dos povos originários e dos povos negros sequestradas de África, introduzindo a ideia de raças superiores e inferiores, bem como tentou apagar culturas tradicionais e ancestrais (Moura, 1988).

A economia agro-exportadora assentada no trabalho escravizado, interessada em atender os interesses de “fora”, forjou uma elite agrária conservadora autocrática (Lima, 2009) e uma estrutura classista, racista e sexista, a qual subordinou a classe trabalhadora (essa diversa).

Durante a crise resultante das contradições do capital, entre 1873 e 1896, na contramão de outros países, o Brasil foi o último país da América Latina a abolir o trabalho escravo. Diferente do que contou por muito tempo a história oficial brasileira, a escravização não foi consequência de um caráter passivo dos povos negros e indígenas frente à escravização e a expropriação. A luta abolicionista colocou em evidência o protagonismo das massas escravizadas na construção de outras possibilidades de vida. Expressões disso foram as fugas, revoltas⁵⁴, rebeliões e a criação dos quilombos⁵⁵ (Moura, 2020; González, 2020; Gonçalves, 2018; Nascimento, 2021).

As lutas que forjaram a revolução abolicionista, entretanto, também estiveram de frente a um cenário de constituição de uma heterogênea burguesia branca agrária, composta por oligarquias locais e grandes latifundiários alinhados aos interesses das classes dominantes externas, de caráter monopolista. Esses interesses iam ao encontro da abolição do trabalho escravo e da constituição de um “trabalho livre” para atender aos interesses do capital, sem que se construíssem condições concretas para a classe antes escravizada. Segundo Florestan Fernandes:

⁵⁴ Destacamos os movimentos de libertação nacional com a participação da população negra, em sua grande maioria ocorridas na região do nordeste brasileiro, como a Revolta dos Alfaiates (1798 e 1799), a Confederação do Equador (1824), a Revolta dos Malês (1835), a Revolta da Sabinada (1837 a 1838), a Revolta da Balaiada (1838 a 1841) e a Revolução Praieira (1848 a 1850) (González, 2020).

⁵⁵ Tivemos vários movimentos e figuras importantes que lutaram contra a escravidão, como Aqualtune, Luiz Gama, Ganga-Zumba, Zumbi de Palmares, Dandara, Luíza Mahin, Tia Ciata, Maria Filipa de Oliveira e uma grande massa anônima. A luta de Zumbi é de grande importância nacional na constituição do maior quilombo da América Latina, o Quilombo de Palmares, localizado na região da Serra da Barriga, no nordeste brasileiro, onde atualmente se situa o Estado de Alagoas. O Quilombo de Palmares foi a primeira tentativa de construção de um Estado igualitário e democrático, constituindo-se como um território livre e de resistência cultural (Nascimento, 2021; González, 2020). Também é importante mencionar a resistência das mulheres negras no período da escravidão, as quais mantiveram viva a identidade e a cultura negra, passando-a de geração para geração (González, 2020).

A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema do trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou outra qualquer instituição assumisse encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho (Fernandes, 2008, p. 29).

A extinção oficial das relações de produção escravista no Brasil, ocorrida em 1888, foi fruto das classes em luta, mas sufocadas por manobras políticas e ideológicas dos interesses de uma burguesia autocrática engendrada no modo de produção escravista e, portanto, estruturada por processos históricos de sistemática violência, expropriação de terras, trabalho escravizado e tráfico de escravos (Gorender, 1981). Nesse sentido, a “revolução burguesa” brasileira não adquiriu caráter de uma revolução realmente social, sendo mantidos aspectos estruturais de dominação de classe (Fernandes, 2008; Gonçalves, 2018) e conservadas lógicas colonialistas patrimonialistas e patriarcais no marco do capitalismo nascente.

1.3.5 Racismo e a ideologia proibicionista no Brasil pós-abolição

A classe dominante, antes mesmo da abolição e no mesmo período da proibição do tráfico de escravos pela Lei Eusébio de Queiroz, instaura a Lei n.º 601/1850, conhecida como a Lei de Terras, que instituiu o direito à terra por meio da propriedade privada, antes sob domínio da coroa portuguesa. Com isso, o acesso à terra passou a ser mediado pela compra e venda e excluiu a população negra escravizada e os povos originários, perpetuando as desigualdades no país.

Nesse cenário, a população negra e originária no pós-abolição, além de ser desprovida do acesso à terra, é também destituída das condições materiais de compor e integrar a classe proletária nascente por meio de sua exclusão no mercado de trabalho. Propaga-se, nesse período, a crença de que as pessoas negras ex-escravizadas não estariam adaptadas ao trabalho requerido pela sociedade capitalista emergente, o que contrariava absolutamente o fato de que, mesmo antes da chegada dos europeus, a África se caracterizava por formas aperfeiçoadas de organização social e de trabalho (Rodney, 1975).

No pós-abolição, com o surgimento da nova república, o “trabalho livre” foi vinculado ao desenvolvimento capitalista e estabeleceu-se nesse momento uma política migratória, com o argumento de que “importar mão-de-obra apta ao novo processo de produção que resolveria o problema da falta de trabalhadores(as) qualificados(as) e, ao mesmo tempo, evitaria a degenerescência da nação, branqueando-a” (Gonçalves, 2018, p. 516), em outras palavras, o país deveria ser branco e capitalista (Moura, 1988).

As ideias e teorias racistas propagavam que a força de trabalho dos ex-cativos não era qualificada o suficiente para a demanda da ordem capitalista nascente, justificando ideologicamente a necessidade de uma renovação branca da força de trabalho. Essa estratégia ideológica foi alinhada ao *mito da democracia racial* (Moura, 1988; Gonçalves, 2018; González, 2020; Nascimento, 2021), um mito que propagava a inexistência do racismo no Brasil, país em que brancos e negros poderiam conviver harmoniosamente. Um mito que ecoa até os dias de hoje.

A economia baseada na exportação de produtos primários exercia função primordial na dinâmica do mercado mundial. Matérias primas e alimentos - como o café - aceleraram o mercado interno do país com investimento nas vias de circulação de mercadorias por meio da integração direta com os capitais imperialistas, o que possibilitou um desenvolvimento industrial e a construção de uma rede ferroviária e portuária que ampliou o mercado em algumas regiões do país, promovendo um desenvolvimento desigual das regiões brasileiras e impulsionando o aumento da migração interna de trabalhadores/as, que buscavam melhores condições de vida e de trabalho.

Esse crescimento exacerbado e desordenado, impulsionado pela industrialização e a migração, começa a gerar vários agravos à saúde pública. As cidades de São Paulo e Rio de Janeiro se desenvolviam industrialmente ao mesmo tempo em que as condições da classe trabalhadora eram degradantes e insalubres, com jornadas de trabalho de onze a doze horas (Gorender, 1981).

O desenvolvimento industrial e urbano, que inchou as capitais do país com pessoas em busca de melhores condições de sobrevivência, valeu-se da ideologia do embranquecimento da população, já que as políticas migratórias trouxeram um número ainda maior de trabalhadoras europeus, rebaixando o valor da força de trabalho como um todo. De acordo com González (2020), a população negra não foi absorvida no mercado formal e sim nos postos de trabalhos informais, ainda mais precarizados e com atividades

que exigiam menor qualificação, como limpeza urbana, serviços domésticos, segurança, etc. Conforme destacaram Gonçalves (2018) e González (2020), os ex-cativos não se constituíam nem mesmo como exército industrial de reserva, mas sim como uma “massa marginal” (González, 2020, p. 22), que posteriormente será identificada como “classes perigosas” (Gonçalves, 2018; Moura, 1988).

Frente à demanda sanitária, e alinhado aos preceitos advindos do movimento higienista pelo qual se buscava legitimar práticas médicas racistas, o Estado propaga ações de cunho racial no controle social por meio da educação higiênica e de ações de “limpeza” urbana, demolição de cortiços, segregação do espaço social, assim como a repressão dos usos de determinadas substâncias psicoativas como o álcool, transformando a questão social⁵⁶ em questão moral (Lima, 2009).

O racismo engendrado na sociedade escravista não foi superado com o fim da escravidão, mas sim reatualizado e sofisticado. A ideologia proibicionista materializada na repressão às drogas foi um dos mecanismos de hierarquização racial (Costa e Mendes, 2022b; Ferrugem, 2018) e, nesse sentido, o Estado⁵⁷ brasileiro não hesitou em instaurar mecanismos jurídicos que criminalizassem a população negra no pós-abolição.

A maconha, que tem sua chegada no território brasileiro por intermédio da população negra escravizada que fazia um uso ancestral da planta, assim como outras práticas e cultos ancestrais (como o samba, a capoeira e o candomblé), foi alvo de criminalização antes mesmo da intensificação da guerra às drogas declarada pelos EUA em 1971 (Saad, 2019; Malheiro, 2020).

⁵⁶ Compreendo a questão social segundo Yamamoto (2008, p.156), “[...] a questão social condensa o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais [...]. As configurações assumidas pela questão social integram tanto determinantes históricos objetivos, que condicionam a vida dos indivíduos sociais, quanto dimensões subjetivas, fruto da ação dos sujeitos na construção histórica. Portanto, a questão social, marca da contradição capital-trabalho expressa, portanto, uma arena de lutas políticas e culturais na disputa entre projetos societários, informados por distintos interesses de classe”.

⁵⁷ Compreendo o Estado como um instrumento de exploração, dominação e opressão de classe, que se materializa por “um conjunto de instituições; corpo de funcionários que administra e trabalha em tais instituições; leis, normas e regulamentos; uma particular condensação da rede de relações de poder, dominação, força e laços comunitários que atravessam a sociedade” (Osório, 2017, p.19).

Não é por acaso que a primeira lei antidrogas no país foi promulgada em 1921 pelo Decreto 14.969 (Rocha, 2013; Rodrigues, 2012)⁵⁸. Entretanto, nesse momento não havia controle sobre determinadas substâncias. Por meio de análise de publicações na mídia, Saad (2019) aponta que, a partir da década de 1920, foi disseminado pelos jornais nacionais um pânico moral e social em torno da maconha. Não por coincidência, isso ocorre no mesmo período em que os EUA combatiam essa planta, associando o uso à população mexicana e imigrante.

As denominações então atribuídas pela mídia à maconha, tais como “*diamba, liamba, fumo d’Angola*”, entre outros, reforçam a relação da planta com os africanos feitos escravos” (Saad, 2019, p. 102), dando início a um discurso proibicionista e repressivo, principalmente nos bairros pobres das classes populares, associando-se o uso a pessoas consideradas perigosas e a uma subversão da disciplina do trabalho.

Assim como a maconha era associada aos latinos de forma geral e aos mexicanos mais especificamente, daí a adoção do termo *marijuana*, era comum no discurso proibicionista estadunidense que outras drogas tivessem seu consumo relacionado a grupos sociais considerados perigosos, como foi o caso da cocaína com os negros, o álcool com os irlandeses e o ópio com os chineses (Saad, 2019, p. 104).

Nesse momento, enquanto a maconha é associada ao uso por pessoas negras, as drogas como a cocaína, a heroína e o ópio eram de uso exclusivo da oligarquia brasileira, considerados “hábitos elegantes”, que só foram proibidos quando essas substâncias deixaram de ser exclusivas (Rodrigues, 2012, p. 66).

Com o fortalecimento do movimento sanitarista brasileiro no controle de doenças contagiosas e, junto a ele, o avanço da indústria farmacêutica sob novo regime político (Getúlio Vargas, a partir de 1930), o controle repressivo sobre a maconha é regulamentado:

Em janeiro de **1932, a criminalização da maconha se deu através do Decreto 20.930**, responsável por coibir “o emprego e o comércio das substâncias tóxicas entorpecentes”. A planta então passou a integrar a lista de “substâncias tóxicas de natureza analgésica ou entorpecente [...] inclusive especialidades farmacêuticas correlatas”. 240 A lei detalhava que se proibia “fabricar, importar, exportar, reexportar, vender, trocar, ceder, expor ou ter”

⁵⁸ “Após a lei de 1921, uma sequência de pequenas reformas (1922, 1932, 1936 e 1938) reatualizam as normas do proibicionismo brasileiro perante as inovações das conferências internacionais” (Rodrigues, 2012, p. 67).

maconha, e para seu eventual uso médico seria “indispensável licença especial da autoridade sanitária competente”. A venda estaria restrita às farmácias devidamente autorizadas e as receitas aos médicos formalmente diplomados, restando ainda uma brecha para o comércio e consumo da planta, embora não haja indícios de que sua utilização medicinal tenha perdurado após a proibição. O controle da medicina oficial sobre a cura das doenças e o monopólio da indústria farmacêutica sobre os medicamentos estavam cada vez mais fortalecidos (Saad, 2019, p. 110, grifos meus).

No cenário de uma república nascente no pós-abolição, o consumo da maconha era considerado “um dos empecilhos à modernização e ao progresso de um Brasil constituídos nos ideais da democracia racial e com um projeto político de embranquecimento” (Malheiro, 2020, p. 171).

Assim, uma vez consideradas as drogas uma ameaça à saúde pública, aprofundou-se a tendência repressiva. Dessa forma, “a formação e exportação posterior da ‘matriz proibicionista’ às drogas, forjada nos EUA ao longo do século XX, encontraram na Medicina, em particular, na Psiquiatria, e no Direito Penal brasileiro, aliados importantes para as respostas coercitivas do Estado às práticas ilegítimas do uso dos ‘venenos narcóticos’” (Lima, 2009, p.158).

1.3.6 Consolidação da ideologia proibicionista no século XX: a constituição das classes perigosas

O modelo proibicionista afirmado pela medicina científica moderna e pelo Estado no período urbano-industrial, capitaneado pela ONU a partir de 1961 por meio dos acordos internacionais, se consagrou e se intensificou no contexto brasileiro no final do século XIX e início do século XX, período em que se consolida a hegemonia da medicina tradicional e do saber científico. Esses elementos são fundamentais para compreender a legitimação do Estado autocrático no controle das drogas no Brasil (Malheiro, 2020).

Com os olhos sobre a América Latina, o período pós-guerra (a partir de 1945) foi caracterizado por uma transformação política com vistas à segurança nacional para combater qualquer presença do comunismo e, sobretudo, impedir que o mesmo brotasse em solo americano. Nesse panorama, os EUA ofereceram apoio aos golpes militares na América Latina (Rodrigues, 2012).

Os anos de 1960 marcaram um cenário de diversas mobilizações populares em luta por mudanças estruturais diante das condições de exploração-opressão, momento

esse de uma conjuntura de efervescência política no marco do contexto internacional da Guerra-Fria (1947-1989) (Priori et al., 2012). A burguesia nacional brasileira, com a justificativa de manter a ordem diante da organização popular, instituiu a ditadura cívico-militar-empresarial (1964-1985), orquestrada com o apoio dos EUA.

Foi no ano de 1967, logo após a Convenção da ONU de 1961, que o Brasil intensificou a ideologia proibicionista em suas leis, o que posteriormente dará base para a consolidação do proibicionismo no país pelas legislações seguintes de 1968, 1971, 1976 e 2002:

As mais significativas reformas após essas duas décadas iniciais vieram a partir de 1967, ano em que as decisões da Convenção Única da ONU, de 1961, são incorporadas à lei brasileira. Dois novos textos, um de 1968, outro de 1971, sofisticaram as normas repressivas, com destaque para o endurecimento nas penas para traficantes e usuários (que são tratados como *viciados* ou *toxicômanos*). No entanto, a consolidação do proibicionismo contemporâneo no Brasil vem com a aprovação da Lei nº 6.368, de 1976, conhecida como Lei dos Tóxicos. Essa lei, que regulamentou a questão das drogas ilícitas no país até a aprovação da Lei nº 10.409, de 2002, instituiu definitivamente as figuras de *traficante*, criminoso que deve ser punido com rigidez, e do usuário, indivíduo tido como doente que deve ser encaminhado para o tratamento (Rodrigues, 2012, p. 67-68).

Nesse momento o Brasil ocupava uma posição discreta com respeito ao tráfico internacional das drogas, mas, com o recrudescimento da Lei de Drogas e o acirramento da repressão intensificada pela ditadura militar, estimulou-se a construção do que se entende atualmente como o narcotráfico no país⁵⁹ (Rodrigues, 2012).

Logo no ano de 1968, a partir do decreto-lei nº 314/68, instaura-se a Lei de Segurança Nacional, que buscava identificar e eliminar os “inimigos internos”, sendo estes, antes de tudo, os comunistas. Os grupos guerrilheiros de esquerda que contestavam o regime militar foram duramente reprimidos e presos.

De acordo com Fernandes (1976), a contrarrevolução preventiva do golpe militar significou a concretização da revolução burguesa brasileira. Por meio de um Estado

⁵⁹ O surgimento do **Comando Vermelho** guarda relação com esse período, no qual os presos comuns (aqueles que não tinham inclinações políticas de esquerda), ao trocar conhecimento com os guerrilheiros presos pela Lei de Segurança Nacional, desenvolveram novas práticas e estratégias de dominação. Ao se conformarem como um grupo organizado, quando liberados criaram núcleos em algumas favelas do Rio de Janeiro, algo que depois, com o tráfico de drogas, representou uma estratégia rentável (Rodrigues, 2012). Nesta tese, não pretendo aprofundar reflexões sobre o narcotráfico no Brasil, dando enfoques diferentes para cada país. Portanto, para um maior aprofundamento sobre o surgimento e dinâmica atual do narcotráfico brasileiro, ver Rodrigues (2012) e Rodrigues (2017).

autoritário e autocrático, se conteve fortemente e violentamente as classes sociais em luta. Assim, “O Estado converte-se na instituição-chave, de autodefesa das classes privilegiadas, de controle da sociedade nacional pelas elites dessas classes” (Fernandes, 1975, p.103).

Com a estruturação do narcotráfico no Brasil, liderada sobretudo pelo Comando Vermelho, o país passa a ser uma rota importante do tráfico de cocaína e, posteriormente, processador de pasta base. A proliferação desse mercado desencadeou uma competição entre quadrilhas do tráfico, sobretudo situadas nas favelas do Rio de Janeiro, e o mercado ilegal seguiu crescendo ao longo dos anos, mesmo com a constante e permanente ação repressiva do Estado.

Mesmo após o processo de redemocratização do país, com o fim da ditadura militar em 1985 e a promulgação da Constituição Federal de 1988, fruto de muitas manifestações de resistência, persistiram práticas autoritárias e autocráticas do Estado brasileiro com relação à política de drogas.

Com os recrudescimentos ocorridos em 1998 e 1990 (Lei 8.072), equiparou-se o tráfico de drogas ao crime hediondo (como sequestro, tortura, terrorismo e estupro), e, com a criação da Secretaria Nacional Antidrogas - SENAD⁶⁰, um projeto inspirado na Administração e Controle de Drogas estadunidense - DEA, militarizou-se ainda mais a polícia e foram estimuladas operações de repressão contra organizações narcotraficantes e o encarceramento de usuários/as/es de drogas.

1.3.7 Disputas, contradições e tentativas de fissura da ideologia proibicionista: a guerra às drogas continua

Com a chegada do governo Lula, em 2003, surge a esperança de uma mudança com relação à guerra às drogas operada no país. Mobilizada por grupos críticos ao proibicionismo, propõe-se uma orientação da política de drogas sob a matriz dos direitos humanos e da Redução de Danos, essa última com ações já presentes no país desde a década de 1980.

Materializa-se uma política de saúde pública no ano de 2003, a chamada Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral aos Usuários de Álcool e outras Drogas,

⁶⁰ Posteriormente, em 2006, alterada para Secretaria Nacional sobre Drogas (Rodrigues, 2012).

elaborada pela área técnica de saúde mental/álcool e drogas do Ministério da Saúde. Essa política reconhece o tráfico de drogas como uma alternativa de reprodução social da vida, sendo fonte e geração de renda para as famílias pobres, e aponta perspectivas de tratamento com enfoque na Redução de Danos em consonância com os princípios da Lei 10.216 de 2001 (marco legal da Reforma Psiquiátrica) como pressupostos da Organização Mundial da Saúde - OMS (Oliveira, 2012).

Outro marco importante para o tensionamento da ideologia proibicionista no país foi a Portaria GM/816/2002, publicada após deliberações da III Conferência Nacional de Saúde Mental, que instituiu o Programa Nacional de Atenção Comunitária Integrada aos Usuários de Álcool e Outras Drogas, do Sistema Único de Saúde - SUS, propondo a criação de Centros de Atenção Psicossocial aos Usuários de Álcool e outras Drogas - CAPSad em substituição ao modelo assistencial em saúde mental vigente.

Como a atual política pública da saúde mental intitulada “A política do Ministério da Saúde para a atenção integral a usuários de álcool e outras drogas” é recente, apresentando os primeiros marcos normativos após a III Conferência Nacional de Saúde, poder-se-ia somente avaliar tal posição como referida a necessária legitimação que uma política leva para convencer de sua pertinência. No entanto, a redução de danos não se coloca apenas pela corporeidade de serviços para assistência ao usuário de drogas – Centro de Atenção Psicossocial para Álcool e Drogas – mas como uma concepção ético-política contrária ao substrato das políticas proibicionistas. Afirmar, então, a redução de danos, não por fé, mas como requisição para se construir e consolidar uma base política de um projeto de emancipação para a área das políticas de drogas, articulada às outras lutas emancipatórias, está na ordem do dia (Lima, 2009, p. 328).

Esses serviços explicitam claramente seus fundamentos direcionados à matriz dos direitos humanos, partindo do pressuposto de que o objetivo a ser alcançado no tratamento não se firma com vistas à abstinência, considerando uma visão global do problema relacionado à ideia de guerra às drogas (Oliveira, 2012).

Entretanto, contraditoriamente, no ano de 2006 se promulgou a Lei nº 11.343, que revogou as leis anteriores (de 1976 e 2002) e se tornou a atual Lei de Drogas do país. Essa Lei, promulgada com a assessoria da SENAD e, portanto, vinculada ao Ministério da Justiça e da Segurança Pública, evidencia uma disputa de projetos e interesses distintos em matéria de drogas.

Em tese, a Lei carregaria uma perspectiva progressista ao diferenciar traficantes e usuários/as/es, seguindo com um modelo de encarceramento para traficantes (sem

diferenciação de fato) e tratamento médico para usuários/as/es, sendo agora o problema das drogas um problema de saúde pública. Entretanto, na verdade ela não apresentou nenhuma mudança substancial, pois seguiu as diretrizes proibicionistas internacionais da ONU (Karam, 2008).

De acordo com Karam (2008), pelo contrário, a atual Lei de Drogas reproduz os dispositivos criminalizadores e de intervenção penal sobre os produtores, consumidores e distribuidores, mas, mais do que isso, conforma uma *seletividade penal* que determina quem são as pessoas criminalizadas. A criminalização não recai nos grandes produtores vinculados à burguesia do narcotráfico, assim como também na esfera da distribuição e do consumo, já que não se estabelece quantidade para porte de uso pessoal e porte para tráfico, deixando a responsabilidade pela definição para a abordagem policial, conforme podemos evidenciar no artigo 27 da referida lei:

Art. 27 § 2º Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente (Brasil, 2006).

Assim, a Lei de Drogas de 2006 é bastante controversa, pois o que existe na prática é uma criminalização da pobreza e o encarceramento da população negra.

Outra mudança polêmica em relação à referida Lei é o aumento da penalização para traficantes de drogas, de três para cinco anos de reclusão, considerando o tráfico como crime hediondo. Contudo, tal penalização ocorre quase que exclusivamente no setor no varejo, ou seja, em umas das cadeias mais débeis do narcotráfico, e não nos setores onde se concentra a acumulação de grandes narcotraficantes, que lavam dinheiro por meio de operações financeiras.

Como muitas outras formas de violência, as vítimas e os algozes dessa guerra são oriundos, em sua maioria, das camadas mais pobres e estigmatizadas de seus países. E a atuação das polícias se concentra normalmente em cima do mercado varejista, o mais exposto e ocupado pelos que menos lucro têm com esse comércio. Os bilhões que o tráfico movimentam, no entanto, continuam circulando pelos mercados com maneiras diversas de tornar o dinheiro legal. Ano após ano, medidas de inteligência no combate à lavagem desse capital são anunciadas, mas seu impacto no tráfico é pífio (Fiore, 2012, p. 15).

Conforme mencionamos, o Brasil alcançou uma população prisional exacerbada, sendo o tráfico de drogas o crime que mais priva as pessoas de liberdade, a maioria negras

e pobres (INFOPEN, 2016). Assim, o mercado ilegal mantém hierarquias da divisão internacional do trabalho e a superexploração da força de trabalho das pessoas que ocupam os lugares mais precarizados na cadeia do narcotráfico - a produção, a circulação no varejo e o consumo.

Vale ressaltar que as disputas e fissuras da ideologia proibicionista promovidas no início dos anos 2000 não representam uma ruptura, tendo sido recolocadas tendências que reconfiguram e reatualizam a ideologia proibicionista. Exemplo disso é o atual Projeto de Lei nº 45/2023, que criminaliza usuários/as/es de drogas, recrudescendo as políticas proibicionistas.

Assim, concluo que o projeto colonialista e imperialista da guerra às drogas tem em seu início a perseguição do uso ancestral das plantas sagradas da população negra e indígena, expropriando seus saberes e seus territórios e permitindo construir as condições materiais para a submissão à condição da venda da força de trabalho. Com o desenvolvimento do modo de produção e organização social capitalista, o proibicionismo materializado na guerra às drogas se constitui com uma forte ferramenta de domínio dos territórios e da luta de classes frente ao controle da força de trabalho para garantir a reprodução ampliada do capital. Assim, o proibicionismo, tomando os aspectos que o constituem fundamentalmente, articula-se com os interesses de domínio imperialista do capitalismo monopolista frente a uma sociedade desigual, racista e sexista.

1.4 Pesquisa de campo no Brasil e na Colômbia: aspectos éticos e metodológicos⁶¹

Assentada na Pesquisa Militante, apresentada na introdução desta tese, esta pesquisa não seguiu modelos clássicos de investigação científica e, portanto, considerando as particularidades dos dois campos (Brasil e Colômbia), foram utilizados procedimentos metodológicos flexíveis e autorais, adequados a cada contexto.

Para o levantamento e produção dos dados⁶², foram utilizados diversos procedimentos e técnicas, incluindo entrevistas parcialmente estruturadas, observação

⁶¹ Ressalta-se que, para a realização do campo da pesquisa, o presente trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética da Plataforma Brasil, com Certificado de Apresentação de Apreciação Ética nº58067922.9.0000.5512 e parecer n.º 5.501.946. Todas as participantes contribuíram voluntariamente e concordaram por escrito com o Termo do Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE.

⁶² Utilizo “produção dos dados” e não “coleta de dados” entendendo que, na coleta, a pesquisadora simplesmente chega no campo e coleta algo pronto, já a “produção dos dados” consiste na minha

participante e diário de campo. Este último teve como finalidade registrar pensamentos, sentimentos e atravessamentos do campo não sendo esses meramente descritivos, mas considerando os efeitos do outro em mim e minha subjetividade e emoções como um campo de criação, configurando-se como um registro de temporalidades cotidianas vivenciadas no processo investigativo, potencializando a apreensão da realidade e a análise de dados (Gil, 2002; Oliveira, 2014; Slomp Júnior, 2020).

Os critérios de escolha das participantes da pesquisa, nos dois países, levaram em consideração alguns aspectos gerais e específicos. Com relação aos aspectos gerais, as entrevistas foram realizadas com mulheres lideranças sociais⁶³ (movimentos sociais, organizações não governamentais e lideranças comunitárias), considerando a diversidade de mulheres cuja militância é atravessada pelo tema do proibicionismo às drogas.

Sobre os critérios específicos que serão detalhados a seguir, levou-se em consideração a formação social de cada um dos países com relação aos dois enfoques apresentados: a Colômbia na cadeia da produção e o Brasil na circulação e consumo das drogas. Nesse sentido, a representatividade dos grupos de entrevistadas atendeu a um caráter qualitativo, baseado em aspectos que levaram em consideração cada contexto específico e sua particularidade (Gil, 2002).

Importante mencionar as diferenças significativas nos procedimentos metodológicos que atenderam às necessidades de cada realidade. No Brasil, a organização a nível nacional que possui a RENFA permitiu uma identificação mais precisa dessas mulheres, considerando esse espaço de militância, diferentemente da Colômbia, onde não há um movimento a nível nacional que se identifique diretamente e de maneira central com essa pauta. Nesse sentido, na Colômbia foi necessária a realização de um mapeamento mais amplo, a fim de localizar as participantes da pesquisa em diversos

participação na construção destes dados juntamente com as participantes nesta realidade, sobretudo porque se trata de uma pesquisa que se propõe a promover um tipo de intervenção na realidade. Na “produção de dados”, a pesquisadora não é isenta e tem um compromisso ético-político com quem está dialogando, assim como também a participante da pesquisa escolhe o que quer contar e como contar para a pesquisadora a depender da sua postura e da relação estabelecida com ela (Slomp Junior et al., 2020).

⁶³ Sobre a autoidentificação com relação à identidade de gênero, é importante mencionar que nos dois países foi realizada uma pergunta aberta, sendo que a própria entrevistada respondia como ela se via e como se colocava para o mundo. Na Colômbia, nenhuma das participantes se reconheceu como uma mulher trans ou uma pessoa não binária. Já no Brasil foi diferente porque uma pessoa se identificou como não binária (embora em alguns momentos se referiu a si também como ela/dela) e uma pessoa se identificou como mulher travesti. Portanto, por ser a maioria mulheres, opto por usar mulheres para se referir a todas as participantes desta pesquisa.

movimentos e territórios, tomando como ponto de partida o contexto dos atravessamentos do proibicionismo na vida de mulheres na particularidade da Colômbia.

Nesse sentido, não nomeio a militância na Colômbia como feminista antiproibicionista ou antiproibicionista porque as próprias participantes não dão centralidade a esse nome nas suas lutas, embora reconheçam a necessidade dessa pauta. Evidentemente que isso já revela um achado desta pesquisa o qual abordarei com mais aprofundamento no quarto capítulo desta tese. Em resumo, por ora é importante que se saiba que, no Brasil, levou-se em consideração o protagonismo da RENFA, que nomeia essa militância como feminista antiproibicionista e, na Colômbia, o mapeamento levou em consideração os atravessamentos do proibicionismo às drogas na vida das mulheres *campesinas*, indígenas e afrocolombianas, ainda que não nomeadas dessa maneira.

Com relação à sistematização e análise dos dados, é importante mencionar que estas não são apenas uma etapa final e mais evoluída da pesquisa, mas sim processos que se sobrepõem a todo tempo na produção dos dados. De acordo com Slomp Junior et al. (2020), ainda que definamos metodologicamente o tempo da “coleta de dados”, o da análise e o da escrita como etapas, a análise de dados já se inicia desde os primeiros contatos com o campo e isso fica muito explícito de acordo com o mencionado acima. Portanto, a análise de dados desta tese seguiu várias temporalidades e foi processual, entretanto, pude sistematizar os dados produzidos após o tempo no campo e após a realização das entrevistas.

A categorização dos dados foi realizada com o auxílio de uma ferramenta de organização e análise de dados qualitativas - o *Atlas.ti*. Ela permitiu destacar os fenômenos em comum na voz de cada participante e, após essa etapa, pude agrupá-los em núcleos maiores correspondentes com fenômenos associados entre eles. Posteriormente, considerando os objetivos específicos, pude organizar esses dados de maneira que correspondessem a cada capítulo desta tese. Para isso, utilizei uma tabela de *excel* chamada de matriz metodológica, uma ferramenta que aprendi a utilizar junto com discentes pesquisadores na Colômbia.

Com base nas categorias provocadas pela TRS, pude realizar a abstração teórica para o *concreto pensado* (Marx, 2011), com a possibilidade de criar novos conceitos e categorias que estão vivas na realidade contada e vivida pelas mulheres participantes

desta pesquisa, realidade na qual pude também apreender com a observação participante e o diário de campo.

Para exposição de alguns achados, utilizei ferramentas não tradicionais como o *Canva* e *Mapchart* que me auxiliaram na elaboração de figuras e mapas e contei com a colaboração do trabalho artístico manual em aquarela de uma amiga desenhista e artista que me auxiliou na materialização dos dados neste formato.

A seguir se apresentam de maneira mais detalhada as técnicas e as metodologias utilizadas em cada país e os critérios de inclusão.

1.4.1 Pesquisa de campo realizada na Colômbia

Em uma das entrevistas exploratórias realizadas com um professor e investigador referência na história do conflito armado, grupos insurgentes e processos de paz, ao entrar em sua sala na universidade, informo que sou brasileira e que estaria na Colômbia por quatro meses para compreender essa realidade e realizar minha pesquisa de campo. Com um sorriso cálido, ele me conta uma história de um embaixador francês que chegou à Colômbia e, assim como eu, foi conversar com ele para compreender a realidade colombiana. Eu, em minha ingenuidade, perguntei se o embaixador havia alcançado seu objetivo, e a resposta do mestre foi: “ele foi embora da Colômbia dizendo que 4 anos foram insuficientes para tanta complexidade”. Me recordo que isso me provocou, ao mesmo tempo, desespero e calma, pois sabia do tamanho do desafio que estava diante de mim, mas também sabia que nem em 4 meses, nem em 4 anos, daria conta de compreender essa realidade sobre a qual especialistas colombianos vêm pesquisando há décadas.

Por esse motivo, entro nesse território com respeito e reverência em relação às construções coletivas e intelectuais, bem como às análises produzidas até aqui, as quais tentarei expor ao longo desta tese, no exercício de não ser anacrônica e nem tentar sobrepor o conhecimento da realidade brasileira sobre a realidade colombiana, ainda que tenhamos processos de colonização com traços estruturais muito similares, mas que no fundo escondem particularidades.

Os procedimentos metodológicos adotados compreenderam as particularidades do contexto desse campo e foram utilizados diversos procedimentos e técnicas, como a observação participante, diário de campo e entrevistas parcialmente-estruturadas, já

mencionados (Gil, 2002; Oliveira, 2014). A pesquisa de campo na Colômbia foi desenvolvida por um período de 4 meses, mas exigiu o prolongamento do contato com as participantes da pesquisa, cooperação coletiva e o estabelecimento de relações que compõem o caráter da pesquisa militante. Além disso, com o meu retorno ao país pelo período de 1 ano, pude me aproximar ainda mais das discussões sobre o tema de pesquisa.

No que diz respeito às entrevistas, estas foram conduzidas em duas modalidades: **entrevistas exploratórias e entrevistas com participantes da pesquisa**. Ambos os tipos de entrevistas seguiram um roteiro-guia com temas alinhados aos objetivos da pesquisa. Para as entrevistas com as participantes, além do roteiro-guia, foi criado um banco de perguntas flexíveis. Nem todas as entrevistas utilizaram as perguntas desse banco, pois, durante as conversas, outras questões não só poderiam surgir, como surgiram. Assim, o roteiro guia foi apenas uma forma para me sentir mais segura em um contexto novo (ver Anexo 1).

Foram conduzidas entrevistas exploratórias (Quivy e Campenhoudt, 2005) com especialistas no tema da conjuntura histórica, com o objetivo de obter informações secundárias que permitissem contextualizar as dinâmicas dos territórios e a situação do conflito armado no país, incluindo a questão do narcotráfico e da produção de folha de coca. Essas entrevistas foram realizadas com professoras/es, pesquisadoras/es e líderes sociais dos territórios e de organizações sociais. O propósito das entrevistas exploratórias foi compreender a história do conflito armado, buscando pistas que pudessem se relacionar ao tema do proibicionismo e à produção das drogas, além de reunir material de leitura e facilitar a construção de uma relação de confiança política com as mulheres entrevistadas participantes da pesquisa. Vale ressaltar que, para a compreensão teórica-histórica da Colômbia, durante a pesquisa de campo no país, também participei de aulas e eventos que me proporcionaram uma maior aproximação com essa realidade.

A forma como cheguei às participantes desta pesquisa foi pela amostragem bola de neve (Vinuto, 2014)⁶⁴, uma amostra não probabilística indicada para grupos de difícil

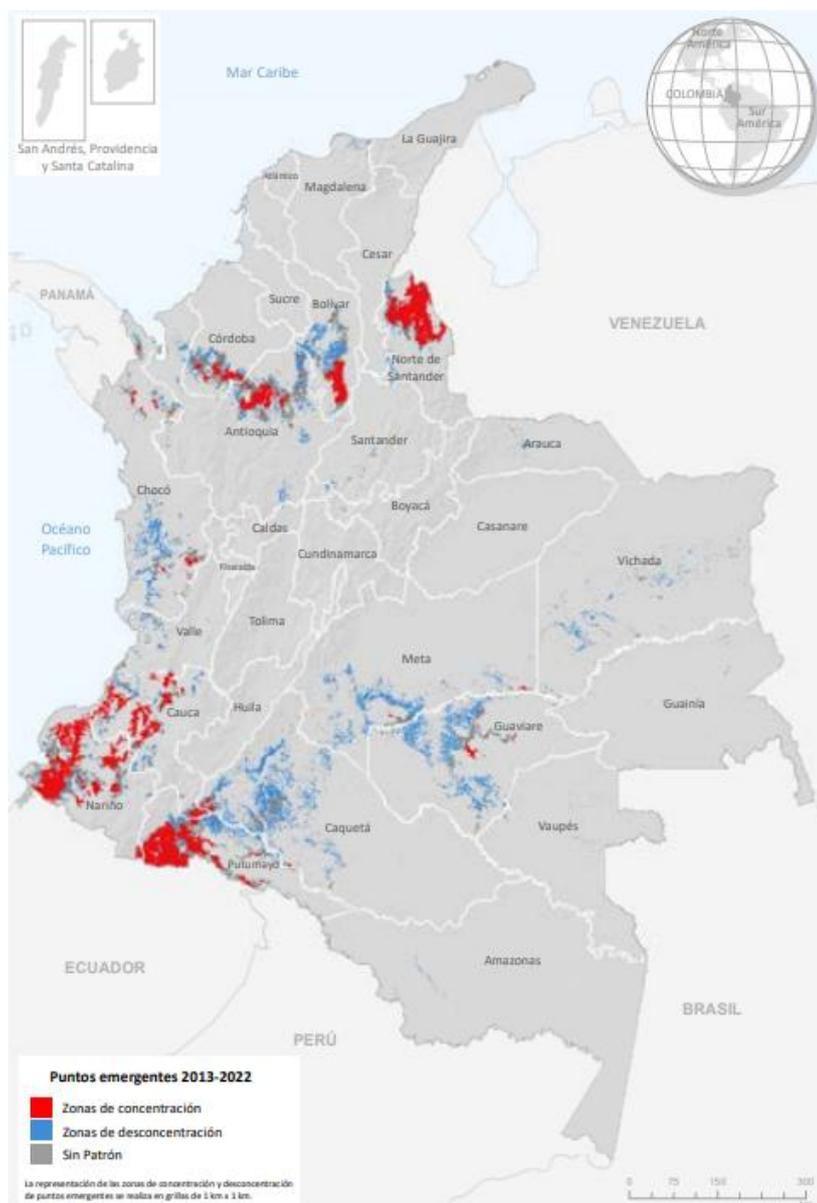
⁶⁴ Conforme apresenta Vinuto (2014, p. 203), “A execução da amostragem em bola de neve se constrói da seguinte maneira: para o pontapé inicial, lança-se mão de documentos e/ou informantes-chaves, nomeados como sementes, a fim de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, dentro da população geral. Isso acontece porque uma amostra probabilística inicial é impossível ou impraticável, e assim as sementes ajudam o pesquisador a iniciar seus contatos e a tatear o grupo a ser pesquisado. Em seguida, solicita-se que as pessoas indicadas pelas sementes indiquem novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede pessoal, e assim sucessivamente e, dessa forma, o quadro de amostragem pode crescer a cada entrevista, caso seja do interesse do

acesso. Portanto, pelas entrevistas exploratórias (os informantes-chaves, chamados de sementes) e, posteriormente, pelas próprias participantes da pesquisa, foi se conformando um grupo de possíveis participantes por meio de indicação, sendo que a escolha final das participantes da pesquisa seguiu o critério da amostra intencional (Gil, 2002).

A amostra intencional é composta por critérios inicialmente selecionados intencionalmente por mim ao considerar a representatividade das possíveis participantes, que, de acordo com a perspectiva da pesquisa militante, segue um caráter qualitativo (Gil, 2002). Os critérios de seleção baseados em aspectos específicos foram: as mulheres escolhidas precisavam ser líderes afrocolombianas, indígenas ou *campesinas*, que estivessem politicamente ligadas a algum partido, movimento ou organização social nos territórios que tivessem alguma relação com o tema do atravessamento do proibicionismo às drogas, mesmo que isso não fosse explicitado por elas. Portanto, o critério de seleção também levou em conta a origem das entrevistadas nas zonas com mais concentração de cultivos, de acordo com o monitoramento realizado pela UNODC (2023):

Mapa 1 - Zonas de concentração e desconcentração de cultivos ilícitos (pontos emergentes 2013-2022)

pesquisador. Eventualmente o quadro de amostragem torna-se saturado, ou seja, não há novos nomes oferecidos ou os nomes encontrados não trazem informações novas ao quadro de análise”.



Fonte: Relatório Monitoramento dos Territórios Afetados por Cultivos Ilícitos UNODC, 2023.

Das nove mulheres selecionadas, procurei garantir uma diversidade em termos de identificação étnica e racial⁶⁵, bem como diversidade territorial e organizacional. O objetivo era obter um entendimento mais profundo da vida das mulheres nos territórios

⁶⁵ Importante mencionar que, diferente da autoidentificação da identidade de gênero que foi uma pergunta aberta, com relação à autodeclaração de raça/etnia, na Colômbia foram realizadas entrevistas com grupos de mulheres específicos: afrocolombianas, indígenas e *campesinas*, justamente por fazerem parte de movimentos e organizações sociais que já se autodenominavam dessas formas. Sendo assim, a pergunta aberta sobre essa autoidentificação étnica racial quando não era respondida diretamente pelas participantes, era evidente seu reconhecimento devido a sua participação militante nos movimentos e organizações específicos, o que ocorre diferente no Brasil, onde o movimento social era misto com relação à identificação étnico-racial, sendo necessária a pergunta direta de auto-identificação.

afetados pelo narcotráfico, sobretudo na cadeia da produção da folha de coca, o conflito armado e os processos de lutas e resistência.

Conforme podemos observar no quadro abaixo, foram realizados 42 contatos, sendo que em 9 não obtive resposta e 33 respostas foram positivas para a realização das entrevistas. Dentre essas 33 entrevistas realizadas, 12 foram entrevistas exploratórias e 21 foram com mulheres participantes desta pesquisa. Destas 21 mulheres, foram selecionadas 9 para compor a análise de dados desta pesquisa.

Quadro 1- Dados quantitativos das entrevistas realizadas na Colômbia

Entrevistas Colômbia						
Contatos realizados	Contatos sem resposta	Entrevistas realizadas	Entrevistas participantes	Entrevistas exploratórias	Excluídas	Entrevistas participantes selecionadas
42	09	33	21	12	12	09

Fonte: elaboração própria, 2024.

As entrevistas com as participantes da pesquisa foram conduzidas de forma tanto virtual quanto presencial. As entrevistas virtuais ocorreram quando não pude ir pessoalmente ao território por falta de tempo e recursos financeiros e devido às condições de insegurança nesses locais durante o contato. As entrevistas presenciais foram realizadas, em alguns casos, na cidade de Bogotá (quando as colaboradoras residiam ou estavam temporariamente na cidade para participar de alguma atividade do governo atual) e, em outros, nas cidades de de San Jose del Guaviare (Guaviare) e Cúcuta (Norte de Santander), duas principais zonas de concentração de cultivos (UNODC, 2023). No caso dessas duas cidades, além das entrevistas parcialmente-estruturadas, também foi utilizada a técnica de observação participante com uso do diário de campo.

1.4.2 San José de Guaviare e Cúcuta: observação participante e diário de campo

Adentro San Jose de Guaviare⁶⁶ por meio do vínculo com um projeto territorial da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da *Universidad Externado de Colombia*, no

⁶⁶ Capital do Estado de Guaviare, está localizada entre duas regiões, a Orinoquia e a Amazonia colombiana. Biodiversa, predominantemente rural e com forte presença da população *campesina*, indígena e

qual me aproximo da realidade das mulheres *campesinas* ex-produtoras de folha de coca que, no marco do Acordo de Paz do governo colombiano com as FARC-EP, participaram como titulares do Programa de Substituição de Cultivos Ilícitos (PNIS).

Marginalizadas da economia formal, essas mulheres constituíram uma cooperativa chamada COMFASOL - *Cooperativa Multiactiva de Familias Campesinas Solidarias de Guaviare*, a fim de promover, por meio da economia solidária, comercialização dos produtos agrícolas produzidos pelas famílias *campesinas* filiadas, promovendo o desenvolvimento da substituição voluntária de cultivos.

Nos 10 dias em que permaneci nesse território, participei do trabalho da feira campesina de Guaviare, auxiliando as mulheres da COMFASOL na organização e na venda de seus produtos, gerando confiança para seguir o trabalho nos próximos dias.

Ressalta-se que só foi possível realizar minha pesquisa nesse território porque ela foi desenvolvida conjuntamente com o projeto territorial de construção da Cátedra Alfredo Molano, coordenado pela professora Juliana Beltran da *Universidad Externado de Colombia*, que já vinha desenvolvendo esse projeto anteriormente. Nesse sentido, todas as atividades que participei, no marco do projeto territorial, fizeram parte da observação-participante desta pesquisa. Junto com a equipe de estudantes pesquisadores da área de Ciências Humanas e Sociais, alinhamos os objetivos das pesquisas e articulamos os interesses para que o trabalho pudesse ser realizado coletivamente, orientado pela professora e coordenadora do projeto territorial. Junto a essa equipe, conheci o território e realizei entrevistas, debates e uma oficina com a comunidade afrocolombiana de Guaviare. Considero esse um trabalho coletivo dotado de riqueza, pois me permitiu compreender melhor o contexto territorial⁶⁷ e as dinâmicas locais.

Imagens 1 - Registros fotográficos do Diário de Campo de San José del Guaviare

afrocolombiana, é um território historicamente estigmatizado devido à presença de diversos grupos armados e do narcotráfico (Pulido, 2024).

⁶⁷ Todas as entrevistas, fotos e vídeos tiveram consentimento de participantes, sendo as entrevistas gravadas e transcritas.



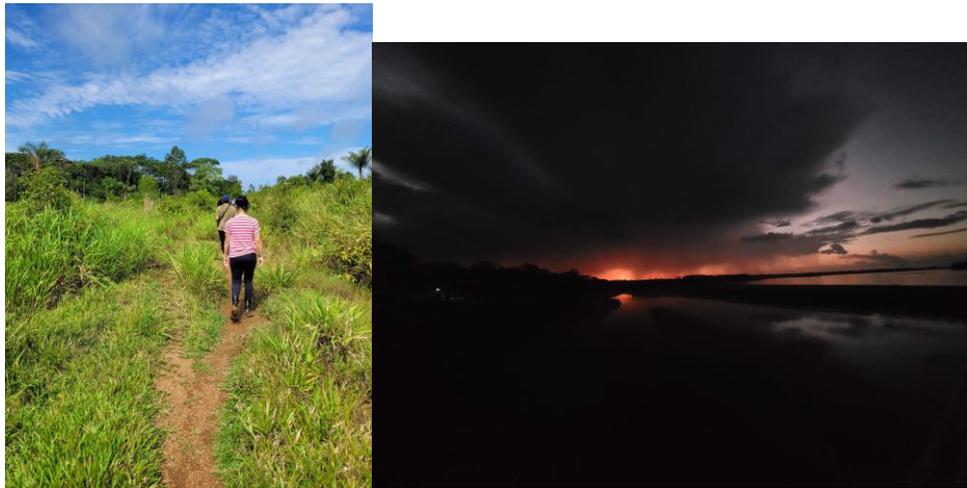
Fotos tiradas pela pesquisadora, acervo pessoal, 2022.

Imagens 2 - Mercado *campesino* de Guaviare



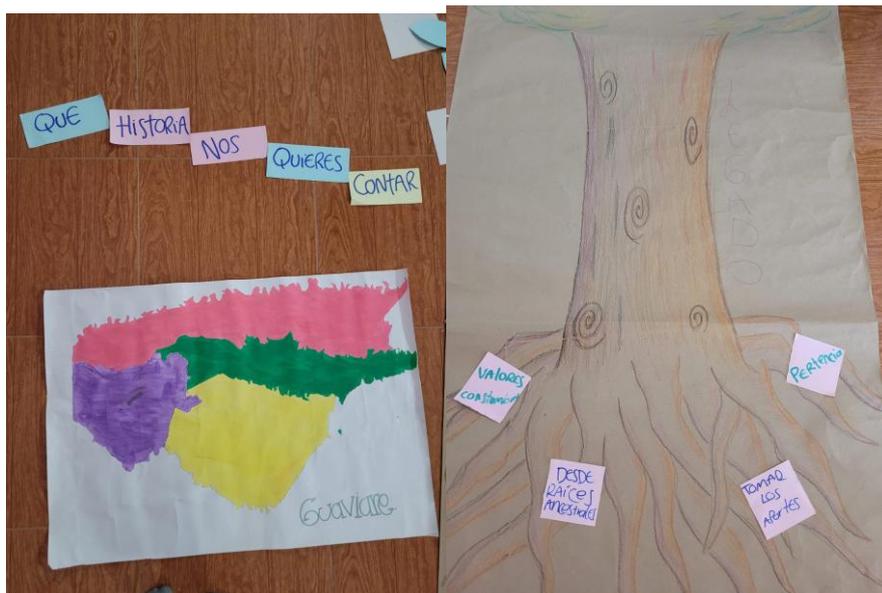
Fotos tiradas pela pesquisadora, acervo pessoal, 2022.

Imagens 3 - Conhecendo o território



Fotos tiradas pela pesquisadora, acervo pessoal, 2022.

Imagens 4 - Oficina sobre resgate da memória histórica afrocolombiana



Fotos tiradas pela pesquisadora, acervo pessoal, 2022.

A outra cidade em que estive foi Cúcuta, situada no Estado de Norte de Santander. Esse Estado comporta uma importância histórica que remonta a toda a historiografia colombiana, sendo que foi palco de lutas pela independência do domínio espanhol no período da colonização, quando foram travadas batalhas cruciais nesta região. Por outro lado, conforme apontou o *Informe General Grupo de Memória Histórica denominado “¡Basta Ya! Colombia: memorias de guerra y dignidad* (2021), também foi alvo da violência bipartidária entre os anos de 1948 e 1966, e, posteriormente, foi também uma

das regiões mais afetadas pela violência produzida pelo conflito armado, com a forte presença de grupos armados e de paramilitares. Foi, portanto, cenário de uma cadeia de ações violentas como assassinatos e massacres. Um caso significativo nessa região foi o massacre de *La Gabarra* (1999)⁶⁸, que detonou a incursão paramilitar na região (*Grupo Memoria Historica*, 2021; Reyes, 2015). Diante de tanta violência produzida pelos grupos armados paramilitares, a região foi fortemente marcada por desaparecimentos e *desplazamientos forzados*, sobretudo para a Venezuela, que faz fronteira com a cidade de Cúcuta (*Grupo Memoria Historica*, 2021).

Alguns fatores importantes colocam a região como centro de violências, sendo uma delas, o narcotráfico. A sua localização geográfica estratégica é composta por zonas montanhosas que permitem a produção da coca e representa uma facilidade para os grupos armados narcotraficantes que administravam todas as etapas do processo produtivo, desde o cultivo até a transformação da pasta base e o tráfico. A proximidade com a fronteira da Venezuela também possibilitou a importação de insumos, como também a absorção, no mercado ilegal, de uma força de trabalho migrante a baixo custo, sobretudo nas regiões de Tibú e Catatumbo. Segundo o relatório da Oficina das Nações Unidas contra Drogas e Delitos - UNODC (2023), a região segue sendo uma das principais áreas de cultivo de coca do país (ver mapa 1). Junto com Nariño e Putumayo, representam 65% de concentração de cultivos, guardando a particularidade de serem regiões de fronteira terrestre com Equador, Venezuela e Peru.

Chego na cidade de Cúcuta em outubro de 2022, onde permaneço por 5 dias para o trabalho de produção dos dados. A ida a esse território foi possível devido a uma articulação realizada em uma entrevista exploratória que possibilitou o contato com uma assistente social, professora da *Universidad de Simón Bolívar*, que já vinha participando de alinhamentos com lideranças comunitárias, articulando os contatos com as participantes desta pesquisa.

Ao chegar no território e ser recebida pela professora, ela me conta sobre o abandono estatal e o fenômeno migratório que enfrenta essa região, sobretudo de mulheres venezuelanas que exercem um trabalho mal remunerado informal e ilegal,

⁶⁸ Segundo Reyes (2015), integrante do Centro Nacional de Memória Histórica - CNMH, cerca de 150 paramilitares realizaram um massacre de 35 pessoas. A violência foi tamanha que, além das mortes, as vítimas tiveram seus corpos desmembrados e lançados nos rios Táchira, Zulia e Catatumbo, o que dificultou muito o reconhecimento das mesmas. O massacre marcou uma série de disputas territoriais.

principalmente com atividades desenvolvidas na preparação de alimentos para outros trabalhadores/as da produção e cultivo da coca, a raspagem de folha de coca e trabalho sexual.

Ao conhecer o território, também me deparo com a contradição: de um lado um histórico de violências, abandono estatal e o mercado ilegal; por outro lado, também vejo uma cidade urbanizada e com vários condomínios de luxo.

Na cidade de Cúcuta, realizei entrevistas parcialmente estruturadas com mulheres lideranças. Ressalto que, devido ao histórico de *desplazamiento forzado* e ameaças a lideranças nesse território, as entrevistas realizadas na cidade de Cúcuta também contemplaram mulheres *campesinas* e lideranças de suas regiões de origem: Catatumbo e Putumayo. A maioria dessas entrevistas foi realizada na própria casa dessas mulheres ou na casa da professora, que me concedeu seu espaço devido às condições de segurança dessas mulheres, havendo, inclusive, a necessidade de escolta em alguns casos.

Encontro muita dificuldade para realização das entrevistas, devido à falta de aprofundamento teórico com relação ao contexto histórico com enfoque territorial, além de muitas informações permanecerem nas “entrelinhas”, sobretudo com relação ao conflito entre as FARC-EP e o ELN, dois grupos guerrilheiros de esquerda com forte influência na região. Nesse aspecto, a cooperação da professora, que me acompanhou em todos os momentos, foi fundamental para que, depois, pudéssemos debater o que não foi dito verbalmente, mas observado e sentido.

Imagens 5 - Registro fotográfico do Diário de Campo de Cúcuta



Fotos tiradas pela pesquisadora, acervo pessoal, 2022.



Fotos tiradas pela pesquisadora, acervo pessoal, 2022.

Imagem 6 - Fronteira terrestre entre Colômbia e Venezuela



Foto tirada pela pesquisadora, acervo pessoal, 2022.

Imagens 7 - Momentos de entrevistas

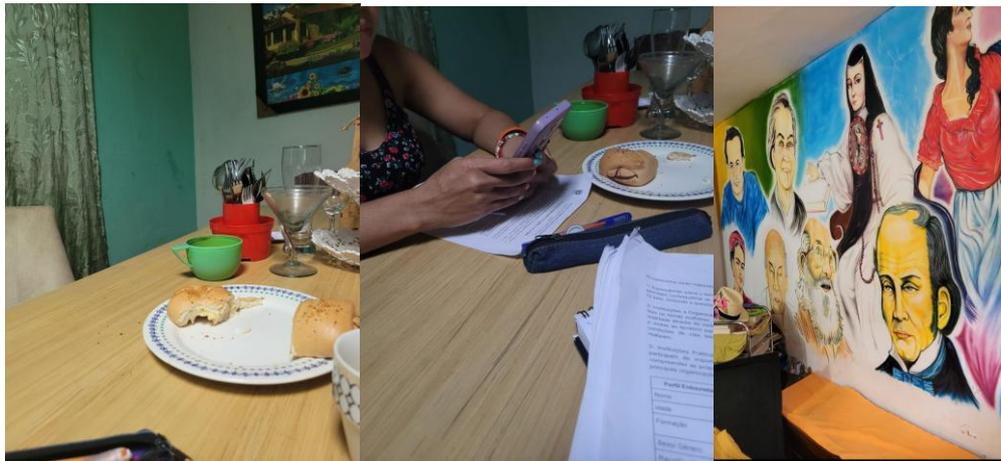


Foto tirada pela pesquisadora, acervo pessoal, 2022

1.4.3 Limites encontrados na pesquisa de campo na Colômbia

Com relação aos limites encontrados, avalio como o principal o contexto de insegurança nos territórios e as ameaças constantes às lideranças, o que prejudicou o contato com alguns territórios e com algumas possíveis colaboradoras para esta - pesquisa. Concretamente, não pude realizar a tempo o trabalho de campo na cidade de Buenaventura (um território majoritariamente composto pela população afrocolombiana), devido a condições de insegurança. Busquei realizar contatos constantes com as mulheres participantes, como também mais de uma conversa a fim de gerar um vínculo. Entretanto, uma das entrevistas foi prejudicada, pois, ao manter contato e buscar mais um espaço para a conversa, devido às tensões atravessadas no território como ameaças e mortes, a participante não pôde me encontrar mais de uma vez, evitando o contato via *WhatsApp* também. A mesma havia realizado a indicação de outras companheiras para a realização das entrevistas, mas elas tiveram suas vidas interrompidas antes mesmo que eu pudesse entrar em contato. Rompendo com toda a neutralidade e o afastamento entre investigadora e o contexto que investiga, fui intensamente atravessada por esses acontecimentos, enfrentando uma sensação de impotência diante dos fatos e sendo necessário realizar um momento de pausa para retomar o trabalho posteriormente com novas entrevistas.

Importante ressaltar que o roteiro-guia de entrevista parcialmente estruturada foi modificado várias vezes, pois, conforme as entrevistas eram aplicadas, fui avaliando a necessidade de modificar a forma de perguntar, visto que algumas perguntas inicialmente geraram algum tipo de desconforto a depender do contexto. Entretanto, foi mantido o

objetivo final da pergunta com relação às informações. Nesse mesmo sentido, os objetivos desta pesquisa também foram se modificando e aprimorando na medida em que me apropriei do conhecimento, a fim de manter a coerência teórica e metodológica.

Também com relação aos limites, é importante mencionar que não pude contemplar nesta pesquisa a totalidade de lideranças de movimentos sociais, organizações e instituições que pudessem ser atravessadas pelo tema do proibicionismo às drogas, devido ao tempo de conclusão desta tese, com destaque para 9 contatos mapeados, porém não realizados.

Considero que o campo aqui apresentado abre caminhos e horizontes para a necessidade de realização de novas pesquisas que possam envolver as mudanças promovidas pelo primeiro governo progressista no país com relação à política de drogas, sobretudo por ser um país com forte influência dos EUA no que se refere ao proibicionismo. Nesse caso, estudar a Colômbia com foco nesse tema pode contribuir para que sejam traçadas pistas para a tendência dessas políticas no mundo.

1.4.4 Pesquisa de campo realizada no Brasil: breve identificação da Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas - RENFA

A RENFA é fruto do acúmulo de críticas ao movimento antiproibicionista frente à multiplicidade dos atravessamentos do proibicionismo às drogas na vida das mulheres, consideradas em sua diversidade étnico-racial, de sexualidades e territorialidades.

Ao longo da militância antiproibicionista no Brasil, as mulheres sempre tiveram uma participação importante na organização das marchas da maconha, como também se organizavam em torno de coletivos e ciclos de debates antiproibicionistas (RENFA, s.d.).

O Encontro dos Coletivos e Ativistas Antiproibicionistas - ENCA, realizado no ano de 2014 no Rio de Janeiro, marca o início da história da RENFA, pois as mulheres ativistas participantes desse Encontro passaram a colocar em debate as contradições da militância antiproibicionista hegemonicamente composta pelos homens cis, que não compreendiam a importância do debate dos feminismos. Diante dessa reivindicação, no dia seguinte ao ENCA, elas decidem se reunir para dialogar sobre o feminismo e o antiproibicionismo, ressaltando, sobretudo, as vozes das mulheres usuárias de substâncias psicoativas. Estiveram presentes cerca de 40 mulheres que iniciaram uma articulação

feminista antiproibicionista, consolidada como RENFA no ano de 2016, na cidade de Recife (RENFA, s.d.).

Em setembro de 2017, as militantes da RENFA realizaram o I Encontro Nacional de Feministas Antiproibicionistas em Recife, momento em que foram pactuados os princípios da organização e a criação da Articulação Feminista Antiproibicionista Latino-Americana⁶⁹ (RENFA, 2022).

A partir de então, a RENFA se constituiu como uma “organização política feminista, antirracista, suprapartidária e anticapitalista” (RENFA, 2022). Atualmente, ela está presente em 12 Estados e no Distrito Federal, são esses: Alagoas, Pernambuco, Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pará, Amapá, Sergipe e Roraima. Alguns desses Estados a RENFA se organiza em núcleos: Bahia, Ceará, Distrito Federal, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Norte, Sergipe e Amapá. As militantes que estão nos Estados organizados em núcleo pode se organizar por grupos de trabalho, tais como: Captação de Recursos; Comunicação; Formação e Pesquisa; Autocuidado e Mediação de Conflitos; Lojinha e Advocacy, além de participarem de assembleias e reuniões regionais e nacionais (RENFA, 2022).

As principais atuações da RENFA incluem o desenvolvimento de uma agenda feminista pelo desencarceramento e participação em mobilizações sociais, como o 8M, a Marcha da Maconha, a Marcha das Margaridas, a Marcha das Mulheres Negras, dentre outras. A RENFA atua, ainda, na incidência política no Poder Legislativo, participando de audiências e constituindo a Frente Parlamentar Feminista Antirracista. Além disso, realiza atividades de comunicação social, formação, pesquisa, ações de solidariedade, de Redução de Danos e articulação internacional de feministas antiproibicionistas. Importante ressaltar que, no ano de 2020, a RENFA lançou três candidaturas, apoiando militantes candidatas. Fruto disso, em 2022 e em 2024, lançou o "Manifesto Nosso Partido é o Feminismo Negro"⁷⁰, visando à representação das mulheres na política institucional (RENFA, s.d.).

⁶⁹ “A articulação é uma rede de mulheres feministas antiproibicionistas, contando com a presença de 12 (doze) países: Uruguai, Argentina, Chile, México, Colômbia, Espanha, Bolívia, Equador, Peru, Portugal, Costa Rica e Brasil” (RENFA, 2022, p. 3-4).

⁷⁰ O manifesto está disponível em: <https://renfa.org/eleicoes-2024---nosso-partido-e-o-feminismo-negro--manifesto-->

Mapa 2 - A presença da RENFA no país



Fonte: Site oficial da RENFA, s.d.

1.4.5 Meu encontro com a RENFA e a construção do campo de pesquisa

Meu encontro com a RENFA aconteceu no ano de 2019, no Congresso da Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas - ABRAMD, por meio das militantes Luana Malheiro e Ingrid Farias, no momento em que eu apresentava um trabalho oral sobre a divisão sexual do trabalho das mulheres no tráfico de drogas e o encarceramento feminino, resultado de minhas inquietações na fase final do mestrado. Minha pesquisa de mestrado nesse momento não tinha objetivo de evidenciar o trabalho das mulheres no mercado ilegal. Esses temas apareceram no final de meu processo de pesquisa como um dos resultados, visto que, no debate sobre as drogas no Serviço Social brasileiro nesse momento, defendia a pauta antiproibicionista vinculada à política de Redução de Danos e à regulamentação do plantio, cultivo, produção, comercialização e consumo de drogas.

Entretanto, quando esse tema era atravessado pelos corpos feminilizados, isso gerava polêmicas no debate da categoria profissional, sobretudo com relação às pessoas com útero, usuárias/os/es de substâncias que gestavam e pariam. Essas pessoas eram ainda mais estigmatizadas. Isso me conectou com meu trabalho profissional como

Assistente Social no CAPS-AD, onde eu também tinha uma atuação com mulheres usuárias, e me gerou inquietações.

Naquele momento, eu já questionava os motivos pelos quais a maioria das pessoas atendidas no serviço eram auto-identificadas como homens cis-hétero e as principais pessoas responsáveis por acompanhar esses homens eram mulheres, em sua maioria mães, filhas e esposas, que participavam do grupo e do acompanhamento familiar que eu coordenava.

De outro lado, estavam as mulheres que faziam uso problemático de substâncias psicoativas, e que guardavam algumas particularidades. Primeiro, a forma como chegavam a esse serviço. Raras vezes chegavam voluntariamente e, conversando com elas, observei que não era porque não reconheciam a importância de estar nesse espaço, mas porque o trabalho reprodutivo não permitia que elas pudessem cuidar delas mesmas, pois estavam cuidando de outras pessoas. Portanto, o principal motivo que as levava ao CAPS-AD estava relacionado à decisão judicial, muitas vezes vinculada à perda de poder familiar sobre filhas/os/es. Ou seja, essas mulheres, em sua maioria negras e pobres, tinham suas crianças e adolescentes retirados pelo Estado com a justificativa de seu uso problemático e, por isso, o tratamento era compulsório para que pudessem recuperar a guarda. Algumas dessas mulheres viviam em situação de rua e tinham pouca ou nenhuma condição de manter sua reprodução social, pois estavam deficitárias e até mesmo ausentes uma rede efetiva de serviços, políticas públicas e direitos sociais. Contudo, o que justificava a sua suposta incapacidade de maternagem era o uso de substâncias ilícitas.

Outras mulheres chegavam ao CAPS-AD encaminhadas pelo CAPS III, já que contávamos com este serviço ao lado do prédio do CAPS-AD. As mulheres eram encaminhadas por apresentar sofrimento psíquico grave associado ao uso de alguma substância psicoativa e, em alguns casos, substâncias lícitas como medicamentos ansiolíticos, por exemplo os benzodiazepínicos. O que estava de fundo ali era a materialização dos indicadores de uso mais frequente de ansiolíticos por parte de mulheres (Bastos, 2017), o que guarda profunda relação com o lugar diferenciado das mulheres na ordem social capitalista racializada e generificada.

Eu me deparei com mulheres que desenvolviam tecnologias avançadas e produziam resistências diárias para garantir a reprodução de suas vidas e das de outros. No entanto, desprovidas historicamente de condições materiais, recorriam ao uso

problemático de substâncias psicoativas para suprir necessidades sociais legítimas. Outras lutavam dia a dia oferecendo apoio emocional, psíquico, financeiro, social e reprodutivo para que seus esposos, filhos/as/es e irmãos/irmãs pudessem ter condições de “sair do mundo das drogas”.

Costurei essas histórias com as histórias das mulheres, colombianas e brasileiras, que fizeram parte desta pesquisa e percebi que tinham algo em comum. Tanto como Assistente Social, desenvolvendo trabalho com familiares e com essas mulheres que chegavam no CAPS-AD, como em meu trabalho como pesquisadora, eu pude, através dos meus ouvidos, ter meu corpo atravessado por essas experiências que me marcaram e construíram um encontro entre Brasil e Colômbia.

Então começo a costurar a totalidade dessas histórias na cadeia transnacional do mercado ilegal das drogas, tanto com relação ao cultivo, quanto em relação à produção, à circulação e consumo. A RENFA cumpriu um papel fundamental na minha trajetória de aproximação da militância antiproibicionista por meio da luta organizada de mulheres cis, trans, travestis, homens trans, pessoas não binárias, usuárias de drogas, redutoras de danos, sobreviventes do cárceres, familiares, em situação de rua, da periferia das cidades, do campo, das águas, das florestas, mulheres negras, quilombolas, brancas, indígenas, feministas, antirracistas, anticapacitistas, antipunitivistas, abolicionistas penais, antimanicomiais e diversas outras lutas ainda não nomeáveis (RENFA, 2022).

No início de 2019, comecei a compor a RENFA Núcleo São Paulo, na qual permaneci até o ano 2023 (período em que me afasto das ações práticas da militância para escrever a tese de doutorado). Passo a perseguir e a admirar cada ação, cada luta e cada resistência, com todas as disputas, lacunas e dores que compõem esse espaço de militância.

É com essa trajetória e minha relação com a RENFA que a pesquisa no Brasil se situa, pois a maioria das participantes compõe esse espaço de militância e isso marca uma diferença importante com a pesquisa realizada na Colômbia, onde foi necessário realizar um mapeamento mais amplo e usar vários outros instrumentos de campo.

Nesse sentido, o campo do Brasil foi realizado por meio de entrevistas parcialmente-estruturadas (Gil, 2002) com as mulheres militantes, inicialmente da RENFA. Através da amostragem bola de neve (Vinuto, 2014), as primeiras mulheres indicaram outras mulheres de movimentos sociais distintos. Importante ressaltar dois

aspectos importantes nesse campo: muitas militantes da RENFA entrevistadas também faziam parte de outros movimentos e organizações sociais na luta pelo antiproibicionismo às drogas no Brasil, e, portanto, ainda que minha aproximação com elas tenha se dado pela RENFA, também foram consideradas a inserção e a militância dessas mulheres em outros espaços. Assim, avaliei que não seria necessário realizar entrevistas exploratórias nem entrevistas-estruturadas com demais pessoas dessas organizações; o segundo aspecto deste campo é que, embora eu tenha realizado apenas a técnica da entrevista, é de se considerar toda minha trajetória de participação em eventos, encontros e reuniões como militante, o que me proporcionou aprofundamento teórico sobre meu campo de investigação.

As entrevistas parcialmente-estruturadas foram realizadas de maneira presencial e virtual, e seguiram um roteiro-guia com temas alinhados aos objetivos da pesquisa (ver anexo 2). Ressalta-se que, devido ao fato de eu já estar inserida no contexto da militância, minha aproximação com as participantes se deu de maneira orgânica e as escolhas das entrevistadas seguiu o critério de amostra intencional, considerando o caráter qualitativo da pesquisa militante (Gil, 2002). Nesse sentido, a escolha foi baseada na representatividade política da militância em sua inserção nacional ou regional, ou seja, a participação significativa na atuação e também na fundação da RENFA. Outro critério de escolha foi a composição de uma diversidade na auto-identificação raça/cor, etnia, gênero e sexualidades.

Foram realizados 18 contatos. Estes também tentaram abarcar mulheres de outros movimentos sociais que pudessem ser importantes para a pesquisa, de acordo com a indicação das próprias participantes. Entretanto, não obtive resposta de 7 contatos e 1 não foi realizado devido ao tempo para conclusão da tese. Foram realizadas 10 entrevistas e todas foram incluídas.

Quadro 2 - Dados quantitativos das entrevistas realizadas no Brasil

Entrevistas Brasil					
Contatos realizados	Entrevistas realizadas	Colaboradoras de pesquisa	Contatos sem respostas	Contatos não realizados	Excluídas
18	10	10	07	01	0

Fonte: elaboração própria, 2024.

1.4.6 Limites encontrados no campo do Brasil

Com relação aos limites encontrados na pesquisa de campo do Brasil, destaca-se a limitação de acesso a diversas localidades do país, considerando sua extensão territorial frente ao tempo limitado da pesquisa e aos recursos econômicos disponíveis. Considerando esse quadro, foram empenhados todos os esforços para obter uma representatividade significativa de acesso às participantes da pesquisa, realizando a maioria das entrevistas de maneira virtual, o que, evidentemente, coloca alguns limites na apreensão da realidade, já que não se pode experimentar o contexto social em que cada participante está inserida.

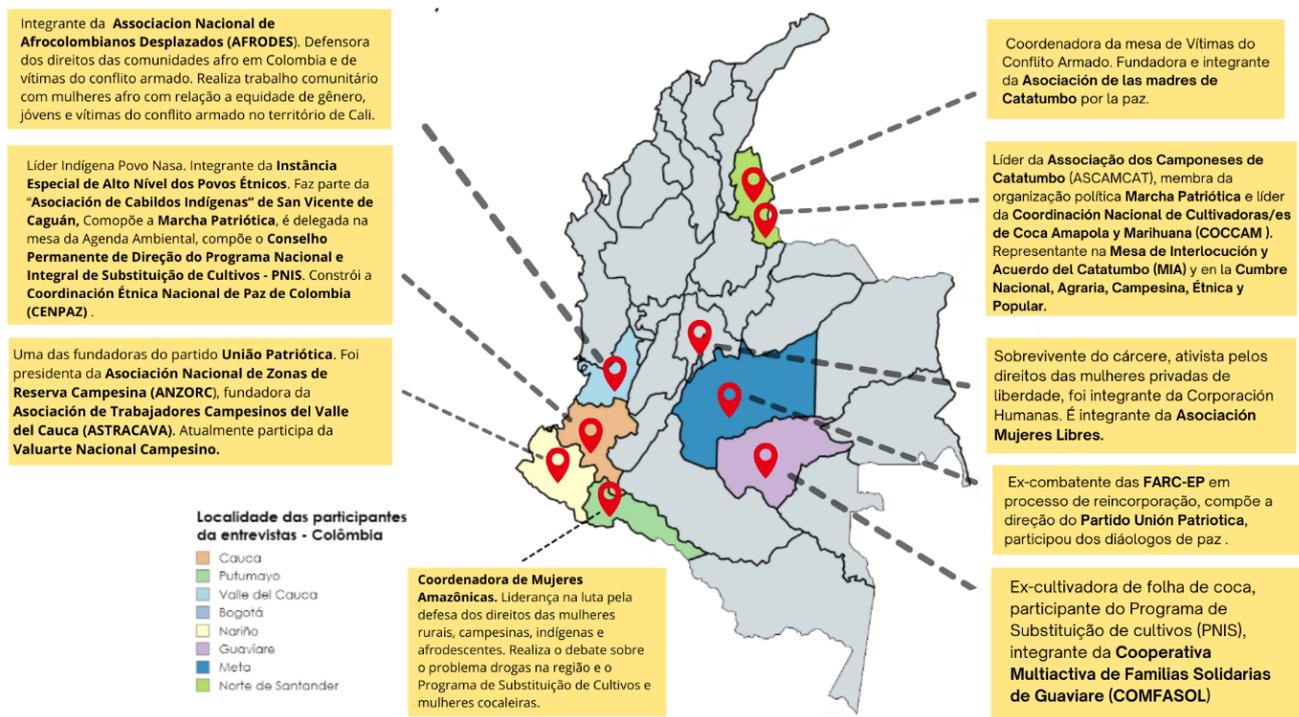
Também se apresenta como um limite a impossibilidade de contemplar outros movimentos sociais e organizações sociais que trabalham ou são atravessadas diretamente pelo tema.

1.5 Perfil e território das participantes da pesquisa Brasil e Colômbia

1.5.1 Perfil de participantes da Colômbia

Conforme mencionado, as entrevistas com as participantes da pesquisa na Colômbia foram realizadas nas modalidades virtual e presencial. Para construção do perfil, considerei o território de origem dessas mulheres, ou seja, onde elas nasceram. Escolho apresentá-las pelos seus territórios de origem devido a duas questões ético-metodológicas: a primeira é porque seus deslocamentos até o local atual não se deram por vontade própria, mas sim por *desplazamientos forzados* por diversas situações referentes ao conflito armado, dentre elas a violência nos territórios, as constantes ameaças de morte e a busca por melhores condições de vida; e o segundo motivo é a preocupação, por questões éticas e de segurança, de não identificar onde elas estão situadas atualmente. Importante mencionar que algumas dessas mulheres, ainda que estejam morando em outras cidades e territórios, seguem vinculadas ao seu território de origem, por meio, por exemplo, de organizações e movimentos sociais de que fazem parte.

Mapa 3 - Mapa Perfil-Território das participantes da Colômbia: localização e movimentos sociais de que fazem parte



Fonte: elaboração própria pelo *Mapchart* e *Canva*, 2024.

De acordo com o mapa acima, os territórios aos quais as entrevistadas pertencem são: Estado de Cauca - resguardo indígena; Estado de Putumayo - Município de San Miguel; Estado de Valle de Cauca - Município de Buenaventura; Estado de Bogotá, D.C - Município de Bogotá; Estado de Nariño - Município de Leiva; Estado de Guaviare - em uma fazenda no município de San José del Guaviare; Estado de Meta - Município não identificado; 2 mulheres do Estado de Norte de Santander - Municípios: Tibu e Catatumbo.

1.5.2 Retratos Narrativos Corpo-Território na Colômbia

A seguir apresento de forma mais detalhada o perfil das participantes da pesquisa e os movimentos sociais e/ou organizações de que fazem ou fizeram parte. Os retratos foram baseados nas narrativas e na própria auto-identificação das participantes desta pesquisa. Importante mencionar que os nomes foram alterados para manter o sigilo e

todas as entrevistas foram gravadas, transcritas e enviadas para as participantes caso quisessem realizar alguma alteração. Inclusive, algumas delas não autorizaram que se revelassem determinadas histórias de suas vidas que haviam me contado, por isso os dados utilizados nesta pesquisa levarão em consideração as informações autorizadas por elas. Alguns nomes fictícios foram colocados por mim, outros foram escolhidos pelas participantes. Escolho os nomes considerando o sentir-pensar no contato com essas mulheres e sua relação com seu território, que é tão marcante na Colômbia.

1 - Esperança de Meta

“yo soy campesina y soy campesina de las campesinas sin tierra...”

Esperança Meta é uma mulher *campesina*, tem 41 anos e duas filhas. De uma família só de mulheres, sua mãe foi para a guerrilha devido à situação de violência doméstica que enfrentava com seu companheiro. Desde então, foi criada pela avó e pela tia até os 13 anos de idade, e sofreu vários *desplazamientos forzados* devido a situações de violência do conflito armado. No ano de 1994, aos 13 anos de idade, decide ir para a guerrilha FARC-EP frente às condições de sobrevivência e porque, segundo ela, era sua oportunidade de estudar. Na guerrilha, ela se formou como enfermeira⁷¹ e trabalhava no hospital clandestino da organização. Foi guerrilheira por 23 anos, permanecendo até a assinatura do Acordo de Paz, tendo participado dos diálogos para construir o Acordo. Se define como ex-combatente das FARC-EP em processo de reincorporação à vida civil⁷², e atualmente faz parte da direção do partido Unión Patriótica.

2 - Thesa Nasa

“Soy mujer... primero soy Nasa, segundo soy mujer.”

⁷¹ Ela relata que, na guerrilha, todos tinham formação política e também formação profissional, esta última, porém, sem reconhecimento formal pelo Estado colombiano.

⁷² Importante mencionar que o termo “reincorporação à vida civil” é usado no AFP e pela própria comissão da verdade para se referir a militantes que atuavam na guerrilha. Evidentemente que vale uma crítica, mas não vou adentrar no debate sobre o que se entende por sociedade civil e as guerrilhas revolucionárias no contexto colombiano, entendendo os limites desta tese.

Thesa Nasa é uma líder indígena do povo Nasa, presente na região de Caquetá, mais especificamente no resguardo indígena de San Vicente de Caguán. É uma defensora da Selva Amazônica, local que tem sido um ponto de encontro dos povos originários. Não se considera vítima de conflito armado, apesar de reconhecer as afetações do conflito em sua vida, como o desaparecimento do pai de sua única filha e as constantes perseguições e ameaças à sua vida devido à sua condição de liderança indígena.

“No nos consideramos víctimas del conflicto. Los abuelos⁷³ nos dicen: venga, víctimas son los que no saben dónde se meten, pero si tú sabes que tu tarea es defender y si te pasa algo, si atentan violentamente contra tu vida, si los sacas de aquí, es porque estabas haciendo lo que tenías que hacer” (Thesa Nasa).

Considera sua militância como **espaços de encontro**. Atualmente, é integrante da Instância Especial de Alto Nível dos Povos Étnicos, que faz acompanhamento à implementação do Acordo de Paz. Participou da construção do capítulo Étnico do Acordo de Paz. Faz parte da *Asociación de Cabildos Indígenas de San Vicente de Caguán*, compõe o movimento político e social Marcha Patriótica e é delegada na mesa da Agenda Ambiental, onde se encontram grupos *campesinos*, indígenas e afrocolombianas/nos/nos dos departamentos de Caquetá, Guaviare e Sul de Meta. Faz parte do Conselho Permanente de Direção do Programa Nacional e Integral de Substituição de Cultivos - PNIS. Conformam um espaço de encontro chamado *Coordinación Étnica Nacional de Paz de Colombia - CENPAZ*, que se articula com a *Coordinación Nacional de Pueblos Indígenas - CONPI*, organização filiada à CLOC - *Vía Campesina*, um movimento social internacional *campesino* e sem terra que faz acompanhamento ao ponto 1º ponto do Acordo de Paz.

3 - Semente de Tibú

“Ahí empieza mi vida desde el 2008 empieza, mi vida a correr, a esconderme...”

Semente de Tibú é uma mulher *campesina*, tem 5 filhos e foi vítima do conflito armado. Seu esposo foi assassinado devido às violências ocorridas no território onde

⁷³ *Abuelos* aqui se referem às pessoas mais velhas de seu povo. Considerados sábios, são autoridades espirituais.

vivenciou o massacre de *La Gabarra* (ver nota de rodapé 56) e ela sofreu vários *desplazamientos forzados*. Para salvar sua própria vida frente às ameaças de morte constantes, ficou refugiada em Yondó - Antioquia, de 2003 a 2006: “*Entonces, mis hijos me tocó dejarlos uno en un lado, otro en otro lado y yo perderme para las montañas del Catatumbo*” (Semente de Tibú).

Atualmente é coordenadora da mesa de Vítimas do Conflito Armado e fundadora e presidenta da *Asociación de las madres de Catatumbo por la Paz*, uma associação que acolhe cerca de 400 jovens e 40 crianças recuperadas dos grupos armados. Além disso, promove também a proteção a mulheres vítimas do conflito armado.

4 - Paz de Catatumbo

“(…) *tener tierra propia y sembrar mis matas...*”

Paz de Catatumbo é uma mulher *campesina* de 41 anos. Tem uma filha. Foi vítima de conflito armado, de vários *desplazamientos forzados* e ameaças de morte. “*Las situaciones de violencia en este país nos han tocado en diversas ocasiones, pues en el Catatumbo nos tocó cuando la arremetida paramilitar del año 99, a.. nosotros nos tocó en la zona en la que estábamos salir desplazados en el año 2002*” (Paz de Catatumbo).

Atualmente é líder da *Asociación Campesina del Catatumbo - ASCAMCAT*, compõe o movimento social *Marcha Patriótica*, é líder da *Coordinadora Nacional de Cultivadores y Cultivadoras de Coca Amapola y Marihuana - COCCAM*, representante na *Mesa de Interlocución y Acuerdo del Catatumbo - MIA* e da *Cumbre Nacional, Agraria, Campesina, Étnica y Popular*. Além disso, está trabalhando junto ao Centro de Pensamento e Diálogo Político e estudando sociologia.

5 - Liberdade Capital

“*Uno no cuenta todo lo que pasó en la cárcel, las únicas que sabemos qué pasa, somos nosotras.*”

Liberdade Capital é uma mulher de 46 anos, psicóloga, tem uma filha e esteve privada de liberdade por 9 anos e 3 meses, sendo uma das mulheres mais buscadas do país. No cárcere compôs o Comitê de Direitos Humanos, onde começou a compreender

as leis e as situações de violação de direitos pelas quais as mulheres passavam antes, durante e após a saída da prisão.

“Aquí en Colombia en cada cárcel hay un comité de Derechos Humanos que lo representan las personas que están en las cárceles, pero están bajo la coordinación de alguien de la Guardia, entonces están sujetas también a eso, pero pues yo fui por varios años del comité de Derechos Humanos de la cárcel en la que estuve y pues allá comenzó como mi trabajo (...) Comenzamos a encontrar una serie de problemáticas que son incluso peores que haber estado en la cárcel, porque se vulneran muchos más derechos” (Liberdade Capital).

Foi integrante da *Corporación Humanas*, uma organização de defesa dos direitos humanos com enfoque de gênero, e nessa instituição trabalhou com o tema da política de drogas e prisão. Junto com as mulheres encarceradas, fundou a *Asociación Mujeres Libres*.

6 - Flor de Nariño

“Cuando me desplazaron de Leiva, yo tenía solo un hijo, me vine con mi hijo.”

Flor de Nariño é uma mulher *campesina* de 56 anos, tem 2 filhos e é vítima de *desplazamiento forzado* devido à sua militância política. Foi uma das fundadoras do partido União Patriótica, presidenta da *Asociación Nacional de Zonas de Reserva Campesina - ANZORC*, fundadora da *Asociación de Trabajadores Campesinos del Valle del Cauca - ASTRACAVA*.

“Específicamente en los últimos grados de bachillerato pues empezamos con otros muchachos de esa época a organizar a la gente y pues para ese entonces se conformó un partido político que se llamaba la Unión Patriótica, que por cierto pues hasta ahora subsiste, pero la mayoría de sus militantes pues fueron muerto, ¿no? Por eso mismo yo pues fui desplazada por los paramilitares hace 20 años por ejercer liderazgo social” (Flor de Nariño).

Atualmente Flor de Nariño participa da organização *Baluartes Nacionais Campesinos*.

7 - Heliconia de Guaviare

“nos sacaron de acá de la región, en ese momento yo tenía 6 añitos.”

Heliconia de Guaviare é uma mulher *campesina*, tem 32 anos. É filha de pais ex-cocaleiros, que, devido à violência ocorrida em Guaviare em 2001, saíram *desplazados* quando ela tinha apenas 6 anos de idade. Aos 17 anos ela sai da Colômbia e vive durante

5 anos na Bolívia. Durante a maior parte de sua vida, teve relação com o cultivo da folha de coca, primeiro com sua família e, depois, com seu ex-companheiro. Participou do processo de substituição voluntária de cultivos do PNIS, no marco do Acordo de Paz.

“Soy hija de papá, ex cocaleros, ellos en ese entonces tenían sus cultivos de coca. Debido a la violencia que hubo en el 2001, si no estoy mal, salieron desplazados del Guaviare. Y de ahí retorne hace 8 años. Llevo 8 años nuevamente en el Guaviare. Estuve un tiempo muy asociada con la coca, tenía un compañero de vida que él tenía cultivos. Dure con el 6 años y durante el proceso estuvo el tema de la sustitución de cultivos. Hicimos parte del proceso de sustitución de cultivos, que esa es como la parte más contaminada de la coca en mi vida” (Heliconia de Guaviare).

Atualmente é integrante da COMFASOL - *Cooperativa Multiactiva de Familias Solidarias de Guaviare*, uma cooperativa composta em sua maioria por mulheres *campesinas* ex-cultivadoras de folha de coca.

8 - Yaku de Putumayo

“Entonces era para decir ¡sí! ¡soy mucha campesina y soy mucha cocalera!”

Yaku de Putumayo se autoidentifica como uma mulher andino-amazônica e *campesina*, e foi vítima de *desplazamiento forzado*. É formada em Química e tem se destacado como uma referência nas redes sociais no debate sobre os impactos do proibicionismo sobre a população *campesina*, sobretudo as mulheres.

“Nosotras las mujeres en el 2014 sacamos un lema ante la estigmatización, acá en las ciudades capitales al campesino siempre se le ha visto por debajo del hombro, al campesino, al indígena y al afro ¿no? siempre nos ve como ¡ay no! Y hay comentarios hasta despectivos ¿no?” (Yaku de Putumayo).

Atualmente é coordenadora da *Mujeres Andino-Amazónicas Constructoras de Paz con Justicia Social del Putumayo*, e tem sido uma promotora de políticas de desenvolvimento social e rural e defensora dos direitos de mulheres rurais, *campesinas*, indígenas e afrodescendentes. Também fez parte da instância de gênero para o seguimento da implementação do Acordo de Paz.

9 - Chontaduro de Buenaventura

“Digamos que vivimos y que seguimos viviendo porque la guerra con nosotros, ¡sigue!”

Chontaduro de Buenaventura é uma mulher afrodescendente, tem 2 filhos e foi vítima do conflito armado. Seu pai, *campesino* que vivia da economia do *chontaduro*

(uma fruta típica da região), foi assassinado por paramilitares. Depois disso, ela se viu obrigada a se *desplazar* da região.

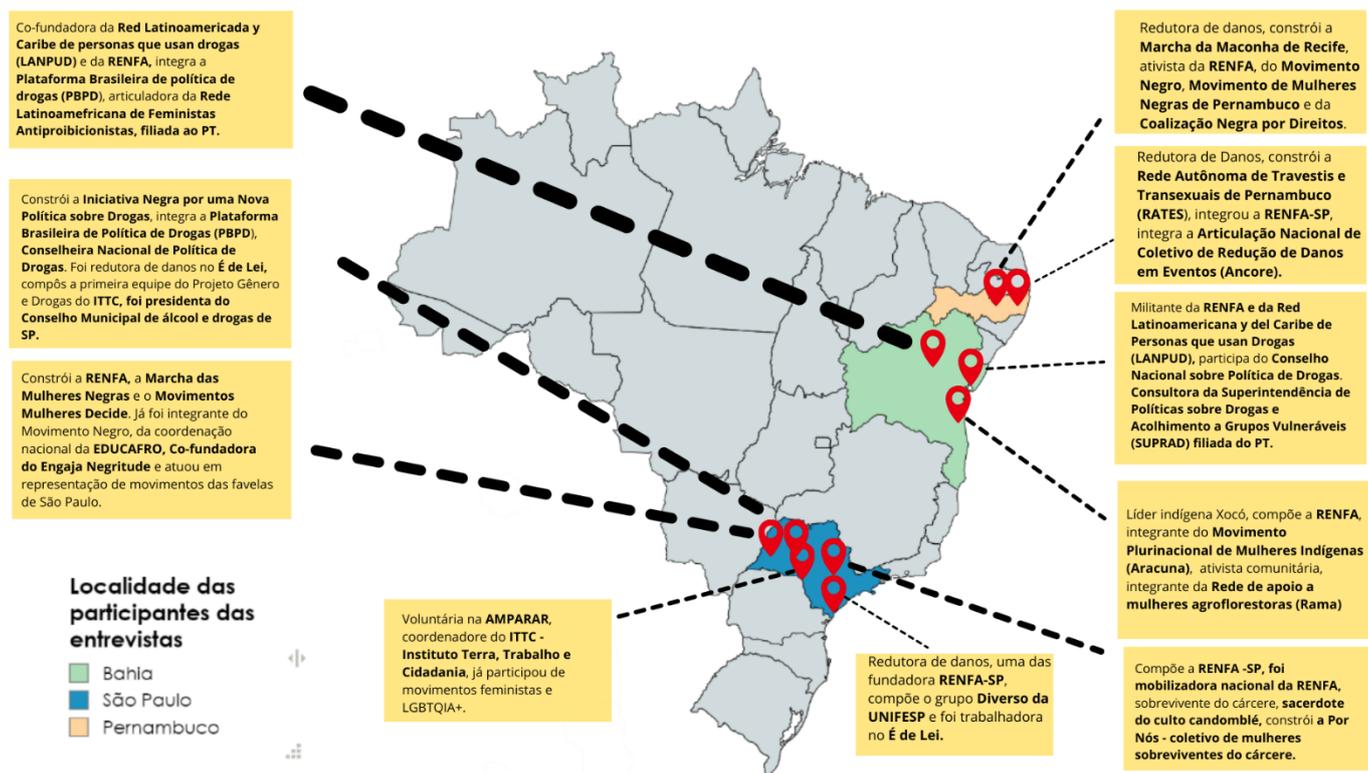
“Entonces, eh... desde allí, pues complejo, porque además la comunidad toda queda dañada, entonces no hay posibilidad de que las mujeres nos... de esos rituales propios, nosotros cuando alguien muere tenemos que hacer un ¡duelo! frente a esa pérdida y ese duelo es hasta ¡cantar! los grupos armados en nuestros territorios hasta esas prácticas nos han quitado, nosotros no podemos hacer duelo frente a esas pérdidas de la manera cultural como lo sabemos hacer” (Chontaduro de Buenaventura).

É formada em Direito e atua como defensora dos direitos das comunidades afrocolombianas na Colômbia, como também realiza trabalho comunitário com as mães afro com relação à equidade de gênero, maternidade e trabalho com jovens vítimas do conflito armado. Atualmente é integrante da *Asociación Nacional de Afrocolombianos Desplazados* - AFRODES, onde realiza um trabalho com pessoas negras que sofreram *desplazamientos forzados*.

1.5.3 Perfil participantes do Brasil

Conforme mencionado, as entrevistas com as participantes da pesquisa no Brasil foram realizadas nas modalidades virtual e presencial. Para construção do perfil, considere o território onde essas mulheres estão e sua relação atual com ele. Diferentemente da Colômbia, escolho o território onde elas vivem atualmente pois, na maioria dos casos, trata-se do lugar que elas mesmas escolheram para construir suas vidas e sua militância e, por isso, o vínculo com esse lugar passa, necessariamente, por sua luta atual. Apesar de elas não se importarem em serem identificadas com seus nomes verdadeiros, optei por manter os nomes fictícios. Em alguns casos, elas mesmas escolheram seus nomes de maneira simbólica, em outros casos, eu escolho os nomes a partir da relação sentipensante do contato com essas mulheres na produção conjunta de conhecimento.

Mapa 4 - Perfil-Território das participantes do Brasil: localização e movimentos sociais de que fazem parte



Fonte: elaboração própria pelo Mapchart e Canva, 2024.

De acordo com o mapa acima, as entrevistadas se distribuem nos seguintes territórios: 2 mulheres no Estado de Pernambuco, município de Recife; 3 mulheres no Estado da Bahia, sendo 1 do município de Serra Grande (próximo ao território Kariri Xocó) e 2 no município de Salvador; 5 mulheres no Estado de São Paulo, sendo 1 dessas no município de Santos (Baixada Santista) e as outras na capital, São Paulo.

1.5.4 Retratos Narrativos Corpo-Território no Brasil

1 - Acayú

“Porque sempre, a vida toda era ‘a moreninha’...”

Acayú tem 22 anos e é indígena da etnia Xocó. Cresceu no povoado Água Fria, que fica no município de Salgado - Sergipe. Atualmente vive em Serra Grande, no sul da Bahia, próximo ao território Kariri Xocó. Seu processo de auto-reconhecimento como mulher indígena passou por vários atravessamentos devido ao apagamento cultural e à retirada do território.

“A autoidentificação como um processo que, para muitos, é um processo de dor (...) Não é uma questão que os indígenas não se reconheçam. Eles estão se apagando ou estão perdendo a cultura.(...) Desse apagamento como uma estrutura racista mesmo, sabe, um mecanismo racista” (Acayú).

“(…)Você ser proibido de viver o seu território, de viver as suas experiências por causa do processo de embranquecimento, do apagamento, da invisibilização, de tudo aquilo, sabe? E, dentro dos territórios específicos, você ser proibido de viver, porque você está numa luta constante para garantir a sua e o lugar para você sobreviver” (Acayú).

Acayú estuda agroecologia, compõe a RENFA e se reconhece como uma feminista antiproibicionista. Também integra o Movimento Plurinacional de Mulheres Indígenas - ARACUNA, é ativista comunitária e faz parte da associação de moradores no bairro, onde coordena um projeto de horta comunitária pedagógica, e integrante da Rede de Apoio a Mulheres Agroflorestoras - RAMA.

2 – Iya Funike

“Nós perdemos nossa mãe por causa da nossa sentença.”

Iya Funike é uma mulher negra, mãe de 6 filhos, sacerdotisa do culto candomblé e sobrevivente do cárcere, e se reivindica como uma mulher socialista. Aos 13 anos de idade se envolveu com as mobilizações do Partido dos Trabalhadores - PT e foi mobilizadora da candidatura de Luísa Erundina na cidade de São Paulo. Nasceu em Arapongas - Paraná, mas aos 4 anos de idade se mudou para São Paulo e mora até hoje na periferia da Zona Leste da capital.

É filha de família evangélica e seu pai é um reformado do Exército. Foi presa junto com a irmã e as sobrinhas e viveu várias violências durante o período em que esteve presa, o que a levou para o movimento anti cárcere - “assim, eu acho que eu me sinto assim, uma eterna lutadora pelos direitos da liberdade” (*Iya Funike*). Atualmente *Iya*

Funike compõe a Por Nós: coletivo de mulheres sobreviventes do cárcere e a RENFA São Paulo.

3 - Brasília Teimosa

“Eu sou moradora aqui da Brasília Teimosa, que é um bairro tradicional pesqueiro da cidade do Recife. Bairro muito importante para a marcação da minha identidade, da minha personalidade, do meu caráter também político e pessoal.”

Brasília Teimosa é uma mulher negra de 35 anos, mãe de 1 filho, mulher de axé e usuária de drogas. É formada em Serviço Social, especialista em Políticas Públicas para a América Latina, pesquisadora e redutora de danos. Sua trajetória política foi iniciada aos 13 anos de idade, no movimento popular de bairro. Brasília Teimosa, onde ela vive até hoje, é um bairro popular na cidade de Recife com histórico de atuação do PT, ao qual ela foi filiada.

“Eu sou ativista desde muito cedo, sou mulher usuária de drogas, né? Desde os 14 anos. E é, sem dúvida nenhuma, esse uso que me faz chegar aos espaços de participação política. Apesar de eu ter tido desde a infância a referência na minha família de organização política, né? Minha tia era professora, construiu o Partido dos Trabalhadores” (Brasília Teimosa).

Seu ativismo está intrinsecamente vinculado à luta antiproibicionista. Atualmente ela compõe a Marcha da Maconha de Recife, é ativista e foi umas das fundadoras da RENFA. Também é integrante do Movimento Negro, do Movimento de Mulheres Negras de Pernambuco e da Coalização Negra por Direitos.

4 - Maria Juana

“(...) o tema das drogas, ele surgiu na minha vida ainda na infância.”

Mulher branca de 38 anos, bissexual e mãe de 1 filho. Nasceu em São Paulo, mas mora em Salvador há 20 anos. Vem de uma família muito amorosa e acolhedora que fazia o uso de maconha e, a partir daí, começou a perceber o estigma com relação ao uso. Começou a estudar a proibição da maconha com um enfoque racial, investigando a relação entre o tema e a colonização. Desde sua graduação como historiadora até seu

doutorado estudou esse tema. Começou sua militância nos movimentos estudantis e atuou nas organizações da Marcha da Maconha em Salvador.

“Ah, tipo, meu pai fuma maconha... Aquela coisa que passa no Jornal Nacional, sabe? Apreensão, crime, drogas, tráfico. E aí, aquilo, são duas coisas que não, não se combinavam na minha cabeça de uma criança de 7 anos. E eu fiquei, naquele momento, eu me questionava, falava: nossa, mas meu pai é tão legal, sabe. É tão presente, é tão amoroso, é tão participativo. E maconha, essa coisa tão ruim, tão péssima, tão violenta, tão criminosa. E eu acho que ali, mais pra frente, eu fui entender que ali também foi plantada uma sementinha do antiproibicionismo e do questionamento sobre leis e políticas de drogas” (Maria Juana).

Atualmente Maria Juana é militante da RENFA e do LANPUD, participa do Conselho Nacional sobre Política de Drogas e é consultora da Superintendência de Políticas sobre Drogas e Acolhimento a Grupos Vulneráveis - SUPRAD, que é vinculada à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social. Está filiada ao PT, mas atualmente não está atuando.

5 - Flora

“Eu não seria quem eu sou se não fumasse maconha.”

Flora é uma mulher negra de 31 anos, bissexual, não-monogâmica e usuária de drogas. Nasceu na periferia da Zona Norte de São Paulo em uma família evangélica. Atualmente mora na cidade de Santos, território que escolheu para viver, militar e estudar. É formada em Psicologia e participa do Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão Diverso da UNIFESP. É redutora de danos e já trabalhou no “É de Lei”, na cidade de São Paulo, atuando na “cracolândia”.

“Meu pai é pastor. Meu pai é muito... E é muito louco, assim, tipo, eu não falo nem nada dessas coisas com meu pai, né? Minha mãe é bem mais aberta. Minha mãe, tipo, sabe que eu fumo maconha e me acoberta, é muito de boa porque eu tenho uma boa relação com minha mãe, mas meu pai é foda, ele gosta do Malafaia, esse tipo de coisa... E aí eu acho que, tipo, nossa, foi um rolê assim, para sair disso e tirar essas mentalidades de mim e hoje ser uma pessoa que, tipo, milita com isso, que usa droga, que fala disso abertamente. Assim, eu agradeço às drogas, porque as drogas me tiraram muito disso, sair dessa bolha e falo, mano, eu posso. Posso ser doida, Mano” (Flora).

Flora foi uma das fundadoras da RENFA na cidade de São Paulo e, até este momento, se dedica ao trabalho com o Diverso.

6 - Existência

“(...) Fui pra militância antiproibicionista e muito disso foi por conta do preconceito que eu sofria dentro do meio LGBT por ser uma usuária de drogas.”

Mulher travesti de 35 anos, psicóloga especialista em Psicologia Política, mestranda, poetisa, redutora de danos e usuária de drogas. Nasceu em Guarulhos, mas atualmente mora na cidade de Recife, território que escolheu para trabalhar, estudar e militar. Atuou como redutora de danos no projeto Respire, do É de Lei, e foi vice-coordenadora da Comissão dos Direitos Humanos do Conselho Municipal de Psicologia. Também atuou na construção do bloco LGBT dentro da Marcha da Maconha em São Paulo e integrou a RENFA São Paulo.

“Você entende que você é diferente, mas até você entender que essa diferença é o fato que você é trans, e que a sua vida só vai se sentir conectada com o mundo quando você assumir isso, né? Simbolizar e verbalizar isso é muito difícil, né? No país que mais mata pessoas trans, né? Então é muito assustador” (Existência).

Atualmente atua como redutora de danos em cenário de festas no ReciFree e na Escola Livre de Redução de Danos na cidade de Recife. Compõe a Rede Autônoma de Travestis e Transexuais de Pernambuco - RATES - e a Articulação Nacional de Coletivo de Redução de Danos em Eventos - ANCORE.

7- Aquilombada

“A gente precisa parar o país e acabar com essa guerra, entendeu?”

Mulher negra, 36 anos, mãe de 1 filho, formada em Ciências Sociais, feminista antiproibicionista e usuária de drogas. Nasceu na Zona Leste de São Paulo, cidade em que vive até hoje. Iniciou sua trajetória militante no movimento estudantil, foi membra da União da Juventude Socialista - UJS do Partido Comunista no Brasil - PCdoB, trabalhou como redutora de danos no É de Lei, compôs a primeira equipe no Projeto

Gênero e Drogas do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania - ITTC, fez parte do Conselho Municipal de Álcool e Drogas de São Paulo.

“Quando eu virei mãe, tipo, é meio visceral você ser feminista, entendeu? Pra mim todas as contradições de gênero, todas as paradas assim, se você não tinha entendido, ali tu entende, tá ligado?” (Aquilombada).

Aquilombada atualmente é Conselheira Nacional de Política de Drogas, integrante da Plataforma Brasileira de Política de Drogas e da Iniciativa Negra por uma Nova Política de Drogas.

8 - Amefricana

“Então, eu me sinto pertencente a Salvador. Me sinto pertencente à Bahia, a Macaúbas, mas também a este continente inteiro.”

Mulher parda, compreendendo sua existência a partir da mestiçagem entre branco e indígena da comunidade do Tupaé da Bacia do Paramirim. Sua família é de origem rural, da cidade de Macaúbas, interior da Bahia. Tem uma forte relação de pertencimento com a Bahia, mas também com a América Latina. É antropóloga, mãe de 1 filho, usuária de drogas, feminista, antirracista, decolonial, mulher do axé do Candomblé. Aos 18 anos passou por um processo de internação compulsória promovido pela família devido ao seu uso de maconha, e lá sofreu uma série de violências. Depois disso passou a integrar a luta antiproibicionista, foi co-fundadora do LANPUD, compôs a Marcha da Maconha e a RENFA.

“Assim, eu me sinto pertencente a Salvador, pertencente a Macaúbas, mas eu também me sinto a “Améfrica”, a esse continente, a toda essa herança indígena e africana que funda este continente” (Amefricana).

Atualmente atua na RENFA Nacional e na LANPUD. Já foi filiada ao PT, mas não é mais atuante.

9 - Fortaleza da Favela

“Não tem como a gente falar sobre a política de drogas sem falar de território, sem falar das favelas.”

É uma mulher negra, favelada, nordestina, ativista, antiproibicionista, abolicionista penal. Nasceu em Recife e foi para São Paulo junto com a família aos 8 anos de idade em busca de melhores condições de vida. Desde então, vive em uma das maiores favelas de São Paulo, a Brasilândia. É formada em Administração e Direito, e especialista em Gestão Pública. Iniciou seu ativismo aos 13 anos de idade, em movimentos de educação nas favelas. Transformou-se em representante de movimentos das favelas de São Paulo e foi coordenadora nacional da Educafro, uma organização focada na inclusão de pessoas negras, pobres e faveladas em universidades públicas por meio de cursinho popular. Também foi co-fundadora do Engaja Negritude, voltado a promover o debate sobre política partidária, e a importância da disputa política, com a juventude negra e periférica.

“(…) não dá para se discutir desigualdade, qualquer tema onde beira desigualdade, se a gente não fala dos problemas estruturais do Brasil, né? E aí isso a gente tem que falar sobre raça, sobre classe, territórios, sobre gênero” (Fortaleza da Favela).

Atuante nas pautas de segurança pública, questão racial, territorial e antiproibicionista, Fortaleza da Favela foi integrante do Movimento Negro e atualmente compõe a RENFA São Paulo, a Marcha das Mulheres Negras e o movimento Mulheres Negras Decidem.

10 - Vento da Justiça

“(…) A gente não é só sobre histórias tristes.”

Vento da Justiça é uma pessoa não-binária, tem 29 anos, asiática, advogada, filha de sobrevivente do cárcere, e mora na cidade de São Paulo. Sua mãe foi presa quando ela tinha entre 9 e 10 anos, e ela viveu momentos muito difíceis. Assumiu uma série de responsabilidades ainda criança e passou por muitos estigmas e preconceitos.

“Eu falo muito da saúde mental porque o fato da minha mãe ter sido presa, isso atravessa até hoje. Ela terminou de cumprir pena quando eu tava na faculdade e entrou numa depressão que é muito complicado, que vai, sobe e desce, mas que em geral que paralisou muito ela, paralisou minha família e me trouxe a responsabilidade de um lugar que não é certo pra ninguém, que ninguém deveria ser mais velha do que é (...) enfim, cumprir papéis que não são nossos. (...) Se não tivesse atravessado minha vida, eu não estaria próxima da Amparar, não estaria no trabalho que estou, não teria conhecido os adolescentes, não teria trocado uma ideia com eles, então, assim, Aila, da desgraça a força e a luta” (Vento da Justiça).

Já participou de movimentos feministas e LGBTQIA+, e foi por meio dos movimentos estudantis na universidade que se aproximou da luta pelo desencarceramento, como na Associação de Amigos/as e Familiares de Presos/as - AMPARAR e no Mães de Maio. Atualmente é voluntária na AMPARAR e coordenadora do ITTC - Instituto Terra, Trabalho e Cidadania, onde também já atuou com os projetos Gênero e Drogas e Mulheres Migrantes, realizando o atendimento direto às mulheres a partir do momento em que elas foram encarceradas até a saída.

CAPÍTULO 2 - PROIBICIONISMO, MULHERES E REPRODUÇÃO SOCIAL

A relação entre mercado ilegal e venda da força de trabalho vem sendo hegemonicamente trabalhada na literatura brasileira a partir da perspectiva crítica foucaultiana da teoria do biopoder e controle dos corpos. Na perspectiva marxista, trabalhos relacionam a questão das drogas à reprodução social do capital, sendo esta entendida de maneira ampliada na reprodução societal (Brites, 2017; Ferrugem, 2018; Carneiro, 2018; Lima, 2009; Rodrigues, 2017). Há, também, estudos críticos marxistas em uma perspectiva interseccional, que vêm trabalhando as especificidades das intersecções entre gênero, raça e classe, sobretudo nos atravessamentos do proibicionismo às drogas (Passos, 2023; Duarte, 2020; Malheiro, 2020).

Considerando esses avanços, neste capítulo pretendo discutir a relação entre o mercado ilegal como subproduto da ideologia proibicionista e a reprodução social da força de trabalho pela lente da TRS. Evidentemente essa é uma relação que está inserida na reprodução societal de maneira ampliada, como já trabalhado pela diversidade de autores/as mencionados/as/es. Entretanto, pretendo, de maneira ousada e inusitada, relacionar e evidenciar a particularidade da reprodução social da força de trabalho e reprodução social da vida.

Nesse sentido, este capítulo pretende atender a dois objetivos específicos desta pesquisa: compreender as expressões do proibicionismo às drogas na vida das mulheres no Brasil e na Colômbia; e analisar as formas de reprodução social da vida das mulheres frente ao mercado ilegal nos dois países.

A elaboração das categorias teóricas, ou seja, a abstração do concreto pelo pensamento, levou em consideração a indissociabilidade entre método e perspectiva teórica. Apresentam-se, na realidade colombiana, problemáticas vinculadas à dinâmica da produção e, no Brasil, na dinâmica da circulação e do consumo. Portanto, evidencia-se que os dois países se inserem de diferentes formas na dinâmica global da acumulação do capital no mercado ilegal. A partir disso, evidenciou-se também que a realidade concreta expressa nas categorias de análise corresponde a aspectos particulares da formação social de cada país.

A base para erguer esse edifício teórico foi a TRS, tomando, portanto, a centralidade da reprodução social da força de trabalho como um processo integrado entre

a produção e a reprodução social, o legal e o ilegal, assim como a relação entre exploração e opressões (de gênero, raça/etnia, território, etc.). Ressalto que as opressões não são funcionais ao capitalismo, mas compõem e moldam a reprodução social do capital. Isso implica evidenciar, neste capítulo, a noção ampliada de classe trabalhadora que está na produção-reprodução ilegal e como são os processos e posições diferenciadas vividos por elas no terreno oculto do capital - o mercado ilegal.

Para fins de exposição, divido este capítulo em duas partes, que estão interconectadas. A primeira diz respeito à reprodução social da vida no terreno oculto do capital - o mercado ilegal. A partir das vozes das mulheres entrevistadas no Brasil e na Colômbia, busco revelar a totalidade social da reprodução ampliada do capital que se utiliza do exército industrial de reserva, ou seja, das frações mais vilipendiadas da classe trabalhadora, que, sem meios de reproduzir sua própria existência, vende sua força de trabalho no mercado ilegal. Neste âmbito, a força de trabalho é colocada em risco pela superexploração forjada na violência e na coerção, o que conceituo como uma *superexploração bélica da força de trabalho*, engendrando uma reprodução social diferenciada a depender da classe, raça/etnia, gênero e território.

Já na segunda parte, apresento um debate sobre o trabalho reprodutivo no mercado ilegal pelas formas de reposição geracional, regeneração e manutenção da força de trabalho. Assim, com a lente da TRS, busco analisar as entrevistas do Brasil e da Colômbia, ampliando o debate da reprodução social da força de trabalho para além da unidade doméstica, mas na sua relação com o Estado e os processos diferenciados de reprodução social.

2.1 “*Não nos resta outra opção*”: reprodução social da vida no terreno oculto do capital

É preciso evidenciar que o mercado ilegal - um subproduto da ideologia proibicionista - não é um paralelo da economia capitalista dita como legal; são economias que não estão apenas relacionadas ou imbricadas, mas fazem parte da totalidade de uma mesma estrutura social, econômica e cultural - vide o modo de produção e reprodução capitalista.

Com relação à produção, é verdade que existe dificuldade em revelar e analisar dados das verdadeiras cifras acumuladas pelo narcotráfico, justamente por estarem na ilegalidade e, portanto, ocultas. Entretanto, estudos apontam uma relação entre o negócio ilícito das drogas e o crescimento econômico global e local, sobretudo em momentos de crise do capital (Gutiérrez, 2023).

As crises cíclicas do capital fazem parte de seu processo de acumulação. Conforme mencionado por Engels (2010, p. 125), "o ciclo é sempre o mesmo: prosperidade, crise, prosperidade, crise." Por isso, é essencial para o capital manter uma reserva de trabalhadores/as disponíveis para atender às suas necessidades conforme o processo produtivo se expande, como destacou Marx:

Mas se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele tivesse o criado por sua própria conta. Ela fornece às suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional (Marx, 2015, p. 858).

Entretanto, na periferia do capitalismo, esse exército industrial de reserva, fundamental para as necessidades de valorização do capital, está muito mais próximo das margens das condições de reprodução social. Relegados à pobreza, são empurrados para as condições mais precarizadas de trabalho.

Conforme destacou Nascimento, Magalhães (2020), o caráter dependente da reprodução do capital está fundado na superexploração da força de trabalho, que, conforme já mencionado nesta tese, com base em Marini (1990 [1973]), a superexploração está ditada no aumento da intensidade de trabalho; pelo prolongamento da jornada de trabalho e na apropriação do fundo de consumo de trabalhadoras/es, o que é revertido como fundo de consumo para o capital. Nesse sentido, a remuneração abaixo do valor necessário para a sobrevivência impacta diretamente às condições (e essas sempre diferenciadas) de reprodução social.

Na falta de condições para reproduzir a força de trabalho, o mercado ilegal vem se apresentando como uma possível alternativa para garantir a sobrevivência e isso revela

como o capitalismo articula o legal e o ilegal para seguir com seu processo de acumulação ampliada.

A superexploração da força de trabalho, que ocorre no que geralmente se convém chamar de mercado legal, no mercado ilegal ela adquire algumas particularidades. A ideologia proibicionista cria uma dimensão subterrânea de reprodução da dinâmica do capital, operada principalmente pelo sistema financeiro e pelos paraísos fiscais (Oliveira, 2017). Esse terreno oculto da acumulação esconde um aspecto importante que fica às sombras da ilegalidade. Refiro-me à uma *superexploração bélica da força de trabalho* no mercado ilegal nos países de capitalismo dependente e periférico.

Conforme apontou Martins (2018), a proibição torna o negócio ilícito muito lucrativo pela ausência de impostos, pelo controle da oferta/demanda pelas leis proibicionistas, evitando as crises de superprodução das drogas e pela exploração do trabalho sem direitos protetivos mínimos, além de fomentar a indústria do crime. Costa e Mendes (2022b) também destacam:

O ciclo das drogas, isto é, a produção, comercialização e a realização de tais mercadorias no/pelo consumo, como qualquer atividade produtiva no modo de produção capitalista, requer trabalho humano e dispêndio de força de trabalho como produtora de mais-valor. A base da GD, que é a proibição de determinadas drogas-mercadorias – proibição, aliás, alicerçada em preceitos raciais e racistas (Carneiro, 2018; Saad, 2013) –, não faz com que o trabalho para produzi-las e comercializá-las deixe de ser trabalho, apenas que se torne ilegal, com todas as consequências deletérias para quem trabalha: ausência de regulação e, portanto, de um colchão de direitos protetivos mínimo e a violência exacerbada na disputa por tal mercado. Logo, a ilicitude de algumas substâncias, que resulta na ilegalidade de seus ciclos, é útil ao ciclo de reprodução do capital; até porque agrega valor às mercadorias – no caso, às drogas-mercadorias –, e, por conseguinte, ao seu mercado (Costa e Mendes, 2022b, p. 519).

Compreendendo a economia ilegal como parte da dinâmica de acumulação capitalista, a superexploração da força de trabalho no mercado ilegal ocorre, tanto pelos mecanismos clássicos já destacados por Marini (1990 [1973]), como por mecanismos que são particulares da dinâmica desta ilegalidade. Conforme foi evidenciado por Rodrigues (2024), o narcotráfico é a segunda economia mais rentável do mundo, sendo que a primeira - tráfico de armas de fogo - que se associa ao mercado ilegal. Nesse sentido o mercado das drogas seguem sendo parte da dinâmica de acumulação de capital.

Conforme destacou Oliveira (2017), ingressam nos países latinoamericanos apenas de 2% a 4% dos US\$ 100 bilhões da venda de cocaína nos EUA, sendo que a

maior parte desse faturamento é incorporado à lavagem de dinheiro, enriquecendo os grandes capitalistas dessa cadeia pela transferência de capital do centro para a periferia. Segundo Rodrigues (2004):

Os narcodólares, cuja origem ilegal se apaga após serem feitos depósitos e transações financeiras que envolvem grandes bancos e paraísos fiscais, tornam-se legais, sendo reaplicados em negócios clandestinos e não clandestinos. O desenvolvimento dos meios informacionais que interconectam instituições financeiras facilita a partir dos anos 1970 a movimentação desses montantes significativos (Rodrigues 2004, p. 52).

De acordo com Oliveira (2017), os paraísos fiscais, operados pelos grandes bancos, lavam diariamente somas entre US\$ 160 e US\$ 400 bilhões a transferência de valor para o mercado internacional e, por outro lado, justifica-se ideologicamente uma guerra às drogas para a intensificação de intervenções militares e repressão na América Latina, revelando que o legal e o ilegal é “mais que ligação, uma simbiose, ou, mais ainda, que ambas fazem parte do mesmo sistema” (p. 113).

A ilegalidade cria uma camada ainda mais profunda e oculta nesta superexploração, ao passo que se utiliza das condições mais vilipendiadas de frações da classe trabalhadora que, sem meios de reproduzir sua própria existência, vende sua força de trabalho no mercado ilegal, o qual maneja essa forma de superexploração por meio da violência, da coerção e da desumanização, colocando em risco a vida desse segmento da classe trabalhadora e forjando uma reprodução social diferenciada a depender da classe, raça/etnia, gênero e território.

Conforme apontado no capítulo anterior, o proibicionismo às drogas expressos nos tratados internacionais de controle das drogas foi uma arma ideológica, jurídica e econômica de controle da luta de classes e controle territorial que alinha interesses geopolíticos internacionais e das forças políticas locais, o que na prática significou não só a criminalização e a estigmatização de determinados grupos sociais, étnicos e raciais, mas o controle territorial, a violência física e simbólica a esses grupos e isso revela como a superexploração no mercado ilegal está vinculado as violências, e portanto, a exploração-opressões.

Assim, os mecanismos de superexploração desta força de trabalho no mercado ilegal estão submetidos a intensidade de trabalho, a extensão da jornada de trabalho, da baixa remuneração de seu valor, mas com um mecanismo específico: sua capacidade

bélica. Isso significa que, além das trabalhadoras/es estarem submetidas à exploração capitalista em suas determinações da lei do valor e as condições degradantes da superexploração, como o desgaste prematuro desta força de trabalho, aqui o bélico, além de impor a condição vida e a morte, também dinamiza em plano geopolítico, intervenções militares das favelas, periferias e zonas rurais, estimulando a indústria bélica na justificativa de segurança nacional, orquestrada pelos EUA.

Conforme destacou Rodrigues (2024), a indústria militar tem forte apoio da “guerra às drogas” na compra de equipamentos bélicos e a dinamização da repressão penal e policial, o que retroalimenta o mercado internacional. Portanto, o bélico se refere tanto a violência armada, militarizada, como a violência subjetiva, conforme destacou Passos (2023) produzidas pelo mercado ilegal das drogas que se associam com outros mercados ilegais (tráfico de pessoas, extração ilegal dos recursos naturais, tráficos de arma, etc.).

A natureza contraditória desta questão se revela no fato do capital eliminar e coagir por meio da violência aquilo que depende de sua existência - à vida das/os/es trabalhadoras/es, mas o capital não o faz de maneira indiferente. De acordo com Souza (2023) a superexploração da força de trabalho não pode ser compreendida sem considerar as opressões de gênero, raça e território. Portanto, a superexploração bélica da força de trabalho afeta majoritariamente grupos específicos: pessoas não brancas, pobres, moradoras de periferias ou zonas rurais, migrantes e imigrantes, mulheres negras, indígenas e campesinas decorrentes desta condição.

Essa dinâmica está vinculada a formas de acumulação do capitalismo e, como parte destes mesmos mecanismos, o mercado ilegal em sua especificidade da dinâmica econômica do narcotráfico. Portanto, no plano factual, a superexploração bélica da força de trabalho é operada pelo Estado e grupos armados narcotraficantes que tendem a disputar territórios de influência e mercados, realizando por meio da violência e da coerção, sobretudo trabalhadoras/es dos setores varejistas (de venda no varejo e intermediária comandados por grupos traficantes ou facções criminosas) ou segmentos competitivos-produtivos (grupos vinculados ao estágio de produção- cultivo inicial) (Rodrigues, 2024).

Portanto, o ocultamento de formas específicas de superexploração é sustentado por opressões de classe, gênero, raça/etnia, sexualidade e território, através da violência,

da coerção e da desumanização, produzindo estigmas as trabalhadoras - mulheres produtoras de folha de coca na Colômbia, mulheres trabalhadoras do tráfico de drogas e mulheres consumidoras no Brasil.

Aqui se coloca evidente a simultaneidade entre exploração-opressões, produção de mercadorias no mercado ilegal e a produção-reprodução social da força de trabalho. Conforme destacou Bhattacharya (2023), a reprodução social da força de trabalho está aparentemente separada – espaço de produção e espaço de reprodução -, mas se revela como as necessidades de reprodução social da força de trabalho alimenta a “esfera” da produção ao levar ao trabalho no mercado ilegal (manejado pela violência), conforme destacou as participantes desta pesquisa:

*“En el Catatumbo si pues, **la mayoría son las necesidades**, es decir, nosotras como mujeres campesinas conocemos el tema de... el daño que hace la droga, pero a veces la necesidad... es la que nos hace ir para allá y a veces no solamente la necesidad, sino estos tipos narcotraficantes que llegan a nuestro territorio conocen nuestra debilidad, nuestras hijas o nuestros hijos o lo que tenemos y utilizan esto para poder hacer que nos involucremos en el narcotráfico. Si hablamos de narcotráfico, de... estupefacientes, entonces esto es lo que lleva de que le pintan usted no tiene oportunidades en Colombia” (Semente de Tibú).*

É evidente que a classe trabalhadora recorre ao mercado ilegal para garantir sua sobrevivência, e este opera a superexploração por meio da violência e da coerção:

*“Tuve un amigo, precisamente que su papá lo asesinaron en el San José en grado 11 y llegó, **llegaron y lo mataron, y su familia, pues se dedicaba al cultivo de hoja de coca** en y él se quedó solo, un niño que se iba a la Universidad, igual que su hermana, que ella sea la Universidad y la mamá asumió, digamos que... O sea, asumida ser jefa del hogar, pero también jefa de su negocio, que ese era el cultivo de hoja de coca” (Yaku de Putumayo).*

Na dinâmica global da acumulação de capital, a relação entre centro e periferias não corresponde a mundos separados. De acordo com Fajardo (2022b, p. 408): *“hay una transferencia de las periferias a los centros, las cuales están directamente relacionadas con los procesos de acumulación: ¿en donde se acumula? ¿En dónde se reproduce la fuerza de trabajo?* Essas são questões que se colocam também no mercado ilegal como um subproduto da ideologia proibicionista, já que são parte da mesma dinâmica de acumulação. De acordo com Gutiérrez (2023), evidencia-se esse caráter imperialista da acumulação:

Para el amanecer del siglo XXI el panorama del comercio era el siguiente: el negocio ilícito de drogas representaba aproximadamente el 8% de todo el comercio de drogas internacional, dice Thoumi, F. (2005a) para el 2009, se estimaba que la delincuencia organizada transnacional generaba 870 mil millones dólares, un monto equivalente al 1,5% del PIC en el mundo, según un informe de la Oficina de las Naciones Unidas contra la Droga y el Delito. Para ese mismo año, el mercado mundial de la cocaína generó unas ganancias aproximadas de 84 billones de dólares, de las cuales cerca de 61 billones les correspondieron a los países consumidores, como los Estados Unidos y algunos países de Europa Central y Occidental; en contraste con los rendimientos económicos para los campesinos de países andinos, que ganaron alrededor de un billón de dólares⁷⁴ (Gutiérrez, 2023, p. 89-90).

Segundo Gutiérrez (2023), os cultivadores são os que menos recebem receita da economia ilegal, correspondendo a apenas 5%. Em segundo lugar estão os processadores intermediários nacionais, com 15%, seguidos pelos transportadores e traficantes internacionais com 26%, e 54% do valor acumulado nessa economia são absorvidos pelos países consumidores, ou seja, de capitalismo central. Nesse sentido, a superexploração usurpa os fundos de consumo e o fundo de vida da classe trabalhadora (Ruas e Alencar, 2021), rebaixando, precarizando e operando de forma violenta as condições de sua sobrevivência, que estão completamente associadas às opressões de gênero, raça, etnia, classe e território.

O mercado ilegal, na dinâmica da divisão internacional do trabalho beneficiada pelas estruturas sociais de exploração-opressão de cada país, nos leva ao questionamento: quem são as pessoas criminalizadas por cultivar, transportar, vender e consumir drogas no Brasil e na Colômbia? As participantes desta pesquisa na Colômbia revelam concretamente que são as mulheres e famílias *campesinas* o grupo mais criminalizado e estigmatizado pela produção da folha de coca:

“Las políticas de Estado que ha venido asumiendo un modelo de la política antidrogas. Y, pues por muchos años criminalizó a los eslabones más débiles de toda la cadena de las drogas. ¿Y, quién es el eslabón más débil? El

⁷⁴ “No início do século XXI, o panorama do comércio era o seguinte: o negócio de drogas ilícitas representava aproximadamente 8% de todo o comércio internacional de drogas, diz Thoumi, F. (2005a). Em 2009, estimava-se que o crime organizado transnacional gerava 870 bilhões de dólares, um valor equivalente a 1,5% do PCI mundial, de acordo com um relatório do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime. No mesmo ano, o mercado global de cocaína gerou lucros de aproximadamente 84 bilhões de dólares, dos quais cerca de 61 bilhões de dólares foram para os países consumidores, como os Estados Unidos e alguns países da Europa Central e Ocidental, em contraste com os retornos econômicos para os agricultores dos países andinos, que ganharam cerca de um bilhão de dólares” (Gutiérrez, 2023, p. 89-90) (Tradução própria).

campesino productor de pasta base de coca, que no es consumidor, que no es consumidor. La productora de pasta base de coca, la mujer campesina. Y.. el otro eslabón frágil es el consumidor y la consumidora” (Yaku de Putumayo).

“Ah bueno, además es que condenan a las cultivadoras ¿sí? entonces y no hay otra otra manera de subsistir. Las mujeres que están en los lugares donde se cultiva droga, coca, por ejemplo, pues si no se cultiva nada más, si se ponen a cultivar papa y no se la van a comprar, (risa contenida) entonces qué más pueden hacer” (Liberdade Capital).

“¿Y cómo lo decían? Pues entonces esta política prohibicionista alrededor de las drogas, ha llevado a que desde el nivel internacional se dictan unas políticas para nuestro país, que somos productores de cocaína. De prohibición y de medida de represión, si? Y entonces, esas medidas de prohibición pues pasan varias cosas. Por un lado, quitarle el pan de cada día de las familias cultivadoras porque en Putumayo la familia depende directamente del cultivo de coca, sí?” (Yaku de Putumayo)

Já no Brasil, revela-se a criminalização que é reproduzida desde a colonização até os dias atuais, de maneira atualizada e reconfigurada, mantendo as mesmas estruturas de poder nas quais o racismo e o sexismo operam sobre vida da população negra, que é historicamente alvo das políticas proibicionistas (Saad, 2019). As mulheres negras e pobres têm sido alvo do Estado e sofrido uma série de violências (Passos, 2023), assim como revelam as participantes brasileiras:

“É, eu acho que a história do Brasil, a formação do Brasil, ela explica bastante do que a gente tem hoje, mas não tudo, né. Eu costumo falar que a escravidão ela reflete muitos nos dias de hoje, mas há o pacto da branquitude, a manutenção dos privilégios, ele reforça estruturas que já poderiam ter sido minimizadas, minimamente alteradas. Então, a gente ainda vive é um atravessamento do racismo, do sexismo, do colonialismo, principalmente nesses corpos, nesses grupos porque há um interesse que isso continue se reproduzindo” (Maria Juana).

*“Acho que tem muito mais uma relação com o fato de que a violência contra a mulher é algo estrutural, a visão de que as mulheres são inferiores ou de que estão em postos, ou **devem estar em postos de trabalho mais precarizados é algo estrutural**, tá na sociedade que é machista, que é patriarcal, né, e com isso eu entendo também que se viu uma oportunidade ali de fazer uso da mão de obra precarizada e dos contextos específicos de vulnerabilidade da mulher, da principal mulher, as pessoas mulheres para esse trabalho que é mais precarizado, cujo alvo é facilmente identificado, se direciona o alvo para essa população que é nós, que é nós mulheres porque assim se passa outras grandes quantidades, né, e se esconde quem de fato está nesses espaços de poder, nesses espaços de negócio e está de fato ganhando com isso, então é fazer uso da vulnerabilidade pra direcionar o alvo com esses corpos mais vulneráveis” (Vento de Justiça).*

A TRS pode iluminar os rincões do mercado ilegal ao compreender que a criminalização não é funcional à dinâmica do capital; ela é parte dessa dinâmica. É

justamente a forma de ser da ideologia proibicionista que produz o inimigo a ser combatido, que oculta os verdadeiros beneficiários da economia ilegal. Autores/as já vêm apontando que a guerra às drogas não é uma guerra contra as drogas-mercadorias, mas uma guerra contra determinados grupos sociais, formados em sua maioria por pessoas pobres, negras e marginalizadas (Brites, 2017; Passos, 2023; Malheiro, 2020; Ferrugem, 2018; Rodrigues, 2017).

Porém, os supostos inimigos dessa guerra se focalizam na população mais marginalizada, vinculada à produção, ao tráfico nas periferias e nas favelas e ao consumo por pessoas negras e pobres, afastando a discussão pública das estruturas de produção, dos recursos e dos mecanismos de controle do mercado ilegal. Essa dinâmica coloca o campo do ilegal para o subterrâneo, ocultando uma dinâmica perversa e violenta na qual o capitalismo se estrutura, e, assim, a narcoeconomia não é posta em uma discussão pública, nem mesmo se considera que o setor financeiro da economia, tido como legal, está vinculado aos setores ilegais (Oliveira, 2017).

De acordo com Rocha et al. (2023, p. 47), “a gênese da opressão das mulheres está situada na relação contraditória entre as formas de reprodução da força de trabalho em *articulação necessária-porém-contraditória* com a produção social capitalista”. Pois bem, se a mercadoria força de trabalho é essencial para a produção de valor no capitalismo, por que então ele nega as próprias condições de reprodução social dessa força de trabalho? *A relação necessária porém contraditória no mercado ilegal* se expressa no fato de que a dinâmica desse mercado necessita incondicionalmente dessa força de trabalho racializada, generificada e territorializada, mas nega as condições da mesma por meio da superexploração que, no campo da ilegalidade, é operada pela desumanização, coerção e violência bélica (Passos, 2023), ao mesmo tempo em que acumula capital por meio da ilegalidade e justifica ideologicamente a necessidade de repressão como saída do problema das drogas. Aquilombada pode revelar isso ao falar sobre a realidade das mulheres negras brasileiras:

*“Eu entendo as mulheres negras nesse mundo da ilegalidade, que é da proibição, ocupando **exatamente o mesmo lugar de base da pirâmide social, do mundo da economia legal**, né, então as mais violentadas em diversos aspectos, de diversas formas, e talvez a mão de obra, infelizmente, mais barata, né? **A carne mais barata do mercado é a carne negra, a gente sabe disso**. Não, não como um orgulho, mas conseguindo nomear e entender também o fundo do poço pra onde a gente tá. A gente tá, é também a gente ter dado de realidade pra entender o tamanho do desafio, sabe, né, no sentido de*

ficar só num chavão, pra mim acho que quanto mais a gente consegue dissecar e entender todos os atravessamentos sobre gênero e raça no Brasil, e as particularidades no Brasil, é também uma maneira da gente repensar as histórias das mulheres negras, sabe, assim, isso tem muita relação com a proibição” (Aquilombada).

É evidente que a ideologia proibicionista ocupa um lugar fundamental na dinâmica de acumulação do capital, e que nessa camada oculta e profunda se articulam o legal e o ilegal pelo capital financeiro, ao mesmo tempo em que a negação das condições de sobrevivência é parte dessa engrenagem, ao submeter a classe trabalhadora às condições do mercado ilegal, tanto no Brasil como na Colômbia:

“(...) y que esto es una culpa del país por la falta de empleos que... que ... tenía, cómo se dice, que... hay, que había en el país o que sigue habiendo pues que hasta ahora estamos empezando que estas mujeres se pusieron como mulas a llevar documentos, eh... para otro país. Unas porque tenían a sus papás enfermos, necesitaban operarlos, otras porque sus hijos tenían una enfermedad u otras, porque sus hijas iban a entrar a la Universidad y otras por pagarse la carrera y otras...” (Semete de Tibú).

“En el caso de la Amazonía, que los campesinos no la están destruyendo, que los campesinos no están sembrando coca porque ‘¡Ay, qué chévere es sembrar coca!’ ¡No! No, que no haya allí ganadería extensiva tumbando selva porque ‘¡Aí, que quiero ser ganadero!’; sino porque no hay opciones” (Thesa Nasa).

*“Existe uma vinculação imensa da travesti à prostituição e o tráfico de drogas, né? **Porque a gente está falando de uma sociedade que não emprega a gente, saca?** Hoje em dia, com um diploma que eu tenho, eu tenho condições de competir no mercado de trabalho de forma diferente. Mas ninguém contrata pra atender um balcão de padaria, pra atender uma farmácia, pra trabalhar de telemarketing, às vezes até contratam, assim, mas são empregos que garante uma existência muito miserável, né? A miséria é impulsionada para a comunidade trans através disso, assim, né? Então, meio que esses fantasmas da prostituição e do tráfico de droga estão presentes na nossa vida e vira e mexe ou uma amiga ou eu, a gente se percebia assim nessa relação” (Existência).*

Nesse sentido, revela-se que a reprodução da vida (tanto a reprodução da força de trabalho, como se manter vivo frente à violência letal) se evidencia como o principal motivo da entrada das mulheres no mercado ilegal. A seguir, destaco as particularidades das mulheres nessa dinâmica, visto que são elas que costuram os fios invisíveis da produção e da reprodução social.

2.2 “¿Dónde está la salud? ¿Dónde está la carretera, dónde está la electricidad, dónde están las escuelas, dónde están los profesores?”: reposição geracional, regeneração e manutenção da força de trabalho no mercado ilegal

A unidade doméstica familiar, embora não seja a única, constitui-se como o local privilegiado e predominante de reposição, manutenção e regeneração individual da força de trabalho, através do trabalho doméstico e de cuidados relegado historicamente às mulheres.

De acordo com Bhattacharya (2019), a reprodução social da força de trabalho se dá por três processos interconectados: 1) Regeneração de trabalhadores/as para que retornem ao processo de produção; 2) Manutenção de futuros ou antigos trabalhadores/as como crianças e pessoas idosas e/ou desempregadas, isto é, pessoas que estão fora do processo de produção; e 3) Produção e substituição de trabalhadores/as, seja de forma geracional, pela gestação, parto e lactação, ou por processos migratórios.

O mercado ilegal, como parte constituinte da dinâmica do capitalismo e sua reprodução, não está isento dos processos de reprodução social da força de trabalho. E mais: ao mesmo tempo, ele tem sido uma alternativa frente às necessidades de reprodução social da força de trabalho, que não são atendidas no mercado formal e legal. Isso é revelador de uma perspectiva de totalidade sobre produção-reprodução, legal-ilegal. E, como parte da dinâmica do próprio capital, opera com as mesmas tendências. Em outras palavras: a condição necessária para o funcionamento da produção depende do trabalho reprodutivo (Ruas, 2021).

O que se evidencia na particularidade do mercado ilegal é que a dinâmica do capitalismo dependente também necessita da ilegalidade para seguir impulsionando a produção de mais-valor pela *superexploração bélica da força de trabalho* e estabilizando suas crises cíclicas. *Então, o funcionamento do mercado legal depende do mercado ilegal, e esse mercado se sustenta por meio das necessidades de reprodução social da força de trabalho não sanadas.*

As entrevistas revelam como a reprodução social da força de trabalho pela manutenção e regeneração se impõe como necessidade de se vincular à produção no mercado ilegal:

*“Yo tengo dos hijos, esto era aún más complejo porque era con niños pequeños tratando de estar en un proceso, **pero tengo que buscar también para que ellos coman**. Eh.. y eso conjugarlo es muy complejo porque pues hacer 3 cosas sin ninguna condición, entonces era una lucha del día a día por sobrevivir por tratar de buscar de qué uno vivir y también estudiar, entonces ya no eran 3 cosas, 3 dinámicas, sino que se suman cuatro, y para mí al igual de las otras mujeres que estamos en ese proceso es... es mucho, mucho más complejo que para los hombre” (Chontaduro de Buenaventura).*

*“Otra cosa que yo quedé, quisiera decir, es que claro que somos un país de violencia, pasa precisamente con las mujeres que que.. **se matan al esposo, matan a los hijos, se les quedan a cargo de su finca, de su predio**. Sigue quedando, digamos que en el negocio y digamos esos son sustento, pero también es un negocio, sí? **Esa forma en la crían a sus hijos**. Entonces, pues entonces hay muchas mujeres que la vida se dedican a eso, al cultivo de la hoja de coca” (Yaku de Putumayo).*

*“Mi papá no le gustaba San José del Guaviare. Dijo, no, yo me los llevo para Villao, se fue para Villao una raspadita de coca. Le quedaron 25 o 26 millones de pesos, que en ese entonces era muchísimo dinero; se fue y **encontró la casa y nos la compro, y dijo ustedes se van a vivir acá**. Antes de irnos vivir a ahorraron otro poquito y nos compraron un taxi. Y nos mandaron, nos mandaron para Villao. Mi hermano tenía 9 años y yo tenía 6 cuando ya llegamos a vivir solitos allá porque mis papás se quedaban trabajando y nos mandaban con mi abuelita y con una empleada” (Heliconia de Guaviare).*

A classe trabalhadora se conforma por processos diferenciados de reprodução social, ou seja, a mercadoria força de trabalho “não é produzida à maneira de outras” (Batthacharya, 2023, p. 25). Existem formas particulares de reprodução da força de trabalho, a depender da cesta básica, da cultura e das condições socialmente determinadas, como também da luta de classes (Marx, 2015; Ruas, 2021).

Nesse sentido, a TRS amplia o olhar sobre a reprodução da força de trabalho para além da unidade doméstica, articulando o comunitário, o público e o social, bem como os serviços públicos estatais (Voguel, 2022). Considerando os sistemas públicos, como educação, saúde, lazer, transporte, moradia etc., “a classe trabalhadora é produzida por meio de processos diferenciados: diferentes frações dessa classe possuem distintos níveis de acesso a aspectos básicos para a produção e reprodução da força de trabalho” (Rocha et al., 2023, p. 41).

Segundo Fraser (2023), “uma sociedade que mina sistematicamente a reprodução social não pode resistir por muito tempo” (p. 46). Entretanto, contraditoriamente, o avanço do capitalismo se constitui justamente por crise de reprodução social, sendo esta compreendida como “uma vertente de uma crise geral que abrange também outras - econômica, ecológica e política, e todas elas se entrecruzam e agravam umas às outras”

(Fraser, 2023, p. 46). Assim, na fase atual do capitalismo neoliberal, assume-se uma aparência histórica específica.

Embora a reprodução da força de trabalho seja indispensável para o capitalismo, ao negar sua reprodução, ele subordina as mulheres ao mercado ilegal, e essa negação também se expressa, em partes, nos contornos dados aos Estados na dinâmica globalizada e neoliberal, ao se promoverem o desinvestimento estatal e a mercantilização da reprodução social pelas privatizações, relegando-se sobretudo às mulheres a responsabilidade de sua própria reprodução e de sua família (Fraser, 2023).

Segundo Duarte (2023), o baixo investimento do poder público e a violência promovida pela penalidade neoliberal⁷⁵ criam outras atividades laborais e estratégias de capitalização, o que revela que a crise da reprodução social e seus efeitos retroalimentam a própria dinâmica do mercado ilegal. Esses efeitos, associados à globalização neoliberal nos países periféricos e dependentes, se articulam com particularidades e dinâmicas nacionais e regionais (Duarte, 2023).

Nesse sentido, as saídas para a crise do capital produzem efeitos particulares na periferia do capitalismo, onde estão Brasil e Colômbia. Mais especificamente em relação à Colômbia, a contra-reforma do Estado e a mercantilização dos direitos têm particularidades. Segundo Tapiro (2017), os impactos negativos da reestruturação do capital que chega à América Latina na década de 1980 são sentidos no país inicialmente de maneira leve, dada a *bonanza cafetera* (1986-1987) e, sobretudo, pela economia do narcotráfico.

Entretanto, com a entrada dos capitais transnacionais e o pacto social expresso na Constituição de 1991, apesar de esta ter representado um importante avanço no reconhecimento dos direitos sociais, percebeu-se, contraditoriamente, o avanço do neoliberalismo, deixando apenas no papel o acesso aos direitos, abrindo caminho para o setor privado e provocando uma série de reformas estruturais frustradas. Esse processo no país foi acompanhado pela expansão do paramilitarismo configurou um neoliberalismo armado, “*reafirmando el carácter profundamente violento del desarrollo capitalista en Colombia, aún en la contemporaneidad*” (Tapiro, 2017, p. 109).

⁷⁵ Segundo Duarte (2023), a penalidade neoliberal diz respeito a um desinvestimento do Estado em políticas públicas e espaços como escolas, hospitais etc. para maior investimento em espaços de segregação espacial, como as prisões, recrudescendo o sistema penal e levando os problemas coletivos para o nível individual e familiar.

Nesse sentido, por um lado o narcotráfico também foi um estabilizador das crises cíclicas do capital (Fajardo, 2022b), na medida em que mobiliza uma economia bélica e militar, estimulando a compra de armas que ativam a indústria armamentista estadunidense, isso tudo financiado justamente por este país via Plano Colômbia, que impulsionou as medidas proibicionistas na América Latina. Por outro lado, a crise beneficiou o mercado ilegal, ao passo que absorveu força de trabalho precarizada, marginalizada e desprovida de condições de reprodução social de sua própria existência, transformando o mercado ilegal em uma alternativa, sendo esta, muitas vezes, a única. Além de promover um desenvolvimento local que não está vinculado diretamente ao mercado ilegal, mas que se beneficia dele ao passo que essas regiões se desenvolvem, como a incrementação de vias de acesso, de restaurantes e outros setores.

Esse fator foi o que mais se revelou na Colômbia, devido à falta de reformas estruturais e de investimento estatal em políticas públicas e em infraestrutura, como a construção de vias de acesso para a circulação de outras mercadorias legais, e essas consequências têm fomentado e empurrado a população *campesina*, negra e indígena de territórios mais afastados dos centros urbanos a encontrarem, na produção de coca, um mercado mais rentável que possibilite a sobrevivência:

“Hoy existen cultivos de coca por el abandono estatal. Y es verdad, porque en el momento en que se logren suplir todas las necesidades básicas de sus territorios te aseguro que la gente no vuelve a sembrar coca. Porque es que la coca no está dando para enriquecer a nadie... bueno, a los narcos!” (Yaku de Putumayo).

“Ni siquiera el 10% de los campesinos, tienen acceso a la universidad, pues por muchas razones, ¿no? Porque imagínese, un campesino que vive por allá en una vereda bien retirada, le tocaría venirse para una ciudad, pagar arriendo, la comida, el transporte...” (Flor de Nariño).

“(...) eso es lo que genera y el problema no son los cultivos, el problema es la política que gobiernos anteriores han aplicado en contra del campesinado porque en últimas ven al campesinado como si fuera el enemigo y el mayor narcotraficante, pero resulta que el campesinado, si bien siembra la mata de coca o de marihuana o de amapola, porque no es solo coca sino marihuana y amapola en otras regiones del país, pues ¡hombre!, o sea, póngase la mano en el corazón y vean de que, o sea, ¿dónde está la salud? ¿Dónde está la carretera, dónde está la electricidad, dónde están las escuelas, dónde están los profesores? ¿Sí? ¿dónde están las cooperativas y dónde está el impulso de proyectos productivos que permitan a la gente generar redes de alimentación en una región como la del Catatumbo?” (Paz de Catatumbo).

“Porque no hay vía de acceso, en cambio la coca la compran directamente en el territorio, ósea y la vender a buen precio, mientras que sembrar para

nosotros hoy papa china, banano, chontaduro, lo que nosotros sabemos hacer, ¡pues no es!”(Chontaduro de Buenaventura).

*“Entonces por qué es tan trágico el arranque de la coca? Porque dejan a la familia descubierta de su alimentación y de cómo **resolver las cosas básicas**, pero lo que pasa es que es una familia que vive a veces hasta a 8 horas de camino de una cabecera municipal. A 8 horas donde no hay carreteras. A 8 horas donde no hay energía, donde no hay electrificación, donde no hay señal de celular, o sea es en la selva inhóspita” (Ayku de Putumayo).*

*“(…) entonces eso demuestra de que sí se puede y las familias están en disposición de sustituir precisamente la economía ilícita. Muchos campesinos dicen, estamos cansados realmente porque ya no hay de donde echar mano, ¡no! O sea, si, si sembramos plátano no nos lo compran y si lo compran, nos lo compra, mejor dicho, **súper bajo el precio porque viene es el intermediario**. Si yo salgo a venderlo Ocaña, pues me gasto precisamente yo en transporte, que en alimentación y el tiempo y pues ahí se queda la plata, no hay cooperativas, **no hay vía de accesos que permitan realmente la salida de los productos** y pues eso es lo que alega la gente y con toda la razón” (Paz de Catatumbo).*

*“Las mujeres debemos de jugar un papel muy importante. Primero como **dadoras y cuidadoras de la vida ¿sí?** como agentes importantes para generar propuestas, por eso nosotras decimos la sustitución social, gradual, concertada, es decir, lo concertamos entre gobierno y comunidades, donde decimos es que ¡aquí! tanto mujeres como hombres necesitamos esto, necesitamos esto, que son cosas que son obligaciones del Estado o de los gobiernos de turno, pero que **desafortunadamente han brillado por su ausencia**” (Paz de Catatumbo).*

*“Decimos ‘Carajo, nos estamos enfocando en la salud para cambiar la ley del Senia. ¿Qué tal EPS?’, **¡pero eso no es salud para nosotros!** Salud para nosotros es dignidad, salud es el resultado de reordenar el territorio, reconciliarnos con la ‘madre tierra’, cambiar este sistema económico de producción, garantizar una educación construida por nosotros mismos, formar nuestra gente para que sean cuidanderos, despertar el espíritu, tener río limpio, agua limpia, tener comida y al final ¿qué vamos a tener? **SALUD**” (Thesa Nasa).*

*“Desafortunadamente la coca para muchos campesinos se ha convertido en el **Ministerio de Salud, en el Ministerio de Educación, en el Ministerio de Vivienda**, o sea, porque no estaba esa representatividad y pues se vieron obligados o al menos ilusionados con esa plata que les... les llega por parte de la siembra de la mata de coca” (Paz de Catatumbo).*

Um elemento fundamental que merece atenção e que se evidencia na realidade colombiana é o problema estrutural do acesso à terra, que gerou, ao longo da história, vários conflitos agrários e disputas frente às expropriações e à concentração. Conforme apontado no primeiro capítulo desta tese, a terra é um bem importante para a reprodução social da vida na particularidade colombiana. As mulheres afrocolombianas, *campesinas* e indígenas entrevistadas nesta pesquisa evidenciaram a importância da terra e do território para a sua própria reprodução social, bem como para a reprodução social do

coletivo como um todo. Além disso, a terra e o território são conformadores de identidade. De acordo com a *Comisión de la Verdad* (2022a), é na terra e no território que as mulheres tecem suas histórias e as histórias de seu povo. Para as mulheres indígenas, a *Madre Tierra* é a fonte de cuidado coletivo e da reprodução da identidade cultural, conforme destacou Thesa Nasa:

*“El cuerpo es territorio porque **somos hijos, nietos de la "madre tierra"**, es ella quien nos sostiene la vida y como mi cuerpo es territorio, tengo montañas, tengo bahías, tengo ríos, tengo... ¿este es el primer territorio para mí y donde yo esté, el territorio está conmigo!”* (Thesa Nasa)

Thesa Nasa evidencia que a terra sustenta a vida, e, portanto, pensar em reprodução social na América Latina é pensar também no acesso à terra. De acordo com Relevo et al. (2018), a terra é uma fonte de subsistência diária, ao passo que, na Colômbia, as mulheres rurais dispõem do cultivo para atender à sua necessidade e à de suas família, garantindo, assim, a segurança alimentar, além de promover justiça de gênero, ao passo que o acesso à terra implica uma maior condição de autonomia. Nesse sentido, considero que a preservação da terra e do território também é parte da reprodução social, estando vinculada à condição de sobrevivência da humanidade como um todo, e, nesse sentido, os povos originários têm cumprido um papel fundamental, conforme também apontou Thesa Nasa:

*“Un dato, por ejemplo, de la Amazonia colombiana: hay seis estados en la Amazonia colombiana, y allá la extensión territorial, tenemos el 41% del país. Son 44 millones de hectáreas de Amazonía. En la Amazonia viven 64 pueblos indígenas y de esos 64 pueblos, nosotros somos dueños de 27 millones de hectáreas de esas 44 y en esos 27 millones de hectáreas **estamos garantizando el 87% de la selva amazónica. Quiero decir que si no estuviéramos los pueblos indígenas de la Amazonia colombiana, en el caso de la Amazonia colombiana, no habría selva amazónica en ese país**”* (Thesa Nasa).

Entretanto, na Colômbia revela-se uma grande concentração de propriedade da terra, acompanhada pelos conflitos territoriais com uso da violência, de *desplazamientos forzados*, e as atividades econômicas ligadas à exploração mineira e petrolífera têm impulsionado o fenômeno do desenvolvimento geográfico desigual, o qual é retroalimentado pelos cultivos ilícitos nas zonas rurais mais marginalizadas do país (Fajardo, 2022b).

Com relação às atividades extrativistas nos territórios, Relevo et al. (2018) apontam que o Plano Colômbia contribuiu para o ressurgimento da indústria petroleira em Putumayo, onde podemos evidenciar uma forte relação entre a indústria petroleira e as forças armadas do Estado, conforme destaca:

Uno de los mecanismos de esa articulación es la suscripción de convenios entre las empresas petroleras y el Ministerio de Defensa, dirigidos a proteger sus inversiones en diferentes territorios del país. Así, por ejemplo, entre 2004 y 2014 se suscribieron 40 convenios por un monto de más de 73.000 millones de pesos con las empresas Ecopetrol, Vetra, Esmerald Energy, Gran Tierra, Amerisur, Consorcio Colombia Energy y Pacific. Los convenios involucraron directamente a la Brigada 27 del Ejército, la cual tiene jurisdicción sobre la ZRC y los territorios del Pueblo Nasa en la región Andinoamazónica. Esto ha sido denunciado por la comunidad como una violación de derechos humanos (Relevo et al., 2018, p. 99).⁷⁶

Com relação a isso, Thesa Nasa denuncia o que acontece atualmente nesse território:

*“En el caso del Amazonas tenemos la muerte de nuestros mayores por envenenamiento con mercurio del río Putumayo, en el río San Miguel, en el río Caquetá y en el río Cauguán. **Nos prohíben comer pescado porque nos están envenenando nuestros ríos**, pero nuestra gente vive del río, vive alrededor de los ríos y eso ha llevado a que... imagínese, el Instituto SINT hizo una investigación acá en Colombia en uno dos resguardos en Caquetá - Puerto Zábalo Los Monos y encontraron que... decían que el cuerpo humano puede soportar 1% de mercurio y según los estudios que hicieron allá en el resguardo encontraron que los abuelos y la gente teníamos entre 11 y 19% de mercurio en el cuerpo. Los abuelos y las abuelas están muriendo, los niños están naciendo con deformidades, las mujeres están teniendo cáncer de útero y estos datos no se registran en las instituciones. Entonces a estos 1.905.617 le hemos ido quitando todas estas cifras de muertes violentas, muertes por toda la situación de conflicto, **contaminación por extractivismo, por las empresas petroleras, mineras, y con eso nos quedamos**” (Thesa Nasa).*

Conforme destacou Fajardo (2022b, p. 414), a economia do narcotráfico na Colômbia guarda relação com as políticas agrárias. A reforma rural frustrada no país está associada à economia ilegal que persiste, “*pues realizar la reforma rural significará revertir las condiciones que generaron la vinculación de estos espacios con el*

⁷⁶ “Um dos mecanismos dessa articulação é a assinatura de acordos entre as empresas petrolíferas e o Ministério da Defesa, com o objetivo de proteger seus investimentos em diferentes partes do país. Assim, por exemplo, entre 2004 e 2014, foram assinados 40 acordos no valor de mais de 73 bilhões de pesos com as empresas Ecopetrol, Vetra, Esmerald Energy, Gran Tierra, Amerisur, Consorcio Colombia Energy e Pacific. Os acordos envolveram diretamente a 27ª Brigada do Exército, que tem jurisdição sobre a ZRC e os territórios do povo Nasa na região Andino-Amazônica. Esse fato foi denunciado pela comunidade como uma violação dos direitos humanos” (Relevo et al., 2018, p. 99) (Tradução própria).

narcotráfico”. Sendo assim, o Estado e a burguesia vinculada às economias ilegais seguem reproduzindo a dinâmica de acumulação assentada na violência.

A falta de acesso à terra, bem como a concentração da mesma, vem promovendo *desplazamientos forzados*, violências e desapropriações, o que tem levado as mulheres *campesinas* e a comunidade negra a recorrer aos cultivos ilícitos como forma de sobrevivência:

*“Entonces, qué pasa... territorios como el Putumayo, como el Cauca, bueno, muchas zonas de la periferia donde se concentran la coca son territorios baldíos para el Estado. ¿Por qué digo baldíos para el Estado? Porque allá están las compañeras y los compañeros con su establecimiento de coca pero que **no tienen un título, no tiene una escritura** ¿sí?” (Yaku de Putumayo)*

*“Pero también hay una situación ahí que yo creo que es el eje principal de todo el tema del cultivo con fines de narcotráfico, para la economía del narcotráfico, que es que la mayoría de los territorios donde se cultiva la planta sagrada de coca, los campesinos no son propietarios, **no tienen una garantía de propiedad jurídica de su tierra**, entonces ellos se sienten que no son dueños de su tierra porque no tienen una escritura” (Thesa Nasa).*

*“Mi territorio, nosotros de la mayoría de las comunidades negras, mi gente tiene que salirse, llegar desplazada, llegar sin condiciones de vida, dejar incluso y ¡aun! los que se mantienen en el territorio es complejo incluso hoy tener su pancoger, cultivar sus propios alimentos, porque efectivamente **el tema de la coca se ha impuesto en las comunidades y la gente ya ha dejado de sembrar para poder sembrar coca, porque la coca le garantiza recursos que nuestro pancoger o nuestro propio producto, ¡pues no!**” (Chontaduro de Buenaventura)*

Nesse sentido, à luz da TRS, podemos analisar que o capitalismo, enquanto modo de organização social, não se restringe ao sistema econômico, mas compreende a economia como uma relação social, ou seja, “uma relação que envolve dominação e coerção, ainda que formas jurídicas e instituições políticas procurem ocultar essa dinâmica” (Bhattacharya, 2023, p. 123). Assim, a expansão capitalista vinculada ao narcotráfico, operada pela desumanização, coerção e dominação impõe condições à classe trabalhadora que tornam cada vez mais difícil de sustentar formas alternativas de vida, e a expropriação de terras tem sido historicamente, desde o cercamentos de terras comuns até a colonização, um dos principais mecanismos para o desenvolvimento capitalista. A submissão à economia ilegal deixa como única alternativa de sobrevivência o cultivo ilícito, transformando formas alternativas de organização e reprodução da vida em trabalho assalariado superexplorado.

Conforme destacou Vogel (2022), cultivar sua própria horta, preparar suas refeições e ir caminhando até o trabalho vai demandar mais tempo e energia, e, portanto, menor será o tempo disponível para o trabalho remunerado. Por outro lado, quem comprar alimentos no supermercado, morar em um apartamento perto do trabalho, comer em restaurantes e usar transporte público terá mais tempo e energia para se dedicar ao trabalho assalariado. Isso evidencia como o capitalismo vai historicamente minando a classe trabalhadora das condições autônomas e alternativas de sobrevivência, fazendo com que ela dependa cada vez mais do mercado e do Estado para sua própria reprodução social. Por isso, formas alternativas de vida são uma ameaça à organização social capitalista.

A partir da TRS, podemos compreender também que a reprodução social pela reposição geracional da força de trabalho não está limitada apenas à reprodução biológica - a gestação, o parto e a lactação -, mas pode ser compreendida pela determinação de elementos sócio-históricos, como, por exemplo, a queda de fecundidade, sobretudo nos momentos de crise do capital, assim como também no fenômeno da migração como um mecanismo de reposição geracional da força de trabalho (Voguel, 2022; Bhattacharya, 2023; Lemos e Roncato, 2023).

A reposição geracional é imprescindível para o capitalismo, e, nesse sentido, “os fluxos migratórios não se restringem às migrações laborais em seu sentido estrito, compreendendo também refugiados ambientais e de guerra, entre outras formas de deslocamentos, quase sempre resultantes da crise do capital em seu sentido amplo” (Lemos e Roncato, 2023, p. 230).

A crise da reprodução social, que impacta diretamente a reprodução da vida da classe trabalhadora devido ao enxugamento dos serviços públicos do Estado, também tem um impacto direto nas taxas de fecundidade. Como o capitalismo não pode abrir mão do reabastecimento da força de trabalho para promover a exploração, a migração vem operando como uma saída para a crise do capital frente à necessidade dessa reposição geracional, empregando essa força de trabalho a baixo custo.

Além disso, o desenvolvimento capitalista local se beneficia do trabalho migrante, pois:

Para o país receptor, a força de trabalho imigrante é, em grande parte, livre dos custos da reprodução social, uma vez que a criação, a educação, a

saúde e todos os trabalhos e gastos necessários à sua produção foram realizados no país de origem (FERGUSON;MCNALLY, 2014). Por sua vez, ao adentrarem no mercado da força de trabalho local, a população imigrante tende a receber menores salários, ter proteção social ausente ou escassa, ocupando uma fração de classe significativamente mais precária em comparação ao trabalhador autóctone (Lemos e Roncato, 2023. p. 232).

Os processos de reprodução diferenciada por meio da racialização, territorialização e generificação produzem uma diversidade de trabalhadores/as, sendo que o trabalho migrante desumanizado e precarizado atua no rebaixamento do preço da força de trabalho como um todo. No mercado ilegal, podemos evidenciar essa mesma dinâmica quando Vento de Justiça nos conta sobre o perfil das mulheres migrantes presas por tráfico internacional de drogas no Brasil:

“Mas o principal aqui é pensar no perfil das mulheres migrantes.. Então, elas são mulheres mais velhas, em comparação com as mulheres brasileiras, em conflito com a lei. É, pode, né, têm um grau de escolaridade também um pouco maior do que as mulheres brasileiras, mas vêm de contextos em seus territórios, né, é, porque inclusive também são primárias, em sua maioria, e vêm em contextos dos seus territórios de conflito ou de vulnerabilidade ou de perda de emprego. São mães, é, são mães solo, são as únicas responsáveis pelo lar, né, economicamente, afetivamente, socialmente, enfim...” (Vento de Justiça).

As entrevistas revelam que a migração no mercado ilegal é generificada e racializada, e, quando envolve os corpos feminilizados, inclui violência física e sexual sobre quem busca em outros países melhores condições de vida para si, e, sobretudo, para suas famílias.

“Dentro desse contexto de vulnerabilidade, podem ser convencidas ou oferecidas por pessoas próximas, né, a exercer esse trabalho de transporte, né? Então algumas delas têm, de fato, ciência, a partir desse contexto de vulnerabilidade, a partir dessa necessidade que elas estão vivenciando, que não é momentânea, é algo estrutural, né? É, elas, então, acabam aceitando o transporte sobre drogas, fazer o transporte de drogas” (Vento de Justiça).

*“Outro ponto são os países, né? Então os países que a gente mais **atende enquanto ITTC são países latino-americanos**, em especial Bolívia. E aí você tem fluxos variados, de acordo com os contextos políticos de cada país. Mas a Bolívia, Venezuela, o Peru, são países que se mostram aí um pouco mais. E também do continente africano, a gente atende muitas mulheres sul-africanas, tem aí uma ou outra de Cabo Verde e tal, mas a maior parte é da África do Sul, nigerianas também, é (...) E da Ásia, principalmente mulheres filipinas, tailandês, né, é importante você saber, e assim ter uma noção dessas nacionalidades” (Vento de Justiça).*

Em entrevistas realizadas na Colômbia, podemos evidenciar dois fenômenos vinculados à migração. O primeiro é a migração interna gerada pelos *desplazamientos forzados*, que aumentam a migração das zonas rurais para as zonas urbanas. De acordo com Gutiérrez (2023), com a migração para as zonas urbanas do país, aumentou-se a demanda por mão de obra, e isso reduziu significativamente o preço da força de trabalho como um todo.

O outro fenômeno vinculado aos fluxos migratórios é o fato de a Colômbia ser um país de fronteira com a Venezuela, sendo Tibú (Norte de Santander) o município com maior concentração de cultivos ilícitos (UNODC, 2023), o qual tem recebido muitas pessoas migrantes venezuelanas para o trabalho no mercado ilegal. Rueda e López (2022) revelam, em uma reportagem no El Espectador que resultou em um documentário, que migrantes da Venezuela buscam o trabalho no cultivo devido às necessidades de sobrevivência, e são quem exerce as atividades mais precarizadas, como a raspagem da folha de coca.

Em entrevista, umas das participantes desta pesquisa advinda deste território nos revela a condição das mulheres venezuelanas migrantes:

*“Nuestras hijas o nuestras mujeres son las que están llevando y más dolor me dan con estas mujeres migrantes que **son han sido las más utilizadas en este narcotraficante hasta con menudeo y después asesinadas por ellos mismos**, porque ellos mismos, ellos mismos las ponen en menudeo que es la venta de estupefacientes por los jóvenes en cantinas, en todo eso y después cuando el superior se entera, entonces ellos mismos las asesinan” (Semente de Tibú).*

*“Tienen que... trabajar aquí y si no pues la guerrilla las mata y venía un man ahí armado y las amenazaba y de aquí ustedes no salen hasta que no se les dé permiso y fue difícil, yo no poder tomar las entrevistas de estas mujeres en todo el Catatumbo fue difícil. Tuve dos intentos de asesinato en ese entonces, pero ahí estuve parada porque mucha gente me defendía, pero puede lograr la cochinateda y no solamente ahí como también hubieron muchos patronos de de fincas que se **traían las mujeres de allá engañadas y después las tenían para golpearlas y para mujer y no les pagaban para sirvientas en la casa, pero la vida esta mujeres en los bares fue terribles**. Eso sí las amenazan no podían ver a sus hijos les quitaban todo lo que trabajaban eh... les daban una miseria para que pudieran comer y comprar jabón y bañarse, uy, fue terrible” (Semente de Tibú).*

*“Mujeres con enfermedades que no eran...esto...y mujeres en embarazo con infecciones vaginales, otras enfermedades, desnutrición y todo esto y **saber que estaban siendo ¡esclavizadas!** (...) Entonces Lo que vive en estas mujeres migrantes es terrible, sobre todo, pues hablando de... de.... lo que viven en la trocha, porque a pesar que se abrió la frontera, todavía hay, eh...todavía hay... cómo te dijera ... como... esa dificultad para pasar cuando no la ponen de de aquí para allá los policías, la ponen de allá para acá los militares, pero total es que las ganas de plata todavía no se les quita, entonces todavía las*

mujeres siguen exponiéndose por esta trocha, tienen que pasar por más de ... de... de... 6-7 retenes de guerrilla, ejército y todo y en todos lados le piden plata si no trae plata, pagas en especies y si no el ¡pelo!” (Semente de Tibú).



Acesse o QR Code ao lado para ler a reportagem “Migrantes de la coca” e assistir ao documentário.

Ressalto que as mulheres ocupam uma posição diferenciada no mercado ilegal ao realizarem, sobretudo, atividades ainda mais precarizadas, muitas vezes vinculadas à ameaça de sua integridade física, à violência sexual, ao tráfico de pessoas e ao trabalho reprodutivo. É nítido que as mulheres pobres, negras, indígenas e *campesinas* exercem trabalhos reprodutivos no mercado ilegal, como o trabalho nas cozinhas dentro das fazendas de cultivos, bem como atividades como transportadoras, chamadas de “mulas”.

Importante evidenciar que a base material da opressão das mulheres no mercado ilegal não está assentada na divisão sexual e racial do trabalho, mas nessa relação necessária, porém contraditória, entre a reprodução da força de trabalho e a acumulação capitalista. Isso não significa dizer que a posição social diferencial das mulheres no mercado ilegal não seja opressora; pelo contrário, é evidenciar como a exploração e as opressões compõem uma unidade.

A necessidade do trabalho reprodutivo - remunerado ou não remunerado - para a reprodução da força de trabalho é imprescindível. Trabalhos como cozinhar, limpar, atividades de assistência etc. realizados pelas mulheres são a base que sustenta a acumulação capitalista, mas, ao mesmo tempo, são os trabalhos mais precarizados, generificados, racializados e, por isso, desumanizados.

De acordo com Arruza e Batthacharya (2020), divisão social, sexual e racial do trabalho não é apenas um fenômeno cultural, mas também uma expressão da lógica desumanizante da acumulação capitalista assentada nas relações de opressão e exploração que operam como um mecanismo de fragmentação da classe trabalhadora. Portanto, os processos de reprodução social diferenciados por meio da racialização, generificação e

territorialização se objetivam em diferentes tipos de força de trabalho, completamente necessários para a reprodução ampliada do capital.

No mercado ilegal, as mulheres revelam o quanto a produção e a reprodução são inseparáveis, rompendo com a fronteira invisível que as divide. Evidencia-se que, na atualidade, estudos vêm demonstrando (Astroz, Díaz e Díaz, 2017) que, em algumas regiões da Colômbia, as mulheres vêm exercendo vários tipos de trabalho na cadeia do mercado ilegal, mas seguem se mantendo majoritariamente no trabalho reprodutivo. Entretanto, isso não significa uma maior autonomia econômica; pelo contrário, esse trabalho é que tem permitido a reprodução social de suas vidas, de suas crianças e adolescentes e família, ainda que de maneira precarizada. Além disso, elas são as que têm sofrido os maiores impactos dentro da economia cocaleira, pois, justamente por serem as principais responsáveis pelo trabalho reprodutivo, sofrem impactos diferentes dos homens nessa mesma economia (Astroz, Díaz e Díaz, 2017).

Na infografia abaixo, podemos evidenciar os papéis que as mulheres vêm exercendo na economia cocaleira na região de Putumayo, mas que também podem evidenciar essa mesma estrutura em outras regiões do país, conforme destacaram as participantes da pesquisa:

Ilustração 1 - O papel das mulheres na economia cocaleira de Putumayo

ROLES DE LAS MUJERES EN LOS ENCLAVES COCALEROS EN EL PUTUMAYO



¿Qué hacen?

Jornaleras, raspachinas o coecheras

- Recogen la hoja de coca y preparan alimentos para los trabajadores.
- Trabajan por jornales semejantes a los de los hombres y se mueven entre cultivos.
- Su jornada empieza a tempranas horas de la mañana y finaliza al caer la tarde.
- Incluye labores domésticos tanto en la raspa como en su hogar.
- Asumen las responsabilidades de la economía del cuidado.



Finqueras

- Trabajadoras campesinas que participan en el cultivo de la coca, administran la raspa y están en el proceso inicial de la elaboración de la pasta base (algunas la venden).
- Ejercen labores productivas y reproductivas, como parte de las economías campesinas familiares.
- La relación con 'su finca' la hace conocedora de su organización y los momentos de producción.
- Su relación con la tierra está mediada por los cultivos y su rol de ama de casa, sin que por eso escape a las brechas de género.

Cocineras y quimiqueras

- En los laboratorios o cristalizaderos, espacios más adversos que el cultivo y el procesamiento inicial, las mujeres se vinculan como cocineras para los trabajadores o 'quimiqueras', es decir, manipuladoras del proceso químico de cristalización.
- Las cocineras que trabajan en los grandes laboratorios, controlados por grupos armados, reciben un mejor pago.
- Las quimiqueras aparecen cuando se privilegia la mano de obra femenina por ser 'más calculadoras con los químicos'.



Mulas

- Transportan pasta base o cocaína. Lo pueden hacer en el momento que venden la pasta base, para lo cual se desplazan hacia los sitios de compra. Estos trayectos incluyen zonas rurales, municipios de la misma región o la frontera colombo-ecuatoriana (laboratorios y compradores en el Ecuador).



Colaboradoras

- Las mujeres también se vinculan al microtráfico, principalmente al expendio de drogas, al transporte de droga, armas o insumos, como 'campaneras' en los expendios o cobrando vacunas o pasando información.
- Son mujeres urbanas, generalmente jóvenes, que se vinculan a través de redes familiares o grupos armados.
- Recientemente se han vinculado niñas en la venta de drogas en colegios de la región.



Riesgos

- Subcontratadas
- Alta movilidad entre cultivos según la época de cosecha, afectando los tejidos familiares.
- Acceso limitado a la propiedad, a bienes y recursos.
- No suelen cumplir con requisitos de acceso a programas y oferta institucional.

- La falta de recursos hace que se endeuden con los proveedores para cultivar y procesar la hoja de coca, lo que propicia ajustes de cuentas.
- En algunos casos, 'frentear' las deudas de los hombres.
- Aunque están vinculadas con la administración económica del cultivo y el procesamiento, no toman decisiones sobre los recursos, ni estos son invertidos en su bienestar.

- Los cristalizaderos, a diferencia de laboratorios más caseros, son controlados por actores armados, por lo que las mujeres están sujetas a la imposición de normas de conducta y roles de género.

- Los narcotraficantes se aprovechan de sus vulnerabilidades económicas para usarlas como transportadoras.
- Son judicializadas por narcotráfico en Ecuador.
- Pueden ser arrestadas o robarles la mercancía, lo que tiene implicaciones jurídicas y sociales, sobre todo para madres cabeza de familia.

- Las vendedoras e informantes pueden quedar inmersas en medio de disputas de grupos armados.
- Al ser arrestadas, enfrentan la justicia ordinaria y pueden ser objeto de amenazas y represalias por parte de grupos armados para evitar que revelen información a las autoridades.

Fonte: Fundación Ideas para la Paz, 2017.

Esses aspectos se evidenciam nas entrevistas realizadas com as participantes, que revelam que as mulheres estão trabalhando majoritariamente nas cozinhas, mas também exercendo outras atividades na cadeia da produção ilegal. Algumas dessas atividades são desenvolvidas conjuntamente com seus companheiros afetivos-sexuais:

“Eh... con que muchas mujeres bueno, no solo con eso, sino uno de los factores de trabajo o de fuentes de ingresos, ha sido esa y el tema de la cocina, la preparación de los alimentos, eso sin duda no lo hacen los hombres y más en una en una, en una. ¿Qué? ¿cómo se llama eso? En una comunidad machista. Y les pagan menos lógicamente, pues porque uno que cocina (risa contenida) uno sabe que cocinar no es fácil” (Paz de Catatumbo).

“Y todo lo quieren conseguir porque ellos son los de la plata y ellos son los que tienen y con la alcahueta y como le pagan a estos narco... a estos... grupos al margen de la ley, pues tienen todo el derecho de utilizar y maltratar las mujeres, pero nosotras hemos sacado más de 32 niñas abusadas naturalmente por estos narcotraficantes que directamente los mismos grupos al margen de ley se los lleva a estos narcotraficantes a las cocinas” (Semiente de Tibu).

“Después cuando llegue el Guaviare, pues el papá de mi hijo tenía sus cultivos de coca. Muy esporádicamente le ayudé a fumigar, cocinar, fue la ama de casa, cocinar, o sea la comida para los obreros y estaré pendiente de ellos y ese era mi labor en la casa, la cocinera, la chachita. Había un muchacho que era el que se encargaba de procesar todo” (Heliconia de Guaviare).

Nas entrevistas se evidencia que, como o trabalho reprodutivo é mal pago, elas precisam acumular também outras atividades:

*“Por ejemplo, las mujeres que contratan para cocinar. Los muchachos y muchachas porque muchas muchachas, **también cansadas de pronto de que les toque la sola cocina siempre se dedicaban a raspar**” (Esperança de Meta).*

*“Muchas mujeres sí. Claro, en cambio, una una mujer que le pagaban, por ejemplo, al mes 300.000 (trescientos mil) pesos, 300.000 pesos los ganaban por ahí en dos o tres días. Entonces **habían mujeres que preferían, me dice del rayo de sol o al agua y dedicarse a esos temas así y esto, bueno, a los arrieros, los canoeros, donde había que manejar canoa**. Bueno, así es, es un círculo siempre grande, digamos, de personas que se ocupan de este tema en las regiones” (Esperança de Meta).*

*“Pero hay otras que trabajan en la cocina. ósea muchas compañeras campesinas que **les toca cocinar, pero hay otras que sí, trabajan raspando, lo que se llama cosechando la hoja de coca y otras también ahí en...** la producción pues como eso cuando ya por decir algo, cuando ya se saca la pasta, eso tienen todo un proceso químico, yo no sabía, yo algún día llegue de casualidad por allá, me asuste porque (risa contenida) había mucha gente y entonces eso tienen hornos, microondas, porque eso lo, pues lo procesan” (Flor de Nariño).*

*“Cualquiera no le jornalear a nadie allá para limpiar un cacao o algo, porque pues, **el jornalear no vale tanto como, pues como si estuviera trabajando para ese tema de raspar** o algo? Porque los muchachos acostumbraron a que les pagaban por kilo y así eso, se mataban trabajando las manos les podían echar sangre, pero ellos estaban matándose para recolectar sus... Sacaban, yo no sé cuántos pesos al día. Hay gente que le rendía muchísimo ese tema de la recolección” (Esperança de Meta).*

No Brasil, são as mulheres, em sua maioria negras, que ocupam majoritariamente lugares subalternizados na cadeia do tráfico de drogas enquanto estratégia de sobrevivência, desempenhando atividades que, embora precárias, tornam-se "atrativas" justamente por seu caráter informal, permitindo a manutenção do espaço doméstico e o cuidado com filhos/as/es, já que a maioria são mães solo (INFOPEN MULHERES, 2018).

Apesar de no Brasil existirem poucos estudos que explorem as funções que as mulheres desempenham no cultivo de plantas para fins de produção de drogas ilícitas, várias entidades e agências multilaterais têm demonstrado essa preocupação sobre a participação das mulheres na economia ilícita na América Latina (Fraga, 2015). Por isso, na realidade brasileira, a participação das mulheres tem ocorrido majoritariamente nas atividades relacionadas ao comércio, ou seja, no microtráfico, o que, inclusive, é o principal motivo de encarceramento feminino.

Segundo os dados do IBGE (2019), 87% das famílias são chefiadas por mulheres, e isso não é diferente do perfil das mulheres encarceradas por tráfico. Segundo Helpes (2015), a maioria das mulheres encarceradas por tráfico de drogas era responsável financeiramente por suas famílias, além de mães solo e as principais responsáveis pelo trabalho reprodutivo. A autora aponta ainda que, na atualidade, ocorre uma mudança no motivo pelo qual elas ingressam no trabalho ilegal de tráfico de drogas. Se antes era por vínculo afetivo com companheiro ou filho envolvido com tráfico, ou ainda por condição de desemprego, agora, o que se observa é uma insuficiência de condições para manter a reprodução da vida, visto que estão realizando trabalhos precarizados e informalizados:

Na verdade, várias entrevistadas que sofriam pela falta de possibilidades em garantir condições materiais razoáveis para sua família estavam, de alguma forma, inseridas no mercado de trabalho. Das 81 entrevistadas, apenas 19 afirmaram não terem exercido nenhuma profissão, ou seja, 25%, enquanto 62 entrevistadas, 76%, disseram já ter trabalhado em atividades remuneradas antes, ou durante, o tráfico de drogas. Dentre as entrevistadas inseridas no mercado de trabalho, 33% não possuíam carteira assinada, nem garantia de outros direitos trabalhistas (Helpes, 2015, p. 123).

Helpes (2015) também aponta que as principais atividades dessas mulheres antes do encarceramento eram exercidas no setor de serviços, atuando, sobretudo, como empregadas domésticas/faxineiras, o que evidencia uma profunda relação com a dinâmica capitalista, o mercado ilegal e o lugar subalternizado profundamente feminino em que se encontra o trabalho reprodutivo. Isso vem ao encontro do que Vento de Justiça fala sobre o contexto das mulheres para ingressar no mercado ilegal como transportadoras de drogas:

“Dentro desse contexto de vulnerabilidade, podem ser convencidas ou oferecidas por pessoas próximas, né, a exercer esse trabalho de transporte, né? Então algumas delas têm, de fato, ciência, a partir desse contexto de vulnerabilidade, a partir dessa necessidade que elas estão vivenciando, que não é momentânea, é algo estrutural, né? É, elas, então, acabam aceitando o transporte sobre drogas, fazer o transporte de drogas” (Vento de Justiça).

Segundo Duarte (2020), as atividades que as mulheres exercem no tráfico de drogas guardam relação direta com o modo de produção capitalista, que se organiza e se utiliza de corpos generificados, racializados e territorializados para sua produção e reprodução. No geral, as mulheres ocupam cargos de “mulas”, o que, na história colonial

do Brasil, não é um mero acaso, já que a mula foi um animal essencial para o processo de colonização e de extrema importância para o desenvolvimento da colônia:

Entre as características atribuídas à mula, além da força física, expressa na capacidade de andar por horas e com baixo gasto de energia, os donos de mulas alegavam que se tratava de um bicho obediente, passivo, dócil e que aceitava o comando com maior facilidade. Alegavam que, por ser fêmea e oriunda do cruzamento do asno macho com égua, era mais inferior que outros animais das espécies que provém (equinos e asininos) (Duarte, 2020, p. 873).

As mulheres que exercem a atividade de “mulas” são, em sua maioria, negras, e não correspondem ao transporte do grande narcotráfico, mas sim às atividades ligadas ao pequeno varejo. Muitas delas ainda são colocadas em situações de “mulas-iscas”, contratadas até mesmo sem saberem, justamente para serem presas. Isso pode se evidenciar a partir da realidade concreta das mulheres presas no Brasil por tráfico internacional de drogas:

“Quando a gente fala no contexto de tráfico de pessoas, aí surgem outros elementos para serem observados, como, por exemplo, as informações muitas vezes não são completas, né? Então elas começam a descobrir, de fato, o que que elas vão transportar, qual que é o contexto desse transporte, quando há situações de retenção de documentos também, ou cárcere privado, é, elementos em geral de engano, de ameaça da própria pessoa e de seus familiares. Aí a gente vai identificando cada vez mais esse contexto de tráfico de pessoas. Então, por exemplo, uma mulher que sai sabendo que vai transportar drogas, mas descobre que a quantidade era muito maior do que foi informada inicialmente, ou descobre que ela está sendo, inclusive, usada como... para ser presa, como uma isca, entre aspas, para ser presa, para que outra quantidade passe. Quando ela descobre que ela passou a ter uma dívida, né, com esses aliciadores, a partir do momento que ela chega num outro país, né, no caso, no Brasil, quando ela descobre que ela, na verdade, não vai pra tal país, mas vai pra outro, né? Então esses contextos que vão surgindo, né, a partir do momento que ela chega já em território de outro, num outro país, né, um território estrangeiro. É (...) E aí, a partir disso, né, desses atravessamentos, que a gente vê um contexto de cárcere” (Vento de Justiça).

Importante dizer que esse lugar que as mulheres ocupam nas cadeias do tráfico as coloca em condições ainda mais expostas à criminalização e ao encarceramento e, por outro lado, o mercado ilegal tem sido uma alternativa de sobrevivência, voltada à reprodução social da vida e de sua família, uma vez que as mulheres referem que o dinheiro vindo do mercado de drogas, em sua maioria, é voltado para melhorar suas condições de moradia e promover bem estar econômico e material para seus/suas filhos/as/es (Duarte, 2020).

O lugar das mulheres (sobretudo as mulheres negras) no trabalho reprodutivo é uma chave para compreender como o capitalismo se expressa na realidade brasileira, pois essa estrutura segue anunciando, desde sua gênese, a forma como esse modo de organização social se estruturou, desde a colonização, no racismo e no sexismo.

Ao longo da história da escravização, as mulheres negras têm sido submetidas ao trabalho compulsório e precarizado. Conforme destacou Davis (2016, p. 24), “o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras na escravidão seria uma avaliação de seu papel como trabalhadoras”.

Portanto, o trabalho tem uma grande centralidade na vida das mulheres negras, já que elas, diferentemente das mulheres brancas, pouco se beneficiaram da ideologia da feminilidade (século XIX) que propagava a mulher como sexo frágil, protetora e dona de casa:

A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmea (Davis, 2016, p. 25).

Gonzalez (2020) aponta que, no capitalismo, as mulheres negras brasileiras vão sofrer discriminações de gênero, raça e classe, e isso reflete no mercado de trabalho como uma seleção racial, pois elas vão ocupar os postos de trabalho mais precarizados nos setores de serviços como limpeza, cozinha e cuidados. Além disso, são elas que contam com acesso mais precarizado à sua própria reprodução social em relação à habitação, saúde, educação etc.

A função de “mucama” foi caracterizada pelas atribuições da mulher escravizada no sistema produtivo escravista. Era ela que prestava os serviços de cuidado doméstico e criação dos filhos das mulheres brancas da Casa Grande, e até mesmo serviços sexuais aos senhores. Portanto, a mulher negra ora era vista como a “mulata”⁷⁷, com intuito de

⁷⁷ Lélia aponta que o termo “mulata”, antes compreendido como filha mestiça de uma pessoa preta com uma pessoa branca (e que hoje é um termo problematizado pelo movimento feminista negro), está para além disso. É uma criação desse sistema para dar um lugar à mulher negra no mercado de trabalho. A mulata é o produto de exportação. Para ela “a profissão de mulata é exercida por jovens negras que, num processo extremo de alienação imposto pelo sistema, submetem-se à exposição de seus corpos (com o mínimo de roupa possível), através do ‘rebolado’, para o deleite do voyeurismo dos turistas e dos representantes da burguesia nacional” (Gonzalez, 2020, p. 51). Essa é a representação hoje das mulheres negras no carnaval brasileiro.

satisfazer as necessidades sexuais, ora como servindo para satisfazer as necessidades domésticas de reprodução social da família escravista. Por isso, “constatamos que o *engendramento da mulata e da doméstica se fez a partir da figura da mucama*” (Gonzalez, 2020,p, 73, grifos meus). Esse engendramento sobre o qual nos conta Lélia é o que ainda hoje constatamos sobre o lugar social das mulheres negras na sociedade brasileira ao analisarmos o trabalho e o perfil das empregadas domésticas na atualidade⁷⁸.

Quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas. Daí ela ser o lado oposto da exaltação; porque está no cotidiano. E é nesse cotidiano que podemos constatar que somos vistas como domésticas. Melhor exemplo disso são os casos de discriminação de mulheres negras da classe média, cada vez mais crescentes. Não adianta serem “educadas” ou estarem “bem vestidas” (afinal, “boa aparência”, como vemos nos anúncios de emprego, é uma categoria “branca”, unicamente atribuível a “brancas” ou “clarinhas”). Os porteiros dos edifícios obrigam-nas a entrar pela porta de serviço, obedecendo instruções dos síndicos brancos (os mesmos que as “comem com os olhos” no Carnaval ou nos oba-obas da vida). Afinal, se é preta só pode ser doméstica, logo, entrada de serviço (Gonzalez, 2020,p. 73).

São as mulheres negras a maioria exercendo as funções de empregadas domésticas no Brasil (IBGE, 2019), assim como também são as mulheres negras as mais encarceradas por tráfico de drogas no país. Segundo pesquisa realizada por Helpes (2015), a maioria das mulheres encarceradas por tráfico entrevistadas por ela eram negras e exerciam trabalho informal e precário como empregada doméstica e faxineira ao mesmo tempo em que trabalhavam no mercado ilegal das drogas, realizando majoritariamente trabalho como “mulas”.

Isso nos revela que essa concomitância histórica entre produção e reprodução social se reproduz até os dias de hoje e é o que podemos observar também no mercado ilegal, pois se escancaram os papéis sociais das mulheres no mercado ilegal das drogas: a “mulata”, que representa o “produto de exportação”, também se recoloca na função da “mula”, enquanto um produto de exportação de drogas que, inclusive, são muitas vezes introduzidas em seus próprios corpos (Duarte, 2020).

A doméstica, conforme refere González (2020), carrega os custos da reprodução social de outras famílias nas costas, realizando os trabalhos mais precarizados, informais

⁷⁸ Segundo a PNAD de 2019, o Brasil tinha cerca de 6,4 milhões de trabalhadores domésticos, dos quais 92% eram mulheres e 65% eram mulheres negras, em sua maioria com baixa escolaridade e oriundas de famílias empobrecidas.

e reprodutivos, inseridas nesse processo de desumanização absoluta. Nesse sentido, o engendramento da “doméstica” e da “mula”, expressas na “mucama”, é a exteriorização mais concreta dessas mulheres que trabalham no mercado ilegal na função de “mulas”, pois, conforme apontou pesquisa de Helpes (2015), elas também exercem majoritariamente atividades como domésticas e faxineiras.

Essa análise de totalidade muitas vezes é mistificada pela separação dualista que permeia os estudos sobre gênero e que levou à compreensão de que o aumento do encarceramento feminino está submetido a um sistema patriarcal de opressão dos homens sobre as mulheres, ocultando uma análise do próprio metabolismo social do capital enquanto modo de produção que integra exploração e opressão em uma totalidade social, considerando também que essa informalidade e o trabalho nos circuitos tidos como ilegais são parte de um projeto de gestão individualizada dessa sobrevivência, e isso revela Existência:

*E as travestis são quem comandam a noite de São Paulo, né? A prostituição... E eu passo no centro de São Paulo à noite, quais são os corpos que estão ali expostos nas esquinas, vendendo cocaína inclusive, né? Então, quando a ONG me expulsa ali por conta das drogas, eu começo a perceber que o movimento LGBT fez isso com as travestis. Se a gente se nega a falar sobre essa realidade? E as travestis não têm muita opção? O aluguel vai vencer semana que vem, não dá para vencer mês que vem, né? **Sua barriga está roncando agora de fome, não dá para ser semana que vem, né? (Existência)***

Importante mencionar que essa expressão do concreto pode ser evidenciada na divisão sócio-sexual, étnico-racial e internacional do trabalho⁷⁹, que se torna ainda mais evidente em momentos de crise do capital, oferecendo salários abaixo do custo de sobrevivência às mulheres racializadas como não-brancas no Brasil e na Colômbia. Essa realidade também é impressa no mercado “ilegal” e rebate no aumento do encarceramento feminino nos últimos anos nesses países, pois essas mulheres estão sujeitas a exposições devido a ocuparem, majoritariamente, lugares subalternizados na cadeia do tráfico de drogas enquanto estratégia de sobrevivência, ao mesmo tempo em que se possibilita a realização de atividades e trabalhos informais ou até mesmo a manutenção do espaço

⁷⁹ Conforme já mencionei, para a TRS sobre a qual me apoio, a opressão das mulheres sob o capitalismo não se localiza apenas na divisão sexual do trabalho, mas tem a produção e reprodução da força de trabalho como ponto de partida, superando a teoria de sistemas duplos e triplos, nos quais capitalismo, racismo e patriarcado são apreendidos separadamente (McNally, Ferguson, 2022).

doméstico e de cuidado com filhos/as/es, já que, em sua maioria, elas também são chefes de família e mães solo.

Isso evidencia que a ideologia proibicionista, direcionada para uma política de guerra às drogas, vem trazendo impactos diferenciados para as mulheres negras, indígenas e *campesinas*, como salienta esta pesquisa, considerando a realidade brasileira e a colombiana de acordo com sua inserção na divisão internacional do trabalho no mercado ilegal.

Por isso, no próximo capítulo pretendo apresentar os impactos da guerra às drogas na vida das mulheres, os quais guardam uma relação comum nos dois países, mas também particularidades de acordo com cada contexto.

CAPÍTULO 3 - IMPACTOS DA GUERRA ÀS DROGAS NA VIDA DAS MULHERES NO BRASIL E NA COLÔMBIA

Como já evidenciei, a ideologia proibicionista contemporânea se materializa na guerra às drogas, a qual é parte da totalidade do modo de organização social capitalista expressa nas particularidades de cada país e, por isso, as explorações-opressões constituem parte dessa dinâmica. Na aparência, as explorações-opressões no terreno oculto do capital se apresentam como impactos na vida concreta. Assim, neste capítulo, busco evidenciar, a partir das vozes das mulheres, os impactos da guerra às drogas em suas vidas, considerando as particularidades dos dois países com relação à inserção da Colômbia na produção, e do Brasil na circulação e no consumo da cadeia econômica do mercado ilegal.

Importante mencionar que a guerra às drogas tem um impacto na sociedade como um todo, já que está penetrada nas relações produtivas e reprodutivas desta sociabilidade. Entretanto, a posição social diferenciada das mulheres na reprodução social da força de trabalho, no mercado ilegal, tem suas particularidades, na medida em que opera mecanismos de *superexploração bélica da força de trabalho* por meio da desumanização, coerção e violência, o que se reflete em consequências diretas em suas vidas, as quais procuro evidenciar.

Esses impactos apresentados a seguir, não se relacionam com aspectos mensuráveis e quantificáveis, mas sim com aspectos qualitativos, de acordo com Ferrugem (2018):

As estatísticas, embora sejam importantes para uma análise da realidade, são parciais, uma fotografia da realidade, estanque, datada e parcial. Os números, embora nos deem pistas importantes, não são capazes de fornecer uma compreensão total da realidade. Não é possível contabilizar as violações de direitos humanos, os traumas e perdas que essas pessoas e suas famílias sofreram com a morte de um familiar por homicídio, com o processo penal e com o encarceramento. Em algumas famílias, essas trajetórias se repetem e elas experimentam a sobreposição de perdas e violações. Impactos que não são mensuráveis, mas existentes e são recorrentes (Ferrugem, 2018, p. 94).

Assim, os fenômenos aqui apresentados foram resultados das análises das vozes das participantes desta pesquisa, ou seja, recorro às histórias das mulheres para analisar e discutir os impactos a partir da literatura, articulando a realidade concreta da vida das mulheres com o que se vem produzindo sobre o tema.

Compreender as consequências do proibicionismo às drogas na vida das mulheres nos ajuda a evidenciar dois aspectos. O primeiro é evidenciar a ideologia proibicionista como parte da reprodução do capital, que se utiliza de uma força de trabalho precarizada e forja uma *superexploração bélica dessa força de trabalho*. E, portanto, a classe trabalhadora no mercado ilegal não é homogênea, mas se constitui por processos diferenciados de reprodução social a depender do gênero, raça-etnia, classe e território, e isso se reflete em como são vivenciadas essas consequências. E o segundo aspecto é a capacidade organizativa e de resistência dessas mulheres frente a esses impactos, destacando como essas lutas são parte da luta de classes, ponto que será tratado com mais aprofundamento no próximo capítulo.

Os impactos encontrados e sistematizados nos dois países podem ser visualizados na figura a seguir:

Ilustração 2 - Impactos da guerra às drogas na vida das mulheres no Brasil e na Colômbia



Fonte: elaboração própria a partir da sistematização das entrevistas.

A partir da análise dos dados, pude evidenciar que existem impactos na vida das mulheres que são comuns nos dois países, apesar de se constituírem com algumas especificidades. Neste caso, trato de trazer para essa discussão o agrupamento destes impactos comuns e, posteriormente, trago os impactos particulares de cada país. Reforço que, com relação à Colômbia, busco evidenciar os impactos relacionados à produção e, ao Brasil, à circulação e ao consumo, e é justamente isso que desenha essas particularidades.

3.1 Impactos comuns no Brasil e na Colômbia

3.1.1 “En mi corazón nunca permitiremos que esta planta sagrada sea destruida”: apagamento do uso ancestral das plantas sagradas

O paramento do uso ancestral das plantas sagradas foi um dos impactos evidenciados nos dois países, mas com maior predominância na Colômbia, justamente pela relação com a produção/cultivo da folha de coca. Com a transformação das plantas sagradas de uso ancestral em drogas-mercadorias, a coca e a maconha, que são consideradas de uso ancestral de povos negros e indígenas, foram sendo processadas no circuito da produção e, ao longo do tempo, criminalizadas. A expropriação de terras e saberes ancestrais foi um dos mecanismos colonialistas de controle e coerção para o domínio e expansão do capital.

As mulheres indígenas do Brasil e da Colômbia revelam como esse fenômeno se expressa até os dias de hoje. Acayú aponta como o apagamento da cultura indígena se constitui como parte da estrutura racista:

*“Não é uma questão que os indígenas não se reconheçam. **Eles estão se apagando ou estão perdendo a cultura.** É aquela história toda, sabe? Mas, na verdade, um contexto, um histórico, um contexto estrutural disso, sabe? Desse apagamento como uma estrutura racista mesmo, sabe, **um mecanismo racista de tirar a mesma galera do próximo?**” (Acayú).*

Ela também aponta como o uso ancestral das plantas sagradas, chamadas por ela de etnomedicinas, não pode ser considerado uso de drogas, revelando como essa palavra carrega elementos estigmatizantes e pejorativos, apontando essa questão, inclusive, como um desafio para o debate antiproibicionista:

“Esse debate antiproibicionista chegar no espaço indígena e, de novo, a galera achar que as medicinas são drogas. Apesar de eu entender quando a gente fala das políticas das drogas, não são drogas para o meu povo, e meu povo não vai querer que essas medicinas sejam chamadas de drogas” (Acayú).

Mesmo sendo de etnia e território diferentes, também se evidencia, na voz de Thesa Nasa, a cosmovisão com relação às plantas sagradas, realizando uma distinção entre as substâncias psicoativas - ou drogas - e as plantas como medicinais e remédios, seja para o físico ou espiritual:

“Buena, primero hemos propuesto que vamos a poner primero que se cambie el lenguaje que se utiliza sobre este tema porque la planta sagrada de coca, las plantas de poder como la marijuana. Todas estas plantas que la madre naturaleza nos ha regalado no son ni ilícitas ni ilegales. Entonces ni las

plantas son ilícitas, ni ningún cultivo es ilícito, ni el cultivador es ilícito o ilegal, ni ningún uso es ilícito o ilegal. A veces no lo hacemos respetuosamente, pero no es ilícito ni ilegal. Lo que es ilegal es la economía del narcotráfico que gira en torno a estos cultivos, ¿sí?” (Thesa Nasa).

“En mi corazón, nunca permitiremos que esta planta sagrada sea destruida. Lo que tenemos que aprender es a usar de manera adecuada, sagrada, respetuosa a estas plantas, que son remedios. Entonces la coca no es cocaína.(...) Porque yo no cultivo coca para vender al narcotráfico, yo cultivo mi coca para mi ‘mambeo’⁸⁰, para pensar bonito, para entender, para aprender. Yo que fue que vine” (Thesa Nasa).

Fica evidente a finalidade do uso dessas plantas, considerando as diferenças entre os usos ancestrais, que persistem também como formas de resistência, e a produção para fins do comércio ilegal, que, por sua vez, promove estigmatização e criminalização de determinados/as/es usuários/as/es, a depender de seu gênero, raça-etnia, classe social e território.

3.1.2 “Me sentia violentada, injustiçada”: estigmatização e criminalização de mulheres negras, indígenas e campesinas

Conforme apresentado no primeiro capítulo, a guerra às drogas no Brasil é assentada em um racismo muito sofisticado - o mito da democracia racial (González, 2020). O caráter colonial e imperialista da Lei de Drogas de 2006 (Lei 11. 343) é uma reatualização do racismo no Brasil, resultando em um enorme aumento no número de encarceramentos de homens e mulheres negras por tráfico de drogas no país.

A criminalização de pessoas consideradas perigosas - provenientes das classes populares, majoritariamente negras e periféricas - vem acompanhada pela estigmatização do uso de determinadas substâncias psicoativas, aquelas associadas ao uso realizado por esses grupos, como foi o caso da maconha no Brasil (Saad, 2019).

De acordo com Karam (2008), a seletividade penal determina quem são as pessoas criminalizadas e estigmatizadas pela produção, distribuição e consumo na cadeia mais débil do narcotráfico, e é revelado que são os que se vinculam ao mercado ilegal por

⁸⁰ Aprendi o conceito de “mambeo” com meus próprios olhos assistindo a prática de mambeo no momento da entrevista realizada com Thesa Nasa. Ela mambeava enquanto conversava comigo. Mambeo é o ato de mastigar as folhas de coca na boca, geralmente misturadas com uma cinza vegetal, que potencializa os efeitos estimulantes da planta. Esse uso ancestral da folha de coca está presente em várias culturas indígenas, sobretudo do Amazonas e para cada etnia têm um significado particular, entretanto, aprendo com Thesa Nasa que mambeo permite uma conexão com o divino por meio do pensamento e ajuda a ter uma melhor clareza mental sobre os assuntos abordados (Notas de diário de campo, Bogotá, 2022).

necessidade de reprodução social e também consumidoras/es pobres. Nesse sentido, a não diferenciação entre consumidoras/es, traficantes e grandes traficantes de drogas tem reforçado a criminalização e a estigmatização da juventude negra e periférica.⁸¹

Vento de Justiça aponta como a criminalização na vida das mulheres trabalhadoras do tráfico no Brasil se constitui como parte de uma estrutura e um modo de organização social associados à exploração-opressões que se utiliza da hierarquização da força de trabalho:

Acho que tem muito mais uma relação com o fato de que a violência contra a mulher é algo estrutural. A visão de que as mulheres são inferiores ou de que estão em postos, ou devem estar em postos de trabalho mais precarizados é algo estrutural, tá na sociedade que é machista, que é patriarcal, e com isso eu entendo também que se viu uma oportunidade ali de fazer uso da mão de obra precarizada e dos contextos específicos de vulnerabilidade da mulher (Vento de Justiça).

De acordo com Malheiro (2020), a expectativa social do papel feminino na sociedade racista e sexista é diferente em relação a mulheres brancas e negras. Enquanto se espera da mulher branca uma boa mãe, boa esposa e trabalhadora doméstica, a mulher negra é vista com olhar desumanizador, também considerada traficante e criminosa. Nesse sentido, o uso de drogas “adiciona um estereótipo que aciona situações de violências e violação a mulheres negras” (Malheiro, 2020, p. 241).

O uso de drogas por mulheres sempre foi carregado de estigmas que se relacionam com a construção das opressões de gênero que estruturam nossa sociedade e as mulheres negras sofrem impactos tanto por serem mulheres, quanto por serem negras e pobres.

Nessa direção, as participantes usuárias de drogas, revelam os estigmas e preconceitos que atravessam suas vidas, tanto com relação a suas famílias como também em espaços de organização política:

⁸¹ Importante mencionar que, em abril de 2024, o Senado brasileiro aprova a PEC 45/2023, chamada de PEC das Drogas, uma proposta de emenda constitucional que torna crime a posse ou o porte de qualquer quantidade de droga. Se aprovada, a consequência seria dar o mesmo rigor tanto às penas de traficantes, quanto de usuários. Apesar de na prática isso já ocorrer com a população negra, a PEC representa um retrocesso diante da atual política de drogas, tornando-a ainda mais coercitiva para as pessoas negras e pobres moradoras das favelas e periferias. Frente a muitas críticas e resistências, no dia 27 de junho de 2024, o Supremo Tribunal Federal descriminalizou o porte de maconha para uso pessoal, definindo a quantidade limite de 40 gramas. Apesar do avanço, a PEC 45 ainda vem tramitando e a descriminalização não significou a legalização da droga.

“A gente fumava maconha, assim, e isso era muito mal visto na ONG, né? E aí a gente foi expulsa. Fomos convidadas a nos retirar porque não éramos bons exemplos para outros jovens LGBT, assim. E aí foi isso que jogou a gente pra o, pra o debate das drogas, né? Eu lembro que a Livia falava: ‘Ah, meu, eu queria muito ir na marcha da maconha’. Isso era tipo 2010, não, 2012, por ali” (Existência).

“Me identifico como mulher usuária de drogas também, faz parte da minha identidade. Não é tranquilo dizer isso em todos os lugares, porque ser uma mulher não branca e mãe envolve alguns riscos” (Amefricana).

“E aí? Na adolescência, esse movimento e tal, essa coisa até o casar, assim, porque inclusive no partido, né, esse uso era um uso que as pessoas acham que, porque você usa, você acessível, que você é puta, que você vai dar pra eles, que não sei o quê Então tem a coisa também do acesso. Então eu era muito afoita. Eu não, não gostava de que ninguém comprasse nada pra mim. Porque toda vez que eu pedia, os caras usavam isso para poder fazer uma moeda de troca também na área: ‘Eu te dou e você também me dá’. Então eu ia pra, pra, pras filas, eu ia para o lugar e tal, então, era assim. Era muita ousadia, né? Assim, é, em um determinado tempo isso” (Brasília Teimososa).

“Eu sou usuária de drogas não lícitas desde a adolescência, e, como eu passei a adolescência na periferia, esse negócio de ficar fumando maconha na rua, você sofre enquadrado direto. Então eu achava que aquilo era errado. Me sentia violentada, injustiçada, mas só lá na frente, quando eu fui atuar com a pauta de Segurança Pública e tudo mais, eu fui, tipo, nomear e racionalizar tudo isso. Então, tipo, é, digamos, um último encontro, assim, enquanto assim, de pessoa, e o lugar onde eu quero tá, porque eu me sinto aceita mesmo como eu sou. Tudo bem, beleza eu ser usuária de drogas, ter minha própria paz comigo mesma assim, sabe?” (Aquilombada).

Ressalta-se que, de acordo com o Atlas da Violência 2024, o número de mortes associadas à overdose de drogas ilícitas no país é ínfimo em comparação com as mortes provocadas pela guerra às drogas associada ao tráfico. Assim, “estaríamos falando que o proibicionismo acarretaria a morte de 22 pessoas para cada indivíduo morto por envenenamento por drogas ilícitas no Brasil” (Cerqueira e Bueno, 2024, p.115).

Também evidencio esse mesmo fenômeno com relação às mulheres *campesinas* trabalhadoras da pequena produção na Colômbia. Conforme destaca Gallego (2017), a política de drogas na Colômbia tem se focado na criminalização e estigmatização e isso não tem contribuído para solucionar o problema do narcotráfico, pois o envolvimento da comunidade negra, *campesina* e indígena na produção está vinculado às necessidades de sobrevivência. Nesse sentido, a guerra às drogas vem fomentando a criminalização e a estigmatização desses grupos sociais e, particularmente, as mulheres produtoras têm sido ignoradas no que tange às políticas de drogas e seus impactos (Relevo et al., 2018).

A *Comisión de la Verdad* (2022b, p. 32) também reconheceu que na Colômbia “La política antidrogas contribuyó a estigmatizar a los eslabones más débiles de la

*cadena del narcotráfico y castigó penalmente a las personas utilizadas por este mercado: comunidades campesinas, negras e indígenas, mujeres y consumidores.”*⁸²

Parte desse estigma vinculado às mulheres *campesinas* na Colômbia se relaciona com o narcotráfico e grupos armados em determinados territórios. Nesse aspecto, Yaku de Putumayo nos revela:

“Sí, yo creo que, pero además yo creo que pasa porque pese a que en Colombia todos de manera directa o indirecta, conocemos la historia del narcotráfico que nos ha atravesado. Esa historia misma de violencia hace que eso siga todavía como un tabú, ¿sí? o sea, existe una negación y una... una negación y una... ¿cómo es la palabra? ¡estigmatización! O sea, entre nosotros mismos. Entre no reconocer lo que yo decía en mi exposición, o sea, para muchos, sentar a una campesina caficultora y a una campesina cocalera en el concepto es como legítimo la campesina cafetera y la campesina cocalera es como ¡no! (Yaku de Putumayo)

Esperança de Meta nos narra sobre o uso problemático de drogas nos espaços urbanos e sobre como, ao não se reconhecer esse uso como um problema de saúde pública, também se estigmatiza e culpabiliza a comunidade *campesina* cocaleira, sem o reconhecimento estrutural do que enfrenta o país:

“Pero uno en Tibú, en los municipios por allá cada rato aparecen personas muertas ahí por vicioso, por distribuidor o sea... Y aquí en la ciudad uno dice, pues terrible esa cuestión porque pues, porque todavía eso no está visto así como dentro del mismo acuerdo, como que se ha visto de verdad como una problemática de salud pública. Y bueno, y unos echándole la culpa a otros, yo aquí... Hay gente de la ciudad que dice: ‘No, la culpa es del campesinos que cultivan la coca’. Así lo dicen: ‘Si ellos no cultivaran, aquí no tendríamos eso’. Pero es difícil, o sea, muy difícil también ponerse a darle la razón cuando uno también conoce la problemática del campesino. Entonces es complicado por todo lado” (Esperança de Meta).

Isso mostra que a guerra às drogas potencializa a estigmatização e criminalização de mulheres negras, indígenas e *campesinas* trabalhadoras do mercado ilegal por questões de sobrevivência, assim como também das mulheres consumidoras negras e pobres.

⁸² “A política antidrogas contribuiu para a estigmatização dos elos mais fracos da cadeia do tráfico de drogas e puniu criminalmente as pessoas utilizadas por esse mercado: comunidades camponesas, negras e indígenas, mulheres e consumidores” (Comisión de la Verdad, 2022b, p. 32) (Tradução própria).

3.1.3 “Não dá pra gente falar sobre segurança pública, o que deveria ser, sem falar sobre política de drogas”: violências de gênero operadas pela força pública do Estado e grupos armados

A violência letal não atinge todos da mesma maneira. Ela atinge diferencialmente mulheres, pessoas negras, pobres e moradores das favelas e periferias, assim como também afeta de forma desigual determinados territórios brasileiros (Cerqueira e Bueno, 2024).

O Atlas da Violência, publicado em 2024, revela que o principal fator associado às taxas de homicídios, sobretudo na década de 2000, é o combate ao tráfico de drogas no varejo e disputas pelo controle do corredor internacional do narcotráfico no Brasil por facções criminosas armadas. Nesse sentido, “não há, portanto, como analisar a violência letal no Brasil, sem passar pela política de proibicionismo das drogas e, em última instância, da guerra às drogas” (Cerqueira e Bueno, 2024, p. 112).

Os impactos da guerra às drogas na vida das mulheres são múltiplos e diversos, e o Estado está absolutamente envolvido nas causas e consequências, seja pela ausência de políticas públicas e sociais, como a consolidação e efetivação de acesso a direitos básicos à sobrevivência, empurrando essa força de trabalho para a ilegalidade, seja pelas leis proibicionistas imperialistas que impulsionam a formação do narcotráfico para justificar uma guerra violenta com o uso da força pública, como a polícia, o exército, grupos milicianos e paramilitares.

Os grupos armados envolvidos no mercado ilegal, criados e alimentados pela própria ideologia proibicionista, como traficantes, narcotraficantes, bandas criminais, guerrilhas, facções etc., embora não sejam estritamente a força pública, relacionam-se diretamente com ela para viabilizar todas as cadeias do mercado ilegal por meio do controle coercitivo e da violência, além das violências promovidas entre os grupos armados nas disputas territoriais que envolvem esse mercado.

O racismo no Brasil se revela no extermínio de pessoas pobres e negras e, nessa direção, o cenário letal das mulheres negras não é diferente. Segundo o Atlas da Violência mencionado, existe uma maior quantidade de mulheres negras sendo mortas do que mulheres não negras, sobretudo de determinadas regiões do país:

Como apontado, em termos agregados no Brasil, em 2022, a chance de uma mulher negra ser assassinada era 1,7 vezes maior do que a de uma mulher não negra. No entanto, em algumas UFs esses dados são ainda mais críticos. Em todos os estados da Região Nordeste, a chance de uma mulher negra ser vítima de homicídio é pelo menos duas vezes maior do que a de uma mulher não negra. Em Alagoas, por exemplo, mulheres negras têm chances 7,1 vezes maiores de serem mortas violentamente em comparação com mulheres não negras. Diversos outros estados da região figuram entre aqueles com as maiores chances de uma mulher negra ser vítima de homicídio em relação a uma mulher não negra, como o Ceará (onde essa chance é 72,2% maior), Rio Grande do Norte (64%), Sergipe (62,9%) e Maranhão (61,5%) (Cerqueira e Bueno, 2024, p. 42).

A constituição das opressões de gênero, raça-etnia e território conforma formas de violência mais agudas às mulheres negras de determinadas regiões e isso explicita como o racismo brasileiro segue sendo parte da estrutura da organização social capitalista, na qual o Estado exerce o controle da força de trabalho pela violência, desumanização e hierarquização, bem como pelo controle da luta de classes.

A segurança pública, financiada pelo Estado, centra-se sobretudo nas atividades de repressão e punição. Exemplos são as ocupações policiais nas favelas, intervenções que têm promovido violências diversas, conforme aponta Fortaleza da Favela:

“Então essa segurança pública que está posta assim, e não dá pra gente falar sobre segurança pública, o que deveria ser, sem falar sobre política de drogas, porque a segurança pública... A violência policial, ela usa como desculpas as drogas para violentar e para matar gente assim. Então isso tem um território, sabe? Isso tem uma cor determinada, e essa cor está em um território, assim, em sua maioria, assim, tanto que quando essa cor está em outro território, acho que está roubando lá, porque, tipo assim, aqui não é seu lugar, o seu lugar é lá na favela, porque é lá que eu violento, você sabe?” (Fortaleza da Favela).

A letalidade da guerra às drogas tem como alvo um território específico no Brasil: as periferias e as favelas. Entretanto, essa guerra não afeta somente quem está envolvido com o mercado ilegal, mas o território como um todo sofre as consequências da violência policial. Ainda com base no Atlas da Violência de 2024, observa-se as consequências no acesso ao trabalho e aos serviços públicos, como serviços de saúde e educação. Milhares de crianças e jovens têm sua formação diretamente afetada pelos confrontos armados decorrentes da guerra às drogas nesses territórios:

Na cidade do Rio, foram mais de quatro mil tiroteios contabilizados no ano de 2019, muitos deles ao redor de escolas públicas localizadas em comunidades mais pobres), como o menor rendimento acadêmico, a maior evasão escolar e a consequente perda de renda futura pela impossibilidade de entrarem em

mercados formais de trabalho qualificado (Cerqueira e Bueno, 2024, p. 114 - 115).

Nessa mesma direção, aponta Brasília Teimosa:

“Eu acho que, pra a gente ser atingida pela política de drogas, não interessa se você é usuário ou não, se você mora em uma periferia, né? Você vai ter que lidar com isso e tal. Você vai ter que lidar com isso, você vai ter que lidar com a patrulha, a rota, não sei o quê. Então, é. Impacta muito, né?” (Brasília Teimosa).

As estruturas de poder do Estado, alinhadas aos interesses internacionais, seguem se legitimando e promovendo a manutenção de uma hierarquia racial, de gênero, classe e território, e consolida o paradigma imperialista bélico e militar, garantindo a reprodução ampliada do capital e os mesmos grupos de poder, conforme aponta Aquilombada de forma muito certa:

“O crime organizado internacional, pra ele se estruturar, ele precisa sobretudo corromper todas as instituições políticas e econômicas. E, quando você vai descendo pra isso, né, assim, pra até a escala do chão, olha quantos atores são beneficiados com a estrutura já colocada da proibição. Nós estamos falando de uma mudança estrutural na sociedade, que é pra além de valores, que é pra além de pensar quem vai fumar e como se previne criancinhas de usarem drogas. A gente tá falando de mexer com interesses de muitos setores de poder, né? Assim, desde setores financeiros, políticos, da própria corporação da segurança pública. Acho que tem uma coisa, né, assim, isso só é uma perpetuação da representação de como a gente acomoda o racismo no Brasil, né? Então, assim, como não foi absurdo vários outros períodos de racismo escancarado no Brasil, isso não soa absurdo, né? Então isso vai mantendo também o nosso país exatamente racista como ele sempre foi, funcionando a favor dos interesses de uma elite muito pequena, e também da elite internacional, claro, para explorar a América Latina” (Aquilombada).

Na Colômbia, a violência se apresentou em diversos ciclos na história do país, vinculada a disputas políticas, controle territorial, consequência da concentração de terra, do conflito armado e do narcotráfico, engendrados com o racismo e o sexismo.

O relatório da *Comisión de la Verdad* (2022b) revela que as mulheres vivenciam a guerra de maneira diferenciada dos homens. Por serem as principais responsáveis pela reprodução social da vida e do trabalho reprodutivo, elas se vinculam ao território de forma diferente, tendendo a permanecer no território onde foram socializadas devido aos vínculos estabelecidos ao longo da vida e, por isso, são mais suscetíveis às violências perpetradas pelos grupos armados que disputam esses territórios:

Las mujeres viven la guerra en sus territorios, en su vida y en su cuerpo. Esto es verdad para cualquier persona que haya sido afectada por el conflicto. Sin embargo, la relación de las mujeres con el territorio y con la guerra es diferente de la que viven los hombres, o los niños, o cualquier otro grupo poblacional. Las mujeres en los territorios son las encargadas de las labores de reproducción y de cuidado del hogar, la familia, lo comunitario y lo social; por ello, suelen permanecer en los lugares donde han construido su vida. Esto ha hecho que el trabajo desde las casas, los cultivos, los negocios, los animales, los hijos, los ancianos, en una palabra, la vida, queden a su cargo, y esa es la razón por la que tienden a permanecer en los territorios. Por su parte, los hombres –al ser socializados como proveedores del hogar, en los asuntos públicos y en el trabajo asalariado– establecen una relación distinta con el territorio. De manera que cuando los actores armados llegan a los territorios, son ellas quienes tienen que enfrentarlos para defender todo (Comisión de la Verdad, 2022b, p. 17-18).⁸³

As violências enfrentadas pelas mulheres em um cenário de guerra carregam consigo as opressões estruturais de nossa sociedade, como o racismo e o sexismo. Chontaduro de Buenaventura discorre sobre o racismo estrutural que enfrenta a população afrocolombiana no contexto de conflito:

“Entonces el mismo estigma que se tiene alrededor de nuestra vida y es complejo enfrentar ese tipo de sistemas porque... porque no es fácil, no es fácil, digamos, con lo que se maneja en un país como Colombia, con una exclusión, digamos, de ese grado y que efectivamente, eh... sigue conllevando a.. desaparecernos porque para mí claramente es el plan de exterminio hacia unas comunidades que efectivamente no se pudieron acabar con el proceso de esclavitud, no han podido ser con todo... el tema de segregación que tenemos, entonces hay que acabarlas” (Chontaduro de Buenaventura).

Evidencia-se, de maneira muito contundente nas vozes das mulheres participantes desta pesquisa, que na Colômbia o viés racista e sexista do proibicionismo tem uma complexidade maior que se potencializa com o conflito armado e, portanto, com uma perseguição a grupos comunistas, considerados subversivos e terroristas, associando o crime organizado e o narcotráfico a esses grupos. Como consequência, “*la guerra contra*

⁸³ “As mulheres vivenciam a guerra em seus territórios, em suas vidas e em seus corpos. Isso é verdade para qualquer pessoa que tenha sido afetada pelo conflito. Entretanto, a relação das mulheres com o território e com a guerra é diferente da dos homens, das crianças ou de qualquer outro grupo populacional. As mulheres nos territórios são responsáveis pelo trabalho reprodutivo e de cuidado nas esferas doméstica, familiar, comunitária e social; por esse motivo, elas tendem a permanecer nos locais onde construíram suas vidas. Isso significa que elas são responsáveis pelo trabalho das casas, das plantações, dos negócios, dos animais, das crianças, dos idosos, em uma palavra, da vida, e essa é a razão pela qual elas tendem a permanecer nos territórios. Por sua vez, os homens - socializados como provedores do lar, nos assuntos públicos e no trabalho remunerado - estabelecem uma relação diferente com o território. Portanto, quando atores armados chegam aos territórios, são elas que têm de enfrentá-los para defender tudo” (Comisión de la Verdad, 2022 , p. 17-18) (Tradução própria).

las drogas a incluir aspectos de la guerra contra el terrorismo. debido a que los grupos armados y las mafias utilizan el negocio de la droga para financiar la guerra” (Gallego, 2017, p. 59).

Os recorrentes ciclos da violência se renovam, cruzando a guerra contra o narcotráfico com a guerra contra a luta subversiva e equiparando a população *campesina* a narcotraficantes, guerrilheiros e comunistas (Gallego, 2017). Esses atravessamentos são revelados nas vozes das mulheres *campesinas*, indígenas e afrocolombianas participantes da pesquisa, que relatam ações violentas exercidas pelo Estado e por grupos armados, como assassinatos, *desplazamientos forzados* e desaparecimentos de seus pais e companheiros em um cenário de conflito armado.

Thesa Nasa conta sobre o desaparecimento do pai de sua filha e os impactos do conflito armado no Estado de Cauca:

“Cuando mi hija tenía un año, desaparecieron con elle. Fue en el departamento del Cauca. El departamento del Cauca ha sido uno de los departamentos que ha estado... ha estado muy afectado por todo el conflicto armado, como casi la mayoría del territorio colombiano. Hemos sido afectados... ha sido una experiencia muy dura, incluso lo que hemos vivido en carne propia nos hace darnos cuenta que es una herida que cicatriza, pero no sana, no sana...” (Thesa Nasa).

Semente de Tibú revela como foi a entrada paramilitar em seu território e os massacres realizados na comunidade, quando morreram seus familiares e amigos, tendo sido necessário, depois disso, sair *desplazada* do território:

“Fui criada por madre soltera y mis abuelos. Eh..., pues eh..., fui en... más o menos de 14 años, empecé a ver el conflicto armado en nuestro territorio, que fue la entrada paramilitar. En 1999, entraron los paramilitares a nuestra comunidad y nos sacaron allí, pues asesinaron a la mayoría de nuestros familiares y amigos. Eh...fue muy terrible en ese entonces, lo... todo lo que vivimos nosotros. Eh... En el 99 más o menos en el 2000..., me conseguí con mi pareja, un joven de 20 años, quien decidimos hacer vida acá en la ciudad de Cúcuta porque los paramilitares todavía, pues estaban en nuestro territorio... Aquí estuvimos por un tiempo, por el conflicto armado y todo eso nos fuimos hacia Yondó, Antioquia, donde allí nacieron mis hijos” (Semente de Tibú).

Na Colômbia, a maioria das mulheres entrevistadas são de origem de territórios rurais e sofreram *desplazamientos forzados*. Elas tiveram que abandonar a terra que semearam, os lares que cultivaram, o território onde lutaram e choraram seus mortos para

protegerem filhos/as/es, suas famílias e suas próprias vidas e, portanto, são as mulheres que colhem suas próprias dores e as dores coletivas.

Chontaduro de Buenaventura nos revela a violência por meio dos desaparecimentos, massacres e retirada de terras da população negra devido a problemas associados à produção da coca:

“Porque primero no es que hay vías de acceso, no es fácil comercializar nuestro producto y eso hace que efectivamente se reemplace, pero con eso... digamos ese cambio de... de cultivar, pues también con ello también ha venido otros problemas porque la coca ha traído la violencia, la coca ha traído el destierro de nuestras comunidades, ha traído todo el tema de desaparición, de masacres y no es fácil enfrentarse a eso” (Chontaduro de Buenaventura).

Paz de Catatumbo nos conta que sofreu *desplazamiento forzado* devido a uma ocupação paramilitar em seu território e que somente com as resistências armadas de grupos guerrilheiros de esquerda é que a comunidade pôde recuperar suas terras:

“Las situaciones de violencia en este país nos han tocado en diversas ocasiones, pues en el Catatumbo nos tocó cuando la arremetida paramilitar del año 99, a.. nosotros nos tocó en la zona en la que estábamos salir desplazados en el año 2002. Ahí volvemos al territorio y pues eh... casi 1 año después a recuperar la tierra, porque en esa zona el paramilitarismo no logró asentarse, porque ahí se unieron las guerrillas, el EPL, el ELN, las FARC y ahí pues generan como una resistencia y sacaron... y las comunidades pudimos volver” (Paz de Catatumbo).

Destaca-se que, além da criminalização e estigmatização de grupos *campesinos* produtores de folha de coca, também há o atravessamento por assassinatos e ameaças de grupos armados:

“Y ver todo lo que les tocó vivir, aquí estaba los parados y aquí estaba la guerrilla, se enfrentaban ellos ser como ese medio ahí escondidos, acurrucados. O sea, si sobrevivieron fue por misericordia de Dios. Fue duro, duro. La experiencia fue dura y todo debido a la coca, todo peleando por la coca. No, es más” (Heliconia de Guaviare).

A *Comisión de la Verdad* (2022b) menciona disputas violentas nos territórios cocaleiros e Paz de Catatumbo narra que mesmo pessoas *campesinas* que tinham a intenção de realizar a substituição do cultivo ilícito foram ameaçadas e assassinadas por grupos armados e forças militares do Estado devido a essa decisão:

“Parte de eso desfinanció totalmente lo que fue el programa de sustitución de cultivos de uso ilícitos y como si no fuera suficiente, entonces intensificó en medio de la pandemia erradicaciones manuales violentas que nos costó la vida de dos compañeros, uno en la zona rural de Cúcuta, ... (nome ocultado) que fue asesinado por las fuerzas militares y por... (nome ocultado), que había firmado el acuerdo de sustitución y fue asesinada, estaba hablando por teléfono cuando un soldado le disparó y pues lo mató de inmediatamente. Argumento se le salió el disparo, pero pues es a 800 metros un disparo muy preciso cómo.. Y ... (nome ocultado) estaba diciendo, estaban en la huelga diciendo no nos erradiquen, hablemos y queremos hacer parte del programa de sustitución y por lo que recibieron fueron disparos por parte de la fuerza pública” (Paz de Catatumbo).

Com relação às mulheres, existem impactos muito específicos associados às violências de gênero e racial que não remetem apenas à violência física, mas também a uma devastação psíquica, moral e material (Gouveia, 2023). As participantes da pesquisa revelam suas dores quando seus companheiros são assassinados, sendo elas que carregam as famílias e todo o trabalho reprodutivo nas costas:

“Entonces son situaciones que ¿cómo nos afecta a nosotros las mujeres toda esta situación? Primero, bueno, yo no dependo de los cultivos de coca, aclaro ¿sí? pero lógicamente sí conozco muchas mujeres, compañeras mías y campesinas que dependen de la economía de la coca y eso tampoco se va a negar, ¿sí? Y que.. que cargan, por ejemplo, la esposa de ... (nome ocultado) estaba en estado de embarazo. Dejó a una mujer con una carga emocional de dolor, siendo ya madre cabeza de hogar, un hijo sin poder conocer a su papá” (Paz de Catatumbo).

Conforme apontou o relatório da *Comisión de la Verdad* (2022b), a violência sexual tem sido um dos fatores com maior impacto na vida das mulheres no contexto do conflito armado. Desde cedo os atores armados entenderam que, para controlar os territórios, era necessário controlar a vida e o corpo das mulheres. Nesse sentido, a violência sexual foi uma das formas de controle exercidas de maneira violenta, conforme nos relata Semente de Tibú:

“Las mujeres han llegado sin el cabello, mujeres con cabello largo les ha tocado pagar a estos militares porque lo que a uno le dije que los grupos al margen de la ley ¡uno se espera cualquier cosa!, pero que uno se espera de la policía de Colombia, de algún militar de Colombia que haga eso... Entonces es fuerte que estas mujeres por estos grupos ilegales tengan que pasar y a eso las que alcanzan a pasar, porque si eres bonita... es decir, el castigo de la frontera y el castigo del Catatumbo y de Norte de Santander es ser bonita. Es decir... parecería un privilegio. Para nosotras las mujeres es un privilegio ser bonita, pero aquí para uno de mujer es un privilegio, tener buenas piernas, tener un cuerpo bien, porque.... estas chicas que pasan por allí, estos señores de una vez agarran diamantes, se las llevan para los grupos al margen de la

ley o les hacen de todo y la desaparece porque hay ¡muuuucha! mujer que quedó desaparecida en esta trocha. Entonces, este es uno de los sacrificios y si eres inteligente, no eres bonita, pero eres inteligente, te vendes o te buscas en tus colegios” (Semente de Tibú).

Heliconia de Guaviare conta com dor o processo de lidar com os sofrimentos vivenciados em carne própria:

“Pero si...a recuperarme como mujer, pues ha sido un proceso, llevo en eso dos años, entonces no, no he podido del todo volver a recuperar la seguridad en mi misma, eso fue lo que me pasó en los 6 años que estuve. Allá en la finca, o sea que fue lleno allá. Fue difícil” (Heliconia de Guaviare).

Além da violência sexual, tanto na Colômbia quanto no Brasil, um dos impactos que mais foram revelados pelas participantes foi o das violências diversas, inclusive a sexual, ameaças contra filhos/as/es e as diversas formas de negação da maternidade.

3.1.4 “No parimos un hijo más para la guerra”: negação da maternidade pela retirada de filhos/as/es, assassinatos, desaparecimentos, ameaças e recrutamentos forçados

Um dos impactos mais evidenciados pelas mulheres participantes desta pesquisa foi a violência promovida contra seus/suas filhos/as/es, tanto no contexto brasileiro como no colombiano, ressaltadas suas particularidades.

No Brasil, as participantes narram sobre a negação da maternidade pela retirada de seus/suas filhos/as/es devido ao consumo de drogas, assim como as ameaças, mortes e demais violências praticadas pelos agentes do Estado.

Pesquisa realizada por Loiola (2022) relata, a partir de uma análise documental, que a retirada de bebês passa, no judiciário, por discursos proibicionistas estigmatizantes do uso de drogas, sobretudo de mulheres usuárias de crack com vivência de rua, sendo essa retirada considerada uma medida de proteção à criança.

Malheiro (2020), em pesquisa realizada com mulheres usuárias de crack na cidade de Salvador, também destaca a retirada de bebês como uma das violências de gênero. Segundo ela, não existe um estudo fundamentado que constate que bebês expostos ao uso do crack, durante a gestação, nascem dependentes da droga. A justificativa da impossibilidade do exercício da maternidade revela uma reatualização do racismo e do colonialismo na nossa sociedade, já que, historicamente, foram as mulheres negras

escravizadas que tiveram negado o direito à maternagem e, na atualidade, são as mulheres negras usuárias de crack que têm seus filhos/as retirados:

O corpo abjeto é o corpo colonizado, racializado, inferiorizado, criminalizado pela sua filiação racial (CARNEIRO, 2000). Qualquer trabalho que se debruce sobre esse contexto e não pontue a centralidade do racismo na determinação das relações desses sujeitos com o Estado, omite um fator crucial para o entendimento da questão em nosso contexto. Abjeto me soa como mais uma categoria de acusação, dentre tantas outras categorias que nomeiam o corpo da pessoa que faz uso do crack. Estamos falando de corpos negros que vivem na margem do Estado (VEENA DAS; POOLE, 2008) em um contexto onde o Estado é o vetor da violência contra esses corpos (Malheiro, 2020, p. 217).

As participantes desta pesquisa apontam a culpa e o sofrimento que sentem ao terem seus/suas filhos/as/es retirados/as/es por uso de drogas ilícitas ou por terem sido presas por tráfico:

“A gente encontrava mulheres que se responsabilizavam muito por ter sido presa, por terem seus filhos retirados. ‘Ah, eu fumei crack e eu mereci’ (Amefricana).

“Hoje, quando eu, eu fico nessa visão... O ser mãe, né? Eu entrei em parafuso, assim. Eu fiquei uns dois anos que eu só chorava” (Iya Funike).

O impacto subjetivo na vida das mulheres gera grande sofrimento psíquico, principalmente em mães que tiveram seus/suas filhos/as/es retirados/as/es ou assassinados/as/es. Segundo Gouveia (2023), “mais do que falar da materialidade da destruição, é trazer para cena pública a morte contínua daquelas que precisam ressignificar diariamente sua existência, após o assassinato dos seus filhos” (p. 76). Segundo a autora, são as mulheres negras as mães vítimas de violência do Estado, aquelas que estão na zona do não ser, ou seja, da negação de sua humanidade, característica basilar do racismo e do colonialismo.

Nesse mesmo sentido, Fortaleza da Favela nos direciona a reflexão:

“Quem está sendo assassinado? Quem não está podendo maternar, por exemplo, assim, né, que são as mulheres que não estão podendo maternar nesse processo” (Fortaleza da Favela).

E Aquilombada nos responde que são as mulheres negras no Brasil que estão com seus direitos de maternagem negados:

“Mano, tipo, imagina a mãe dessas pessoas, né? O sofrimento de você pegar seu filho todo arreventado na Fundação Casa, ou, é, muitas vezes morto, né? Isso virou uma coisa muito visceral, assim, pra mim. Então eu acho que a pauta, né, das mães e familiares é uma coisa que, depois que eu virei mãe, mesmo sabendo que o meu filho, ele tem traços menos negroides, e, portanto, ele é uma pessoa lida, pelo menos até o momento, como branca, é, talvez ele esteja menos nas estatísticas. Mas é entender que... Hoje essa leitura que a gente faz, de que isso é uma maneira de seguir produzindo sofrimento para as mulheres negras, né? De novo as mulheres negras não podendo maternar e criar dignamente e afetivamente, constituir suas famílias etc.” (Aquilombada).

As mulheres mães e demais corpos que gestam têm enfrentado vários desafios que envolvem não apenas suas vidas, mas também as de seus/suas filhos/as/es. Brasília Teimosa, uma mulher negra, mãe e usuária de droga, relata uma abordagem policial enquanto estava com seu filho pequeno nos braços:

“E eu lembro que uma noite, antes do Carnaval, eu e meu companheiro, o pai do [...], estava na rua esperando um corre, esperando um cara chegar com um corre de pó, e a polícia chegou e eu estava com [...] no braço, meu filho no braço, meu companheiro estava do meu lado, e a polícia chegou e a polícia revistou o meu filho. Então, é, depois desse dia, eu me mudei da comunidade que eu morava. Eu me mudei daqui e fui morar em outro lugar por causa do medo, assim, fiquei com muito medo de morar aqui e tal. Eu usava muito a blusa da Marcha da Maconha, né? Então com o nome Marcha da Maconha, e a polícia que tirava onda comigo, dizia: “olha ela, né, a militante da marcha, não sei o quê”. Então, o bairro muito pequeno, né? Então a tropa, a patrulha que faz a rota sempre, é muito conhecida, não sei o quê. Então eu saí, passei 5 anos fora daqui da minha comunidade por isso, né?” (Brasília Teimosa)

As mulheres entrevistadas na Colômbia também trouxeram relatos muito marcantes em relação à negação da maternagem, fator associado com a guerra às drogas e o conflito armado, sendo esse o principal impacto identificado nesse país.

As entrevistas revelam que as mulheres mães vivem com o medo de terem suas filhas violentadas sexualmente e seus filhos assassinados ou recrutados forçadamente pelos grupos armados. O relatório final da *Comisión de la Verdad* (2022b) revela, por meio dos depoimentos de mulheres, que as zonas rurais apresentam a maior concentração de casos de violência sexual, afetando principalmente mulheres, crianças e adolescentes. Além disso, o relatório destaca que crianças negras e indígenas foram alvos de ameaças de violência sexual por parte de grupos armados e forças públicas.

Las niñas negras, afrodescendientes e indígenas sufrieron, además, la discriminación racial y étnica, y tuvieron afectaciones diferenciales. La

Comisión constató lo descrito en el informe entregado por las mujeres indígenas de Tejido Mujer Çxhab Wala Kiwe, de la Asociación de Cabildos Indígenas del Norte del Cauca (ACIN). Allí se afirma que las niñas y jóvenes fueron usadas como informantes o mensajeras por los actores armados, incluida la fuerza pública, mediante violencias sexuales y amenazas de violencias sexuales. El miedo y la ingenuidad para analizar el contexto y los riesgos facilitaron a los combatientes la utilización de las niñas. En 2005, como denunciaron autoridades indígenas y maestras del municipio de Toribío (Cauca), al menos diez niñas fueron amenazadas tanto por las FARC-EP como por integrantes de la Policía, acusadas de ser informantes de uno u otro bando. Varias de ellas tuvieron que desplazarse para salvaguardar sus vidas (Comisión de la Verdad, 2022b, p. 71).⁸⁴

Nesse sentido, as mulheres têm sido afetadas no seu direito à maternagem digna diante das ameaças de violência sexual de suas filhas, conforme revelam Chontaduro de Buenaventura e Semente de Tibú:

“Entonces el tema del conflicto ha impactado en este país de manera desproporcionada a las mujeres y nosotras salimos de nuestros territorios, pero también nos tenemos que enfrentar a otras dinámicas, porque cuando decidimos continuar en este ejercicio o meternos eh.. en esas dinámicas de liderazgo, pues también tenemos el otro riesgo y son los hijos e hijas solos en la casa, eh... la mujer para estudiar entonces también tiene que dejar a sus hijos e hijas en la casa” (Chontaduro de Buenaventura).

“Ahorita una niña desde los 13 años no se puede dejar salir a la calle. Una niña tiene que vivir con faldas largas. Yo vivo un delirio con mi hija porque es una modelo completa, mide 1.62 y tiene 16 años y mi hija en Tibú anda como una evangélica con faldas y trata de no sonreír y recogerla desde el colegio y eso porque estos narcotraficantes la ven y lo más terrible es que estos grupos al margen de la ley, se las consiguen y se la llevan. Y no solamente para que la viola... la utilice uno de estos hombres, sino muchos de estos hombres entonces, eh... lo que le toca vivir a la mujer, nada más por ser bonita, tener un cuerpo bonito o por desde los 13 años empezar a hacer una mujer, eh... bonita es terrible con el narcotráfico, porque estos narcotraficantes todo lo bonito lo quieren tener primero ellos” (Semente de Tibu).

Além das ameaças e da violência sexual contra elas mesmas e suas filhas, as mães também vivem com a realidade de filhos/as/es desaparecidos/as/es, assassinados/as/es e recrutados pelos grupos armados e a força pública:

⁸⁴ “As meninas negras, afrodescendentes e indígenas também sofreram discriminação racial e étnica e foram afetadas de forma diferente. A Comissão tomou nota do que foi descrito no relatório apresentado pelas mulheres indígenas do Tejido Mujer Çxhab Wala Kiwe, da *Asociación de Cabildos Indígenas del Norte del Cauca* (ACIN). O relatório afirma que as meninas e mulheres jovens foram usadas como informantes ou messageiras pelos agentes armados, inclusive as forças de segurança, por meio de violência sexual e ameaças de violência sexual. O medo e a ingenuidade na análise do contexto e dos riscos facilitaram o uso de meninas pelos combatentes. Em 2005, conforme relatado por autoridades indígenas e professores no município de Toribío (Cauca), pelo menos dez meninas foram ameaçadas pelas FARC-EP e por membros da polícia, acusadas de serem informantes de um lado ou de outro. Várias delas tiveram que se mudar para proteger suas vidas” (Comisión de la Verdad, 2022b, p. 71) (Tradução própria).

“Entonces para mí al igual que otras mujeres ha sido muy complejo y digamos finalmente mi hijo se pudo recuperar porque pues yo, pero muchos muchachos nuestros no ha sido posible que se recuperen porque termina siendo asesinados termina siendo instrumentalizados para hacer daño eh... y si las mamás, además de la afectación que tienen, no logran sobreponerse y enfrentarla, pues el problema, los hijos mueren” (Chontaduro de Buenaventura).

“Te lo digo yo viví un calvario con mi hijo mayor que hasta eso pude llevarlo... A él me lo perseguían a los grupos al margen de la ley, pa llevárselo porque era un niño que se le paraba al alcalde, el que llegara, es decir, las cosas aquí no están bien hechas, entonces, si tú también eres muy inteligente, tienes algo también te ves como objetivo para la organización de ellos, entonces, yo creo que yo a veces digo no sé, aquí hay una palabra que yo siempre la he dicho, es ya tenemos miedo de ser mujer” (Semente de Tibú).

“En el 2018, ellos se acogen a la JEP sale el decreto inmediatamente de pago y eso entonces, pero me toca la lucha más dura que fue la pelea entre 2 guerrillas en el municipio que era la EPL y el ELN Y me di cuenta como si... las mamás callaban o lloraban solas dentro de su casa porque sus hijos, uno pertenecía a un grupo y el otro al otro grupo y si entre ellos se podían estar matando” (Semente de Tibú).

Evidencia-se que as mulheres mães sofrem um impacto ainda mais perverso, pois toda a violência se estende para a vida de seus/suas filhos/as/es, que também são utilizados/as/es para ameaças. Entretanto, as mães do Brasil e da Colômbia têm levantado e denunciado as diversas violações e as violências do Estado e dos grupos armados. Suas resistências têm ecoado no mundo:

“Nosotras no le vamos a parir más hijos a la guerra porque a mí me tocan uno de mis hijos y no saben ¡ni la fiera que soy! Lo que me ha tocado por mis hijos” (Semente de Tibú).

3.1.5 “A gente não tem ninguém. Mal a gente teve nossos filhos”: encarceramento em massa de mulheres

O encarceramento de mulheres tem sido um dos impactos da guerra às drogas mais evidenciados no Brasil. Na Colômbia, o encarceramento de mulheres também foi revelado pelas entrevistadas, mas em menor medida. Apesar das diferenças nas formas de violências operadas pelo Estado, o encarceramento feminino é um dos impactos da guerra às drogas mais comuns nos dois países.

Segundo Albornoz (2019), o aumento do encarceramento feminino na Colômbia tem, como seu principal motivo, os delitos relacionados às drogas. Entre os anos de 1991 e 2018 o encarceramento de mulheres cresceu de 429%, taxa maior do que a do aumento

de encarceramentos masculinos pelos mesmos delitos e no mesmo período. Fato semelhante ocorre no Brasil, onde os dados comparados entre anos 2000 e 2016 mostram que a população carcerária feminina teve um aumento de e 656% e, por outro lado, a população carcerária masculina cresceu 293%, sendo o principal motivo de encarceramento também o tráfico de drogas⁸⁵ (INFOPEN MULHERES, 2018).

Iya Funike, sobrevivente do cárcere, nos conta como foi vivenciar esse aumento do encarceramento feminino no Brasil na própria pele:

“A cela que era pra caber 16, gente, meu, começou a chegar mulher, fia do céu! Que eu falo, meu, que tá acontecendo? Era muita gente, não dava pra... E a gente lá dentro, e eu falei, meu, e eu longe, porque eles pegaram a minha irmã e jogaram pra PFC. Eles pegaram a minha sobrinha, jogaram pra PE, pegou eu no castigo e mandou pra Franco. Bagulho louco! E as mulheres chegando... O lugar onde era 16 a gente tava em 30, 35. As mulher dormindo no boi, cara. Meu, que porra é essa? As menina nova, menina que completava 18 anos, estava lá, 18 anos em 1 mês. Entendeu? Fala que essa mina é criminosa? Que diabo que é isso que está acontecendo aí?” (Iya Funike)

“Porque contra força, na resistência, isso assim, que a gente chegou em Franco da Rocha. Foi 15 dias assim, de situação bastante difícil. Uma das das dirigentes lá, que era (nome ocultado pela pesquisadora), a gente não sabia onde ela estava, na hora que eles soltaram (nome ocultado pela pesquisadora) pra gente. Meu, ela, ela era roxo da cabeça aos pés. Ela apanhou pra caralho, pra caralho, boca toda estourada, tal, e aí? Não dava nem pra pra questionar. Isso foi quando eles começaram a vir com repressão total mesmo, né? Isso foi em 2009 pra 2010. Foi quando começou lotar, lotar, lotar, lotar, lotar” (Iya Funike).

Quando olhamos para o perfil das mulheres encarceradas no Brasil, percebemos que a maioria são mulheres jovens, entre 18 e 34 anos, com baixa escolaridade, sendo que apenas 15% delas concluíram o ensino médio, 62% são solteiras e a maioria, 74%, têm filhos, assim como também 62% das mulheres encarceradas são negras (INFOPEN MULHERES, 2018).

Segundo pesquisa de Albornoz (2019), a maioria das mulheres privadas de liberdade na Colômbia têm de 19 a 37 anos e possuem um nível de escolaridade baixo, sendo que não havia terminado o nível secundário de estudos pela necessidade de terem que se dedicar ao trabalho desde muito jovens, assim como a maioria delas tinha filhas/os/es e era considerada chefe de família, ou seja, as principais responsáveis pelo

⁸⁵ Importante ressaltar que a legislação brasileira não realiza uma distinção entre plantio e venda, ambos são considerados crime de tráfico de drogas. No entanto, o encarceramento de mulheres tem sido mais relacionado às atividades do comércio (Fraga, 2015).

trabalho reprodutivo. Esses dados demonstram um perfil comum entre as mulheres privadas de liberdade nos dois países⁸⁶.

O que me chama a atenção é que, de acordo com pesquisas realizadas no Brasil e na Colômbia, revela-se que, em ambos os países, essas mulheres ocupavam atividades historicamente feminizadas, ou seja, relacionadas a trabalhos reprodutivos, bem como trabalhos temporários, informais e precarizados (Albornoz, 2019; Helves, 2015).

De las 19 mujeres entrevistadas por los delitos de drogas, 6 dijeron realizar oficios varios (aseo, camarera, etcétera), 3 ventas, 2 reciclaje, 2 eran amas de casa, una costurera, una secretaria; una dijo vender droga, otra se abstuvo de contestar y 2 manifestaron ser desempleadas. Datos que coinciden con los encontrados en el estudio de los 23 expedientes: doce mujeres se identificaron en ventas, tres como amas de casa, tres en oficios varios, una como artesana, tres eran desempleadas y una no manifestó su ocupación. Ocupaciones que coinciden con las establecidas por el Dane en el trimestre de noviembre 2018-enero 2019, al señalar que la rama de actividad con mayor participación de mujeres fue la de servicios comunales, sociales y personales (Dane, 2019). Según el estudio de Sánchez-Mejía et al. (2018), el 37,1% de las mujeres condenadas por estos delitos manifestó que sus ingresos mensuales eran inferiores a un millón de pesos (Albornoz, 2019, p. 72).⁸⁷

De acordo com Martins (2018), o aumento de encarceramentos de mulheres não se justifica pelo aumento de crimes praticados por elas, mas sim pelas condições impostas às mulheres, sobretudo as mulheres negras, no que se refere às condições de reprodução social da vida e a como se opera o controle do Estado sobre a força de trabalho:

Para nós, a explicação não está nem desde um a priori de que houve um aumento da prática de crimes por mulheres, nem está em uma análise estrita sobre a atuação das agências do controle penal brasileiro, especialmente as polícias, Ministério Público e Judiciário. Estas análises precisam estar dialeticamente permeadas pela reflexão acerca da condição das mulheres na sociedade brasileira hoje, especialmente suas condições de trabalho (desde aquelas atividades reconhecidas como trabalho formal e informal, lícito ou

⁸⁶ Não foram encontradas, neste estudo, informações sobre a pertença étnica e racial dessas mulheres.

⁸⁷ “Das 19 mulheres entrevistadas por delitos relacionados a drogas, 6 disseram que exerciam profissões diversas (faxineira, garçonete, etc.), 3 trabalhavam com vendas, 2 com reciclagem, 2 eram donas de casa, uma costureira, uma secretária; uma disse que vendia drogas, outra não quis responder e 2 disseram que estavam desempregadas. Esses dados coincidem com os encontrados no estudo dos 23 arquivos: 12 mulheres se identificaram como vendedoras, 3 como donas de casa, 3 em vários ofícios, uma como artesã, 3 estavam desempregadas e uma não declarou sua ocupação. Ocupações que coincidem com as estabelecidas pelo Dane no trimestre novembro de 2018-janeiro de 2019, quando afirma que o ramo de atividade com maior participação das mulheres foi o de serviços comunitários, sociais e pessoais (Dane, 2019). De acordo com o estudo de Sánchez-Mejía et al. (2018), 37,1% das mulheres condenadas por esses crimes declararam que sua renda mensal era inferior a um milhão de pesos” (Albornoz, 2019, p. 72) (Tradução própria).

ilícito até as dimensões do trabalho reprodutivo) e o reflexo disso em sua vida social de conjunto (Martins, 2018, p. 283).

Portanto, a maioria das mulheres encarceradas por crime de tráfico de drogas nos dois países é não branca, pobre, mãe, com baixa escolaridade e a principal responsável pelo trabalho reprodutivo de suas famílias (INFOPEN, 2018; Albornoz, 2019).

Com a lente da TRS, podemos compreender que o trabalho reprodutivo diário e geracional não é exclusivo da unidade doméstica familiar. Ele também se desenvolve em instituições públicas e privadas, como escolas, hospitais e as prisões (Bhattacharya, 2023).

Evidencia-se que essas instituições de reprodução social não estão alienadas das dinâmicas de acumulação de capital, pelo contrário, representam um impulso para esta. Esse impulso da acumulação pode ser identificado em dois aspectos. O primeiro diz respeito à reprodução social da própria força de trabalho racializada, generificada e territorializada por processos diferenciados de reprodução social que impactam diretamente no preço da força de trabalho. Evidentemente, a força de trabalho reproduzida dentro de uma prisão, que já vem da negação de sua própria reprodução social, com o encarceramento terá o preço ainda mais afetado. Após o desencarceramento, a hierarquização de gênero, raça/etnia e classe deverá ser ainda mais aguda, devido à estigmatização promovida pela criminalização dessas mulheres.

Vento de Justiça nos revela que as mulheres as quais já vêm sendo negadas as condições de reprodução social antes mesmo de entrarem no sistema carcerário, após o desencarceramento, também atravessarão barreiras ainda maiores de acesso a trabalho e a bens e serviços oferecidos pelo Estado:

“E aí outras questões, como acesso a serviços públicos de saúde, de assistência, acolhimento, né ter vaga em abrigo público. Uma grande dificuldade quando elas precisam - a maior parte delas, inclusive, precisam -, elas acabam fazendo a própria rede de apoio e tal, mas muitas delas saem da prisão e a primeira coisa que elas precisam é de um abrigo” (Vento de Justiça).

A força de trabalho é uma mercadoria especial porque ela é única capaz de produzir mais-valor (Marx, 2015) e essa mercadoria tem um valor de uso e um valor de troca, sendo esse último correspondente com os valores necessários para a sua reprodução, materializada no salário. Ainda que possamos evidenciar que a superexploração da força de trabalho precariza as condições de reprodução da vida, em

que o salário (quando existe) não é suficiente para garantir as condições básicas de sobrevivência, a abordagem da TRS nos permite iluminar a compreensão de que os bens e serviços, como as atividades domésticas ou os serviços estatais públicos ou privados, são parte integrante da reprodução social da força de trabalho.

Isso significa que o valor da força de trabalho, para além da soma do tempo necessário para a reprodução de cada trabalhador/a/e, também está relacionado a processos mais amplos de reprodução social que determinam seu valor em relação à classe capitalista, ao Estado e à família (Oran, 2023). Em outras palavras: os bens e serviços operados pelo Estado são parte essencial para a reprodução da força de trabalho e determinam os padrões de vida da classe trabalhadora. Portanto, qual é o valor da força de trabalho reproduzida nas instituições prisionais?

Liberdade Capital nos revela como as prisões ocupam lugares de reprodução social da força de trabalho frente à negação da mesma, visto que o próprio rebaixamento da reprodução social, pela falta de emprego, moradia, saúde etc., é o principal fator que empurra as mulheres para o mercado ilegal e, conseqüentemente, para as prisões:

“Es horrible decirlo, pero estando en la cárcel reciben comida ¿si? así sea mala, pero salir de la cárcel no tienen con qué comer, ni tienen trabajo, ni tienen una serie... y pues el Estado no garantiza los derechos ¿no? Y pues no los garantiza desde antes de entrar a prisión, ¿no? Pues por eso muchas de las mujeres están privadas de la libertad, ¿no? porque no hay garantía de derechos, no hay oportunidades, entonces por eso mismo llegan a prisión” (Liberdade Capital).

A lógica do capital é perversa. O ciclo da relação necessária, porém contraditória, da reprodução social permite seguir impulsionando a acumulação de capital frente à vida, na medida em que precariza as condições de sobrevivência da classe trabalhadora. Nesse sentido, sustento que as vidas não são descartáveis para o capital, muito pelo contrário: a desumanização e a precarização nos revelam que essas vidas são extremamente essenciais para que o capitalismo siga com seus ciclos de acumulação (que, diga-se de passagem, sempre foram sustentados pela violência). Assim, a guerra às drogas segue produzindo as classes “perigosas” e operando a *superexploração bélica da força de trabalho*, acumulando capital pelo mercado ilegal e mantendo as hierarquias de gênero, raça-etnia, classe e território.

Esse é outro aspecto importante a ser evidenciado pela lente da totalidade: as prisões são um nicho que permite a acumulação de capital na articulação do legal-ilegal,

possibilitando a manutenção e fomento dos grupos criminosos e estimulando a guerra contra as pessoas negras e pobres.

Angela Davis (2018) aponta que as instituições prisionais e todo o sistema prisional são constituídos como um complexo industrial-prisional e que as opressões raciais e de gênero estão intrinsecamente vinculadas à exploração capitalista, pois promovem “a lucratividade da punição” (p. 102) e permitem a criação de nichos de acumulação para o mercado capitalista, ao passo que mantêm hierarquias sociais na justificativa da guerra às drogas. Afinal, conforme apontou Alexander (2017), “na Guerra às Drogas, o inimigo é definido racialmente” (p. 156).

Outro fator a evidenciar é que o impacto do encarceramento na vida das mulheres guarda relação com o lugar que elas ocupam na reprodução social da vida coletiva, conforme apontou Brasília Teimosa:

“E, no caso de nós mulheres, na perspectiva mais ampla, é muito foda, né? Assim, porque, na prática, o encarceramento, o projeto encarceramento é para mulheres negras. E esse projeto desestrutura toda uma família, né, toda uma estrutura total. Assim, a prisão de mulheres negras e tal, por causa da política de drogas, é, é muito... Impacta muito, né, a forma como as famílias brasileiras se organizam. E então acho que esse é um dos maiores impactos pra mim, assim, na minha avaliação” (Brasília Teimosa).

Liberdade Capital também nos revela os impactos do encarceramento na vida das mulheres pobres na Colômbia justamente por serem as principais responsáveis pelo trabalho reprodutivo:

“Pues es que la política contra las drogas como en muchos países, quería como en principio era como capturar al grande narcotraficante, ¿cierto? Pero los resultados que la policía, el Estado, la Fiscalía comenzó a dar fue la captura a esas mujeres pobres que eran las que vendían, que venden en la esquina del barrio ¿Sí?, las más vulnerables y ese es el resultado que comenzó a presentar. Entonces ¡wow! Ha funcionado porque llevamos tantas capturas, pero es que la política de drogas ya... es un fracaso o sea, esas mujeres precisamente son, como dicen los expertos en política de drogas, el último eslabón de la cadena del narcotráfico son mujeres pobres, vulnerables, sin recursos, que tienen bajo su cuidado a la familia y además tienen que proveer y como el Estado no da oportunidades ni garantiza derechos, pues ven esa manera como el recurso para conseguir dinero y poderse sostener. Entonces así están las mujeres en la cárcel y ya, o sea, esas mujeres no deberían estar en prisión ¿sí?” (Liberdade Capital).

As participantes da pesquisa também revelam como as mulheres sentem o impacto do encarceramento com relação à reprodução social de suas vidas e de suas famílias. A

maioria é a principal responsável pelo trabalho reprodutivo e sofre consequências como a separação de seus/suas filhos/as/es e também a falta de cuidado físico e emocional. Enquanto os homens, quando encarcerados, recebem cuidados e visitas, muitas vezes essas mulheres não têm outras pessoas na família que possam apoiá-las.

“Ó, você vê na própria cadeia, gente, na própria cadeia... O homem, ele tem a visita da mãe, da irmã, da filha, da mulher e da amante. Você está entendendo? A gente não, a gente não atende ninguém, cara. A gente não tem ninguém. Mal a gente teve nossos filhos” (Iya Funike).

“Assim, mulheres que passaram pelo sistema, sabe? Que tiveram separado dos seus filhos, mulheres que passaram anos, mais de 10 anos dentro do sistema, mulheres que foram rejeitadas pela família. Porque, quando a gente fala de proibicionismo, a gente tem que falar do encarceramento, assim. Quem são as pessoas que têm visita e quem não tem, sabe? Quem são as mulheres que não têm visita” (Fortaleza da Favela).

Iya Funike nos revela que até a própria dor é sentida de diferentes maneiras pelos familiares das mulheres encarceradas e daquelas que estão vivenciando na pele as violências operadas pelo Estado dentro das prisões brasileiras.

“Você entendeu? Porque a gente quer que eles fiquem vivos lá fora. De verdade! Tinha dia que eles ia me visitar, que eu falava assim: ‘poxa, eu não queria que eles me vissem desse jeito’. Então eu eu tentava ser uma outra pessoa ali pra eles também, entendeu? E eles fazem a mesma coisa. Eles eram uma outra pessoa ali pra mim, porque eles não me contavam jamais que eles estavam lá fora passando fome, entendeu? Que estava lá se acabando na droga. Que era várias treta, entendeu? Que os meus filhos tinham sido oprimidos dentro da escola pela diretora, porque a mãe era presa. Então, várias coisas que eu fiquei sabendo depois que eu saí de lá. Esses sofrimentos, o que são? Sofrimentos são sofrimentos. Tudo é sofrimento. Sofrimento é igual, mas de maneiras diferentes, né?” (Iya Funike)

“Quando cheguei lá, que eu vi aquelas mulheres, ‘A dor de mãe’, ‘ser família não é crime’, eu falei: ‘caralho, meu. É mentira isso que elas estão falando isso. Foi mentira isso’... Porque é muito, é muito filha da putice minha, mas é porque eu passei pelo sistema carcerário, eu falar que o meu filho está lá preso e eu aqui fora, ele está sentindo a mesma dor, entende? A gente sofre sim juntos, mas não é igual. Não é igual, porque... vamos lá, eu tirei 3 anos, meus filhos não, não deixou de viver, tanto que me deram 2 netos enquanto estava presa” (Iya Funike).

As participantes desta pesquisa demonstraram as particularidades dos impactos da guerra às drogas nas vidas das mulheres, sendo o encarceramento um dos principais atravessamentos em suas vidas, tanto pelos fatores que as levaram até o cárcere como pelas violações e violências vividas no contexto prisional, e também pelo pós

desencarceramento. Evidenciou-se que essas consequências não são apenas físicas, mas também psíquicas e emocionais, sentidas também pelos familiares de sobreviventes do cárcere, ainda que de maneiras diferentes.

3.2 Impactos particulares da realidade colombiana

A seguir, apresento alguns achados sobre os impactos da guerra às drogas na vida das mulheres na particularidade colombiana no que tange aos cultivos considerados ilícitos da folha de coca, na articulação com o narcotráfico e o conflito armado. Busco trazer centralidade às vozes das mulheres participantes desta pesquisa com as informações e dados secundários desses impactos.

3.2.1 “No discriminan hoja, no discriminaban selva, no discrimina nada... flora, fauna, nada! No discriminaban ni siquiera a los humanos”: erradicação forçada por fumigações com glifosato

As consequências da aplicação do Plano Colômbia (de 2000 a 2015), com vistas a reduzir os cultivos ilícitos de coca no território colombiano, foram devastadoras. Com o fortalecimento da força pública para combater o narcotráfico e o terrorismo - diga-se de passagem, as lutas insurgentes -, o Plano Colômbia funcionou com o apoio econômico e militar dos EUA (Gallego, 2017) tinha, como justificativa moral, promover a paz na Colômbia em meio ao conflito armado.

Entretanto, como é possível promover a paz estabelecendo uma verdadeira guerra contra o suposto combate às drogas, que, na prática, foi uma guerra contra as resistências e as/os cultivadoras/empobrecidas/os? Thesa Nasa faz uma crítica à cooperação internacional dos EUA com relação ao Plano Colômbia:

*“Como pasó con el Plan Colombia, ellos fueron los que pusieron las avionetas, el glifosato, los pilotos. Entonces, ¿de qué cooperación estamos hablando?”
(Thesa Nasa)*

Foi mais que evidenciado que o objetivo do Plano Colômbia de reduzir os cultivos em 50% não foi atingido, e mais: “*los cultivos de coca se incrementaron en un 15%*” (Gallego, 2017, p. 59), assim como também aumentou a produção de cocaína. Na prática,

a erradicação forçada da folha de coca serviu para manter os preços estáveis da coca e da cocaína (Fajardo, 2022b). Yaku de Putumayo nos revela:

“En el último año según el SIMCI que es el sistema de monitoreo de las Naciones Unidas que satelitalmente hace una verificación de cómo va el incremento de los cultivos de coca. En 2018 reportó 172.000 hectáreas de coca. En 2018. Reportó ciento... aquí tengo las cifras... 150 y peguele, osea igual es ciento y peguele. Osea bastante coca ¿no? Y entonces imagínese lo que cuesta fumigar lo que costaba fumigar, porque hasta el 2015 hubo aspersión aérea sin embargo, el gobierno siguió insistiendo en la fumigación ¿Por qué? Porque ahí también hay otro negocio” (Yaku de Putumayo).

O Plano Colômbia foi uma das principais estratégias de luta contrainsurgente, com a justificativa da guerra às drogas, que podemos evidenciar na América Latina. Um dos principais recursos utilizados foi a erradicação forçada por meio da fumigação aérea com uso de herbicida chamado glifosato, considerado um dos mais venenosos. Os impactos estudados são diversos, desde ao meio ambiente até à saúde física e psicológica da população, à segurança alimentar, enfim, à reprodução social da vida e de seus territórios (Gómez e Tolosa, 2022), conforme apontou Yaku de Putumayo com relação à fumigação com glifosato:

“Acaba con todo, con todo. No discriminan hoja, no discriminaban selva, no discrimina nada... flora, fauna, nada! No discriminaban ni siquiera a los humanos” (Yaku de Putumayo).

Pesquisas evidenciam que vários problemas de saúde ocorreram em decorrência das erradicações forçadas por meio das fumigações por glifosato, dentre elas, doenças de pele, respiratórias, disfunções neurológicas, depressão, ansiedade, etc. Em particular sobre os corpos que gestam, ficou comprovado impacto na saúde reprodutiva, com a redução do tempo de gestação e até mesmo abortos espontâneos (Zamora, 2022; Olivera e Pérez, 2022).

O meio ambiente e o ecossistema também foram afetados, já que a fumigação provocou danos ao solo, às fontes de água e aos animais, afetando a segurança alimentar da população que vive da economia comunitária nestes territórios, visto que muitas comunidades contavam apenas com a produção de alimentos e a produção da coca para sobreviver (Oliveira e Pérez, 2022).

A população rural e historicamente marginalizada e precarizada foi a que sofreu os impactos diretos e os efeitos da violência orquestrada pelo Estado. Conforme apontam

Oliveira e Pérez (2022): *“múltiples relatos de las comunidades campesinas, indígenas y afrodescendientes muestran los profundos daños que esta estrategia dejó sus cuerpos, vidas y territorios”* (p. 582).

Os anos 2000 foram um marco na vida desses grupos historicamente empurrados para o mercado ilegal no cultivo de coca por necessidade, grupos afetados diretamente por todos os aspectos já apresentados e sofrendo ainda mais consequências sobre a sua segurança alimentar, como revela a seguinte participante:

“Entonces porque es tan trágico el arranque de la coca? Porque dejan a la familia descubierta de su alimentación y de cómo resolver las cosas básicas” (Yaku de Putumayo).

O Plano Colômbia teve sua finalização formal no ano de 2015. Entretanto, isso não significou a interrupção da erradicação forçada por glifosato. Apesar de, em sua fase final, o governo de Juan Manuel Santos (de 2010 a 2015) ter suspenso as fumigações aéreas por glifosato, nos anos seguintes, início do governo de Iván Duque (de 2015 a 2019), elas foram retomadas em alguns territórios. As participantes desta pesquisa denunciam que as erradicações forçadas por glifosato ainda seguem ocorrendo em seus territórios, mesmo após o plano de substituição de cultivos de forma voluntária.

“El gobierno Santos prohibió ...Perdón, no! Suspendió la fumigación aérea con glifosato. Y desde entonces hasta el domingo, hablo hasta el domingo porque fue literal ahora, las fumigaciones continúan con glifosato, pero lo hacen de forma terrestre. O sea que el Ejército van y lo descargan helicóptero en la plantación y fumigan y los levantan y se van. ¿Qué pasa? ¿Muchas familias y muchas mujeres, pues que derivan sus ingresos con la coca, pues quedan muy vulnerables porque es que les quitan con qué sobrevivir!” (Yaku de Putumayo)

“Nos amenazaron toda la pandemia diciendo que iban a fumigar, la policía y la Agencia Nacional de Servicios Ambientales, eh... hizo consultas ¡inconsultas! O sea, dijo que había llegado la gente cuando la gente no llegó, nosotros sumamos y sometimos una acción de tutela porque estaban diciendo que las comunidades estaban de acuerdo con... con que fumigaran con glifosato y nosotros dijimos no, aquí ya desde el año 2002, 2001 y 2002 fueron fumigaciones con glifosato, ¡todo! lo que se pudo llover en glifosato y balas, se dio en esa región y no queremos eso” (Paz de Catatumbo).

É evidente que a guerra às drogas continua a operar nos territórios por meio das fumigações com glifosato, mesmo após a assinatura do Acordo de Paz entre o governo colombiano e as FARC-EP, no qual uma das propostas consistia na substituição

voluntária de cultivos com a instauração do Programa Nacional de Substituição de Cultivos - PNIS. Na prática, entretanto, as mulheres revelam que isso não ocorreu conforme o previsto.

3.2.2 “Cortamos los cultivos y ahora estamos aguantando hambre”: descumprimento do Programa Nacional de Substituição de Cultivos - PNIS

Com a assinatura do AFP entre o governo colombiano e as FARC-EP, em 2016, conforme apontado no primeiro capítulo, em busca de uma solução para a guerra às drogas que impactava sobretudo afrodescendentes, indígenas e grupos *campesinos*, propõe-se, no quarto ponto desse acordo, uma solução para o problema das drogas a partir de “*un enfoque general de derechos humanos y salud pública, diferenciado y de género*” (Governo de Colombia, FARC-EP, 2016, p. 8).

No ponto 4.1.3.3 do AFP, é proposto o Programa Nacional de Substituição de Cultivos - o PNIS, que consistia em uma proposta de substituição voluntária do cultivo de coca com alcance nacional, mas priorizando zonas com maior densidade de cultivos ilícitos, através dos *Programas de Desarrollo con Enfoque Territorial* - PDET, ou as áreas de Parques Nacionais Naturais (UNODC, 2022). Na prática, o desenvolvimento do Programa seria baseado na articulação interinstitucional de organizações sociais, movimentos sociais *campesinos*, atores locais e o governo colombiano para a execução da substituição voluntária, sendo garantidas as condições necessárias de sobrevivência. De maneira mais detalhada:

En sus inicios, para la implementación del PNIS se desarrolló un plan de acción basado en una estrategia de relacionamiento con actores locales que propició la articulación interinstitucional y con organizaciones sociales y campesinas de las regiones. De acuerdo con esta ruta inicial, en el mes 1 se realizaría un análisis de contexto territorial de las zonas focalizadas para emprender el proceso de identificación. A continuación (meses 2 y 3), se suscribirían acuerdos colectivos de sustitución voluntaria y se iniciaría la caracterización socioeconómica de las familias y de la línea base de los cultivos ilícitos. Una vez culminada la primera fase de monitoreo y verificación, se procedería con el primer pago a las familias por un valor de \$2.000.000 (correspondiente a 2 meses). Posteriormente se realizaría la misión de verificación de la erradicación voluntaria de los cultivos ilícitos comprometidos. Adicionalmente y de manera paralela, se iniciaría la asistencia técnica estipulada por 24 meses, a partir de la formulación de proyectos productivos (...) Una vez concluida la misión de verificación, el Gobierno reanudaría los pagos a las familias hasta llegar a los \$12.000.000 (12 meses de pago). Hacia los meses 7 y 8, iniciarían los proyectos de

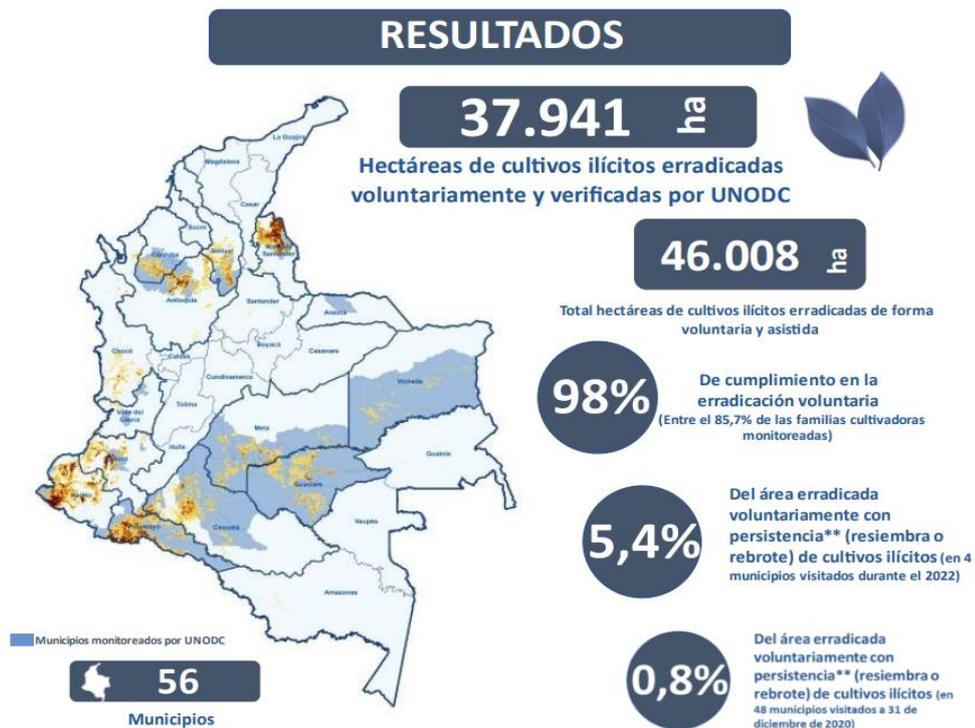
seguridad alimentaria y proyectos productivos de ciclo corto. Finalmente, como parte central del proceso de acompañamiento del programa, se previó que entre los meses 9 y 10, debían iniciar los proyectos productivos de ciclo largo (UNODC, 2022, p. 3-4).⁸⁸

Portanto, a construção de um plano para a substituição voluntária de cultivos foi uma soma de esforços conjuntos acordados com a comunidade *campesina*, organizações *campesinas* e movimentos sociais para a construção de relações de confiança e de um desenho que atendesse às comunidades locais em suas problemáticas particularidades, como, por exemplo, a problemática da terra. A titulação de terras é uma importante e necessária pauta dos movimentos sociais, assim como os investimentos do Estado com relação à infraestrutura para viabilizar outros projetos produtivos alternativos à produção de coca e condições de segurança nos territórios (Acevedo, 2023). Nesse sentido, a construção de confiança entre a comunidade cocaleira e o governo colombiano foi um fator fundamental para assentar as bases do PNIS, quando as lideranças sociais cumpriram um papel mediador fundamental.

O relatório nº 24 da UNODC sobre os avanços do PNIS (2022) demonstrou a efetividade da substituição voluntária de cultivos ilícitos, sendo que houve 98% de cumprimento por parte da comunidade de cultivadoras/es, como é possível observar na imagem a seguir:

Ilustração 3 - Resultados do monitoramento da substituição voluntária de cultivos ilícitos no marco do PNIS

⁸⁸ “No início, foi desenvolvido um plano de ação para a implementação do PNIS com base em uma estratégia de engajamento com atores locais que promoveu a articulação interinstitucional e a coordenação com organizações sociais e camponesas nas regiões. De acordo com esse roteiro inicial, no mês 1, seria realizada uma análise do contexto territorial das áreas-alvo para realizar o processo de identificação. Posteriormente (meses 2 e 3), seriam assinados acordos coletivos de substituição voluntária e seria iniciada a caracterização socioeconômica das famílias e a linha de base dos cultivos ilícitos. Uma vez concluída a primeira fase de monitoramento e verificação, o primeiro pagamento de US\$ 2.000.000 (correspondente a 2 meses) seria feito às famílias. Posteriormente, seria realizada a missão para verificar a erradicação voluntária dos cultivos ilícitos comprometidos. Além disso, paralelamente, seria iniciada a assistência técnica estipulada para 24 meses, começando com a formulação de projetos produtivos (...) Assim que a missão de verificação fosse concluída, o governo retomaria os pagamentos às famílias de até US\$ 12.000.000 (12 meses de pagamentos). Por volta dos meses 7 e 8, a segurança alimentar e os projetos produtivos de curto ciclo. Por fim, como parte central do processo de monitoramento do Programa, foi previsto que entre os meses 9 e 10, se iniciaram os projetos produtivos de ciclo longo” (UNODC, 2022, p. 3-4) (Tradução própria).



Fonte: Relatório n. 24 da UNODC, 2022b.

Entretanto, apesar das/os cultivadoras/es cumprirem efetivamente com a substituição de cultivos, houve o descumprimento do acordo por parte do governo colombiano, o que afetou diretamente as condições de sobrevivência dessa população. O descumprimento dos pagamentos e de outras propostas do governo gerou o aumento dos cultivos ilícitos, como também afetou a confiança estabelecida entre cultivadoras/es e as lideranças sociais que auxiliaram na implementação, deslegitimando os movimentos sociais e colocando em risco a segurança dessas lideranças (Cesed, 2024). Flor de Nariño nos revela:

“Cortamos los cultivos y ahora estamos aguantando hambre, ósea mucha gente eh... Y luego la pandemia, imagínese. Entonces la gente... se juntó todo eso, entonces nos decían a nosotros, si ve ahora la pandemia, donde nosotros no hemos tenido ningún apoyo porque aquí toda la plata paso, no se sabe por dónde y nunca la vimos. Ósea la gente en los territorios muy poco fue lo que les llevo, entonces la gente decía, mire, mire en qué condiciones estamos por creerles a ustedes. Entonces pues uno se queda sin palabras porque después de que uno le dice, si si, eh... Es importante sustituir, por comida, por la soberanía alimentaria, bueno... por todo lo que nosotros sabemos. Entonces nos decían, mire, mire en que estamos, por hacerles caso a ustedes” (Flor de Nariño).

Segundo Alvarez et. al (2024), os descumprimentos incluíram desde os atrasos e ausências de pagamentos, falta de projetos produtivos e falta de assistência técnica até as ações mais estruturais, como a Reforma Rural Integral, que deveria vir acompanhada da execução do PNIS por meio de titulações de terra, o que não ocorreu:

En el primer caso, la Sala estudió el incumplimiento en el pago de asistencia alimentaria para algunas familias que fueron suspendidas del programa, otras que tienen pagos pendientes y otras que no han recibido ninguno de los pagos. El Consejo de Estado estudió y encontró violaciones al debido proceso, así como al derecho al trabajo y al mínimo vital. En el segundo caso, el Consejo de Estado estudió los incumplimientos en la entrega de asistencia alimentaria, la ejecución de proyectos, la suspensión injustificada de beneficiarios y la falta de notificación adecuada. La Sala resolvió amparar los derechos al debido proceso administrativo, a la vida digna, al mínimo vital y a la participación de 2.629 familias. Para los dos casos se ordenó a la ART continuar con la implementación de lo pactado con las familias (Álvarez et al., 2024, p. 356).⁸⁹

O PNIS também tem um enfoque étnico e de gênero, considerando os impactos ainda mais profundos para as mulheres e comunidades afrocolombianas, indígenas e *campesinas* e portanto, o descumprimento do acordo, por parte do governo colombiano, levou agravou a crise de segurança alimentar desses grupos que dependiam dos cultivos, além de uma série de violações de direitos, conforme revelam nossas participantes:

“Ahorita, en esta época nos van a entregar la ayuda de 9000000. Pero, entonces, lo mismo imagínese si la plata antes no valía, ahora que va a valer. Aquel día, cuando ese entonces un bulto de alambre valía 110000, ahorita vale 180 a 200000 pesos. Cuando en ese entonces se conseguía un novillo en 900000 pesos, ahorita un novillo vale 1400000 pequeño, ¿no? Entonces no, o sea, no, no hicieron nada, no es jugaron con el sentimiento de los campesinos empapelarnos ensuciaron el no. Nos hicieron creer en ellos más, ellos no cumplieron, nosotros dimos nuestra palabra, entregamos nuestros cultivos voluntariamente, fuimos y arrancamos la coca y ellos no nos cumplieron, no nos cumplieron viendo que la plata ya estaba y la plata ya está” (Heliconia de Guaviare).

⁸⁹ “No primeiro caso, a Câmara estudou o não pagamento de assistência alimentar para algumas famílias que foram suspensas do programa, outras que têm pagamentos pendentes e outras que não receberam nenhum dos pagamentos. O Conselho de Estado estudou e constatou violações do devido processo legal, bem como violações do direito ao trabalho e do direito à subsistência mínima. No segundo caso, o Conselho de Estado estudou as falhas na entrega da assistência alimentar, a implementação de projetos, a suspensão injustificada de beneficiários e a falta de notificação adequada. A Câmara decidiu proteger os direitos ao devido processo administrativo, a uma vida digna, a uma renda mínima de subsistência e à participação de 2.629 famílias. Em ambos os casos, a ART foi ordenada a continuar com a implementação do que havia sido acordado com as famílias” (Alvarez et al., 2024, p. 356) (Tradução própria).

Yaku de Putumayo nos revela como o descumprimento do PNIS por parte do governo levou ao aumento dos cultivos:

“Tengo en total 10 hectáreas y entonces me georeferenciaron porque el Programa de Sustitución decía que a mí me iban a titular esto, o sea me iban a dar un proyecto productivo y me iban a titular. Como eso se demoró, ya vamos pá 5 años en el gobierno no ha cumplido, entonces la gente, las mujeres, los hombres han comenzado a migrar más monte adentro en la Amazonía y abren monte, tumban montaña y ahorita el establecimiento de coca no lo están haciendo aquí, sino que lo están haciendo acá ¿sí?, y entonces por eso los cultivos ahí todavía se mantienen por el sistema monitoreo” (Yaku de Putumayo).

Além disso, as participantes desta pesquisa denunciaram que a substituição de cultivos, como foi planejada, deveria ser voluntária e gradual. Entretanto, elas vivenciaram situações que revelam o seguimento da guerra às drogas, visto que foram praticamente obrigadas a substituírem os cultivos ilícitos, pois, caso não substituíssem, tinham suas plantações erradicadas forçadamente pelo poder público:

“Entonces.. ‘Arranquen las Matas, no, pero mire que mientras tanto que el Programa dice que concertado que gradual’ Humhm, eso no fue tan gradual y no” (Esperanza de Meta).

“Primero que todo, a todos nos cogieron, hágale que eso está buenísimo que, si usted no entrega, pues le arrancan, era voluntario y no voluntario. Era psicológicamente amenazativo, entonces me dice no, pues en vez de que no nos den nada, pues metámonos, que vamos a perde” (Heliconia de Guaviare).

“Después de todo ese desastre por parte del Gobierno, eh... nosotros logramos entrar al gobierno nacional en la Mesa de Interlocución de Acuerdos nuevamente y ahí sí ya no íbamos con 3 o 4 puntos, ahí llegamos con 11 puntos y uno de los puntos centrales era: derechos humanos, eh... sustitución de cultivos de usos ilícitos, reparación de 400 familias que fueron erradicadas violentamente, sin garantías, familias ¡pobres!, muy pobres que les erradicaron y las familias están aguantando absolutamente hambre sin tener una respuesta o una ayuda sería por parte del Gobierno nacional. Entonces esa situación se volvió...osea fue algo que negociamos nosotros, logramos negociarlo, logramos negociarlo con el gobierno. Y el tema de la zona de reserva campesina eh...el tema de inversión social para el territorio y por qué le mencionó todo esto, porque es que todo esto gira en torno a las propuestas, precisamente para poder sustituir los cultivos de uso ilícito, es que no se trata de venir ni... a vulnerar una familia campesina pobre, violentarles sus derechos, erradicarle, dejarlas manicruzadas” (Paz de Catatumbo).

Uma das participantes da pesquisa nos conta que cultivadoras/es que não realizassem a substituição de cultivos não poderiam solicitar a titulação de terras. Ou seja, além de o governo não se realizar a Reforma Rural Integral que distribuiria as terras

baldias do Estado, as famílias inseridas no PNIS que ainda tivessem envolvidas com cultivos ilícitos nas terras ocupadas não poderiam, de maneira alguma, solicitar a titulação, ou as próprias terras já tituladas poderiam sofrer com a extinção de domínio:

“Y la ley 30 en ese ejercicio de prohibicionismo, una de las medidas de prohibicionismo que sacó en algún momento fue que una persona que tuviera cultivos de uso ilícito no solo coca sino coca marihuana, amapola, que son como los que se da acá en Colombia. Coca, amapola y marihuana, eh.. fuesen sujetos de extinción de dominio. Entonces sí yo soy una cocalera y tengo escritura, o tengo amapola o marihuana y sí el Estado me pillaba en sus georeferenciación, me hacían extinción de dominio. Entonces la gente en esos territorios se le metió en la cabeza que ellos no iban a hacer titular la tierra y entonces que no iban a ser la titular la tierra porque le quitaban la tierra, entonces ahí también hemos tenido que venir rompiendo ese mito y sobre todo con las mujeres en decir ‘compañeras lo que pasa es que no se trata de que yo no título, porque me... me hacen expropiación de dominio si llego a tener coca ¡no! porque es que ahorita no tienen nada que expropiarte porque es que la tierra no es tuya, esta tierra es baldía es propia del Estado ¿sí?’ Entonces ¡fan! ya como que se espabilan y dicen ¿pues sí, no? pues verdad pues que no van a quitar sí es que esta tierra no es nuestra, entonces que ha comenzado a pasar y sobre todo después de la firma del Acuerdo de Paz y de los y de los acuerdos individuales de sustitución ha comenzado a haber una migración interna para la ampliación de los cultivos (Yaku de Putumayo).

Fica evidente que cultivadoras/es de cultivos ilícitos mantêm essa prática por necessidade de reprodução social e, quando o Estado oferece uma opção viável para sua reprodução, os cultivos são substituídos, conforme demonstrado pelos monitoramentos da UNODC (2023). Entretanto, o não cumprimento do acordo por parte do Estado revela como interesses políticos e econômicos mantêm as estruturas de poder e se utilizam de uma força de trabalho precarizada para seguir acumulando e mantendo uma justificativa ideológica da guerra às drogas.

3.2.3 “¿En qué momento me va a llegar a mí y en qué momento dejo a mis hijos solos?”: ameaças e assassinatos de lideranças sociais, políticas e comunitárias

Conforme apontou o relatório da *Comisión de la Verdad* (2022b), em muitos territórios colombianos, exercer um papel de liderança social, política e comunitária se converteu em um risco de vida diante da confrontação armada:

Algunas mujeres que desempeñaron estos papeles fueron amenazadas, otras desplazadas, muchas tuvieron que vivir el reclutamiento y la vinculación de sus hijos e hijas a alguno de los bandos, y otras tantas fueron asesinadas. Eso

ocurrió en ese lugar, con la violencia sexual a la que fue sometida una de sus lideresas, y su posterior asesinato (Comisión de la Verdad, 2022b, p. 29).⁹⁰

A estigmatização dos territórios cocaleiros e a associação do terrorismo com a luta insurgente fizeram com que muitas mulheres que exerciam e exercem o papel de lideranças tivessem suas vidas ameaçadas, e isso foi uns dos elementos particulares da Colômbia que se apresentou na realidade das participantes da pesquisa. Sendo elas lideranças sociais, políticas e comunitárias, me contaram sobre a jornada de fuga durante quase todas as suas vidas, tanto para se protegerem como também para protegerem filhas/os/es:

“Más o menos a los dos meses sale una...un... pues, nos llama el abogado y lo que me dice es que tengo que desaparecer yo y mis hijos. Que cambien de nombre que cambiemos de número de celular, porque la orden que había dado el superior del Ejército era asesinar a mí, a mis hijos, picarme en una bolsa y decir...desaparecerme para poder cerrar el caso. Ahí empieza mi vida desde el 2008 empieza, mi vida a correr, a esconderme. Mis hijos me tocó regalarlos casi, porque dárselos a la familia de mi esposo por parte del papá, porque por parte de la mamá no tuvo... decir, no tuve apoyo en esa parte. Entonces, mis hijos me tocó dejarlo uno en un lado, otro en otro lado y yo perderme para las montañas del Catatumbo, nunca empuñar un arma, pero sí a trabajar fuerte porque me tocaba mandar a mis hijos... y separados, si todos los tuvieran, pues todo lo mandaba para una sola casa” (Semente de Tibú).

Semente de Tibú ainda me conta as dinâmicas que enfrentava para conseguir ver seus filhos:

“Entonces esto... Sí y... Así pasó mi vida, pasaba casi 6 meses sin ver a mis hijos, tenía que ser como como, como alguien que llegaba de noche. Eh para poderlos ver, yo no podía subir a la ciudad de.. De... Cúcuta. Recibía discriminaciones por mi familia, nunca... nunca entendían lo peligroso que era ser buscada por parte del ejército. Eh... y yo sí sabía lo que les tocaba porque, pues yo creo que desde niña he sido una luchadora, ¿no? entonces.. eh... Creo que conocía que esa gente tenía que... que esconderme bien, porque la idea yo sabía que ellos no se iban a quedar con eso. Entonces ahí me tocaba así ver a mis hijos cuando quería” (Semente de Tibú).

Chontaduro de Buenaventura, liderança afrocolombiana, conta como essas ameaças e perseguições afetaram sua saúde mental e a de sua filha:

⁹⁰ “Algumas mulheres que desempenharam esses papéis foram ameaçadas, outras foram expulsas, muitas tiveram que viver o recrutamento e a vinculação de seus filhos e filhas em bandas criminais e outras tantas foram assassinadas. Foi o que aconteceu aqui, com a violência sexual a que uma das líderes foi submetida e depois foi assassinada” (Comisión de la Verdad, 2022b, p. 29) (Tradução própria).

“El tema también se nos complica con el tema de los liderazgos porque en un país como Colombia ser líderes entonces empiezan la presión de las amenazas y no sabes quién te amenaza y no sabes en qué momento... para mí salir a la calle se volvía un problema porque veía una motocicleta y yo quería correr a esconderme porque yo decía, ya viene el sicario, ya me van a matar y es un tema de una afectación psicológica, pero también tus hijos, que si mis hijos salían ya me los van a llevar, me los van a matar, no los voy a encontrar y entonces fue un tema de que saco a mi hija con el mismo intento de suicidio (...) Y mi hija a los 15 años intento quitarse la vida porque era un tema de una presión mía que yo no quería que salieran a la calle que no quería, o sea, era una cosa tenaz y en ese caminar, pues ver morir también a mis compañeros líderes, ver los asesinar como... como morían... compañeras y era... ha sido duro cargar con eso porque uno dice ¿En qué momento me va a llegar a mí y en qué momento dejo a mis hijos solos?” (Chontaduro de Buenaventura)

Mesmo após a assinatura do Acordo de Paz, se evidenciou a continuidade das ameaças, perseguições e assassinatos de líderes frente à reconfiguração dos atores armados nos territórios que, após a saída das FARC-EP, começam a exercer controle político e social movido, sobretudo, pela economia do narcotráfico (Comisión de la Verdad, 2022b). Segundo Martínez e Didier (2023), um ano após a assinatura do Acordo de Paz, os assassinatos de lideranças sociais aumentaram em 32,3%, em comparação com o ano anterior. Isso é revelado também pelas participantes da pesquisa:

“Hay ciertos distanciamientos y sobre todo el hecho de desconocer lo que hay hasta ahora que, además, nos... después de la firma del Acuerdo nos ha costado la vida más o menos a 1.400 líderes y lideresas, siendo más o menos 275 mujeres asesinadas en marco de lideresas en marco de todo este asunto y estamos hablando de 300... son 345 firmantes” (Paz de catatumbo).

As mulheres vêm historicamente exercendo o papel de defensoras do território, de suas vidas e da vida das comunidades afrodescendentes, *palenqueras*, *raizales*, indígenas e *campesinas*. São elas que vêm lutando no cotidiano para a implementação do AFP nos seus territórios, sobretudo aqueles com a presença de cultivos de coca vinculados ao PNIS e programas de restituição de terras, e isso é um dos fatores identificados que explicam as ameaças pelos atores armados (Martínez e Didier, 2023).

A seguir, a líder indígena Thesa Nasa nos conta sobre o assassinatos de líderes indígenas:

“Según el DANE en Colombia, existimos, aún resistiendo a desaparecer después de 530 años de violencia contra nosotros, ¡115 pueblos indígenas! ¡Estamos aquí! Y tenemos una población de 1.905.617 (un millón novecientos cinco mil seiscientos diecisiete) indígenas en Colombia, pero eso solo

contando las cifras actuales en la implementación del Acuerdo de Paz con las FARC y el gobierno y nosotros... han sido asesinados un poco más de 300 dirigentes indígenas” (Thesa Nasa).

Chontaduro de Buenaventura também nos conta sobre os *desplazamientos forzados*, desaparecimentos, assassinatos e ameaças a lideranças afrocolombianas:

“O sea hoy tenemos territorios que están en confinamiento, hay gente nuestra saliendo de nuestros territorios, líderes nuestros siendo asesinados en los territorios, desapareciendo a las personas, entonces para nosotros el conflicto no es una cosa de allá, sino que es una cosa que está allí y que tenemos que vivir a diario (...) Participar o ejercer liderazgo en Colombia es bárbaro, ¡es bárbaro! porque es que no alcanzas a concentrarte en un problema cuando te ves, mira atrás y tenés que estar aquí porque también estás cuidando que no te maten, entonces mantenerse uno vivo o viva en esos procesos es demasiado fuerte” (Chontaduro de Buenaventura).

Flor de Nariño, líder campesina, relata como o descumprimento do PNIS por parte do governo agravou as condições de insegurança das lideranças sociais nos territórios:

“Nos daba miedo pues porque decíamos, ¿y ahora que le decíamos a la gente? ¿ah? ¿con que mentira le salimos? Porque la gente creyó en nosotros. Y en los balances que se han hecho, pues que se hicieron en su momento, nosotros si le decíamos al gobierno, nuestra vida está en riesgo y por eso es también...ósea no sabemos si también, todos los muertos que han habido después de los líderes y lideresas sociales después de la firma del Acuerdo de Paz tienen que ver con la implementación de ese punto, del punto uno, porque imagínese... han... matado a muchos líderes y lideresas y nosotros dejamos de ir un tiempo al territorio. Ósea yo hace por ahí unos... Año y medio que yo volví al territorio y a hablar con la gente, pero ya hablando para conformar la organización. Yo nunca más volví a hablar de lo del tema de los proyectos” (Flor de Nariño).

Os motivos para ameaças e assassinatos de lideranças sociais são diversos e sofreram mudanças através dos anos. Antes da implementação do Acordo de Paz, a justificativa do número de ameaças e assassinatos a lideranças sociais tinha como variável a presença das FARC-EP nos territórios. Entretanto, pesquisas apontam que a assinatura do Acordo e a saída das FARC-EP dos territórios não fizeram com que o número de ameaças e assassinatos diminuíssem, pelo contrário. De 2015 a 2017, a principal variável encontrada foi a presença do cultivo de coca e a presença do Estado (Martínez e Didier, 2023). Apesar desses dados, os autores evidenciam a insuficiência de pesquisas que revelem os reais motivos, que têm relação com as dinâmicas territoriais.

Nesta pesquisa se evidenciou o que Martínez e Didier (2023) já destacaram como causas das ameaças e assassinatos de lideranças sociais, mas, para além dessas, se revela uma tendência de controle da luta de classes por meio do aniquilamento da luta insurgente que se reatualiza ao longo da história política colombiana. Conforme apontado no primeiro capítulo desta tese, as disputas bipartidárias entre liberais e conservadores promoveram uma série de violências e o aniquilamento de qualquer possibilidade de governo de esquerda no país. O conflito armado acentuou as violências perpetradas na Colômbia devido à falta de mudanças estruturais e problemas de acesso à terra, somados aos grupos armados em torno do narcotráfico que constituíram uma grande burguesia nacional e vinculam o legal e o ilegal, bem como mantêm o controle dos territórios.

Uma das expressões das violências do Estado, no controle da luta de classes, foram as ameaças, perseguições e assassinatos de lideranças sociais vinculadas a grupos comunistas e de esquerda, como foi o caso do partido político *Unión Patriótica*. Flor de Nariño, campesina, militante e umas das fundadoras do partido, nos narra:

“Específicamente en los últimos grados de bachillerato pues empezamos con otros muchachos de esa época a organizar a la gente y pues para ese entonces se conformó un partido político que se llamaba la Unión Patriótica, que por cierto pues hasta ahora subsiste, pero la mayoría de sus militantes pues fueron muertos (...) Por eso mismo yo (risas contenidas) pues fui desplazada por los paramilitares hace 20 años por ejercer liderazgo social porque pues nosotros estábamos organizados y hacíamos control social al presupuesto y entonces pues a los alcaldes, concejales y ... no les gustaba que nosotros pues hiciéramos el control social y se aliaron con los paramilitares para desplazarnos a la mayoría pues a algunos los mataron, pues nosotros afortunadamente el partido comunista y la Unión Patriótica pues nos respaldó y entonces nos brindaron protección y nosotros pues salimos con una alerta temprana de la Defensoría del Pueblo y pues nos vinimos a acá (cidade ocultada pela pesquisadora) que es donde uno más fácilmente (risas contenidas) pues no lo identifican porque es una ciudad bien grande” (Flor de Nariño).

Também foi possível evidenciar a particularidade da militância exercida por uma mulher feminista em região rural sob controle territorial armado, conforme apontou Yaku de Putumayo:

“Eh.. aquí en Colombia pues evidentemente no lo hay las... las digamos que primero asociarse a asociarse aquí en Colombia en los últimos años había sido muy peligroso, ¿no? porque ser un líder social y activista, pues le costaba la vida ahora. Ser mujer, querer ser líder encima ser líder feminista en... en una región donde... donde un patriarcado muy fuerte, además, un patriarcado armado ¿no? que es diferente a este patriarcado, digamos aquí en las ciudades

o...centralista, y obviamente es mucho más difícil. Este yo creo que es un muy buen momento para que, por ejemplo, nazcan ese tipo de movimientos feministas aquí en Colombia, ¿sí? feminismo campesino eh.. a favor o bueno que defienden los derechos de estas mujeres cultivadoras” (Yaku de Putumayo).

Outras participantes da pesquisa também me contaram sobre a violências enfrentadas em sua atuação militante na formação de suas organizações políticas. Diante disso, fica evidente que as ameaças, perseguições e assassinatos de lideranças sociais e comunitárias na Colômbia denunciam o *modus operandi* da própria dinâmica do capital assentada na violência para o controle da luta de classes.

3.3 Impactos particulares da realidade brasileira

O impacto particular no Brasil, evidenciado pelas participantes desta pesquisa, guarda uma relação com o avanço do país quanto às discussões da política de saúde mental no que se refere à Redução de Danos - RD, frente a outras modalidades de tratamento para o consumo de substâncias psicoativas. As críticas aos modelos voltados à abstinência e a construção de alternativas ao cuidado são diferenciais no Brasil em relação à Colômbia, sobretudo pela existência do Sistema Único de Saúde - SUS. Ainda que possamos evidenciar seu desfinanciamento, sobretudo no que tange às políticas de saúde mental e drogas, voltadas para o tratamento em liberdade, a existência de um sistema público e universal coloca o Brasil em uma posição diferenciada, em relação à Colômbia, no que se refere à política pública no campo da saúde.

Ressalto que esses avanços são fruto, sobretudo, das lutas sociais, sindicais e populares que vêm debatendo, particularmente a partir da Constituição Federal de 1988, a importância da Redução de Danos e dos direitos à saúde das mulheres e da população negra e indígena no país, pontos que serão tratados no próximo capítulo.

Entretanto, apesar dos avanços e do reconhecimento da Redução de Danos como política pública, as participantes da pesquisa revelam quanto é necessário avançar, sendo a guerra às drogas um impeditivo estrutural à universalização de um tratamento humanizado para as pessoas usuárias de drogas, sobretudo as mulheres.

3.3.1 “Porque os espaços de saúde, de cuidado, eles produzem violência pra esses corpos”: falta de atendimento humanizado às mulheres usuárias de drogas

A relação que indivíduos estabelecem com as substâncias psicoativas é uma forma particular de resposta a determinadas necessidades sociais (Brites, 2017). Entretanto, “as escolhas e ações dos indivíduos sociais diante dos psicoativos só podem ser apreendidas em seus fundamentos se inseridas na totalidade complexa da sociabilidade” (p. 89). Portanto, o consumo de psicoativos está relacionado às condições de vida da população (Passos, 2023).

Ao longo desta pesquisa, venho inferindo como a ideologia proibicionista, materializada na guerra às drogas, é parte da dinâmica de acumulação no terreno oculto do capital, impactando tanto a vida das mulheres trabalhadoras superexploradas no mercado ilegal, quanto das mulheres consumidoras pela criminalização e estigmatização do uso de drogas consideradas ilícitas. Entretanto, um impacto particular identificado no Brasil revela como o metabolismo social do capital, determinado pelas relações sociais de exploração-opressões, também faz parte das dinâmicas de reprodução social da classe trabalhadora pelo Estado, no que diz respeito às políticas sociais e seus acessos.

No campo das relações do consumo de drogas, é evidenciado como a ideologia proibicionista também incide no acesso às políticas de cuidado em saúde mental e drogas. Nesta direção, Passos (2018) destaca que “a violência racial institucionalizada é reproduzida pelas inúmeras políticas e ações estatais” e, portanto, o gênero, a raça/etnia e a territorialidade podem determinar os acessos diferenciados aos serviços voltados ao atendimento ao uso problemático de substâncias psicoativas, bem como o desenho dessas políticas que, neste caso, assentadas na ideologia proibicionista.

Conforme destacam Santos e Pires (2021), o Estado brasileiro tratou com braço penal às pessoas identificadas como usuárias de substâncias psicoativas por meio da repressão, manicomialização e atendimentos voltados à abstinência, ao disciplinamento e à “reinserção social”. Uma prática que segue se reatualizando, mesmo após a reforma da política de saúde mental brasileira por meio da Lei 10.216/2001, conhecida como a Lei da Reforma Psiquiátrica.

Conforme destaca Passos (2018), assim como as prisões, os manicômios são instituições que sustentam a reprodução do capitalismo e a reprodução da força de trabalho, como também reproduzem o racismo e o sexismo da sociedade brasileira como estratégias punitivas e de controle social para o “disciplinamento” e correção social,

sendo, ao longo da história, as pessoas negras, pobres e LGBTQIAP+ os principais alvos da classe dominante.

O que queremos destacar é que essas instituições de violência são funcionais para a reprodução das desigualdades e opressões, além de realizarem o controle dos corpos, comportamentos e subjetividades. A naturalização da violência institucional sobre os corpos negros compõe o modelo manicomial. O manicômio estrutura-se para além de uma edificação, pois mesmo com o fim do hospital psiquiátrico ainda experimentamos inúmeros formatos e formas de apartheid social, expressas pela via da medicalização e patologização da vida, pela internação compulsória, pela esterilização coercitiva, pela higienização urbana e demais fenômenos, ou seja, o manicômio é social, uma vez que ele está introjetado e reproduzido nas relações sociais (Passos, 2018 , p. 13).

A reorientação para o cuidado em liberdade e com enfoque na Redução de Danos (RD), fruto da luta antimanicomial e antiproibicionista, não resultou no desaparecimento da criminalização, estigmatização e violação de direitos humanos em instituições que reatualizam o manicômios, como as clínicas de tratamento voltadas à abstinência a longo prazo e as comunidades terapêuticas (CTs)⁹¹, sendo elas, inclusive, modelos assistenciais que vêm recebendo financiamento público (Santos e Pires 2021). Sobre as CTs, Aquilombada nos conta como elas vêm ocupando espaços de decisão política, sobretudo articulando o moralismo religioso:

“As CTs é uma área de troca dos evangélicos, né, cara? Os caras, eles são muito organizados. Tipo essa eleição do CONADE, foi super disputada, e a CTs ganhou uma cadeira... Tinha 10 cadeiras para sociedade civil, a gente fez um plano e levamos 9. Então, tipo, uma sociedade de pesquisa da UNICAMP... Eles queriam questionar na Justiça a eleição do Conselho, é, e aí, o que eles fazem? Eles não vão falar com a Secretária de Nacional de Drogas. Eles mandam deputado a ligar para o ministro, entendeu? Assim eles chegam no Ministro, né, nos altos escalões do Planalto, que são lugares que o movimento antiproibicionista ainda não chega, né? E por que que a gente não chega?”

⁹¹ “Localizadas, frequentemente, em sítios ou fazendas distantes dos centros urbanos, as CTs realizam internações de longa permanência (de seis a doze meses), por meio das quais executam um programa de reforma moral dos sujeitos, com base no tripé “espiritualidade, trabalho e disciplina”. Os internos têm horários determinados para acordar, comer, cuidar da higiene pessoal e participar de atividades em grupo, como orações e estudos religiosos, além de cuidar da limpeza do estabelecimento, cozinhar e, por vezes, realizar trabalhos agrícolas, agroindustriais, artesanais e de construção civil (Ipea, 2017). O trabalho é percebido, no campo das CTs, como parte fundamental da aquisição da disciplina pessoal e disposições essenciais para a construção de um novo sujeito (Santos, 2018; Brandão, 2017; Rui, 2012). Constituídas como organizações privadas ou não-governamentais, essas entidades recebem financiamento público de diversos estados e municípios brasileiros, assim como do Governo Federal. Dirigidas e operadas, em grande medida, por pessoas que passaram pelo mesmo processo (chamados de “conselheiros”, “monitores” ou “coordenadores”), muitas CTs contam, atualmente, com “equipes técnicas”, formadas por psicólogos, assistentes sociais, médicos e outros profissionais das áreas de saúde, serviço social e educação (Ipea, 2017)” (Santos e Pires, 2021, p. 11).

Porque a gente não conhece essas pessoas? Não, é porque evangélico tem voto, né, e é uma maioria que cresce no Brasil, né, que ainda tem essa cereja, assim, pra gente equacionar, né? É o Brasil, não sei em quantos anos ele vai ser de maioria evangélica, né? Assim, é um dado do IBGE. Então é uma coisa que a gente não controla, também” (Aquilombada).

Com relação às mulheres, evidencia-se que as que realizam uso de substâncias psicoativas e necessitam de atenção especial encontram barreiras de acesso aos serviços de cuidado e assistência social. De acordo com Malheiro (2020), “tampouco essas mulheres existem para a Política de Atenção Integral ao Usuário de Álcool e outras Drogas que é toda formulada para atender o público masculino, não contemplando as especificidades das mulheres” (p. 319). Flora nos revela exatamente essa realidade ao trabalhar com mulheres usuárias de substâncias psicoativas:

“Tanto porque é aquela coisa sempre de serviço, álcool e drogas, né? São poucas as mulheres que aparecem. E aí a gente, esse projeto foi justamente pra gente assim: ‘não, essas mulheres existem’” (Flora).

Vento de Justiça nos conta sobre as drogas que vêm sendo historicamente legitimadas e incentivadas pela indústria farmacêutica, como os antidepressivos e ansiolíticos, medicações que têm levado as mulheres ao uso problemático. Essas mulheres encontram dificuldades de acesso a serviços de saúde, sobretudo as mulheres migrantes:

“Tem o contexto, também, geral do encarceramento feminino, que é o uso de substâncias consideradas legais, né? Especialmente os antidepressivos, né? O autoconsumo dentro da unidade penitenciária, que gera uma dependência quando ela sai. Então a gente tem alguns, vários casos de mulheres que se tornaram dependentes de antidepressivos, de remédios pra dormir, né, que elas falam. Esses remédios, então, esses medicamentos legalizados, essas drogas legalizadas, e aí a adesão a tratamentos, né, nos serviços públicos, é difícil, não só pela barreira linguística, mas também por questões culturais, né, e etc” (Vento de Justiça).

A ideologia proibicionista operada pela guerra às drogas também impacta as políticas públicas com relação ao cuidado. Sendo essa ideologia operada pela lógica doença-crime-proibição, às mulheres, sobretudo as mulheres negras e não-brancas, além de sofrer a criminalização e o estigma do uso, são as que têm sofrido por atendimento desumanizado nos serviços de saúde. Ameericana nos revela sua experiência de vida aos 18 anos de idade, quando começou a fazer uso de maconha:

“Com 18 anos, eu passei por um processo de internação compulsória. Foi um processo que, enfim, minha família solicitou. Muito com essa cultura, com essa ideia do interiorano, que na minha cabeça é careta, de que: ‘ah, meu Deus, ela vai fumar maconha e ela vai traficar’. Era bem essa a narrativa” (Amefricana).

A internação compulsória marcou sua vida, com uma série de violências nesse espaço de tratamento voltado à abstinência a longo prazo, como violações de direitos humanos e violência sexual:

“É, aí, não culpo minha família, porque minha família estava imersa ali, dentro da cultura proibicionista. Mas acho que teve um processo. O processo da internação, ele foi um processo que ativou isso, assim, sabe? Eu passei por muita situação de violência, fui amarrada. Eu passei por situação de abuso, de quase, enfim, de violência sexual. É uma violência sexual, mas não teve o ato. Assédio moral, assim, por parte do psiquiatra. Ameaça de que, é, seu não me comportasse, se eu continuasse questionando o meu tratamento, eu ia receber eletrochoque” (Amefricana).

A RD, em uma perspectiva ampliada, está para além do problema do uso de drogas, consistindo em uma crítica mais ampla sobre as condições de acesso ao cuidado e aos direitos sociais por meio do acesso a bens e serviços ofertados pelo Estado, como saúde, educação, habitação, transferência de renda, etc. (Santos e Pires, 2021). A relação aqui estabelecida é justamente, conforme já demonstrado, de como a reprodução social da força de trabalho (para além da unidade doméstica), que vem sendo negada pela falta de políticas sociais e investimentos sociais estatais, é uns dos principais fatores que tem empurrado as mulheres ao trabalho no mercado ilegal. Revela-se que esse fator também impacta a vida das mulheres usuárias, justamente pela falta de acesso a esses bens e serviços diversos oferecidos pelo Estado, assim como também aos serviços de saúde especializados na atenção ao uso de substâncias psicoativas.

Trevisan e Castro (2018) apontaram, por meio de um estudo de revisão integrativa de produções científicas nacionais e internacionais sobre a caracterização do perfil de usuários/as/es de Centros de Atenção Psicossocial - CAPS e Centros de Atenção Psicossocial a Usuários de Álcool e outras Drogas - CAPSad, que a maioria era de homens, sendo que os índices variaram entre 77,4% e 89,9%. Esses dados nos levam a perguntar: onde estão as mulheres, sobretudo as mulheres negras, nestes serviços?

Passos (2023) aponta o não-lugar das mulheres negras que, historicamente, tiveram negada sua humanidade, e como isso tem rebatimentos nos processos de cuidado

em saúde mental até os dias atuais. Foram elas as responsáveis pelo trabalho produtivo e reprodutivo, tanto na lavoura como na casa grande, tanto fora como dentro de casa, assim como sofreram com a negação da maternidade. O que Passos (2023) chamou de “cuidado colonial” (p. 59), parte de um projeto de dominação, foi desempenhado pelas mulheres negras escravizadas, revelando seu lugar na reprodução social como as responsáveis pelo trabalho reprodutivo de outro - da família branca.

Posto isto, o cuidado humanizado em saúde mental, e também o autocuidado, permanecem inacessíveis às mulheres negras pela destituição histórica da sua humanidade. Amefricana e Flora nos revelam como os serviços de saúde seguem operando a continuação dessa desumanização:

“Porque eu não tinha um problema com drogas. Eu dividia o quarto com uma companheira negra, que tinha um problema com drogas, e ela passava por eletrochoque, assim, sabe? E eu que cuidava dela. Não tinha ninguém para cuidar dela” (Amefricana).

“Porque os espaços de saúde, de cuidado, eles produzem violência pra esses corpos né?” (Flora)

Sempruch e Rychkova (2016) revelam a dificuldade das mulheres usuárias de drogas no acesso aos serviços de tratamento para o uso de substâncias, sendo muitos deles desenhados para homens e apresentando grandes insuficiências, tanto nas instalações físicas, por exemplo a ausência de condições para receber mulheres com filhos/as/es, como também pela falta de profissionais preparados/as/es para lidar com o sofrimento e o adoecimento mental de mulheres e suas necessidades de saúde reprodutiva. Assim, destaca-se o grande desafio para as políticas de saúde mental e drogas, no que diz respeito ao tratamento com enfoque na Redução de Danos, com relação às necessidades específicas das mulheres, sobretudo das mulheres negras.

4. Capítulo 04 - FORMAS DE LUTA E RESISTÊNCIA DE MULHERES FRENTE AO PROIBICIONISMO ÀS DROGAS NO BRASIL E NA COLÔMBIA

Falar de luta e resistência é falar de histórias, de memórias e de sujeitas concretas, pessoas reais. Reconheço que o lugar de onde falo é da academia, mas coube a mim o papel de escutar e recolher em meu corpo o registro marcado por essas vozes. Vozes que também me escolheram para serem ouvidas, pois todos os relatos foram produzidos na relação entre participante e pesquisadora. Por isso, meu maior objetivo neste capítulo é poder refletir eticamente com quem escolhi dialogar e poder contribuir com o debate sobre a luta de classes de maneira ampliada, considerando as pessoas reais que são atravessadas pelo proibicionismo às drogas.

Olhar para a história dessas sujeitas é reconhecer seus olhos de transgressão, de quem ousa lutar por suas humanidades, pelo direito de ser gente. Pelo direito à vida e de seus territórios frente a um capitalismo predatório que, de acordo com Soares (2020), emerge como uma máquina de moer gente com uma boca sedenta de sangue.

Nessa tessitura de lutas e resistências, reconheço os saberes diversos e, longe de qualquer distanciamento proposto por modelos científicos clássicos, falo dessas lutas como uma pesquisadora-militante que também constrói ciência de um lugar de afeto sentipensante, por meio de uma relação que estabeleci com essas mulheres, entendendo suas dores e seus desafios sem romantizar suas lutas e histórias.

A partir desse cimento, pretendo atender a dois objetivos específicos desta pesquisa: o primeiro é compreender as principais pautas e reivindicações dos movimentos e organizações de que as mulheres entrevistadas participam; o segundo é analisar as expressões de unidade dessas lutas a partir da TRS. Para isso, este capítulo será apresentado em três momentos.

No primeiro, retomo a discussão teórica a respeito da categoria classe trabalhadora e da luta de classes a partir da TRS, iniciada na introdução desta tese, demonstrando que as lutas das mulheres no terreno da reprodução social é parte da luta de classes, compreendendo-as como sujeitas da história. Elas são as catalisadoras de potências reivindicatórias que atravessam a classe trabalhadora como um todo. É justamente por estarem na ponte estratégica entre a produção e a reprodução social que elas estabelecem outros diálogos e outras formas de militância.

No segundo momento, busco demonstrar como a *superexploração bélica da força de trabalho* no mercado ilegal - o terreno oculto do capital - impõe estratégias de sobrevivência que são essenciais e fazem parte das lutas e resistências evidenciadas pelas participantes da pesquisa, sendo a organização política a razão fundamental pela qual estão vivas. Evidencio que o conteúdo dessas resistências, nos dois países, se relaciona com a formação social e com o lugar estratégico de lutas no terreno da reprodução social da vida, desafiando a perspectiva teórica e política tradicional sobre o que são historicamente considerados locais de luta de classes. Nesse sentido, apresento as bandeiras de lutas que demonstram contornos comuns e particulares aos dois países, costurando encontros e desencontros na forma como as mulheres de ambos os territórios nomeiam suas lutas e resistências.

O terceiro momento diz respeito aos caminhos para a construção de unidade, evidenciando que as resistências antiproibicionistas são parte fundamental da luta de classes para uma transformação social ampla, demonstrando os caminhos traçados pelas lutas e resistências comuns aos dois países em torno da luta pela sobrevivência e apresentando alguns desafios apontados pelas participantes da pesquisa com relação a sua militância, justamente por vivenciarem a fragmentação de suas lutas e encontrarem desafios de fazer militância frente às opressões, evidenciando a busca por unidade e condição de sobrevivência frente à violência do capitalismo.

4.1 Ampliando o conceito de classe trabalhadora e de luta de classes

Conforme apresentado na introdução desta tese, as lutas e resistências em nosso território se constituem como ponto de partida da constituição da própria classe trabalhadora, na medida em que as relações de dominação existentes desde o período colonial configuram padrões de dominação étnico-racial na transição para o capitalismo dependente, associado a lugares e papéis sociais hierarquizados no trabalho “livre”.

Assim:

As classes sociais são definidas tanto pelas relações de trabalho como pelo conjunto de ideias e valores que historicamente organizam e dão sentido às determinações concretas da realidade. Assim, colonialismos, escravismos e abolicionismos sem direitos são condicionantes estruturais da constituição de proletariados e burguesias latino-americanas, bem como os limites da legalidade democrática e os capitalismos dependentes que são instaurados no

período pós-colonial. À vista disso, as relações entre os Estados nacionais e as sociedades de classes são compostas pelos sujeitos históricos atuantes nas diferentes formações históricas, econômicas e sociais (Silva, 2021, p. 47).

As lutas dos povos originários, das populações negras escravizadas e as resistências históricas de mulheres indígenas, negras e quilombolas evidenciam essa trajetória de luta contra o sistema colonial e pela sobrevivência. Portanto, essa não é uma luta atual; são lutas seculares que vêm garantindo a continuidade dessas existências e marcando de forma diversificada a luta de classes na América Latina.

Entretanto, historicamente, foi considerado pelo marxismo ortodoxo economicista que, na vigência do capitalismo, a luta de classes se dava no interior das fábricas e por meio de greves operárias. Ainda que vários autores – Clóvis Moura (2020), González (2020), Nascimento (2021) e outras/os/es – já abordassem as diversas estratégias de lutas e resistências contra o sistema escravista (como os quilombos, as guerrilhas, as lutas do movimento negro no pós-abolição e lutas pela independência) como lutas importantes em nosso território, estas foram desconsideradas como parte fundamental dos processos emancipatórios.

O sistema de dominação e alienação capitalista abrange relações de poder que vão além do processo imediato de produção, estritamente entendido como a relação entre capital e trabalho. Ele envolve múltiplas determinações de exploração e opressão, o que nos leva a reconsiderar as lutas e resistências empreendidas contra a expropriação da natureza em nosso território latino-americano. Ouviaña (2021), ao analisar os manuscritos de Rosa Luxemburgo, evidencia o quanto foi ignorada pela maioria dos marxistas economicistas a contribuição desta autora para compreender a luta de classes e as formas de reprodução da vida para além do capitalismo, como aquelas forjadas pelas comunidades indígenas e camponesas. Ela ainda destaca:

Assim como existiu uma tradição muito forte dentro do marxismo mais esquemático que postulava a existência de Marx de uma espécie de “essencialismo anticamponês”, e de maneira equivocada tendeu a generalizar algumas de suas análises históricas e afirmações pontuais sobre o campesinato para validar um discurso segundo o qual o sujeito exclusivo da revolução deveria ser o proletariado industrial das grandes cidades, algo similar parece haver ocorrido com os escritos de Rosa. Ao contrário, esse manuscrito, assim como outros materiais e livros elaborados por ela - entre os quais vale considerar especialmente A acumulação do capital -, longe de interpretar essas sociedades agrárias como um obstáculo pernicioso e “selvagem” que é preciso atomizar e compelir a se converter em força de trabalho proletária, em um caminho linear e inevitável rumo ao “progresso”, nos oferece outras formas de

vida distantes do individualismo mercantil e da racionalidade burguesa própria da modernidade capitalista, que contribuem para a desnaturalização das relações sociais em que estamos imersos/as (Ouviña, 2021, p. 142-143).

Essa perspectiva coaduna com a TRS como uma perspectiva teórico-política para iluminar esse acúmulo de lutas em nosso território, e as formas comunitárias de vida social, e compreender, de maneira ampliada, o significado da classe trabalhadora e sua existência para além do local de trabalho. Contudo, isso não significa que o trabalho deixou de ser central na organização social capitalista; pelo contrário, ele segue sendo a força animadora do capital (Bhattacharya, 2023).

As alterações significativas na organização social capitalista, e a reconfiguração da classe trabalhadora precarizada, encobriram significativas formas de acumulação de capital que guardam as determinações inalteráveis desse modo de produção e organização social capitalista (Iasi, 2022). Dessa forma, não é possível considerar trabalho apenas o trabalho assalariado, já que existem outros tipos de trabalhos não remunerados, como o trabalho reprodutivo no interior da unidade doméstica ou qualquer outro trabalho não remunerado realizado, dentro e fora da família, necessários “para criar, manter e restaurar a força de trabalho mercantilizada” (Mohandesi, Teitelman, 2023, p. 74), portanto, essenciais à produção de mais-valor.

Com a reconfiguração da classe trabalhadora e a invisibilidade do trabalho reprodutivo não remunerado, ou até mesmo dos remunerados no setor de serviços, o pensamento pós-moderno fragmentou as identidades coletivas, desassociando seu pertencimento de classe. Conforme destacou Iasi (2022), a mistificação ideológica deixa subsumida a consciência de classe em meio a uma pulverização de pertencimentos e identidades particulares, ocultando as determinações mais profundas. A pluralidade seria lida pela esquerda tradicional como uma barreira para a consciência de classe, provocando uma fragmentação da luta, não sendo possível, assim, pensar a unidade.

O paradigma expresso acima aponta para a fragmentação ou o desaparecimento do suposto proletariado que, sucumbido pelos processos de reestruturação produtiva do capital e da acumulação flexível, registraria o fim do sujeito revolucionário e, portanto, da consciência de classe. Entretanto, considerando que os elementos fundamentais que determinam o modo de organização social capitalista dependente em sua totalidade seguem vigentes, operando a exploração-opressões, dominação e alienação, cabe nos

perguntarmos: quem são os sujeitos da história e quais são suas estratégias de luta no capitalismo contemporâneo?

Bhattacharya (2023) chama atenção para um equívoco que rondou o pensamento crítico sobre a classe trabalhadora, reproduzindo uma visão estreita da mesma e erroneamente decretando o fim da classe trabalhadora e da consciência de classe. Entretanto, se compreendemos a classe trabalhadora de maneira ampliada, conforme apontado por Silva (2021), através de valores, ideias e relações de trabalho com determinações concretas na nossa realidade, podemos evidenciar que ela também “é composta por todas as produtoras que, durante a vida inteira, participaram da totalidade da reprodução da sociedade, independentemente de esse trabalho ter sido pago pelo capital ou permanecer não remunerado” (Bhattacharya, 2023, p. 147). Assim, teremos uma perspectiva mais unitária da luta de classes e “restauramos um senso de totalidade social à classe, imediatamente começamos a reformular a arena da luta de classes” (Bhattacharya, 2023, p. 148).

Sob os comandos do capital, a venda da força de trabalho é indispensável para a sobrevivência, pois é necessário um salário para manter a condição de reprodução de si e de outras pessoas dependentes que coabitam ou não numa mesma unidade doméstica. Entretanto, o capital não renuncia ao controle da força de trabalho quando a/o trabalhador/a sai do local de trabalho, pois seu consumo individual (Marx, 2015) se assenta em um padrão de necessidades que são sempre históricas e mutáveis, a depender do próprio desenvolvimento capitalista e da luta de classes. Por isso, conforme apontou o próprio Marx:

Por conseguinte, o próprio trabalhador produz constantemente a riqueza objetiva como capital, como poder que lhe é estranho, que o domina e explora, e o capitalista produz de forma igualmente contínua a força de trabalho como fonte subjetiva de riqueza, separada de seus próprios meios de objetivação e efetivação, abstrata, existente na mera corporeidade do trabalhador; numa palavra, produz o trabalhador como assalariado. Essa constante reprodução ou perpetuação do trabalhador é a *sine qua non* da produção capitalista (Marx, 2015, p. 786-787).

O consumo individual (Marx, 2015) e os meios de subsistência da classe trabalhadora que se convertem em padrões de necessidade não são invariáveis, mas

forjados pela cultura, pelo desenvolvimento histórico das sociedades e pela luta de classes, por exemplo.

Além disso, enquanto para o capital, o valor da força de trabalho tem sempre como parâmetro a obtenção de mais-valor, objetivo final da produção, para a classe trabalhadora assalariada, a venda dessa força de trabalho é o meio de satisfazer suas necessidades básicas. Portanto, conforme apontou Bhattacharya (2023), a reprodução é um espaço de conflito de classe que acontece sob tendências contraditórias, mas que não está separado da reprodução do capital, embora a produção e a reprodução de trabalhadores possam ser realizadas em lugares espacialmente separados. Voltando nas palavras do próprio Marx (2015):

O capital que foi alienado em troca da força de trabalho é convertido em meios de subsistência, cujo consumo serve para reproduzir os músculos, os nervos, os ossos, o cérebro dos trabalhadores existentes e para produzir novos trabalhadores. Dentro dos limites do absolutamente necessário, portanto, o consumo individual da classe trabalhadora é a reconversão dos meios de subsistência, alienados pelo capital em troca da força de trabalho, em nova força de trabalho a ser explorada pelo capital. Tal consumo é produção e reprodução do meio de produção mais indispensável ao capitalista: o próprio trabalhador. **O consumo individual do trabalhador continua a ser, assim, um momento da produção e reprodução do capital, quer se efetue dentro, quer fora da oficina, da fábrica etc., e quer se efetue dentro, quer fora do processo de trabalho, exatamente como ocorre com a limpeza da máquina, seja ela realizada durante o processo de trabalho ou em determinadas pausas deste último.** O fato de o trabalhador realizar seu consumo individual por amor a si mesmo, e não ao capitalista, não altera em nada a questão. (...) **A manutenção e reprodução constantes da classe trabalhadora continuam a ser uma condição constante para a reprodução do capital.** O capitalista pode abandonar confiadamente o preenchimento dessa condição ao impulso de autoconservação e procriação dos trabalhadores. **Ele apenas se preocupa em limitar ao máximo o consumo individual dos trabalhadores, mantendo-o nos limites do necessário,** e está muito longe daquela rusticidade sul-americana que obriga o trabalhador a ingerir alimentos mais nutritivos, em vez de outros menos nutritivos (Marx, 2015, p. 788-789, grifos meus).

Ao passo que a classe trabalhadora tem suas necessidades de consumo limitadas ao limite do necessário, o capital se move na tendência de criar novas necessidades de consumo e, por isso, “o crescimento das necessidades dos trabalhadores no capitalismo é, portanto, uma condição inerente à produção capitalista e à sua expansão” (Bhattacharya, 2023, p. 135). Isso significa que o crescimento das necessidades de trabalhadores/as faz parte do processo de expansão e valorização do capital. Fica evidente que, embora a mercadoria especial - a força de trabalho - seja produzida fora dos circuitos da produção de valor, esta está vinculada a ele.

Posto isso, é necessário salientar que, além do consumo individual, o acesso a bens e serviços ofertados pelo Estado (e, no capitalismo neoliberal, pelo mercado) também é essencial para a reprodução social da força de trabalho. A existência desses bens e serviços públicos depende do investimento estatal, este relacionado às disputas entre capital e trabalho. Assim, a luta por melhores condições de salários é apenas uma parte da luta contra o capital, mas por quê?

Segundo Bhattacharya (2023), ao compreender o poder do capital como absoluto e mistificado, podemos entender que a luta contra um chefe individual ou um coletivo de chefes no local de trabalho, por meio de sindicatos, não altera o capital geral, já que trabalhadores seguirão submetidos/as/es à venda da força de trabalho para sua sobrevivência, além de que, no capitalismo dependente, o pagamento do salário nunca será suficiente para satisfazer suas necessidades de reprodução. Entretanto, se transcendemos o local de trabalho, enfrentamos o capital na sua totalidade, alcançando o terreno da reprodução social.

Ruas (2021) destaca que a consciência de classe é produzida por processos diferenciados que se relacionam com os diferentes níveis de acesso da classe trabalhadora aos aspectos básicos de reprodução social da vida, e é essa classe trabalhadora em luta pela sobrevivência, no terreno da reprodução social, que molda diferentes subjetividades e novas estratégias de lutas e resistências:

Compreender a complexidade da vida sob o capitalismo depende da percepção e da consciência de que a classe trabalhadora é produzida através de processos *diferenciados*. É preciso considerar que, concretamente, as diversas frações da classe trabalhadora possuem diferentes níveis de acesso a aspectos básicos para produção e reprodução de sua força de trabalho, o que molda diferentes subjetividades e diferentes estratégias de resistência no interior dessa classe. Historicamente, o acesso à infraestrutura básica, aos meios de subsistência e ao trabalho foi diretamente regulado pelo Estado através das relações de raça, gênero, sexualidade e classe (Ruas, 2021, p. 409).

Nessa mesma direção, Bhattacharya (2023) aponta que, “tomando por base o próprio Marx, não há uma explicação completa de que apenas a luta econômica por salários e benefícios no local de trabalho pode ser chamada de luta de classes” (p. 142). Marx, ao analisar a tendência histórica da superação da ordem do capital, não projetou um sujeito histórico fora de sua época. Assim, os sujeitos históricos são produtos das relações sociais e das contradições inerentes aos processos de acumulação do capital e de

reprodução social da vida, ou seja, são aquelas e aqueles que antagonizam com a ordem do capital, seja no local de trabalho ou fora dele. Por isso, a classe trabalhadora hoje é diversa e a construção de suas subjetividades e consciência coletiva passa pela relação “exploração, expropriação, dominação e opressão” (Ruas, 2021, p. 409). Nesse sentido, o desafio teórico está em “entender a relação entre essa existência e a vida produtiva sob o domínio direto do capitalista” (Bhattacharya, 2023, p. 120).

As necessidades de sobrevivência frente às mudanças na vida da classe trabalhadora podem fazer emergir batalhas que estão fora do processo de produção ou da luta por salários. Nesse sentido, os movimentos sociais que estão lutando por melhores condições de vida cumprem um papel fundamental na luta de classes, sobretudo no neoliberalismo, onde as relações de trabalho formais são quase escassas (Bhattacharya, 2023).

Ainda assim, para a TRS lutas mais amplas, inclusive aquelas que emergem “fora” do local e das relações de trabalho, **como as revoltas contra o Estado ou contra a ordem política vigente, devem ser consideradas como aspectos da luta de classes (...)**. Assim, lutas por melhores condições de vida, pelo bem-viver, por recursos naturais, por direitos humanos, por moradia, pelo meio-ambiente, contra as medidas de austeridade, carga tributária injusta/regressiva e contra a violência policial, por exemplo, devem ser consideradas aspectos da luta de classes. Esta pode assumir diversas formas (ibid., p. 86-88) (Ruas, 2021, p. 409, grifos meus).

Por isso, a noção de classe trabalhadora como pessoas assalariadas deve ser ampliada, pois a relação de dominação do capital não se restringe ao local da produção direta de mercadorias e as motivações das lutas não se restringem a melhores condições de salário, assim como “as relações sociais externas ao trabalho assalariado não são acidentais, pois assumem uma forma histórica específica em resposta a ele” (Bhattacharya, 2023, p. 144). Isso significa que o capital não é indiferente à raça/etnia, ao gênero, à territorialidade, à sexualidade etc., e, portanto, essas não podem ser consideradas, *per se*, como pautas meramente identitárias.

As diferenças heterogêneas da classe trabalhadora têm relação com o tipo de acesso a bens e serviços e com o atendimento de suas necessidades sociais. Os acessos diferenciados de reprodução social, a depender da raça/etnia, classe, gênero, território e sexualidades, produzem um tipo específico de força de trabalho, aquela que é paga muito abaixo de seu valor. Podemos evidenciar como o racismo e o sexismo operam nessa

realidade, e não apenas no mercado de trabalho com o acesso ao emprego formal, à renda, moradia, saúde, educação etc., mas também em relação à maior ou menor exposição à violência policial e aos danos ambientais, por exemplo. Portanto, essas pautas são de interesses centrais da classe trabalhadora como um todo.

Reforço que superar a visão estreita de classe trabalhadora e de luta de classes, para além dos espaços de trabalho formal assalariado, não é defender que a consciência de classe desapareça, mas é reconhecer a dimensão anticapitalista nos diversos tipos de lutas e resistências, além de considerar estas práticas políticas como espaços potentes de formação de consciência de classes, permitindo avançar da “classe em si, de classe para si” (Marx, 1976). Nesse sentido:

Compreender a maneira complexa, porém unificada, da produção de mercadorias e da reprodução da força de trabalho nos ajuda a entender como a alocação concreta do trabalho total da sociedade é socialmente organizada de maneira generificada e racializada, por meio de lições que o capital aprendeu nas épocas históricas anteriores e por meio de sua luta contra a classe trabalhadora. **O processo de acumulação, portanto, não é indiferente às categorias sociais de raça, sexualidade ou gênero; ao contrário, procura organizar e moldar essas categorias que, por sua vez, age sobre a forma determina de extração de trabalho excedente, A relação salário/trabalho impregna os espaços da vida cotidiana não remunerada** (Bhattacharya, 2023, p. 146-147, grifo meu).

O ataque do capital predatório e neoliberal está para além da produção e avança, de forma destrutiva, sobre múltiplas dimensões da sociabilidade vinculadas às condições de reprodução social da própria vida, seja limitando o acesso a bens e serviços por meio de privatizações, seja destituindo populações de sua condição de humanidade, destruindo maneiras alternativas de reprodução da vida, apagando a memória ou expropriando territórios. Isso nos coloca frente à tarefa de considerar a reprodução social como uma arena de lutas insurgentes, possibilitando a construção de uma solidariedade de classe para romper com fronteiras e divisões.

4.2 “Pra sobreviver eu tive que me organizar politicamente”: luta e resistência pela reprodução social da vida no terreno oculto do capital no Brasil e na Colômbia

Se nossa perspectiva teórico-metodológica e política busca a totalidade, também é urgente evidenciar os processos de luta pela reprodução social no terreno oculto do

capital - o mercado ilegal. A ideologia proibicionista, materializada na guerra às drogas, ao ocultar o fato de que a criação do mercado ilegal é produto do próprio sistema capitalista, precisou produzir um inimigo a ser combatido: as classes perigosas (pessoas negras, indígenas, *campesinas* e subversivas), ocultando a real burguesia do narcotráfico aliada à dominação imperialista e à reprodução ampliada de capital. Portanto, a ideologia proibicionista é um instrumento da burguesia que se utiliza das necessidades de reprodução social da classe trabalhadora para empurrar a mesma para o mercado ilegal e operar a *superexploração bélica da força de trabalho* por meio de um conjunto de estratégias políticas, jurídicas, econômicas e militares, mantendo a dominação imperialista nos territórios e o controle da luta de classes.

Os impactos da guerra às drogas na vida das mulheres, apresentados no capítulo 3, não são sentidos passivamente, mas frente a eles existe um chamado para a organização política como estratégia de sobrevivência contra a letalidade bélica do capital. Em outras palavras, a violência e a desumanização empregadas pela guerra às drogas apresentam uma relação necessária, porém contraditória, com o capital: ao mesmo tempo em que o mercado ilegal necessita da vida humana e ambiental, chocam-se as condições pelas quais se reproduzem a vida com as necessidades de acumulação de capital por meio da violência, que joga contra a própria vida. Essa contradição eleva o patamar das lutas contra esse *modus operandi*, primeiro como uma resistência que permite às mulheres se manterem vivas em meio à guerra às drogas; e segundo pela luta organizada.

As participantes desta pesquisa revelaram que, tanto no Brasil como na Colômbia, a organização política é parte fundamental para se manterem vivas, seja essa sobrevivência material ou cultural, vinculada à sua identidade frente ao extermínio bélico de determinadas vidas e subjetividades:

“Lo que me mueve a estar en esta bella tarea, es que los pueblos indígenas estamos en un proceso de exterminio físico y cultural. Nos prohíben comer pescado porque nos están envenenando nuestros ríos, pero nuestra gente vive del río, vive alrededor de los ríos (...) Los abuelos y las abuelas están muriendo, los niños están naciendo con deformidades, las mujeres están teniendo cáncer de útero y estos datos no se registran en las instituciones” (Thesa Nasa).

Semente de Tibú revela uma violência escancarada pelo conflito armado que, conforme apontado, articula a luta contrainsurgente com a justificativa de combate ao narcotráfico, desafiando ainda mais as condições de militância nesse território:

“Entonces fue muy fuerte porque yo casi no vi a mi hija, sino caminar... Luego enseñé a leer a mi hija luego enseñé a leer fue a ... a los dos mayores, a los menores no (suspiro). Hasta que un día me cansé y escuché que había unas mesas de víctimas y que uno se podía postular por la discapacidad que uno tuviera... por otro, yo soy discapacitada de mi brazo, mi mano, un accidente, eh... de los paramilitares cuando entraron a La Gabarra me pasaba una canoa por encima. Entonces me postulé a la mesa de víctimas. (...) Me dijo ‘no más’, no va a estar escondida, sí, salí de frente, a denunciar el falso positivo de mi esposo y salí a las marchas... fui a la asociación campesina del Catatumbo ASCAMCAT, que estaba denunciando denunciar el falso positivo” (Semete de Tibú).

No Brasil, as participantes revelaram também que se manterem vivas é parte fundamental da luta e é justamente esse motivo que as leva à luta organizada como uma estratégia de sobrevivência, seja material ou cultural:

*“Porque existe uma resistência mesmo, né? Dessa identificação, desse apagamento de todo esse processo. Então isso também respinga na minha subjetividade de não entender de onde vem, por exemplo, né? Como eu estava falando para você antes... A gente vê os parentes em retomada, se reafirmando numa força muito grande, né? E os indígenas que cresceram, que experienciaram aquele território, estão se distanciando por vários motivos, né? Mas, óbvio, não é que isso não seja uma comparação, entendeu? Mas refletir mesmo esse processo mesmo, de, como é que eu posso falar? De autoidentificação como um processo que, para muitos, é um processo de dor, que relembra um momento em que a pessoa agora se sente, sei lá, mais civilizada? Então não faz questão de lembrar, entende? Ou de resgatar aquela fase, né? (...) Do povo estar ali resistindo e precisar se nutrir do coletivo para conseguir resistir, **para conseguir estar ali, pra conseguir sobreviver!**” (Acayú)*

“Então, eu sinto que esse lugar da organização política, para algumas pessoas, é compulsório. Assim, é quase como uma estratégia de sobrevivência, pra sobreviver eu tive que me organizar politicamente” (Existência).

“Eu acho que não lutar e não estar na disputa não é nem uma opção, sabe?” (Aquilombada).

Evidencia-se que as estratégias de luta e resistência contra a guerra às drogas representam uma forma de sobrevivência frente à violência bélica e, portanto, manter-se viva e apostar em estratégias de sobrevivência material e cultural é parte fundamental da luta de classes no terreno oculto do capital.

Como já mencionado, as lutas travadas no Brasil e na Colômbia têm suas particularidades e são nomeadas de diferentes formas, ainda que representem, no concreto, pautas relacionadas com a reprodução social da vida, seja a vida humana, seja

também a vida ambiental e territorial. Assim, a partir de uma análise de totalidade proposta pela TRS, argumento que demandas ligadas ao campo da reprodução, nos dois países, têm traços gerais comuns e particulares, apontando para encontros e desencontros entre as bandeiras de luta, conforme pode-se visualizar na imagem abaixo:

Ilustração 4 - Encontros e desencontros nas pautas e bandeiras de lutas no Brasil e na Colômbia



Elaboração própria realizada no Canva a partir da análise dos resultados.

4.3 Luta e resistência pela reprodução social em meio a guerra às drogas na Colômbia

Como traço geral, as bandeiras de luta na Colômbia estão relacionadas com a formação social do país e toda a problemática apresentada em relação à concentração de

terras, ao conflito armado e ao narcotráfico como uma estratégia de domínio dos territórios pelos atores armados.

A partir das vozes das mulheres participantes desta pesquisa, ganharam relevo as lutas das mulheres, em sua maioria em movimentos e organizações sociais mistas (que não são exclusivas de mulheres), revelando seu protagonismo na defesa da reprodução social da vida. Isso quer dizer que, além de serem as principais responsáveis pelo trabalho reprodutivo, portanto, pela reprodução social da força de trabalho, elas também são as responsáveis pelo trabalho de reprodução social mais amplo e comunitário, voltado à reprodução da vida ambiental e territorial.

Essa dimensão coletiva é nítida no relatório da *Comisión de la Verdad* (2022b) que aponta que *“las mujeres sienten que los muertos son responsabilidad de todos; por eso, muchas enterraron cadáveres de desconocidos, recogieron los huesos de quienes podrían haber sido sus hijos, esposos o parientes. Llenaron de flores los cementerios y rezaron por los propios y los ajenos”* (Comisión de la Verdad, 2022b, p. 16).

Portanto, as lutas das mulheres na Colômbia têm forte vinculação com as múltiplas consequências da guerra às drogas e com a *superexploração bélica da força de trabalho* na economia cocaleira, sendo a belicidade acentuada pelo conflito armado. Esse contexto as tem convocado à luta e resistência para manter viva sua história, sua memória, seu território, seus/suas filho/as/es e a busca por sobrevivência.

Conforme apontado no capítulo anterior, a Colômbia é um dos países mais perigosos para defensores/as de direitos humanos (Dejusticia, 2024) e as lideranças têm sido ameaçadas, assassinadas e violentadas. Por isso, fazer resistência nesse país tem sido um desafio. Assim, essas lutas e resistências de mulheres, no terreno oculto do capital, são históricas e urgentes para pensar outro modo de organização social de maneira ampliada.

Revela-se uma luta vinculada, sobretudo, às lutas de mulheres de territórios rurais e a todas as problemáticas enfrentadas no campo, por disputas de territórios, frente às economias ilegais e extrativistas que remontam a uma história de invasão e dominação colonial, sendo essa lógica a que sustenta o capitalismo predatório atual, expropriando territórios e eliminando qualquer possibilidade de alternativa de vida fora dos circuitos capitalistas.

4.3.1 “*Es urgente avanzar en la titulación de tierra*”: pela Reforma Rural Integral e Titulação de Terras

Na Colômbia, a organização política se expressa de maneira comunitária e territorial, associada, sobretudo, à demanda histórica pela Reforma Rural Integral (RRI), proposta no primeiro ponto do Acordo Final de Paz (AFP). A RRI pretende assentar as bases de uma mudança estrutural no campo colombiano atravessado pelo conflito armado e pela expropriação e concentração históricas de terras. No primeiro eixo do AFP, está proposto um conjunto de ações voltadas à democratização, à restituição e ao acesso formal, bem como ao uso da terra voltado ao desenvolvimento da agricultura *campesina*, familiar e comunitária (Governo colombiano, FARC-EP, 2016).

De acordo com Pulido (2024), a RRI apresenta quatro pilares: o acesso e o uso da terra; planos nacionais com fim de prover bens e serviços públicos de infraestrutura, com acompanhamento técnico e financeiro, voltados à produção orgânica e agroecológica de alimentos; enfoque territorial transversalizado em todos os programas, visando um mecanismo de planejamento junto às comunidades locais, sobretudo das zonas mais afetadas pelo conflito armado e com maior concentração de cultivos ilícitos; e o último pilar tem relação com a segurança alimentar e nutricional, considerando características regionais e particularidades das comunidades rurais.

A RRI também busca garantir uma perspectiva étnica e cultural do acesso e uso da terra, propondo mecanismos para garantir a segurança jurídica de territórios tradicionais e ancestrais, e respeitando as formas próprias de relacionamento com o território. Isso inclui a demarcação e titulação de terras à comunidade afrocolombiana, *palenquera* e *raizales* - que são os territórios comunitários -, à comunidade *campesina* - que são as zonas de reserva *campesina* -, e à comunidade indígena - que são os resguardos indígenas.

Portanto, os *Programas de Desarrollo con Enfoque Territorial* (PDET) buscam contemplar mecanismos especiais de implementação da RRI para a população afrocolombiana (incluídas a *palenquera* e *raizales*), indígena e *campesina*, preservando os usos ancestrais.

Nesse sentido, as participantes desta pesquisa evidenciaram com centralidade essa bandeira de luta para as mulheres que constroem e sustentam o território:

*“Entonces el compañero se va a 3 semanas al monte a trabajar, ella se queda acá, pero ellos no salen de acá de este pedazo de tierra ¿sí? ellos siguen acá, sí, acá donde tienen la casita, donde tienen como la comida, entonces qué pasa es que la hipótesis que a nosotros tenemos es **que es urgente avanzar en la titulación de tierra porque en la medida en que se avance en la titulación de tierra, aquí con doña Rosalba, aquí con doña Melania, aquí con todas las mujeres que sostenemos el territorio porque lo sostenemos**, vamos a generar la apropiación y ya no vamos a querer irnos para acá porque genera ya una seguridad, una seguridad sobre la tierra” (Yaku de Putumayo).*

Thesa Nasa, líder indígena, destaca a importância do reconhecimento jurídico dos territórios coletivos:

*“Tenemos que dejar cosas estratégicas para que, independientemente de quien venga en los próximos cuatro años, tengamos la mano de obra para seguir defendiendo los derechos, y entre ellos está el tema de las garantías... nosotros decimos **priorizar el reconocimiento jurídico, la entrega de la propiedad jurídica de los territorios colectivos**, que son: las reservas campesinas, los resguardos indígenas y los territorios comunitarios” (Thesa Nasa).*

Chontaduro de Buenaventura, líder afrocolombiana, destaca a importância de se pensar em uma reforma agrária que seja integral, mas que considere as realidades específicas, e, assim como aponta o AFP, que não se trate apenas de uma distribuição, mas sim da criação de condições para produzir e vender produtos tradicionais - ou seja, do investimento estatal em infraestrutura e na garantia da segurança alimentar:

*“Entonces nosotros necesitamos comunicarnos, necesitamos sentirnos que... que somos comunidad y yo creo que mientras los programas, digamos Petro o con el tema de drogas, con todo lo que se quiere hacer frente, digamos, sobre todo el tema de la reforma agraria que para nosotros también es positiva. **Esta reforma tiene que pensarse teniendo en cuenta esas realidades y tener en cuenta esa realidad es mirar cómo el campesinado, este país negro, indígena, mestizo, como sea, cómo se le da las posibilidades que lo que él produce se le pueda vender con ¡dignidad!**” (Chontaduro de Buenaventura).*

A líder campesina Paz de Catatumbo defende a importância da titulação de zonas de reserva campesinas e que esta venha acompanhada de um plano que leve em consideração a proteção de zonas de reserva e preserve o meio ambiente e a biodiversidade, pontos também destacados pelo AFP.

“Ya en el año 2010, 2011, 2012 nosotros llegamos a acuerdos con el gobierno, se hicieron unas audiencias populares, fueron 7 audiencias populares. Estas audiencias populares se dieron en 7 municipios donde ASCAMCAT en ese

momento tenía trabajo y aquí se hicieron varias propuestas, iban tres líneas. El tema de Derechos Humanos, garantía de Derechos Humanos. Esas jornadas se hicieron en compañía con cada alcalde de municipio y la gobernación y gobierno nacional, específicamente Ministerio de Agricultura y Ministerio del Interior, y ahí salió entonces el tema de garantías, el tema de la sustitución para que la gente dijera si estaban de acuerdo con los puntos que proponían para la sustitución, la gente ¡aprobó! a través de declaraciones políticas que estaban de acuerdo. Y el tema de zona de reserva campesina del Catatumbo, que es una iniciativa que hemos venido forjando desde ese entonces, precisamente fue una alternativa primero de territorialidad, de permanencia en el territorio. Segundo una alternativa porque esa zona de reserva debe venir acompañada de un Plan de Desarrollo sostenible y un Plan Ambiental” (Paz de Catatumbo).

Flor de Nariño, líder *campesina*, destaca a importância de garantir às mulheres a titulação das terras, visto que a maioria das terras tituladas são de homens, ainda que as mulheres sejam as principais responsáveis pela produção agrícola:

“La mayoría de campesinos y campesinas en Colombia pues apoyamos a Petro y eso pues para nadie es un secreto (risa contenida) entonces pues ahí vamos y ahí estamos y pues aspiramos que en este gobierno hayan buenos proyectos que se le legalice la tierra al campesino porque pues aquí la mayoría de los campesinos y campesinas tienen un pedazo de tierra, los que tienen, porque hay muchos que no tienen porque aquí en Colombia pues la concentración de la tierra es de un 85% está en manos de muy pocos y el otro 15% los tienen los pequeños y medianos productores que son los campesinos que están en el territorio porque la mayoría de las mujeres en Colombia no tenemos titularidad de la tierra” (Flor de Nariño).

Portanto, a pesquisa evidenciou que, nesse país, a pauta principal gira em torno da terra e do território. Entretanto, mesmo que aparentemente possa ser uma pauta distante do proibicionismo às drogas, no fundo ela guarda relação estrutural com os cultivos ilícitos, o narcotráfico e o conflito armado, tanto que o AFP reconhece que o ponto 4 sobre o “problema das drogas ilícitas” está relacionado com o ponto 1, que diz respeito à “Reforma Rural Integral”.

4.3.2 “Ni estigmatización ni judicialización”: pela legalização, regulamentação das drogas e condições básicas para substituição de cultivos ilícitos com reparação às vítimas da guerra às drogas

Conforme exposto no item anterior, pensar em uma mudança na política proibicionista na Colômbia é pensar no acesso à terra e nas demandas derivadas dessa centralidade. De acordo com o AFP (2016, p. 104), “*El Programa Nacional Integral de*

Sustitución de Cultivos de Uso ilícito se implementará en el marco y como parte de la Reforma Rural Integral (RRI).”

Nesse sentido, as participantes desta pesquisa destacaram a articulação entre as mudanças com relação ao problema das drogas e a RRI. Thesa Nasa destaca que se começa a mudar a forma de produção na medida em que se tem acesso formal à terra:

*“Entonces vemos que la gente que por lo menos ha empezado este proceso de asegurar su pedacito de tierra es gente que también está empezando a cambiar su forma de producción, su forma de economía, porque también hay situaciones que los van a afectar, porque si tienen coca, va a ver extinción de dominio, van a perder su tierra... He visto muchas cosas, pero **nosotros decimos que la mejor forma de poder controlar y lograr estos procesos de cambio de economías ilegales por economías legales es garantizando la propiedad colectiva de los territorios.** A nosotros en figura de resguardos, a los afros los territorios colectivos de comunidades negras y a los campesinos con zonas de reservas campesinas porque así tenemos control interno” (Thesa Nasa).*

Paz de Catatumbo aponta a importância do cumprimento do PNIS por parte do governo colombiano, do acesso à terra, da titulação, das garantias de sobrevivência no território e, sobretudo, da luta contra a guerra às drogas por fumigações com glifosato:

*“Nosotros como propuesta decimos, eso lo que siempre he dicho. **Primero que se debe retomar el Acuerdo de Paz con el punto uno y cuatro.** Para nosotros es fundamental el tema del PNIS, retomarlo y volver a ganarnos la confianza de las comunidades, ¿sí? ¡cumplírlle! a esas comunidades, a esas familias y a esas personas, ¡pero! que no solo es sustituir, sino que tiene que ir de la mano con el punto uno del acuerdo de paz. Y ese punto uno es el tema de acceso a la tierra, la titulación, el saneamiento de los territorios, o sea, generar esas garantías. Sumado a eso, pues que no se puede seguir amenazando al territorio con fumigar con glifosato, o erradicando violentamente, esa no es la salida esa” (Paz de Catatumbo).*

Com relação ao ponto 4 do AFP, no que se refere à substituição de cultivos ilícitos, revelam-se particularidades com relação às demandas da população indígena devido à relação que estabelecem com o uso ancestral da folha de coca. Portanto, a bandeira para os povos indígenas no país não é substituir o cultivo da coca, e sim promover uma mudança com relação ao seu uso. Já as comunidades *campesinas* e afrocolombiana destacam a importância de ter condições para garantir a substituição de cultivos de maneira voluntária, já que sua relação com o cultivo vem sendo atravessada pela violência promovida pelo narcotráfico e grupos armados.

Thesa Nasa conta sobre esses desencontros nas agendas de luta com relação à substituição de cultivos:

*“Entonces, en este punto, **no hemos podido coincidir con los campesinos**, por ejemplo. No hay una legislación campesina en el país que quiera sustituir la economía ilegal por la economía legal alrededor del cultivo de coca, porque con el PNIS volvemos al tema del asistencialismo” (Thesa Nasa).*

Ela ainda destaca que a luta dos povos indígenas não é para substituir o cultivo, porque isso fere a memória milenar e a cosmovisão com relação à planta, sendo necessário mudar a relação do uso para que estejam garantidos outros tipos de relação com as plantas sagradas. Nesse sentido, defende, com maior centralidade, a regulamentação da economia cocaleira:

*‘A nuestro entender, sustituir el cultivo de nuestra planta sagrada de coca por el cultivo de cacao, por ejemplo, es **perder, desperdiciar, acabar con una memoria** de veinte o más años que los cultivadores han pasado sembrando coca y eso es conocimiento, una expertise que se va a desperdiciar, ¿eh? **Porque no hay que sustituir los cultivos. Lo que hay que hacer es transformar la planta, ¿sí?** Bueno, porque por un lado... nosotros pueblo Nasa han venido dando ejemplos de cosas, de cómo usarla, ¿no? **Cuando aprendes a mambear, entiendan lo que es mambear, porque daremos para que mambeem, pero mientras tanto, cambiamos la economía porque eso es lo que hay que cambiar. Así que volvíamos legal la economía”** (Thesa Nasa).*

*“Entonces, dijimos que tenemos que hacer esta transformación y empezamos a mirar qué necesitamos, por ejemplo, en términos de equipos y de infraestructura para hacer todo este tipo de producción y empezamos también a devolverle la vitalidad, a limpiar la planta sagrada que nos ha hecho creer que es el diablo y que es... **tenemos que dejar de matarla porque nos está matando, cuando quien nos está matando somos nosotros mismo”** (Thesa Nasa).*

É importante ressaltar que, apesar dessa particularidade nas pautas, as organizações *campesinas* de que as mulheres entrevistadas fazem parte compreendem a importância da mudança na política proibicionista a nível internacional, uma vez que ela vem promovendo a estigmatização, a violência e o encarceramento de cultivadores/as e pequenos traficantes. Entretanto, a pauta central em torno da organização *campesina* e afrocolombiana é com relação às condições básicas para promover a substituição de cultivos e a sobrevivência na ruralidade, reconhecendo que esses cultivos já estão nas mãos de narcotraficantes e grupos armados e que isso tem subjugado a comunidade negra *campesina*, conforme se evidencia na fala a seguir:

*“Eh... **la no estigmatización ni judicialización** de hombres y mujeres que los encontraban en un corte de coca o muchas veces traficando una... un 1 kilo de base de coca y pues les estaban condenando hasta por 20 o más años de cárcel por ese delito(...) Ellos son los que realmente terminan recepcionando esa base de coca esa... base no, terminan recepcionando la heroína y la cocaína y, pues terminan consumiéndola, entonces debe ser una política en doble vía, ¿sí?, **una política en que la lucha contra las drogas no debe ser ni con glifosato, ni con las balas, ni con ejércitos, sino que ser una sustitución gradual, social, concertada, estructural y ¡que a la par!**” (Paz de Catatumbo)*

*“Sino que pues los Estados Unidos.. La Unión Europea, ¡todos! **tiene que ver en lo de la política antidrogas**, y pues, yo recuerdo porque yo escuché parte del discurso de Petro allá en las Naciones Unidas, donde, pues, el hizo importantes planteamientos, por ejemplo, ósea uno que me llamo bastante la atención fue el tema de lo de la deuda, porque es que si, ósea, si los gobiernos que somos del tercer mundo como nos llaman (risa contenida) ósea, no se invirtiera tanto en el pago de intereses a la deuda, pues yo creo que toda esa plata se puede invertir acá, ósea, se puede fomentar la agricultura...”(Flor de Nariño)*

*“**Porque se le trata con dignidad y que el campo también hay que darle condiciones de vida, de escuelas, de agua, porque no se tiene. Que le.. digamos, todo el tema de la virtualidad, todo el internet ¡tiene que llegar al campo! Porque eso también es bueno allá. Entonces no se puede pensar que el campesino se va a quedar perdido en la ciudad, yo solamente tenga que salir de allá con espejito o le compran el producto y chaolin, no, al campesino hay que darle conexiones para que incluso la gente que esté en la ciudad vuelva al campo**” (Chontaduro de Buenaventura).*

Além disso, uma pauta importante com relação às políticas voltadas para a legalização e a regulamentação é que elas sejam realizadas junto a uma reparação das vítimas da guerra às drogas:

*“Después de todo ese desastre por parte del Gobierno, eh... nosotros logramos entrar al gobierno nacional en la Mesa de Interlocución de Acuerdos nuevamente y ahí sí ya no íbamos con 3 o 4 puntos, ahí llegamos con 11 puntos y uno de los puntos centrales era: **derechos humanos, eh... sustitución de cultivos de usos ilícitos, reparación de 400 familias que fueron erradicadas violentamente, sin garantías, familias ¡pobres!**, muy pobres que les erradicaron y las familias están aguantando absolutamente hambre sin tener una respuesta o una ayuda seria por parte del Gobierno nacional. Entonces esa situación se volvió con ...osea fue algo que negociamos nosotros, logramos negociarlo, logramos negociarlo con el gobierno. Y el tema de la zona de reserva campesina eh...el tema de inversión social para el territorio y por qué le mencionó todo esto, porque es que todo esto gira en torno a las propuestas, precisamente para poder sustituir los cultivos de uso ilícito, es que no se trata de venir ni... a vulnerar una familia campesina pobre, violentarles sus derechos, erradicarle” (Paz de Catatumbo).*

Nesse sentido, as bandeiras de luta com relação ao proibicionismo às drogas estão em torno da RRI e da titulação de terras como uma centralidade, e da reivindicação para

que se promova uma mudança na política de drogas que não criminalize nem estigmatize ainda mais a população *campesina*, indígena e afrocolombiana. Por isso, a legalização, a regulamentação e a descriminalização devem ser realizadas com uma reparação às vítimas da guerra às drogas que não seja limitada à Colômbia, mas consista em uma mudança no direcionamento internacional sob liderança dos EUA.

Além disso, as formas de uso das plantas sagradas são essenciais para os povos indígenas, por isso o PNIS precisa garantir a preservação da cultura e do relacionamento ancestral que possuem os povos andinos com a folha de coca. Ademais, o cumprimento do PNIS também se faz importante para que as populações *campesinas* e afrocolombiana tenham garantidas as condições básicas de sobrevivência, de forma que não sejam mais necessários os cultivos ilícitos para o fim de reprodução da vida e seja possível operar a substituição voluntária de forma efetiva.

4.3.3 “*Que un día nosotras las mujeres no seamos tan victimizadas en nuestro territorio*”: defesa do território e da vida das mulheres afrocolombianas, indígenas, *campesinas* e pessoas LGBTQIA+

Escolho por representar, em uma mesma bandeira, a luta e as defesas do território e da vida justamente porque se evidenciou nesta pesquisa que o corpo e o território são uma composição intrínseca. Por isso, a defesa da vida tem relação com tudo que implica em viver em um espaço-temporal indissociável (Saquet e Silva, 2011). Assim como afirmou Milton Santos, o espaço é uma reprodução de totalidade social em movimento (Santos, 1978 *apud* Saquet e Silva, 2011).

Em uma perspectiva miltoniana, Soares (2020) também destaca que o território é o chão onde se movimenta a vida, onde se tecem as relações sociais e se forjam as identidades. Para as comunidades tradicionais, o território representa “o lugar onde a vida existe, acontece, o lugar do conflito, da resistência e das lutas e também é parte constitutiva dos seus processos identitários” (Soares, 2020, p. 275).

Coadunando com essa perspectiva, Thesa Nasa nos brinda com sua cosmovisão de território, que tem como bandeira:

“El cuerpo es territorio porque somos hijos, nietos de la ‘Madre Tierra’, es ella quien nos sostiene la vida y como mi cuerpo es territorio, tengo montañas,

tengo bahías, tengo ríos, tengo... ¡este es el primer territorio para mí y donde yo esté, el territorio está conmigo! El territorio del pueblo Nasa está aquí en ese momento porque aquí estoy yo. Y si estoy fuera de estas paredes aquí, ¡el territorio va hasta donde mi vista alcance! ¡Este es mi territorio! No para destruirlo, no para tenerlo como propiedad privada, sino para entenderlo, conocerlo, respetarlo y cuidarlo. Ese es el concepto de territorio, ¿no? Porque si no, la vida no es posible, y todos formamos parte de esta 'chagra' que es la tierra donde todos nos necesitamos porque cada uno cumple su función para garantizar la existencia del colectivo humano. ¡Esto es territorio para nosotros! Donde es posible todas las formas de vida... (pausa) y todo tiene ahí, ¡absolutamente todo!” (Thesa Nasa)

O relatório da *Comisión de la Verdad* (2022b) demonstrou como a guerra escancarou ainda mais as expressões do racismo e do sexismo, aumentando a violência contra as mulheres como forma de domínio nos territórios, pois

(...) dañar a las mujeres era, muchas veces, una estrategia contra el enemigo, pues debilitaba las relaciones comunitarias y ayudaba a disciplinar moralmente el territorio. Muchas mujeres fueron vistas como enemigas por su activismo político, su liderazgo social o el cuidado del medio ambiente (Comisión de la Verdad, 2022b, p.16).⁹²

Dessa forma, o conflito armado colombiano foi vivido de maneira diferente pelas mulheres, sobretudo pelas mulheres afrocolombianas, indígenas e *campesinas*, porque implicou em fraturar as relações com seu território devido aos *desplazamientos forzados*, além de serem vítimas de expressões do racismo e do sexismo, como a violência sexual e simbólica, o recrutamento forçado, ameaças e/ou a morte de seus/suas filhos/as/es pela guerra, conforme destaquei especificamente sobre os impactos na vida das mulheres no capítulo anterior.

Portanto, a violação dos direitos humanos de mulheres afrocolombianas, indígenas e *campesinas* ocorreu em diversas dimensões, seja com relação a seus corpos, a seus/suas filhos/filhas, suas subjetividades ou contra seu território, justamente por terem uma posição diferenciada na reprodução da vida e serem as responsáveis pelos cuidados individuais e coletivos:

Las mujeres campesinas, negras, afrodescendientes e indígenas vivieron impactos que repercutieron significativamente en su cultura, porque ellas se

⁹² “(...) prejudicar as mulheres era muitas vezes uma estratégia contra o inimigo, pois enfraquecia as relações comunitárias e ajudava a disciplinar moralmente o território. Muitas mulheres eram vistas como inimigas por causa de seu ativismo político, liderança social ou cuidado com o meio ambiente” (*Comisión de la Verdad*, 2022b, p.16) (Tradução própria).

han construido en y con el territorio. Esto significó, en muchos casos, la pérdida de formas de producción tradicionales colectivas que han sido cruciales para el campesinado o para los pueblos originarios; la pérdida de prácticas espirituales y ancestrales ligadas a las chagras, los ríos y la Madre Tierra, que garantizan la interdependencia y equilibrio entre los seres que allí habitan (Comisión de la Verdad, 2022b, p. 149).⁹³

Frente a essa sobrecarga de dores, elas têm levantado a voz. Elas encontram no coletivo uma fortaleza para enfrentar o horror e a violação de direitos de seus corpos-territórios, conforme revelado nas vozes das mulheres participantes desta pesquisa.

Thesa Nasa destaca uma bandeira central das mulheres indígenas como as protetoras e defensoras da vida no território, revelando que o bem-estar da humanidade não está dissociado da sustentabilidade ambiental:

“Cuidar de la tierra, esa es la misión sagrada que tenemos todos los seres humanos, y a reflexionar sobre ello con todos en diferentes espacios, hablando... porque podemos resolver, con palabras podemos resolver todas las dificultades que podamos tener, y más cuando estamos en colectivo, que es mucho más rápido (...) Y... las mujeres, aprovechamos este momento para formarnos, capacitarnos, organizarnos, entender y planificar la forma de defender y cuidar la vida en el territorio. ¡Que Despertemos! Empecemos a hablar de lo que es ‘vivir sabroso’” (Thesa Nasa).

Chontaduro de Buenaventura, líder afro, aponta como o racismo e o sexismo operam a estigmatização e a criminalização de mulheres afro que ganham a vida vendendo chontaduro, uma fruta cultivada na Colômbia que, em seu território, tem se convertido em um pilar importante para as mulheres afrocolombianas⁹⁴. Essa fruta, associada à marginalização e à sexualização (por ser considerada um alimento afrodisíaco), não por acaso tem sido historicamente produzida e comercializada por mulheres afrocolombianas.

“Entonces era una lucha mucho con las mujeres y allí también, pues digamos, todo ese sentimiento que se le desarrolla a uno y que.... y que un proceso de

⁹³ “As mulheres camponesas, negras, afrodescendentes e indígenas sofreram impactos que tiveram repercussões significativas em sua cultura, porque foram construídas no e com o território. Isso significou, em muitos casos, a perda de formas coletivas tradicionais de produção que foram cruciais para camponeses e povos indígenas; a perda de práticas espirituais e ancestrais ligadas às *chagras [espacios de cultivos baseados no manejo sustentável da terra]*, aos rios e à Mãe Terra, que garantem a interdependência e o equilíbrio entre os seres que os habitam” (Comisión de la Verdad, 2022b, p. 149) (Tradução própria)

⁹⁴ Para saber mais sobre a relação do chontaduro com o racismo, ler “*Vida social de un fruto: El chontaduro y sus significados raciales, alimenticios y sexuales en Bogotá*” (Farias, 2018). Disponível em: <https://repository.urosario.edu.co/server/api/core/bitstreams/ed263b44-53d0-4420-a3fe-3644bc10c0be/content>

mujeres digamos ¡vamos a hacer algo! Y es vamos a citar en ese entonces al gobernador del Valle para que escuche a las mujeres vendedoras de chontaduro que de... trabaje en la edificación de ese oficio, que una mujer no es una delincuente, una mujer tiene que echarse ese platón a la cabeza para buscar un sustento para su familia y, por tanto, desde el Estado se deben brindar las garantías de no ser perseguida como delincuente” (Chontaduro de Buenaventura).

Ela destaca a luta que vem travando na AFRODES para o combate ao racismo e ao sexismo, centrada nos interesses das mulheres trabalhadoras no terreno da reprodução social:

*“Entonces también me encaminé mucho a liderar ese proceso por otras mujeres de 7 municipios más y logramos hacer una gran asamblea y en y en ese entonces conseguimos, digamos, unos **beneficios para las mujeres y bajarle un poco aquí a tener esa persecución que se ejercía de parte de la fuerza pública, como también empezar a colocarlas a ella en un proceso a que participaran en un proceso de formación de equidad de género”** (Chontaduro de Buenaventura).*

Semente de Tibu, liderança *campesina*, conta sobre sua experiência liderando a iniciativa de resistência da *Asociación de las madres de Catatumbo por la Paz* a favor da vida das mulheres, o que resultou em um risco para sua própria vida:

*“Entonces las madres se empezó a denunciar la verdad en Colombia y donde me parara y adelante de los mayores delante de la policía. Las madres, empezó a decir lo que estaba sucediendo, que **asesino, no solamente era el que disparaba, sino aquel que utilizaba y violaba los derechos internacionales que nos defiende como mujeres**, porque muchas de estas mujeres eran venezolanas que venían a buscar una nueva vida y ellos les ofrecían para que si o... unos las utilizaban con plata y otras, acostándose para sacarle, para poderlas poner de informante, entonces ahí, pues se me viene ese montón de aguas, tuve amenazas a la vicepresidenta... a la secretaria tocó sacarla del país. Eh, muchas amenazas a las otras compañeras. **Yo estuve a punto de perder mi vida completamente, pero sin embargo seguimos salvando vidas. Nosotros hablamos, eh, 92 mujeres, sacamos nosotros del territorio”** (Semente de Tibú).*

*“Entonces con la fundación hacemos eso. Y la idea es seguir trabajando y **seguir defendiendo las mujeres y seguir defendiendo nuestros niños** porque pues.. Seguir levantando la voz, creo que una vez lo hicieron hace muchos años. Nosotras no podíamos ni votar ni aprender a leer y aquí estamos, ¿um?. Afortunadamente podemos ir a una universidad y podemos votar, entonces, pues nosotros le estamos echando, digo asumiéndonos ahí a esta guerra **de que un día nosotras las mujeres no seamos tan victimizadas en nuestro territorio y apostándole a estos procesos de paz que hay ahora”** (Semente de Tibú).*

A população *campesina*, estigmatizada pela associação com o narcotráfico, foi vítima da guerra contrainsurgente postulada pelo Estado colombiano, que tem inviabilizado o campesinado como sujeito de direitos.

Frente a diversas violações de direitos humanos, assim como situações de pobreza e exclusão, a comunidade *campesina* tem lançado mão de vários mecanismos de lutas e resistências a favor da vida e do território, como paralisações, marchas cocaleiras, bloqueios de vias, protestos etc. em algumas regiões do país, conforme aponta Relevo et al. (2018) ao descrever a região de Putumayo:

(...) Mientras que las situaciones de pobreza y exclusión se convirtieron en el alimento cotidiano de la movilización y la organización social de la región, los paros, las marchas, los bloqueos, las acciones de protestas, la creación de comités o la participación en las elecciones fueron los mecanismos de una resistencia que lleva cinco décadas reclamando el cuidado del territorio, el reconocimiento de la ciudadanía y los derechos de la población colona, campesina, indígena y/ou afro; todas estas acciones también confrontaron directa y abiertamente el significado que el Estado le atribuyó a la región que trajo consigo prácticas de violencia física y simbólica sobre las poblaciones cocaleiras (Relevo et al., 2018, p. 143-144).⁹⁵

Os processos organizativos expressos nas marchas, paralisações, protestos etc. fazem parte da história colombiana desde 1974 e foram tratados com repressão pela força pública, sob a justificativa de uma doutrina contrainsurgente de segurança nacional que freasse a luta de classes. Isso incrementou a violação dos direitos humanos da população *campesina*, que sofreu ameaças, torturas e desaparecimentos forçados por parte do Estado. Mesmo após a Constituição de 1991, em que aos protestos foi atribuído um caráter jurídico distinto, seguiu-se estigmatizando esses espaços de luta (Relevo et al., 2018).

As mulheres *campesinas* participantes desta pesquisa fizeram relatos sobre sua participação no *Paro Nacional Agrário* de 2013, em que as propostas exigiam o reconhecimento da população *campesina* como sujeitos políticos e sujeitos de direitos (Relevo et al., 2018).

⁹⁵ “Enquanto as situações de pobreza e exclusão se tornaram o alimento diário para a mobilização e a organização social na região, greves, marchas, bloqueios, ações de protesto, criação de comitês ou participação em eleições foram os mecanismos de uma resistência que há cinco décadas vem exigindo o cuidado com o território, o reconhecimento da cidadania e os direitos da população colona, camponesa, indígena e/ou afrodescendente; Todas essas ações também confrontaram direta e abertamente o significado que o Estado atribuída à região, o que trouxe consigo práticas de violência física e simbólica contra as populações produtoras de coca” (Relevo et al., 2018, p. 143-144) (Tradução própria).

“Y, el gobierno nos incumplió y el 11 de junio de 2013, después de que el Ejército le disparó a unos campesinos porque se oponían de manera pacífica, de hecho, a la susti... a la erradicación violenta, tomamos la decisión de salir a las carreteras. Salimos 17.000 campesinos y campesinas duramos 53 días eh... paralizamos medio departamento y el sur del Cesar eh... nos dieron tratamiento militar, nos asesinaron a cuatro compañeros y eh... nos hirieron a más de 200 personas en esos 53 días” (Paz de Catatumbo).

“Y entonces en el paro del 2013 y pues nos tomamos la Panamericana y bloqueamos el país (risas contenidas) pues me tocó volver a salir nuevamente por problemas de seguridad porque me estaban haciendo seguimiento porque pues pensaban ¡detenernos! O desaparecernos entonces pues me tocó volver nuevamente aquí a [...] y desde esa época yo estoy acá” (Flor de Nariño).

Conforme destacaram Arruza, Fraser e Bhattacharya (2019), as novas formas de greve têm sido um novo tipo de fazer política, aumentando o repertório dos espaços de luta de classes e ampliando a ideia do que é trabalho. As demandas por reconhecimento político do campesinato, das consequências da guerra às drogas e por condições de acesso a bens e serviços públicos ofertados pelo Estado vêm demonstrando que as lutas não se limitam aos espaços de produção, mas também de reprodução social da vida. Isso pode ser evidenciado pelas mulheres militantes *campesinas* na reivindicação de melhores condições de sobrevivência:

“Nosotros desde el año... Desde el año 2009, cuando constituimos la primera jornada grande como ASCAMCAT, después de habernos constituido, fue un campamento de refugio humanitario y aquí eh...ese campamento de refugio humanitario por la vida y la paz... y la defensa del territorio eh... se da precisamente porque están violando los Derechos Humanos del campesinado eh.. que depende de la economía de la coca” (Paz de Catatumbo).

“Entonces la idea es que se cree esta Mesa de Interlocución y Acuerdo, no únicamente con la Cumbre Agraria sino que sea una Mesa con todos los actores que participamos de la Convención Nacional Campesina y pues se cree esa interlocución para hacerle seguimiento a lo que se planteó. Porque lo que nosotros propusimos es que se cree en el Plan Nacional de Desarrollo un capítulo, no únicamente un artículo, sino un capítulo del campesinado donde se puedan consignar las..., parte de las discusiones que dimos por ejemplo el tema de la titularidad de la tierra, el acceso a la tierra, las zonas de reserva campesina, la alimentación, bueno, todas esas cosas, la educación, la salud, la vivienda porque todo eso, ósea todas esas propuestas nosotros las discutimos en estos dos días que tuvimos de mesas de trabajo, entonces que eso no se quede en un documento, sino que eso pueda ser asumido a un documento (...) que de pronto si hay posibilidades pues que para que estudien los campesinos y las campesinas y lo otro ósea, pues que la universidad se extienda, que no se quede únicamente en las ciudades capitales pues porque eso es lo que pasa” (Flor de Nariño).

Da mesma maneira, a luta pelos direitos de pessoas LGBTQIA+ e dissidentes de gênero é uma pauta importante para a classe trabalhadora. Conforme apontaram Arruza, Fraser e Bhattacharya (2019), houve uma captura dessa agenda pelo neoliberalismo, que vende essa pauta como uma liberdade meramente individual. Entretanto, quando se analisa o curso da história, é evidente que a sociedade capitalista regulou a sexualidade por meio do binarismo de gênero e da heteronormatividade, sancionados pelo Estado, sobretudo pela legitimação dos direitos baseados na família cisheteropartiracal e monogâmica.

Na Colômbia, a violência contra as pessoas LGBTQIA+ foi acirrada pelo conflito armado. Foram reconhecidas pela *Comisión de la Verdad* (2022b) as violências motivadas, principalmente, por orientação sexual, identidades dissidentes e expressões de gênero, apesar de essas violências não se limitarem a isso, já que as pessoas vivenciam também outras identidades culturais e territoriais.

O AFP também reconheceu a população LGBTQIA+ como uma população afetada pela descriminalização, estigmatização e violências, propondo garantias de participação democrática, justiça e acesso a bens e serviços (Governo colombiano, FARC-EP, 2016). Diante disso, as participantes da pesquisa apontam para a defesa da vida das pessoas LGBTQIA+ dissidentes de gênero.

Chontaduro de Buenaventura destaca como as opressões de gênero, raciais e de sexualidades vêm afetando seu território, evidenciando o racismo e o sexismo presentes:

*“Eso ha sido nuestra resistencia en esos procesos y en medio de todo sabemos que... que ciudades como Cali, pues efectivamente también venimos de una masacre de unos niños nuestros que asesinaron aquí, justo en el barrio donde estoy en el 2020, los 5 chicos de [nome do bairro ocultado]. Y con ellos hemos hecho un tema de resistencia también de decir su memoria tiene que ser cambiada porque, digamos, para nosotros lo más triste de un país como **Colombia es que es un país que excluye, es un país con un patriarcado que lo único que ha permitido suprimir a las comunidades o por el color de piel, o porque somos mujeres, o por orientación sexual diferente**, pero aquí hay un tema de ...de patriarcado, de machismo que conlleva que efectivamente se sigan atropellando vidas” (Chontaduro de Buenaventura).*

Semente de Tibu destaca o trabalho que vem realizando com mulheres, jovens e pessoas LGBTQIA+:

“Estos grupos al margen de la ley, las han asesinado por que era feminista o porque son LGTB. O... entonces nosotros ahora cogemos, nosotros tenemos dentro de nuestra asociación, porque nosotros como hacemos es núcleo de asociaciones, tenemos dos asociaciones LGTB, tenemos una asociación trans de Tiorama a quienes apoyamos y cuidamos y ya le dijimos a los grupos al margen de la ley, son nuestras protegidas protegemos a estas mujeres y cada quién.. Es... eh...tiene sí, todo el derecho de decidir por su vida, lo que quiera hacer y nadie debe opacar, entonces eso es lo que hacemos, como resguardar cuando vemos en peligro a algunos jóvenes o eso y ese es nuestro trabajo” (Semete de Tibu).

Diante do exposto, evidenciou-se que a pauta da defesa da vida e do território na Colômbia é de importância crucial, especialmente considerando o contexto histórico e social do país.

A Colômbia tem uma longa trajetória de conflito armado, desigualdades sociais, raciais, de gênero e sexualidade, e também violações de direitos humanos que afetam de maneira desproporcional as mulheres indígenas, afrodescendentes e *campesinas*.

Diante do extrativismo e controle dos territórios por grupos armados e empresas multinacionais, a defesa da vida no território está ligada à justiça social e econômica evidenciada no AFP, sendo seu cumprimento uma pauta fundamental e urgente para garantir as condições necessárias de reprodução social da vida, principalmente nas áreas mais afetadas pelo conflito frente ao descumprimento do Acordo.

Para muitas comunidades, a defesa do território tem relação com sua identidade e cultura. Portanto, a autonomia de suas terras e de seus modos de ordenar o território é uma forma de cultivar suas culturas e modos de vida alternativos frente ao capitalismo predatório impulsionado pela guerra às drogas.

4.3.4 “¡Estas mujeres no pueden estar solas ya no más!”: luta das mães pela vida de seus/suas filhos/as/es

A *Comisión de la Verdad* (2022b) reconheceu as violências contra crianças e adolescentes, como a violência sexual, assassinatos, recrutamentos forçados e a discriminação racial e étnica, além de uma série de outras denúncias vinculadas aos atores armados nos territórios mais afetados pelo conflito armado.

Justamente pelo lugar da reprodução social que ocupam as mulheres no cuidado com o território coletivo e com suas famílias, vinculadas ao atendimento de demandas e necessidades, são elas que saem à frente das mobilizações para pressionar as autoridades

públicas frente às violências contra seus territórios, suas famílias e, sobretudo, contra seus/suas filhos/as/es. Essa luta tem sido especialmente visível em regiões rurais, onde os grupos armados mantêm uma presença mais intensa.

Diante dessa realidade, as mães têm se articulado para exigir justiça, verdade e a localização de seus/suas filhos/as/es desaparecidos/as/es, transformando sua dor em resistência e se juntando em associações e organizações para exigir respostas do Estado colombiano frente a essas violações de direitos humanos (*Comisión de la Verdad*, 2022b).

Essa realidade foi evidenciada nesta pesquisa por Semente de Tibú, que descreve como foi a fundação e o trabalho que realiza a *Asociación de las Madres de Catatumbo por la Paz*:

“Yo duré un mes con mi invento de ser la salvadora, entonces uy, yo me vine con el corazón diciendo como ¿qué hago? Juemadre, yo por mis hijos hago lo que sea así... yo por mis hijos ¡salí a ese monte! yo por mis hijos, juemadre, y... yo decía, pero ¿qué hago? Como... si ¡estas mujeres no pueden estar solas ya no más! ¡Nosotras no podemos seguir sufriendo! El flagelo de la guerra y ¡calladas! las que ponemos al sufrimiento somos ¡nosotras! y no...nos toca dejar dejar a nuestros hijos botados, toca verlos matar, verlos esto... ¡no puede ser posible!” (Semente de Tibú)

“Entonces, desde ahí empezó la asociación de madres en defensa de niños y ese día nos levantamos y le dijimos al gobierno nacional, a senadores, representantes a la Cámara, presidente e igual al a la guerrilla, no parimos un hijo más para la guerra y aquí los que... aquí nosotras somos las mamás de todos. Somos las mamás de los guerrilleros, somos las mamás de los policías, somos las mamás de los soldados, las mamás de los paracos, somos las mamás de la delincuencia y nosotras como madres ¡no vamos! a permitir un hijo más asesinado ni reclutado en nuestro territorio, ni para el ejército, ni nadie” (Semente de Tibú).

“Desde ahí empieza nuestro trabajo, trabajo que... al principio nos tildaron de... eh...colaboradoras del ejército tuvimos amenazas, atentados...eh... Pero hoy en día la guerrilla nos reconoce como las mujeres resguardadoras de la vida de los niños y niñas en territorio, ahorita hemos recuperado más de 200 niños en manera de reclutamiento forzado” (Semente de Tibú).

Ficou evidenciado que, na Colômbia, a luta das mães pela vida de seus/suas filhos/as/es é um reflexo da realidade complexa e dolorosa do país, marcada por décadas de violência agravada pelo conflito armado e por violações de direitos humanos.

Muitas mães colombianas perderam seus/suas filhos/as/es pela atuação de grupos armados, paramilitares ou por outras forças de segurança do Estado. Esses/essas filhos/as/es muitas vezes crianças e jovens, foram assassinados/as/es, sequestrados/as/es ou recrutados/as/es forçadamente pelos grupos armados, e frente a isso elas têm se

levantado e denunciado a violência policial e de grupos armados, enfrentando uma demanda emocional e psicológica pelo luto da perda através de redes de apoio.

Essas mães representam a luta pela dignidade humana e pela proteção das futuras gerações, mesmo diante de um cenário de violência que ainda persiste. Suas vozes têm ecoado em todo o país e além, inspirando movimentos de mães em todo mundo.

Em resumo, a luta das mães pela vida de seus/suas filhos/as/es na Colômbia é uma jornada de dor, resistência e busca incansável por justiça e paz. Ela reflete a coragem e a resiliência de mulheres que se recusam a aceitar a violência e a impunidade como destino, e que lutam por um futuro melhor não só para seus/suas filhos/as/es, mas para a perpetuação de e suas comunidades.

4.3.5 “Comenzamos, pues a trabajar en los dos temas como privadas de la libertad”: luta contra o encarceramento e pelos direitos das mulheres privadas de liberdade

Conforme apontado no capítulo anterior, a maioria das mulheres presas na Colômbia é composta de mulheres pobres, principais responsáveis pelo trabalho reprodutivo, chefes de família e sem antecedentes criminais (Sánchez-Mejía et al., 2018). Pesquisas também demonstram que o principal motivo que as levou ao cárcere foi o cometimento de delitos relacionados ao pequeno tráfico de drogas, motivado por condições de sobrevivência (Sánchez-Mejía et al., 2018; Albornoz, 2019).

A privação de liberdade das mulheres na Colômbia “*no afecta significativamente las redes de narcotráfico*” (Sánchez-Mejía et al., 2018, p. 14), além de promover impactos na sua vida e na vida de suas famílias, justamente por serem elas as principais responsáveis pelo trabalho reprodutivo.

Na prisão, elas têm sofrido pelas condições precárias de infraestrutura e falta de acesso a bens e serviços vinculados a direitos sexuais e reprodutivos e a condições de exercerem a maternidade.

As participantes desta pesquisa revelaram o trabalho organizativo que vêm realizando em torno do encarceramento. Semente de Tibú aponta que a *Asociación de las madres de Catatumbo por la paz* realizou petições de mulheres presas em outros países:

“Si, nosotros metimos creo que una de las peticiones que pedimos nosotros ahorita en la política pública de la mujer que se hizo en los territorios fue la repatriación de las mujeres presas en otro país, pero sobre todo pedimos las

de Cuba que están allí en Cuba, son del Catatumbo que estas mujeres están pasando por cosas terribles” (Semete de Tibu).

Liberdade Capital, diretora da organização *Mujeres Libres*, que tem como principal pauta o abolicionismo penal, apresenta a necessidade de lutar pelos direitos das mulheres que estão privadas de liberdade:

“Nosotras somos una organización abolicionista de las cárceles para mujeres. Y, aunque trabajamos alrededor de esto, sabemos que eso no va a llegar mañana, entonces trabajamos por los derechos de las mujeres que están en prisión y las que salen” (Liberdade Capital).

Parte do trabalho da *Mujeres Libres* tem sido a formação política das mulheres na prisão, voltada aos direitos humanos, sobretudo para que elas conheçam os temas vinculados à privação de liberdade, além de trabalhar com as problemáticas relacionadas ao desencarceramento e a saúde menstrual:

“No, toca hacer algo, nosotras no...lo que me pasó a mí, no nos podemos quedar con esta información y toca que las mujeres que están privadas de la libertad conozca en este tema y eh... con esa serie de reuniones entonces así nace la Corporación Mujeres Libres, ¿sí?, reuniéndonos y ya enterándonos también que era lo que pasaba al salir de prisión porque todas las mujeres decían, ‘no, yo no he conseguido trabajo, a mí me ha pasado esto, a mí me da miedo esto, la familia’... bueno, y comenzamos, pues a trabajar en los dos temas como privadas de la libertad y toda la problemática al salir” (Liberdade Capital).

“Resultamos en un proyecto de ley sobre salud menstrual para... en prisión en el Congreso... y no me acuerdo... Fue aprobado hace 1 año exactamente y la ley garantiza la entrega gratuitas, oportuna y suficiente de artículos para la salud menstrual para la para mujeres y personas menstruantes en prisión y pues nosotras fuimos al Congreso, celebramos la ley, hicimos y lo logramos, lo logramos y ahorita estamos así como 1 año y las mujeres no se han visto beneficiadas” (Liberdade Capital).

Ela também destaca a importância de considerar as particularidades das mulheres e pessoas que menstruam com relação às suas necessidades e, portanto, que a política criminal na Colômbia tenha um enfoque de gênero que considere esses corpos:

“Que la política criminal tenga enfoque de género porque está creada para hombres ¿sí? y por eso porque no está creada, no, no tiene enfoque, pues las mismas cárceles, la infraestructura no es adecuada para las mujeres y sabemos precisamente que y eso le enseñamos nosotras a las mujeres cuando vamos a la cárcel, porque todo ahora es queremos pedir derecho de igualdad con los hombres, queremos pedir derecho a igualdad y nosotros les decimos, ¡no podemos pedir derecho de igualdad! porque nosotras tenemos unas

necesidades específicas y ¡necesitamos más cosas! ellos no, yo pido derecho de igualdad y me ponen un médico general, pero si yo pido un ginecólogo me tienen que dar un médico general y un ginecólogo, ósea los dos” (Liberdade Capital).

Assim, evidencia-se que a luta das mulheres contra o encarceramento na Colômbia é uma expressão de resistência frente à seletividade penal que, historicamente, tem sido marcada por desigualdades raciais e de gênero.

A pesquisa mostrou que essa luta abarca diversas dimensões, incluindo a defesa dos direitos das mulheres encarceradas, a crítica ao encarceramento massivo e suas consequências e a busca por alternativas que promovam justiça e reabilitação, em uma perspectiva abolicionista penal, ao invés de punição.

Conforme já destaquei, o encarceramento feminino tem crescido de forma significativa no país, especialmente por crimes relacionados ao tráfico de drogas em pequena escala. Frente a um contexto de precarização das condições estruturais das prisões, a *Corporación Mujeres Libres* tem se destacado pelo trabalho organizativo na defesa da vida das mulheres em liberdade, lutando também contra o estigma social em torno do encarceramento de mulheres e chamando atenção para questões estruturais, como a política de drogas com viés proibicionista.

4.4 Luta e resistência pela reprodução social em meio a guerra às drogas no Brasil⁹⁶

A luta e a resistência pela reprodução social em meio a guerra às drogas no Brasil, envolve o enfrentamento de problemas estruturais sobre os quais o capitalismo se desenvolveu no país: o racismo e o sexismo.

A ideologia proibicionista, que criminaliza o uso e a produção de drogas, tem impactos profundos na vida das mulheres brasileiras, especialmente aquelas que

⁹⁶ Importante ressaltar que esta pesquisa foi desenvolvida com algumas mulheres de determinadas regiões do país, mas que de maneira alguma contempla a multiplicidade de pautas, movimentos e organizações sociais de todo território nacional, considerando sua vasta extensão territorial. Se esta pesquisa fosse realizada na região Amazônica, por exemplo, as demandas e as pautas poderiam ser outras, pois os atravessamentos da guerra às drogas são diversos e cabem investigações específicas, sobretudo voltadas à conformação do mercado ilegal, de grupos armados e empresas extrativistas multinacionais nos territórios, com a presença da mineração ilegal e de outras atividades ilícitas, correspondendo, inclusive, a particularidades de território de fronteira. Nesse sentido, embora as pautas apresentadas aqui sejam, em sua maioria, uma representação de pautas nacionais, as demandas, lutas e resistências vividas em cada território têm suas dinâmicas particulares e exigem, portanto, pesquisas focalizadas.

pertencem a grupos marginalizados, como as mulheres negras e pobres. Essas mulheres enfrentam desafios significativos para garantir a reprodução de sua vida e de seus/suas filhos/as/es em um contexto de estigmatização, criminalização e *superexploração bélica da força de trabalho* no mercado ilegal.

A perpetuação dos ciclos de violência e desigualdades frente à guerra às drogas tem levado à construção da pauta da luta antiproibicionista, e essa é uma particularidade encontrada neste país em relação à Colômbia. No Brasil, foram encontrados diversos movimentos sociais, organizações não governamentais e coletivos de luta que têm como uma das centralidades a pauta antiproibicionista e, mais recentemente, o feminismo antiproibicionista, este construído pela RENFA, um espaço de encontro de diversidade.

De acordo com as histórias contadas pelas participantes desta pesquisa, o feminismo antiproibicionista nasce de uma crítica ao machismo presente nos movimentos antiproibicionistas e como uma estratégia de unidade de demandas de lutas que pudesse reconhecer e contemplar a diversidade em relação à vida não só das mulheres, mas de pessoas dissidentes de gênero, sobre os atravessamentos da guerra às drogas.

Nesse sentido, esta pesquisa revela que o Brasil se destaca pela criação de um conceito prático-teórico e político que nasce da luta política e não da academia. Por isso, o feminismo antiproibicionista vem sendo um conceito que abarca as diversas bandeiras de luta. Por ser um conceito novo em construção, de acordo com o levantamento bibliográfico exploratório realizado nesta pesquisa, existem poucos trabalhos acadêmicos (como teses, dissertações e artigos científicos) que abordaram esse conceito teórico-prático político.

Sendo assim, a partir dos poucos trabalhos acadêmicos encontrados e de materiais considerados de literatura cinzenta (materiais produzidos pelos movimentos sociais disponíveis na *internet*), coloco em diálogo esse conteúdo produzindo (produzido?) com as vozes das mulheres que constroem o feminismo antiproibicionista, bem como as bandeiras de luta e formas de resistências que ele representa.

4.4.1 O feminismo antiproibicionista: um caminho para a convergência de lutas anticapitalistas

O antiproibicionismo no Brasil tem seu surgimento na invocação da legalização e regulamentação da maconha, sobretudo após os anos 2000, com a organização da Marcha da Maconha em algumas regiões do país. Segundo Jacob (2018, p. 4), a Marcha “está sendo construída pela luta por reconhecimento e legitimação como movimento social, pelo direito à livre manifestação e contra a guerra às drogas.”

Participam desse campo vários coletivos, organizações e movimentos sociais⁹⁷ antiproibicionistas e, por isso, a pauta antiproibicionista abarca propostas e desenha perspectivas diversas. Nesse sentido, não podemos afirmar que existe apenas um antiproibicionismo, mas sim antiproibicionismos, inclusive aqueles de cunho mais liberal, voltado para as liberdades individuais, ou aqueles restritos às demandas por descriminalização e legalização da maconha, sendo esses compostos por uma maioria de pessoas brancas e privilegiadas.

Hegemonicamente, os coletivos antiproibicionistas vêm sendo liderados por homens, mas, com o avanço dos feminismos, as mulheres que fazem parte de diversos coletivos começam a questionar os espaços de poder e a tensionar e propor um espaço de diálogo para as mulheres dentro das organizações mistas, como foi o caso do bloco feminista e do bloco LGBTQA+ na Marcha da Maconha, ou mesmo a Reunião de Coletivos e Ativistas Antiproibicionistas (RENCAA) e os Encontros Nacionais de Coletivos e Ativistas Antiproibicionistas - ENCAA, onde podemos evidenciar a gênese da RENFA (RENFA, s.d..)

Existência nos conta das expressões de machismo dentro dos movimentos antiproibicionistas, assim como da dificuldade de debater o tema das drogas dentro do movimento LGBTQA+, do qual ela fez parte:

*“Eu lembro que a [...nome ocultado] falava: ‘eu queria muito ir na marcha da maconha, mas eu tenho medo’, porque os espaços de maconheiros não eram muito abertos assim à diversidade, né? Eram lugares muito héteros. Tanto que, na época, a gente falava de mulheres dentro dos debates de drogas, a galera fazia o quê? Concurso de beleza de miss maconheira, lembra? (...) E aí você percebia que era isso, né, o movimento LGBT não sabia lidar com você pelo fato de você fazer uso de substâncias, e o, no movimento antiproibicionista não sabia lidar com você pelo fato de você ser travesti, né?”
(Existência)*

⁹⁷ De acordo com Barbosa (2020), têm destaque a Rede Latino-Americana de Pessoas que Usam Drogas (LANPUD), a Iniciativa Negra por uma Nova Política de Drogas (INNPD), o Apoio à Pesquisa e Pacientes de Cannabis Medicinal (APEPI - DF), a Associação Brasileira de Apoio Cannabis Esperança (ABRACE - PB), a Rede Latino-Americana de Mulheres Antiproibicionistas da Cannabis (RELAMURCA) e a Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas (RENFA).

Maria Juana também conta a experiência de reprodução do machismo e da misoginia na Marcha da Maconha:

*“Bom, então, nesse início da minha militância aí, no movimento antiproibicionista, com Marcha da Maconha, movimentos na universidade, tal, foi ali por 2006, 2007. É (...) a gente, né, tava nessa organização, **nesse movimento antiproibicionista, e a gente já notava o machismo, a misoginia se manifestando, se manifestava, se reproduzia nesses espaços também, que, teoricamente, eram espaços de esquerda, eram espaços progressistas, mas sempre tinham os boys querendo liderar. Enfim, o espaço, os boys querendo ter destaque, querendo levar, enfim, os méritos das iniciativas, tal, meio querendo se aproveitar das nossas ideias, das nossas, né, enfim, do movimento que acontecia naturalmente e inclusive entre as mulheres (Maria Juana).**”*

Amefricana nos fala sobre o início da luta antiproibicionista e do debate da Redução de Danos com uma hegemonia branca e acadêmica:

*“**Mas quando a gente chegou, esse campo era todo dominado pela academia clássica. Então, o eixo que dominava esse debate. Tem um front que essa turma fez, que é importante, que é de produzir teoricamente sobre os danos da guerra. Isso nos ajudou também, depois. Mas tinha uma centralização da operação política no eixo Rio-São Paulo e nesses grandes cabeções. Então, assim, essa ideia de que não tinha movimento social, até hoje, ainda tem essa reflexão**” (Amefricana).*

Brasília Teimosa nos revela a dificuldade de debater os impactos da política de drogas em diversos espaços de lutas durante sua trajetória:

*“**Então, quando eu estava no movimento estudantil, depois quando eu fui pro partido, depois, quando eu fui pra Marcha da Maconha, de que eu também queria debater política de drogas, mas não só política de drogas, mas eu queria debater os impactos, né? Esse projeto maior. Depois do movimento feminista, depois do movimento negro, né? Então, com certeza, sem nenhuma dúvida, em todos os espaços que eu militei, assim... E como eu trabalho também no terceiro setor e organizações não governamentais há quase 10 anos, é? Eu sempre estive próxima também a agendas sociais, então a agroecologia eu trabalhei muito tempo próxima, né? Trabalhei muito tempo próxima, também, da agenda de Direitos Sexuais e Reprodutivos, da agenda, é, de Encarceramento. Então, todas essas agendas sempre demonstraram uma grande resistência para debater a agenda da política de drogas**” (Brasília Teimosa).*

Da mesma forma, também Iya Funike encontrou dificuldade de se assumir como usuária de drogas até mesmo no movimento antiprisional:

“Bom, e aí eu conheci [...nomes ocultados] exatamente nessa luta aí de tá no antiprisional, e ela já estava com a parada montada. Mas eu era maconheira, pô, e elas não, elas eram super caretas e eu sempre falei, meu, mas eu sou maconheira, eu não vou deixar de fumar maconha! E eu levava sempre a minha maconha. Sério, levava sempre a minha maconhinha” (Iya Funike).

Se dentro das organizações antiproibicionistas as mulheres, pessoas LGBTQIA+ e dissidentes de gênero lutavam para que pudessem ter voz e protagonismo nas pautas sobre os atravessamentos da transfobia, do racismo, do machismo como parte constituinte das consequências do próprio proibicionismo em suas vidas, nos movimentos e partidos de esquerda elas também enfrentam o estigma por serem usuárias de drogas ou pessoas afetadas pela guerra às drogas. Esse cenário remonta a um problema histórico da esquerda no Brasil e no mundo, pois, ao longo da história da construção da esquerda revolucionária, o uso de drogas foi entendido como uma fuga da realidade e, portanto, como algo que prejudica a tomada de consciência para fazer a luta política.

Assim como Marx (2010), em sua célebre frase, chamou a religião de “o ópio do povo”, Engels, em sua obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (2010), cita o uso do álcool como forma de lidar com as condições de precariedade do trabalho e como consequência das condições objetivas, trazendo ainda mais desgaste físico, o que deixaria de ser um problema de ordem individual para ser um problema coletivo, pois, segundo o mesmo, “é inevitável que o alcoolismo provoque os efeitos destrutivos sobre os corpos e os espíritos de suas vítimas” (Engels, 2010, p. 142).

O uso do álcool e outras drogas, portanto, era compreendido como um fenômeno do desenvolvimento capitalista industrial, sendo esse uso vinculado às condições precárias de trabalho para o alívio de suas necessidades básicas. Até os dias de hoje, os problemas individuais são justificados pelo uso, ocultando uma verdadeira relação social com o indivíduo e a sociedade, que nessa época levava a compreensão do uso como um fator de enfraquecimento da luta política e da tomada de consciência, conforme apontado em textos sobre “Ópio, álcool e Revolução” em 1876:

Podemos perguntar se o embrutecimento dos operários, especialmente na Alemanha setentrional, e a sua tão passiva reação aos acontecimentos revolucionários de 1830 não teriam sido devidos em grande parte à vaga de alcoolismo que por essa altura os tinha atingido. Só houve rebeliões sérias e eficazes nas regiões vinícolas ou nos estados mais ou menos protegidos pelo sistema alfandegário do flagelo alcoólico prussiano (Engels, 2016, p. 184-185).

Segundo Delmanto (2013), essa visão da esquerda também foi compartilhada no Brasil, onde o uso de drogas era considerado uma alienação social. Em sua pesquisa, o autor revelou a vertente proibicionista em diversas organizações de esquerda do país que, embora ao longo da história reconhecessem a importância da questão de as drogas serem compreendidas no âmbito da saúde pública e não da segurança, apresentavam ambivalências na atuação entre as/os militantes:

Crítica do capitalismo e sua religião, a mercadoria, a esquerda brasileira permaneceu por muitos anos com o entendimento, fortalecido nos anos 1960 e descritos anteriormente por Carneiro, das drogas apenas como forma de alienação ou fuga da realidade, identificadas com o próprio capitalismo. Mesmo que os anos 2000 tenham representado considerável avanço neste sentido, principalmente por conta do ascenso do movimento social antiproibicionista, ocorrido por fora e até em confronto com as organizações tradicionais de oposição ao status quo, ainda não está ausente da tradição e do presente da esquerda brasileira uma visão fetichista das substâncias tornadas ilícitas há cerca de um século, vistas não na complexidade que suas muitas possibilidades de uso e experimentação apresentam, mas apenas na mesma chave negativa propagada pela moral proibicionista (Delmanto, 2013, p. 322).

As participantes da pesquisa nos contam dos desafios encontrados na sua atuação militante na esquerda:

*“Então, a esquerda brasileira é muito punitivista, né? Então não vou nem falar das direitas, de não sei o quê. É bom a gente falar do terreno da gente, do quintal da gente. Acho que esta gente é muito punitivista, sempre foi. Então, pra mim, houve um desafio em cada lugar que eu ocupei para poder colocar esse, como ser um debate central a esses lugares. (...) E ainda tem hoje, porque, assim, hoje se entende, se fala de que.. ‘Ah, não, tranquilo, a gente entende que é um projeto racista’, mas não! Mas não vamos legalizar todas as drogas, né? Vamos pensar outra coisa e tal. **Então ainda tem uma resistência, ainda tem uma, um discurso moral aí colocado em cima das propostas que são pensadas e construídas.** Então, para mim, essa é uma disputa constante ainda, assim, que a gente ainda tem feito, né? (Brasília Teimosa)”*

Brasília Teimosa também fala sobre a dificuldade da esquerda de construir um projeto com a pauta antiproibicionista:

*“E ela [militante da RENFA] pautou o antiproibicionismo. Ela pautou, é a legalização das drogas, e ela nomeou com todas as letras. E aí eu achei aquilo incrível. E aí eu falei assim: ‘cara, é isso, a gente precisa falar com todas as letras, o problema e a solução’, porque **tem um lugar que é desonesto, inclusive de uma parte da esquerda, como se a gente não tivesse um projeto de Brasil, sabe? Um projeto político. E a gente tem!**” (Fortaleza da Favela)*

Da mesma forma, Aquilombada revela que, embora existam alguns atores importantes que compreendam e atuem na pauta antiproibicionista, isso ainda não é um consenso entre as esquerdas:

*“Hoje ainda, tipo, eu não acho que o Estado consegue ter uma opinião crítica sobre o modelo de guerra às drogas. **Você pode ter alguns atores que ainda têm uma visão crítica sobre isso, mas está longe de, tá longe disso ser um consenso.** E aí, o que eu queria era aproximar. Eu falava: ‘nossa, mano, a esquerda precisa discutir isso aqui!’ Porque precisa virar uma pauta, tipo, de massas” (Aquilombada).*

Contra todo fundamento de que as drogas pudessem dificultar a tomada de consciência política, o próprio uso e os atravessamentos da guerra às drogas se tornam um instrumento de tomada de consciência para a organização e luta política. Assim, o feminismo antiproibicionista é fruto de reivindicações de mulheres que compreendem a necessidade da auto-organização frente às consequências da guerra às drogas em sua vida (Malheiro, 2018).

É justamente na tentativa de construir um lugar comum, que contemple as diversas pautas de luta contra a guerra às drogas no terreno da reprodução social da vida, que o feminismo antiproibicionista, impulsionado pela organização da RENFA, estrutura-se em uma perspectiva anticapitalista, decolonial e interseccional:

A RENFA compreende que o antiproibicionismo é um movimento que resulta da articulação política dos corpos que necessitam reivindicar o direito à vida, e que por este motivo, é preciso ter escuta para compreender como a “guerra às drogas” repercute e incide na vida das pessoas que nesta condição se encontram (Rocha, 2021, p. 145).

Assim, as mulheres que protagonizaram a RENFA quebraram os protocolos estabelecidos pelo que se entende como militância política antiproibicionista ou de esquerda, construindo uma potencialidade de unidade de lutas - unidade que conforma uma identidade diversa em diálogo contínuo, assentado em vertentes teóricas, como o feminismo negro e o feminismo decolonial e interseccional, e realizando uma crítica ao feminismo branco e hegemônico:

Neste sentido, o feminismo antiproibicionista desempenha um importante papel tanto por agregar mulheres independente de qualquer coisa, sendo suficiente o autorreconhecimento enquanto mulher, quanto por levar esse debate para o centro das discussões e construções

feministas locais. Como bem disse Maria Daniela, um projeto verdadeiramente antiproibicionista tem que ultrapassar esses conceitos proibicionistas com os quais viemos lidando ao longo da construção dos movimentos sociais. Ou seja, o discurso que ela desponta, visa superar a mera oposição ao proibicionismo a princípio içada, pois essa perspectiva não é suficiente para dimensionar realmente a ideologia antiproibicionista, sendo necessário trabalhar a partir de termos e parâmetros sociais até então pouco ou nunca trabalhados, o que implica em uma reorientação, inclusive, teórica (Barbosa, 2020 p. 113).

A militância feminista antiproibicionista, portanto, evidencia a necessidade de ultrapassar a perspectiva de proibição para além das drogas, agregando as pautas diversas que se relacionam com a proibição das condições de vida, conforme destaca Amefricana:

“Proibicionismo, ele é o encarceramento em massa. O proibicionismo, ele é o racismo. O proibicionismo, ele é a retirada do direito à maternidade. Então, são essas expressões que são... E quando a gente senta para conversar sobre antiproibicionismo, a gente tem que falar sobre proibição, e por que que a gente é anti isso. Porque a gente é anti um sistema que quer controlar o nosso corpo, que quer tirar a autonomia do nosso corpo. A gente entende que nós precisamos construir os saberes sobre o cuidado, e que esse saber não pode estar alocado na medicina. Se tiver alocado na medicina, no saber médico, que eles nos convide para a gente conversar sobre. Então, é essa mistura da redução de danos, uma insurgência, um movimento de reforma” (Amefricana).

Flora destaca o que o feminismo antiproibicionista tem sido um lugar de luta feita com afeto e com acolhimento, revelando também uma outra forma de fazer política, que reconheça as dores e seus atravessamentos:

“O feminismo antiproibicionista, para mim, é o lugar de luta. De acolhimento de dores, de muita interseccionalidade, que é o que mais faz sentido para mim. Se isso não rolar nos espaços, isso não é o meu rolê. Ah, é o lugar de onde as mulheres loucas, drogadas, que estão à margem, que são as fracassadas, tipo, dentro do que o sistema exige da gente, mas que na real são as mulheres que mandam” (Flora).

Acayú revela também uma perspectiva antiproibicionista crítica que centraliza as lutas, e que inclusive tem como desafio incluir as cosmovisões dos povos indígenas que possuem outras relações com as drogas, outras formas de uso:

“Que em algum momento a gente consiga perceber que não é necessário. Tipo, né? Não é necessário pensar em... Por exemplo, que o próprio antiproibicionismo, ele é só uma parte do feminismo, talvez o

antiproibicionismo, ele seja uma luta que inclua o feminismo e outras, outras na verdade, como um centro, entendeu? De algumas coisas, porque aí você começa a poder incluir cosmovisões, inclusive sobre a redução de danos, né?” (Acayú)

Nessa mesma perspectiva de totalidade, Maria Juana nos conta sobre as diversas pautas e demandas frente às várias opressões, pautas essas que devem fazer parte da construção do feminismo antiproibicionista:

“Dentro do feminismo antiproibicionista, o que que tem dentro dele. Tem um abolicionismo, tem o abolicionismo penal, tem a luta das trabalhadoras sexuais, tem o feminismo negro, tem o feminismo continental ameaficano, dessa herança, desse continente. Então é algo que a gente ainda está nomeando. (...) Então eu acho que o que a RENFA e o feminismo antiproibicionista, antirracista, anticapitalista, ele vem justamente, é, enxergar como as opressões se juntam de forma mais forte, mais violenta, mais agressiva, sobre determinados corpos, sobre determinadas pessoas, que são as mulheres, especial, negras, periféricas, pobres, as pessoas trans, as pessoas não binárias, as travestis. Então todas essas opressões de classe, raça, gênero, elas se juntam e atingem de forma mais violenta determinados grupos, e são esses grupos que a RENFA atua com ‘olhe para’” (Maria Juana).

Assim, vem se construindo, por meio de vários movimentos e organizações na América Latina, um feminismo antiproibicionista latinoamericano, que reinventa a luta e faz luta com as pessoas mais afetadas pela guerra às drogas em cada país, na reivindicação da reprodução social da vida no terreno oculto do capital.

Nesta pesquisa, evidencia-se que, no Brasil, o feminismo antiproibicionista é uma luta que unifica e invoca algumas pautas (apresentadas a seguir), transversalizadas por uma grande bandeira de luta, que é o fim do racismo, do machismo, da transfobia e de todas as formas de opressões.

4.4.2 “O antiproibicionismo, para mim, é sobre um pacto com a vida”: o antiproibicionismo é pelo bem-viver, pela terra e pelo território

O bem-viver (*Buen Vivir, Vivir Bien, Sumak kawsay* em kichwa, *Suma Qamaña* em aymara, ou *Nhandereko* em guarani) é uma aposta de horizonte estratégico para construir outras formas de sociabilidade. Inspirado nas cosmovisões indígenas, propõe uma forma sustentável e equilibrada de reprodução social da vida, seja a vida humana ou todas as formas de vida do planeta. Trata-se de uma transformação civilizatória profunda

e radical, assim como novas práticas políticas que superem a visão economicista de dominação do capital (Acosta, 2016).

Explica Acosta (2016) que o bem-viver é um primeiro esforço de compilar os conceitos através das experiências e práticas, sobretudo dos povos dos Andes e da Amazônia, ou seja, duas regiões que compartilham Brasil e Colômbia, confrontando teorias do desenvolvimento capitalista e assumindo que não é possível conceber um bem-viver nos marcos do capitalismo predatório, tanto do ser humano, como da natureza.

O bem-viver abarca as multiplicidades de saberes e experiências dos territórios latino-americanos e revela um caminho coerente com as formulações da TRS a partir dos nossos territórios, pois trata justamente de questionar a reprodução social da vida no capitalismo, discutindo e propondo estratégias para pensar formas alternativas, solidárias e comunitárias de construção de outra organização social.

As participantes desta pesquisa apontaram o bem-viver como uma bandeira essencial para garantir a sobrevivência e a reprodução social da vida, já que o proibicionismo às drogas, como já mencionei, impacta não apenas a vida humana, por meio da estigmatização, criminalização e destruição, mas também a vida animal e ambiental nos países produtores por meio de fumigações e envenenamento da terra, das águas, dos animais e dos alimentos.

Acayú, líder indígena, reconhece a centralidade e a importância dessa pauta:

*“Então, o básico, ele precisava ser garantido primeiro. **Então, é, uma pauta da luta é a garantia do bem-viver**, acho, assim, sabe, o bem-viver, né? Principalmente na Colômbia, nos países assim... Que você vai vendo que é justamente isso que realmente é a nossa garantia primordial” (Acayú).*

Maria Juana e Aquilombada fazem uma reflexão importante: como é possível construir um bem-viver frente à violência bélica do Estado? Como construir o bem-viver frente a um capitalismo que maneja a *superexploração bélica da força de trabalho*?

*“Então, acho que o objetivo final é um **bem-viver para todos esses corpos e corpos** que hoje não estão podendo existir. E aí eu acho que parte de uma renovação mesmo e compreensão social” (Maria Juana).*

*“Mas, de fato, as **mulheres negras, mães e não só mães, né, familiares, né, são esposas, filhas, né, assim, de pessoas, que às vezes são vítimas fatais ou estão presas, que vão sofrendo todo esse embrutecimento, toda essa animalização por parte do Estado**, não podendo gozar de uma experiência de bem-viver, né? Uma experiência de estar neste mundo para desfrutar o que de*

melhor a gente produz coletivamente, né, e não pra socializar e pagar as contas da miséria do mundo, sabe?” (Aquilombada)

Fortaleza da Favela aponta, portanto, a importância do antiproibicionismo e de uma transformação que considere o bem-viver para todas as pessoas:

“O antiproibicionismo, para mim, é sobre um pacto com a vida, sabe? Quando a gente pauta um antiproibicionismo, é sobre eu dizer que eu tenho um pacto com a vida. Sobre, é, eu dizer que eu quero bem-viver na vida de todo mundo, e não só para quem me é conveniente, porque quando não está bom para todo mundo, não está bom para a gente!” (Fortaleza da Favela).

“Então, para mim, não tem como desassociar uma coisa da outra. Assim, quando a gente está falando sobre um projeto de mundo sobre o bem-viver, não tem como a gente não falar sobre viver bem, e viver bem é ter o direito de ir e vir. Viver bem é eu não ser violenta. Viver bem é... As pessoas que deveriam assegurar nossas vidas, a gente ter medo delas, assim, é, é sobre todas as mães, companheiras e amigas. Ter medo se você vai chegar vivo em casa, se você vai chegar bem em casa, assim, e é isso, assim, eu acho que tem, tem esse lugar, assim, que a gente precisa nomear mesmo, sabe? A partir das favelas, mesmo, é, a partir das periferias, a partir das mulheres, é a parte das pessoas negras, sabe?” (Fortaleza da Favela)

Acayú aborda, de maneira ampliada, o bem-viver, que se relaciona com o acesso e o uso da terra e do território e com a pauta antiproibicionista:

“Nesses coletivos que trabalham com essa coisa de ‘vamos pegar um parque’, ‘vamos fazer uma pintura’, ‘vamos pegar uma área e vamos plantar umas árvores’, ‘vamos fazer uma biblioteca comunitária aqui no meio da rua, botar uma geladeira’, não sei o quê... Esses trabalhos, assim, porque se usa do território. Naquela época eu não sabia disso, né, que era uma questão de território e o que a gente estava fazendo era bem-viver. Também era uma prática de território, de cuidado no território” (Acayu).

“(...) Porque a gente não está falando só da terra. A gente está falando daquilo tudo que tá na Terra, entende? Não é só a Terra, Terra, mas é isso aí, é o verde, é os espaços que estão ali, as comunidades, as pessoas que estão ali. Entendeu? Quando aquilo ali é livre para uso daquela própria comunidade, que cuida, que é guardião daquele espaço, tem-se a possibilidade daquela comunidade se desenvolver a partir das suas cosmologias, de fato, entendeu? E não sobre uma tutela tão severa do Estado, numa perspectiva de desenvolver aqueles lugares, entendeu?(...) Então, pra mim, o acesso, a gentrificação, isso é uma proibição. Você ser proibido de viver o seu território, de viver as suas experiências por causa do processo de embranquecimento, do apagamento, da invisibilização, de tudo aquilo, sabe? E, dentro dos territórios específicos, você ser proibido de viver, porque você está numa luta constante para garantir a sua e o lugar para você sobreviver, né?” (Acayu)

Portanto, o feminismo antiproibicionista é um lugar de mulheres reais, forjado pelos corpos afetados pela guerra às drogas na construção do bem-viver, do acesso à terra,

ao território e às condições dignas de reprodução social da vida. Um lugar onde se constrói um antiproibicionismo anticapitalista, que leve em consideração a diversidade e o cuidado com o corpo e com o território.

4.4.3 “São tecnologias leves”: pela Redução de Danos em uma perspectiva ampliada

O conceito de Redução de Danos - RD, surgido nos anos 80 na Europa e em 1989 no Brasil, ficou associado a práticas e estratégias específicas, como a distribuição de seringas como meio de evitar a transmissão de hepatite B entre usuários/as/es de drogas injetáveis. Aos poucos, a RD foi repercutindo na Europa e foi expandindo e incorporando outras diversas práticas (Gomes, 2017).

Como um dos pilares da RD, se destaca a “participação ativa do usuário na construção e desenvolvimento das ações, o objetivo não norteadado pela noção de abstinência e o pragmatismo, buscando a constante avaliação para realmente reduzir os danos almejados” (Gomes, 2017, p. 266). Nesse sentido, direcionando o debate das drogas para uma perspectiva dos direitos humanos e associando o consumo como um problema de saúde pública e não de criminalização, estigmatização e violência voltada a usuários/as/es e formas de tratamento.

A política de RD no Brasil foi oficialmente regulamentada pelo Governo Federal por meio da Portaria nº 1.028 do Ministério da Saúde em 4 de julho de 2005 (Boiteux, 2017). Em relação a outros países, em cada um ela ganhou diferentes contornos, como a realização de estratégias em contexto de festas e o direcionamento de políticas públicas de saúde com enfoque no cuidado em território, não restritas às dinâmicas e problemáticas associadas ao uso, mas também ampliando para a compreensão de que o acesso a bens e serviços públicos, como saúde, educação, moradia, alimentação etc. é necessário para prevenir o uso problemático de substâncias psicoativas.

Entretanto, não existe apenas uma forma de compreender a RD, nem mesmo nas políticas brasileiras. Alguns a compreendem como uma estratégia limitada à saúde e aos usos problemáticos de substâncias psicoativas, como uma forma de chegar à abstinência; outros, como algo voltado apenas para usuários/as/es de drogas injetáveis, com fins de evitar a transmissão de doenças; outros assumem a RD em uma perspectiva ampliada,

compreendendo as ações de cuidado de RD como uma porta de entrada para qualquer política de atenção básica (Gomes, 2017).

As mulheres participantes desta pesquisa destacam a importância de se construir uma RD que realmente possa ter base no respeito à autonomia de usuários/as/es, no acolhimento e nas condições de reprodução social da vida, construindo-se, portanto, uma RD na perspectiva ampliada e crítica.

Flora destaca que seu trabalho como redutora de danos é, acima de tudo, voltado para recuperar a humanidade:

“A gente não tem, às vezes, dimensão, assim. Que é muito simples, né? Assim, às vezes a gente acha que ‘nossa’! Ah, a gente, né, que trabalha com essas questões, saúde mental, sim, drogas, a gente já ouviu muito, né? ‘Nossa, como é que você consegue? Eu não ia conseguir, né? Ter estômago’. Cara, é difícil, não é fácil, mas às vezes é tão, né... Porque parece um trabalho super mega complexo, e é! Mas as ferramentas que a gente tem são, às vezes, tão simples, né? Assim, é uma conversa” (Flora).

Ela ainda destaca a importância de se pensar a RD para além dos espaços restritos à saúde:

“Eu acho que os centros de convivência são as chaves, assim, a gente vai lá não é para... Só ficar ouvindo sofrimento. Às vezes a pessoa chega, ela não fala nada, mas ela sai assim, tipo, e ela volta, e às vezes você trocou uma ideia de 5 minutos com uma pessoa e, depois de semanas, a pessoa fala assim: ‘Nossa, lembrei daquela... Eu vim porque eu lembrei daquele dia que eu conversei com você, porque fazia muito tempo, que fazia muito tempo que alguém não me olha no olho’. E às vezes nem a gente lembra daquela pessoa, porque também é bastante gente que circula e tal, e aí você fica assim, caramba, sabe? Tipo, é complexo, mas é tão sensível para as pessoas... As ferramentas que a gente precisa usar, da redução de danos que o pessoal da Escola Livre de Redução de Danos falam, são tecnologias leves, né? Então. É isso, sim. É uma delícia. Uma delícia” (Flora).

Existência destaca como a RD foi uma ferramenta que aprendeu para utilizar na própria vida, frente às violências e transfobia que poderia sofrer nos serviços de saúde:

“Então eu sinto que eu fui jogada pra essa militância, de refletir sobre drogas e tal. Muito porque eu fui percebendo tudo isso acontecendo ao redor, né? Até na redução de danos, assim, por exemplo, eu lembro das minhas primeiras paradas do orgulho LGBT, que eu me reunia com as minhas amigas, né? E a gente ia de bonde pra balada, e todas novinhas... E álcool não é uma droga ilícita, né? Porém, é uma curva muito perigosa. E aí a gente descobre isso na pele, que você está lá, só se divertindo e tal e não sei o quê, e daqui a pouco sua amiga desmaia de tanto álcool que ela tomou e que você tem que ir pro hospital e você vai chegar no hospital, né? 5 viado, 8 sapatão, 3 travestis. Qual vai ser o seu tratamento que a gente vai ter naquele lugar, né? Aí chega lá:

‘Ah, tava bebendo na parada, né?’ Então a gente teve que, por obrigação, aprender a redução de danos” (Existência).

Portanto, a bandeira de luta por uma RD em uma perspectiva ampliada transcende a abordagem tradicional de minimizar os riscos associados ao uso de substâncias psicoativas. Essa visão mais ampla busca englobar uma variedade de contextos e situações em que a RD vai além da aplicação de estratégias, reconhecendo-se que ela faz parte de uma luta mais ampla por condições de sobrevivência.

Na perspectiva ampliada, a RD aborda as desigualdades sociais, raciais e de gênero que exacerbam os danos sofridos por indivíduos e comunidades. Isso inclui combater o estigma e a discriminação que muitas vezes recaem sobre usuários/as/es de drogas, populações marginalizadas, como pessoas em situação de rua e trabalhadoras sexuais, comunidades LGBTQIA+ e mulheres negras. A luta pela Redução de Danos se torna, assim, uma luta por equidade, em que se busca não apenas reduzir os riscos imediatos, mas também transformar as condições sociais e estruturais que perpetuam as violências, integrando, portanto, outras pautas importantes para o feminismo antiproibicionista.

4.4.4 “Você precisa estar bem saudável para ajudar a liderar qualquer luta”: pela saúde mental e o autocuidado

Uma luta feita por mulheres reais, sobreviventes dos atravessamentos da guerra às drogas, feita por aquelas que estão sempre cuidando do outro - do coletivo, da família, da comunidade, do território -, requer o cuidado delas mesmas.

Conforme destacou Voguel (2022, p. 82), “a reprodução social é e deve ser desempenhada por indivíduos corporificados” e, portanto, reconhecer a importância do recolhimento e do cuidado de corpos feminilizados e racializados que estão configurados para o trabalho também se conforma em uma estratégia e uma bandeira de luta importantes para o feminismo antiproibicionista. Essa perspectiva permite renovar as ferramentas de lutas diante de um corpo que é terreno de batalha na luta pela sobrevivência frente à *superexploração bélica da força de trabalho*.

O poder do autocuidado, tão essencial para a regeneração da força de trabalho, é, ao mesmo tempo, necessário para seguir a luta política, que necessita de corpos e mentes

saudáveis na dinâmica da militância. Assim, a luta pela saúde mental e pelo autocuidado é um manifesto político dessas mulheres em luta, em que seu corpo também é território que necessita ser cuidado. Essa é uma estratégia importante para seguir a luta anticapitalista, conforme destacam as participantes da pesquisa:

“Então eu acho que durante muito tempo as mulheres encontraram e encontram essa estratégia de se aliar, de se juntar em grupo, de se organizar coletivamente. E, mais recentemente, eu acho que a estratégia do autocuidado tem sido uma estratégia fundamental, que eu acho que as nossas mães velhas talvez tenham sofrido mais e tido menos acesso a essa estratégia do autocuidado, que também implica, às vezes, sair de campo, implica, às vezes, não precisar ser a guerreira. Mas a estratégia do autocuidado com si e com as outras, né? E com quem tratar no entorno. Acho que a estratégia de união, articulação, organização, mas também do cuidado, do descanso, são as ferramentas primordiais aí para nossa luta” (Maria Juana).

Maria Juana destaca o autocuidado como fundamental, assim como outras mulheres militantes da luta feminista antiproibicionista também apontaram a necessidade de aplicá-lo em suas próprias vidas com relação à militância, visto que estar sempre resistindo, lutando e se responsabilizando pelo trabalho reprodutivo é desgastante:

“E de poder ter mais tempo para mim, para o meu cuidado também, às vezes de dar um tempo mesmo. E muitas vezes eu não consigo sair” (Flora).

Existência aponta para um agravante, que foi realizar a militância dentro de um contexto de pandemia, quando se agravaram as condições de saúde mental, essenciais para a reprodução da força de trabalho e para a militância:

“Com a pandemia, eu me retirei de tudo, e só retornei quando eu restabeleci minha saúde mental, assim, quando eu consegui estabilizar a depressão. E é isso, né? Tipo, estava acontecendo um apocalipse, de fato, assim, né? Não tinha como estar bem! Tipo, eu perdi amigas, amigas que trabalharam comigo, morreram, travestis, assim, né? Uma morreu dentro de casa, com COVID, ficou com medo de ir pro hospital e sofrer transfobia no hospital. Assistir isso não tinha como ninguém tá bem naquela época, né? Então eu me retirei de tudo e me mudei para Recife, né, e fiquei só cuidando da minha saúde mental, né?” (Existência)

Aquilombada também nos revela o autocuidado e a saúde mental como um espaço afetivo para construir outras redes e outras formas de fazer política:

“Eu fiquei no É De Lei por 6 anos. Foi uma puta escola pra mim sobre redução de danos, sobre cuidado, sobre autocuidado, né? Foi também por começar a trabalhar com essa pauta que eu decidi fazer terapia, e terapia é um hábito de autocuidado que eu tenho há 12 anos ininterruptos (...) Isso, tipo, também me

*levou para eu me responsabilizar pelo meu próprio cuidado, sabe? Assim, foi uma coisa transformadora, mais do que só um encontro profissional. Acho que no campo do cuidado também para mim foi uma coisa muito legal, porque é **um outro jeito de você construir redes, de fazer política**, que essa lógica é muito, né, assim da saúde coletiva etc.” (Aquilombada).*

*“E às vezes, sei lá, às vezes eu fico só olhando uma novela velha aqui, tipo, fumando maconha e não pensando em nada... Eu sobrevivo também, não tentando não viver o tempo todo com isso né? Com o tempo você vai aprendendo a dosar, né? **Que você precisa estar bem saudável para ajudar a liderar qualquer luta.** Então estar bem e saudável envolve também conseguir fazer uma faxina um pouco para você expandir, ampliar horizontes, né? Então respeitar os fins, os momentos de descanso, os momentos que são afetivos realmente com quem importa, né? **Que é, tipo, seu filho, companheiro.** No caso, eu sou hétera, então geralmente os homens que eu me relaciono, com amigos e amigas de verdade. Assim, tipo, conforme a gente vai ficando velho, os nossos amigos vão virando nossa família. Não, e vai todo mundo perdendo pai, mãe, os filhos vai crescendo junto. Então eu valorizo muito, assim, ter bons momentos com os amigos e as amigas, né? Porque é isso, você dá risada, se sente amado, você ama alguém, você se sente fortalecido... Acho que essa parada” (Aquilombada).*

Vento de Justiça também reconhece a importância da saúde mental e autocuidado como essenciais para o desenvolvimento do trabalho e da militância política, apresentando a dificuldade de priorizar esses espaços:

*“Eu acho que o mais básico é garantir a sobrevivência, né? E aí, esse eterno conflito da gente viver num mundo capitalista em que a gente precisa pagar nossas contas, dar garantia ao nosso mínimo, ao nosso básico, junto com a saúde mental, né? Das pessoas militantes e trabalhadoras no terceiro setor. **Me vejo nesse lugar, também, de ter que cuidar da minha saúde mental, não conseguir priorizar as minhas, os meus cuidados dentro desse cenário, então até fico assim: ‘ai meu deus, toda vez eu falo, mas eu não consigo executar, não consigo me cuidar’ (Vento de Justiça).***

Assim, a saúde mental e o autocuidado tornaram-se bandeiras de luta fundamentais para as mulheres e corpos feminizados e racializados, já que, ao longo da história, essas são pessoas que enfrentaram pressões e expectativas sociais – expectativas que, muitas vezes, negligenciam suas necessidades emocionais, físicas e psicológicas. As demandas do trabalho de reprodução social geram também sobrecargas e limitam espaços para o cuidado de si mesmas e, por isso, romper com o paradigma do produtivismo, que também permeia a militância, é essencial.

4.4.5 “Pelo menos o nosso povo vai poder viver”: pela legalização e regulamentação das drogas com reparação histórica

Conforme já destaquei ao longo desta tese, as políticas de drogas em cada país obedecem a parâmetros e orientações de modelos proibicionistas dos tratados internacionais sob hegemonia dos EUA, aliadas a interesses políticos nacionais. Assim, a ideologia proibicionista atende aos interesses de domínio imperialista sobre os territórios e sobre a reprodução social da força de trabalho.

Agora, é importante ressaltar que a legalização e descriminalização das drogas, de fato, rompem com o paradigma proibicionista nas políticas de drogas, mas não com a ideologia proibicionista, pois não deixa de ser uma forma de controle social por meio das leis, desenhadas para atender aos interesses do capital. Portanto, a legalização e a regulamentação caminham em uma via de mão dupla: elas podem atender a interesses de liberdades individuais e dos mercados e, ao mesmo tempo, fissurar o paradigma proibicionista, oferecendo uma brecha à criminalização, sobretudo de pessoas pobres e negras.

O fato é que se faz urgente a necessidade de sobrevivência frente à letalidade do Estado, com a consciência de que somente a legalização e a regulamentação das drogas não serão suficientes para mudar toda uma estrutura social, mas, certamente, oferecerão um grande abalo de uma estrutura assentada no racismo e no sexismo:

“É, o fato de acabar, de superar o paradigma proibicionista, não quer dizer que a gente vai inverter a pirâmide, mas quer dizer que, pelo menos, o nosso povo vai poder viver” (Aquilombada).

Evidentemente, o debate de legalização e descriminalização das drogas é amplo e complexo, justamente por ser perpassado por estigmas e interesses geopolíticos e econômicos. Os modelos de controle da produção, comercialização e consumo⁹⁸ também são diversos e podem, inclusive, manter legislações repressivas de controle penal, ainda que mesmo dentro de um modelo de legalização (Boiteux, 2017).

⁹⁸ Conforme apontou Boiteux (2017, p. 188): “Assim, para efeitos didáticos, destacamos três submodelos de análise: descarcerização (do uso e da posse); descriminalização (do uso e da posse) e, ainda, o modelo holandês – *sui generis* – no qual não há descriminalização da posse, mas sim sua “despenalização”, assim como do pequeno comércio e plantio de drogas ditas “leves” (tais como *cannabis* e derivados) que continuam previstos em lei como crime, mas o sistema deixa de atuar através do princípio da oportunidade da ação penal pelo Ministério Público”.

Esses modelos de legalização diversos podem ser, portanto, desde uma perspectiva liberal pelo controle do mercado, como de controle estatal, ou controle por intermediários (Boiteux, 2017), evidenciando alternativas ao proibicionismo. Entretanto, nem todos os modelos pressupõem uma reparação histórica às pessoas afetadas pela guerra às drogas. É evidente que o debate público sobre a legalização e a regulamentação das drogas tem muito o que avançar e é necessário que avance compreendendo as demandas e as bandeiras dos movimentos sociais antiproibicionistas e, sobretudo, das pessoas mais afetadas pela guerra às drogas.

As participantes da pesquisa apontam para a necessidade de se romper com o paradigma das políticas proibicionistas com reparação dos danos e consequência da guerra às drogas não apenas individuais, mas também para a sociedade:

*“A gente vai discutir sobre esses apagamentos que eu sofri, que os parentes sofreu. Mas agora **a principal causa é a garantia do antiproibicionismo para os nossos**, entende? Porque os nossos que estão sendo afetados por aquilo, então não faz sentido” (Acayú).*

*“**Legalização de todas as drogas, com a reparação de todos os danos sociais, econômicos e físicos gerados pela proibição.** E não apenas a reparação dos danos individuais, de famílias que perderam pessoas para guerra, de famílias que foram presas, de famílias que tiveram suas casas invadidas pela polícia, **mas a reparação dos danos para toda uma sociedade** que vem sendo violentada nesses anos todos, com a união dessas opressões, do machismo, misoginia, com o racismo, com o proibicionismo das drogas. Então eu acho que o objetivo final do feminismo antiproibicionista é nem precisar existir, porque nem haveriam mais opressões” (Maria Juana).*

Fortaleza da Favela destaca que discutir a legalização é ir até a raiz dos problemas que têm gerado impactos como o genocídio e o encarceramento, revelando a dificuldade dos movimentos sociais em reconhecerem a pauta antiproibicionista como central:

*“Mas era isso, assim, eu estava no movimento favelado, mas principalmente no movimento negro, discutindo segurança pública, e eu sempre senti que não era o suficiente, assim, que a discussão ainda não estava no nível que deveria discutir, cara. **A gente deveria discutir não só encarceramento e o genocídio, mas assim, qual é a solução para isso? É a legalização. A gente precisava discutir a legalização**” (Fortaleza da Favela).*

*“Essa virada de chave seria importante. A partir disso, **a gente fazer discussões sérias mesmo, corajosas, quanto à questão da regulamentação, descriminalização das drogas, né, das substâncias chamadas de drogas, conhecidas como droga.** (...) Acho que a primeira coisa é aquela virada de chavinha, né, da perspectiva das políticas sobre drogas no viés da saúde, do cuidado, e não no viés da punição ou da segurança pública” (Vento de Justiça).*

A pauta da legalização e descriminalização defendida pelo feminismo antiproibicionista é, portanto, relacionada a todas as drogas, reparando os danos ligados a essa guerra, e voltada para que se possa, a partir de um debate público, escutar e construir com as pessoas afetadas uma nova política de drogas.

4.4.6 “A gente vai tirar a mulher dessa mira”: luta pelo desencarceramento e pelos direitos das mulheres privadas de liberdade

O Brasil se destaca pela relevância da pauta do desencarceramento feminino e dos direitos de mulheres privadas de liberdade. Embora essa pauta também seja evidenciada na Colômbia, no Brasil ela aparece com maior preponderância, justamente pelo lugar que o país ocupa em relação ao tráfico de drogas.

No Brasil, o mercado ilegal tem sido um espaço de venda da força de trabalho para mulheres pobres, negras e mães frente à negação de garantia de necessidades de reprodução social, conforme já destacado no capítulo anterior. Assim, o desencarceramento de mulheres tem sido uma das principais pautas da RENFA, tanto que, no ano de 2019, é lançado o “Manual Feminista Antirracista pelo Desencarceramento”, compilando experiências, incidências políticas, articulações e ações dessa agenda, localizadas no Recife e no Rio de Janeiro⁹⁹.

Flora, uma das militantes da RENFA São Paulo, destaca que a pauta do desencarceramento tem sido o principal direcionamento de ações nesse território, revelando que essa não é uma pauta principal dentro das discussões de uma Redução de Danos voltada para o debate do proibicionismo limitado aos muros da saúde:

“E aí a RENFA, nacionalmente, sempre pautou muito coisa do desencarceramento, do abolicionismo penal, que essa é uma coisa que eu aprendi dentro da RENFA. Nem muito proibicionismo, assim, que eu estudava redução de danos, aí... Entendi essa questão do encarceramento, e que isso era racista, mas eu não entendia, não sabia o que fazer com isso. Assim, quando entrei na RENFA que eu comecei a entender, e entendo muito pouco ainda, sobre abolicionismo penal, de anti punitivismo, assim. (...) Acho que é a principal pauta, assim, da, da RENFA São Paulo [o desencarceramento]” (Flora).

⁹⁹ Manual disponível em: <https://renfa.org/lib/fxnjqy/versaofinal4-min-knlxcg3p.pdf>. Acesso em setembro de 2024.

O Instituto Terra, Trabalho e Cidadania - ITTC tem se destacado como uma das principais organizações brasileiras no desenvolvimento de ações em defesa de direitos das mulheres privadas de liberdade e egressas do sistema prisional na cidade de São Paulo. Vento de Justiça, coordenador do ITTC, destaca a centralidade dessa pauta no desenvolvimento de ações na organização, demonstrando a importância do enfrentamento à política de guerra às drogas, já que a maioria das mulheres é presa por tráfico de drogas:

*“O Estado precisa, de uma maneira muito urgente, promover as ações de desencarceramento, né? Conjuntas, articuladas, é, não só pelo Poder Executivo, mas pelo Poder Executivo junto com o Judiciário e com o Legislativo, mas aqueles que executam, de fato, né, o Executivo e o Judiciário. Então essas ações articuladas para o desencarceramento é muito importantes, a partir das leis já existentes, porque isso já diminuiria consideravelmente o número de pessoas presas, tanto homens como mulheres e adolescentes. É, acho que a gente tem começado aí, seria o sonho de tudo, **mas o que é possível hoje, talvez, o Estado já fazer, é, são as medidas de desencarceramento com o cumprimento das leis já existentes. Isso seria o básico, é ridículo que nem o básico seja feito**” (Vento de Justiça).*

*“Desencarcerar mulheres deve ser, deveria ser uma prioridade, porque, a partir do momento que a gente desencarcerar mulheres, e aí a gente tem um monte de Estado aí, cidades do país que têm 20 mulheres, 10 mulheres presas. Pra quê manter 10 mulheres presas quando você, né... Falando até em termos capitalistas, de despesa econômica, despesa estatal, o negócio não funciona desse jeito. **Então eu acredito que, desencarcerando as mulheres primeiro, isso vai atingir o resto da população carcerária, né?** No caso, os homens, outros, enfim, o resto da população carcerária (...) a partir disso. Quando a gente, é (...), dá atenção a populações mais vulnerabilizadas, todo o resto se beneficia. Então eu acho que esse recorte de gênero e esse olhar mais específico seria muito importante” (Vento de Justiça).*

Iya Funike, sobrevivente do cárcere, integrante da RENFA e da Pór Nós destaca que essa é uma medida importante para a descriminalização e a legalização das drogas:

*“Só está preso as pessoas e na segunda instância, **então tirar todas essas mulheres a gente já tem uma baita de abolição**, a gente já tem uma baita de uma evolução dentro dessa guerra às drogas, porque a gente vai tirar a mulher dessa mira! Isso, a gente tira a mulher dessa mira, dessa, dessa guerra às drogas aí, e fortalece elas, a gente consegue mudar esse quadro, entendeu? Ter mais força para descriminalizar essa droga. Eu acho que o papel, a arma principal é a descriminalização da droga, e a descriminalização, quer dizer, e acho que a discriminação mesmo, discriminação da droga” (Iya Funike).*

Nesse sentido, o desencarceramento feminino e o abolicionismo penal se apresentam como uma importante pauta do feminismo antiproibicionista, construído

pelas mulheres que atravessam e sobreviveram ao cárcere e seus impactos. Essa pauta deve estar alinhada a mudanças nas políticas de drogas, já que esse é o principal motivo do encarceramento de mulheres.

4.4.7 “Que a gente possa parar de lutar o tempo todo”: pela superação da exploração-opressões

O desejo de superar a luta e a resistência contra as exploração-opressões se constitui por uma imaginação radical de construção de outro mundo possível, um horizonte onde se possa gozar de uma emancipação verdadeiramente humana. Isso revela também o protagonismo das mulheres em luta como alternativa para garantir a reprodução social da vida frente ao capitalismo predatório, já que são elas que estão à frente dos impactos da guerra às drogas e das reivindicações de transformação.

A forma de organização social capitalista cria a ideia de que outro modelo de sociedade não seja possível. Portanto, poder imaginar e lutar para que essa luta em si deixe de existir rompe com o paradigma que o próprio capitalismo cria diariamente. Portanto, trata-se também de uma luta anticapitalista do feminismo antiproibicionista:

“Eu acho que o fim, o objetivo final, o objetivo final do feminismo antiproibicionista é que nenhuma mulher, nenhuma pessoa trans, nenhuma pessoa não binária precise continuar lutando. Sabe, assim, é acordar e ver que está tudo bem, é saber que a gente não precisa matar um leão por dia, porque tem companheiras sendo violentadas politicamente, fisicamente, sexualmente, verbalmente, moralmente” (Maria Juana).

Isso demonstra que, mais que uma pauta de luta, essa é uma bandeira estratégica, o horizonte a ser alcançado mediante uma luta constante contra a exploração-opressão, que provoca também muito cansaço. Isso nos aponta para a necessidade de falar sobre a militância política real e não romantizada, onde existem tensionamentos, conflitos e resistências contra as violências:

“Pra militância que um dia a gente não precisa ficar lutando tanto, sabe? Que a gente possa gozar e sentir prazer também, além de ficar lutando contra e indo para cima e tendo que se armar o tempo todo. Que a gente consiga ter acesso, assim, também, a uma vida de mais leveza, assim. Que a gente não seja só... Que a gente seja, sim, um grupo de militância, que a luta está aí, mas que a gente também consiga ser um lugar de prazer, de amor, assim, de amizade, de parceria. É isso... (Flora).”

Essa aspiração que transcende a luta e a resistência nos convida a pensar que o desejo coletivo impulsiona e, portanto, não podemos subestimar o campo do desejo na militância, porque ela também é construída por pessoas que movimentam o mundo, articulam e realizam militâncias movidas por ele. Conforme apontou Brasília Teimosa, trata-se de poder criar outros tempos e espaços para construir coisas novas:

*“A gente parar de lutar. Eu acho massa essa coisa de, queria que a gente tivesse um outro tempo, sabe? Assim, Aila, de... O país, do movimento, da coisa toda. Momento de que a gente possa se juntar pra produzir mais coisas gostosas assim, sabe? **Mas vamos se juntar para poder pensar outras formas de estar juntas, de construir coisas, de construir conhecimento, de construir potência, mas não só pra ficar chorando**, sabe, pra chorar as dores da gente e tal. Então eu desejo, muito mesmo, de verdade, que a gente possa parar de lutar o tempo todo” (Brasília Teimosa).*

Assim, o feminismo antiproibicionista é um campo anticapitalista construído por mulheres que estão cotidianamente sofrendo os atravessamentos da guerra às drogas. Para sobreviver, elas são convocadas à organização e luta política. Entretanto, revelam que a necessidade de sempre estar lutando e resistindo as impede de viver outros prazeres, que são proporcionados pelo ócio, pelo autocuidado, pela constituição de coletividades outras, que não se deem apenas por meio da militância, mas pela união de potências e desejos.

Assim, essas mulheres participantes da pesquisa nos contam que, para além de romantizar a organização política, é preciso ousar na imaginação da construção de outro mundo possível - aquele que, certamente, terá outras lutas e reivindicações, mas que, ao menos, seja um mundo que as permita não apenas sobreviver, mas existir; que faça ser possível a existência de sua humanidade, sua identidade, sua cultura e seu ser em sua completude.

4.5 "El río no nos separa, el río nos une": costurando a unidade na diversidade de luta e resistência no Brasil e na Colômbia

Ao compreender a classe trabalhadora para além do trabalho assalariado, formal e legal, podemos iluminar os rincões da luta de classes que ocorre para além dos espaços de produção de valor, como também as lutas diversas no terreno oculto do capital, reveladoras dos diferentes tipos de estratégias que também fazem parte da luta de classes

e que rompem com as aparências históricas entre o legal e o ilegal, o âmbito da produção e da reprodução social.

Evidenciei, ao longo deste capítulo, que a luta e a resistência forjadas pelas mulheres no Brasil e na Colômbia, embora se apresentem com algumas particularidades de suas formações sócio-históricas próprias e de sua localização geopolítica com relação à dinâmica do mercado global das drogas, apresentam uma unidade na diversidade: a luta por sobrevivência e pela reprodução social da vida.

Esta pesquisa evidenciou que a diversidade de subjetividades e identidades que se expressa em lutas diversas conforma um campo heterogêneo e anticapitalista (Melatti, 2023). São sujeitas políticas que constituem práticas coletivas e promovem uma crítica à sociedade capitalista na busca por estratégias comuns, revelando um anticapitalismo radical com lutas centradas na luta pela reprodução social da vida - vidas humanas e vida ambiental - como um pilar fundamental para a superação do capitalismo, sistema que não se sustenta sem a expropriação, dominação e exploração sistemáticas que mantêm a dinâmica de acumulação.

Assim, o anticapitalismo é compreendido como uma visão social de mundo que compõe processos de consciência social de valores e princípios que se contrapõem à ordem burguesa e que “desvelam os aspectos ideológicos contidos na forma dominante de explicação do mundo e, numa perspectiva processual e histórica, contribuem para ações de emancipação política, mirando na emancipação humana” (Melatti, 2023, p. 50).

Entretanto, como é possível construir a unidade de lutas considerando duas nacionalidades diferentes, conformadas por processos diferenciados de reprodução social da força de trabalho e constituídas por subjetivações e identidades diversas?

Primeiro é preciso compreender que a própria noção de nação é produzida pelo colonialismo, que divorciou as pessoas de seus territórios ancestrais, racializou os brancos como superiores e a população negra como inferior, produziu fronteiras, submeteu ainda mais as mulheres às opressões de gênero e deslocou a diversidade através da inferiorização, elegendo o homem branco como referência homogênea de poder.

A suposta universalidade democrática, a liberdade individual e a igualdade de direitos entre todos os seres humanos vendidas pelo capitalismo apontam para uma contradição, pois embora sejam aspectos importantes da luta política, por si só não garantem a emancipação humana (Marx, 2005).

O esvaziamento da lógica de universalidade pelo liberalismo, que a promoveu como um direito de liberdade individual, resulta em uma abstração que "ignora as formas sociais reais de desigualdade e opressões" (Haider, 2019, p. 140). Isso significa que esses direitos, mesmo os específicos, na prática não atendem a todas as pessoas, mas beneficiam apenas um grupo privilegiado.

A pergunta e o desafio da nossa atualidade estão, então, em como superar a fragmentação das reivindicações de grupos específicos sem que seu conteúdo emancipatório desapareça. Como construir a unidade das lutas sem desconsiderar as condições históricas concretas, em uma perspectiva de totalidade, e sem dissolver os componentes internos heterogêneos que se apresentam como demandas específicas?

Longe de dar uma resposta fechada, esta pesquisa revelou o conteúdo emancipatório de lutas que são nomeadas de maneiras diferentes nos dois países, mas que estão reivindicando algo fundamental: o direito de viver - não apenas de sobreviver, mas o bem-viver com possibilidade de reproduzir sua vida de acordo com sua cultura, com seu território e sua cosmovisão e, definitivamente, isso não é possível de se alcançar no modelo de sociedade capitalista em que vivemos atualmente.

Ressalto que demandas imediatas por sobrevivência configuram um campo fundamental para a organização da classe pelas lutas em torno da reprodução social da vida, que não estão separadas das lutas e demandas na esfera da produção, já que a separação entre produção e reprodução social representa uma aparência histórica (Bhattacharya, 2023). Ou seja, a luta contra o racismo é uma luta contra a desumanização da população negra. Ela tem impacto diretamente sobre o valor da força de trabalho negra se considerarmos, por exemplo, que o racismo promove hierarquias sociais e raciais entre trabalhadores/as, reforçando fragmentações e divisões de consciência de classe que promovem, no limite, o rebaixamento da força de trabalho como um todo.

No mesmo sentido, as lutas pela reprodução social da vida das comunidades *campesinas* e indígenas, que, em certa medida, extrapolam a relação direta entre capital e trabalho assalariado, sem dúvida não estão desvinculadas da dinâmica de acumulação que permeia toda a vida social, ampliando a compreensão sobre os sujeitos subalternos e suas resistências ancestrais na medida em que confrontam a dominação do capital em seus próprios territórios (Ouviña, 2021). Dessa forma, a luta pela reprodução social da vida não é apenas uma parte essencial da luta de classes, mas também um espaço para a

construção de sujeitos históricos em luta com um potencial emancipatório para a construção de uma classe em si.

No terreno oculto do capital, a *superexploração bélica da força de trabalho* opera diferenciando os acessos às políticas, bens e serviços de reprodução social da força de trabalho por meio da violência, da desumanização e da hierarquização da classe trabalhadora, e, portanto, a luta pela sobrevivência e pela reprodução social da vida é uma forma de resistência.

Compreendendo que o trabalho de reprodução social vai além do trabalho realizado no âmbito doméstico, englobando todo o trabalho reprodutivo (remunerado ou não) que garante a reprodução da vida cotidiana por meio de um esforço coletivo, social e público (Moraes, Roncato e Borrero, 2023), esta pesquisa revelou uma nova dimensão desse trabalho no terreno oculto do capital na América Latina: o trabalho de reprodução social comunitário, que ocorre no território e se volta à reprodução da vida como um todo (incluindo a vida não humana), é igualmente essencial para a reprodução da humanidade. Sem esse tipo de trabalho, não seria possível a reposição geracional, nem a manutenção e regeneração da força de trabalho, que dependem de condições ambientais planetárias.

Thesa Nasa evidencia a importância da luta e da resistência em uma perspectiva unitária no terreno da reprodução social da vida nos territórios:

*“Lo que nos lleva también a poner la voz, a alzar la voz desde las malocas, desde los mambeaderos, desde las tulpas para decirles a esta gente que **tienen que cambiar su modo de vida, ¿sí? Que tienen que reconciliarse con la Madre Tierra** porque si no, no va a haber paz y que esa reconciliación tiene que empezar por **cambiar los modelos económicos y productivos que se han impuesto violentamente en nuestros territorios** (Thesa Nasa).”*

*“Pero para nosotros territorio se entiende como territorio de allá, digamos de la atmósfera como ustedes la conocen, el territorio de arriba donde están nuestros Nerr, nuestros espíritus mayores, nuestros ancestros. Territorio aquí donde estamos nosotros, este suelo, esta pequeña tierra... y territorio abajo, ¿sí? Allí, debajo de ese suelo donde también habita gente nuestra, ¿no? **Nosotros no tenemos concepto de fronteras, ni de linderos**. Nosotros entendemos los espacios de cada pueblo según la Ley de Origen del mandato ancestral del ordenamiento de que tenemos que cuidar y no hemos podido, pero no hay fronteras, no hay linderos. **No puedes ser extranjero en el planeta tierra porque eres un humano terrestre y el río no nos separa, ¡el río nos junta!** (Thesa Nasa)”*

O território é um lócus de resistência. O trabalho de reprodução social, como a preservação e o cuidado do território das comunidades indígenas, *campesinas* e negras,

conforma identidades particulares desses grupos nessa relação com a terra e o território. O ato de destruir alternativas de reprodução da vida com relação ao trabalho também vem acompanhado pelo apagamento de usos ancestrais da terra, a fim de que essas comunidades dependam exclusivamente das relações capitalistas para sobreviver.

Por esse motivo, a luta no Brasil por uma perspectiva de Redução de Danos de maneira ampliada considera o cuidado no território como elemento fundamental para se pensar em outro modelo de sociedade, com as identidades particulares de cada comunidade e o acesso à terra sendo fundamentais para a superação do modelo atual, conforme destacou Acayú:

*“Não é que não seja necessário, nas nossas comunidades, ter isso, entendeu? Ter, por exemplo, um Centro ou um Fórum, mas no contexto urbano se faz muito mais presente essa dinâmica do que é o nosso. **No nosso, por enquanto, o nosso principal fato é ter a terra para que não se torne urbano e a gente não entre nessa outra problemática, entendeu?** Então, por exemplo, se a gente aldeia e aquilomba, a gente não vai precisar, por exemplo, não que vá acabar os assentamentos ou os sem-teto, **mas as pessoas vão ter terras e a gente também não precisaria, por exemplo, desse espaço de Redutores de Danos dessa maneira, ou desses modelos que já são instituídos ali, entende?** Então o uso da Terra, por mais que pareça uma questão, tipo assim, “ah, o uso da Terra ou outras temáticas é de tal povo... É de tal não sei o quê” (...). **A pauta principal é essa [acesso à terra], não que as outras não sejam, entende? Mas por entender que, quando a gente estiver no nosso território, a gente vai conseguir construir a partir das nossas cosmovisões”** (Acayú).*

A ideologia proibicionista, materializada pela guerra às drogas, liderada pelos países dominantes é uma estratégia utilizada para justificar a criação de um inimigo a ser combatido, controlando a luta de classes e impedindo qualquer possibilidade de produção e reprodução da vida de mulheres negras, indígenas e *campesinas* na América Latina. Dessa forma, ela se torna um instrumento de dominação dos territórios, visando eliminar qualquer modo de vida alternativo ao capitalismo e restringir a reprodução social da classe trabalhadora.

Mesmo diante desse cenário, são as mulheres insubmissas que lideram a luta pela vida, reencarnando as lutas históricas desde a colonização de nossos territórios, e vêm demonstrando que é possível atualizar nossas utopias de outros mundos possíveis. No entanto, para isso, é fundamental superar a aparência imediata da fragmentação das lutas.

A multiplicidade de nomes dados às lutas no Brasil e na Colômbia oculta a compreensão de uma luta comum. As múltiplas identidades constituem diversidades e particularidades que se expressam em pautas e demandas específicas, mas escondem a

unidade fundamental que é a sobrevivência, seja ela material ou cultural, já que as diversas formas de relações sociais com o trabalho (seja remunerado ou não) também constituem subjetividades e identidades diferentes.

As participantes da pesquisa revelaram dois aspectos importantes com relação à construção da unidade da luta. Na Colômbia, por não haver um movimento antiproibicionista unificador ou um amadurecimento do feminismo antiproibicionista como no Brasil, elas encontram o desafio de superar a fragmentação das lutas devido às diversas identidades:

*“Entonces la lucha es difícil y ha sido como te digo, incluso para conseguir recursos porque nadie le le mete al tema tampoco, **como hay otros temas prioritarios, entonces, personas desaparecidas, desplazados, violencia contra la mujer, pero violencia contra la mujer entraría también estos problemas de cárcel, pero no lo ven así**” (Liberdade Capital).*

*“Porque a veces todas las políticas públicas y todas las... leyes y todas las otras cosas que tienen estos países, estados y gobiernos, **nos fraccionan, ¿no? Como los indígenas aquí, los afros allá, las mujeres por otro lado, los campesinos por otro lado, y muchas veces terminamos en enfrentamientos y conflictos entre nosotros, que no es la situación, ¿sí?** (Thesa Nasa)”*

Fica evidente que essa fragmentação é operada pela própria lógica do capital, fruto da aparente separação entre produção e reprodução social e da sobreposição de uma opressão sobre outras, priorizando pautas nas políticas públicas ou nos financiamentos da própria luta por agências de cooperação internacional.

Já no Brasil, onde se apresenta o feminismo antiproibicionista como essa tentativa de unidade, o desafio está em articular todas as identidades e lutas dentro de um mesmo movimento, e dar conta de fazer luta política programática ao mesmo tempo em que se atendem às urgências das vidas afetadas direta e violentamente pela guerra às drogas:

*“O maior desafio da RENFA hoje, Aila, é **congregar tantas potências e dores. (...) A política de drogas é feita de mulheres muito potentes e de mulheres que estão muito doloridas também** com essa política, então tem muita dor na construção. Mas tem muita potência também, né? Então, para mim, esse é o maior desafio hoje, assim, pra, pra nossa rede, é fazer com que as coisas que a gente consiga ir” (Brasília Teimosa).*

*“Os principais desafios são esses, as opressões que já existem, né, que nos **colocam urgências no dia a dia para resolver, de companheiras violentadas, de, enfim, pessoas vítimas de racismo, de pessoas presas pela lei de drogas, de estigmatização, pelo uso de substâncias. Então essas opressões trazem, às vezes, demandas e resoluções urgentes que fazem com que a gente tenha que***

parar processos de luta de mais a longo prazo, às vezes mais intelectuais, às vezes mais elaborados, porque a urgência do dia a dia grita” (Maria Juana).

“Os desafios? Acho que sempre vai ser assim, lidar com as macroestruturas. Acho que, enquanto a gente tiver essas estruturas de opressão, eu acho que nós não vamos ver o fim delas nas nossas vidas, infelizmente. Mas acho que elas também estão criando algumas rachaduras, mesmo pequenas, né? É, acho que é lidar com isso, sim, com as violências que acontecem, com as nossas... Mas eu acho que também com as violências que acontecem entre nós, eu acho que... É um movimento muito diverso, né? E que se amplia cada vez mais. Então a gente não entende que, né, o feminismo, né, é quem, quem pode estar não são só mulheres cis, né? Não são só mulheres brancas, não são só mulheres negras também, mulheres indígenas. E de, e não só de mulheres trans também, né? Mas as pessoas não binárias, de homens trans que, né, que sentem que esse é um espaço de pertencimento, porque já foi um lugar de pertencimento antes e tudo mais, e acho que isso vai criando muitos choques, vai criando muitas violências, né? (...) É um lugar acho que de elaborar minhas vivências também, assim, de troca, mas também é um lugar. Mas também não vou ficar aqui romantizando, assim. É um lugar muito difícil que a gente tem que sair muitas vezes. Eu penso muito em sair, muitas vezes, para eu ter mais tempo de vida e menos preocupação, de menos treta, que tem muita treta” (Flora).

Autoras/es como Lélia González e Clóvis Moura nos ajudam a costurar a diversidade de luta e resistência com as categorias teóricas de práxis negra e amefricanidade, evidenciando as lutas por reprodução social em nosso continente.

Nesse sentido, em consonância com Silva (2021), a práxis negra, expressa na obra de Clóvis Moura, reconstrói o sentido da unidade e totalidade das lutas e resistências. Essa práxis se constitui, essencialmente, pela luta por sobrevivência e pelo direito fundamental de humanidade, já que as populações negra e indígena foram destituídas dessa condição. E, nesse sentido, “as resistências são entendidas em seu conjunto como a práxis que nega o estatuto que desumaniza” (Silva, 2021, p.57).

A categoria “amefricanidade”¹⁰⁰, desenvolvida por Lélia González (2020), mobiliza nossa reflexão para a compreensão da constituição da classe trabalhadora e da unidade da luta de classes, expressas em lutas e resistências em nosso continente:

Já na época escravista ela [a amefricanidade] se manifestava nas revoltas, na elaboração de estratégias de resistência cultural, no desenvolvimento de formas alternativas de organização social livre, cuja expressão concreta se encontra nos quilombos, cimarrones, cumbes, palenques, marronages e

¹⁰⁰ Gonzalez (2020) realiza uma crítica ao imperialismo estadunidense ao tratar da referência ao país como “América”, sendo que a América Latina e o Caribe foram alvos da colonização, do tráfico negreiro e da escravização da população africana levada a esses territórios, bem como dos povos originários que aqui já habitavam. Por isso, a categoria “permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela se manifesta: A AMÉRICA como um todo (Sul, Central, Norte e Insular)” (González, 2020, p.135).

maroon societies, espalhadas pelas mais diferentes paragens de todo o continente. E mesmo antes, na chamada América pré-colombiana, ela já se manifestava, marcando decisivamente a cultura dos olmecas, por exemplo. Reconhecê-la é, em última instância, reconhecer um gigantesco trabalho de dinâmica cultural que não nos leva para o outro lado do Atlântico, mas que nos traz de lá e nos transforma no que somos hoje: amefricanos (González, 2020,p.138).

Portanto, para Lélia, a categoria de amefricanidade é uma chave para a construção de unidade na “América Ladina”, pois “seu valor metodológico, a meu ver, está no fato de permitir a possibilidade de resgatar uma unidade específica” (p.135). Lélia reconhece a diversidade do nosso continente no que tange às particularidades de cada formação social, mas revela que a dominação que opera aqui é a mesma: o racismo.

Nesse sentido, as categorias teóricas de amefricanidade e práxis negra possibilitam um resgate de unidade nas diversas formas de lutas e resistências da “América Ladina” com relação aos grupos subalternizados (González, 2020, p.135).

Pensar o sentido da unidade diversa é reconhecer que existem mulheres que constroem suas lutas a partir de perspectivas não ocidentalizadas, “*mujeres de los 607 pueblos y nacionalidades originarias de Nuestra América*” (Gargallo, 2022. p. 2) - as que fazem a defesa de nosso território e que não necessariamente estão produzindo conhecimento dentro da academia.

O desenvolvimento em um sentido unitário das relações sociais capitalistas racializadas, territorializadas e generificadas evidencia as lutas sociais no âmbito da reprodução e demonstra como as opressões são co-produzidas com a produção de mais-valor, revelando a existência da classe trabalhadora em sua totalidade, na sua corporalidade e enquanto sujeito histórico na confluência de lutas ao longo da história. Nesse sentido, Moura (1977) destaca a importância dos movimentos sociais e organizações na contestação e transformação das relações coloniais na América Latina, aqueles que extrapolam as contradições das forças estritamente produtivas, mas que se opõem às forças sociais, jurídicas e militares.

Assim, a práxis negra (Silva, 2021) e a amefricanidade (González, 2020) são chaves analíticas fundamentais para repensar a luta de classes e construir a unidade no território latino-americano. Recuperar a humanidade frente a um estatuto que desumaniza determinados grupos é reconstruir uma solidariedade frente a uma organização social que individualiza. Chontaduro de Buenaventura nos conta sobre essa prática política de

solidariedade coletiva na construção de uma sociedade sensível à dor do outro, que se contrapõe à lógica imperativa do individualismo:

“Acá en mi comunidad y esa es mi gente, y yo acá como, y acá voy, y acá converso y salgo para una casa me meto en otra y somos una familia y cuando alguien muere, nosotros todos nos importa, entonces el uno viene hace el café, el otro trae la silla, el otro va en que podemos ayudar y, finalmente estamos en una... estamos en comunidad (...) Nosotros necesitamos comunidades y sociedad diferente, sensibles al dolor” (Chontaduro de Buenaventura).

“Creo que es una práctica con una cultura que ayudaría mucho incluso a las comunidades que no son negras o son indígenas, ¿cierto?. Porque es un tema de humanidad, de ver al otro como una parte mía de ver al otro como él no está solo, estás aquí, indistinto de que seamos su familia de consanguinidad, eres parte de una sociedad, que me interesas, entonces yo creo que cuando nos empecemos a mirar un tema de que no es el muchacho, porque eso es lo que nosotros no nos vemos como sociedad y la sociedad no se comporta como colectiva, sino que se está comportando como individuo y se está comportando entre lo individual” (Chontaduro de Buenaventura).

Esse elemento de solidariedade também é evidenciado na fala da líder indígena Acayú:

“Por exemplo, que eu vejo no processo de escravização do Brasil, dos escravizados que, que aqui estiveram. Para mim, a maior crueldade foi eles terem vindo para cá, entendeu? Que é onde eu me compadeço com a luta dos afrodescendentes dessa maneira, entendeu? E de me sentir também afrodescendente, né? De, de sentir que a gente tem toda essa veia porque a galera foi arrancada” (Acayu).

As participantes desta pesquisa mostram que a organização política faz parte da luta pela vida e pelo direito de viver, revelando os aspectos particulares das condições de suas existências marcadas por diversas opressões. Os indivíduos são concretos e particulares, mas, considerando que toda particularidade carrega em si uma totalidade concreta¹⁰¹(Kosik, 1976), podemos, dialeticamente, considerar uma universalidade nas demandas concretas que permitem que, na prática política, nos posicionemos em uma máxima igualitária (Haider, 2019), ou o que as mulheres participantes desta pesquisa apontaram como solidariedade, coletividade e humanidade de maneira unitária:

¹⁰¹ De acordo com Kosik (1976), a totalidade concreta não significa acumular um conhecimento de todos os fatos sobre determinado fenômeno, até porque isso é humanamente impossível. Portanto, a “realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido” (p. 44). Nesse sentido, o autor destaca que cada fenômeno pode ser compreendido, dialeticamente, como um momento do todo que se situa em um momento histórico específico.

“A RENFA me traz esse lugar de mulheres que, muitas vezes, eu discordo, mas eu não duvido da sinceridade da pauta sobre ela, entendeu? Então, assim, eu posso até discordar, o método, a forma, o jeito que a pessoa falou, mas eu sei o quão sincero é aquela revolução dentro dela, assim. Então esse lugar, a gente se encontra assim” (Fortaleza da favela).

Thesa Nasa fala sobre a importância de se pensar a relação da identidade com o autoconhecimento para a construção de unidade:

“Aquí todavía hay habitantes, gente que se auto reconoce como parte de un pueblo originario con identidad propia, pero los campesinos también tienen raíces en algunos de estos pueblos porque los campesinos no vinieron de las ciudades ni de otro planeta. Ellos nacieron en estos territorios de Abya Yala y esto también nos lleva a entender por qué, para resolver las dificultades y recuperar la dignidad como seres humanos, primero debemos conocernos. Si nos conocemos, nos respetamos y cuando nos conocemos y nos respetamos, podemos unirnos, podemos hacer la unidad. De lo contrario, decimos... de lo contrario es una unidad de discurso. Es una unidad pegada con saliva, no es una unidad real para poder cambiar este... este destino, ¿verdad?” (Thesa Nasa)

Conforme destacou Haider (2019, p. 145-146), “aqueles que o pensamento liberal reduz a vítimas passivas sempre foram agentes políticos ativos, a fonte da universalidade insurgente” e, nesse sentido, considerar a identidade não é necessariamente praticar uma política identitária, mas sim considerar a totalidade do que significa cada identidade em sua relação com a reprodução capitalista que articula explorações-opressões para seguir com a dinâmica de acumulação. Assim, o anticapitalismo é um momento indispensável na luta de classes e carrega um potencial revolucionário. Ainda segundo Haider:

A universalidade não existe em abstrato, como princípio prescrito a ser mecanicamente aplicado independentemente das circunstâncias. Ela é criada e recriada pelo ato de insurgência, o qual não reivindica a emancipação unicamente para aqueles que compartilham minha identidade, mas para todos; a universalidade diz que ninguém será escravizado. Ela igualmente recusa congelar os oprimidos num status de vítimas que necessitam de proteção de cima; insiste que a emancipação é autoemancipação (Haider, 2019, p. 148).

No Brasil, o feminismo antiproibicionista, esse conceito teórico-prático político, tem um potencial de aglutinar identidades, pautas e demandas particulares e é uma aposta potente para se conformar um movimento de massa. Para isso, as participantes da pesquisa apontam alguns desafios, sendo um deles a possibilidade de avançar no debate

público do antiproibicionismo, ou seja, “desencastelar” a pauta, conforme apontaram Aquilombada e Brasília Teimosa:

“Eu acho que um dos passos do movimento antiproibicionista é conseguir se desencastelar, né? Conseguir se aproximar das lutas populares, né, assim, porque só a partir das lutas populares, e alinhado com a classe trabalhadora, a gente consegue de fato mobilizar estruturas que balancem e transformem essa estrutura que a gente tá. E assim, a gente tem que descobrir os nossos modos de fazer, né? A gente tem toda história, em diversos momentos da história, a humanidade se organizou com os recursos que tinha, então não tem uma fórmula, né? Então a gente tá falando... Começou falando: ‘na minha época tinha que ir pesquisar um livro, não tinha o Google’. Hoje são outros elementos postos, outra conjuntura, que têm que sempre olhar pro passado, mas entender que o desafio está posto, assim como sempre foi posto o desafio para a humanidade” (Aquilombada).

“Que eu acho também que é uma coisa importante, assim, porque eu acho que a gente precisa também construir outras linguagens pra disputar essas pessoas, sabe? Eu não, não estou convencida de que também só fazer o debate do final, assim, do que a gente quer, é o caminho. A gente também precisa fazer o debate do meio, que é como essa coisa acontece, como a gente disputa o imaginário das pessoas? Não, é, porque, se não a gente, a gente sempre fica achando, né? A gente que está na bolha do ativismo e tal, da militância, que todo mundo tem o mesmo argumento e vai ter a mesma compreensão que a gente, mas não vai, né? Então como é que a gente disputa essas linguagens também e constrói, é, essa argumentação a partir de uma proximidade maior das pessoas, da realidade das pessoas” (Brasília Teimosa).

Maria Juana e Amefricana apontam que o feminismo antiproibicionista é uma aposta para compreensão das opressões de maneira unitária, pensando nas consequências da guerra às drogas:

“Então, eu acho que o que a RENFA e o feminismo antiproibicionista, antirracista, anticapitalista, ele vem justamente, é enxergar como as opressões se juntam de forma mais forte, mais violenta, mais agressiva, sobre determinados corpos, sobre determinadas pessoas, que são as mulheres, em especial negras, periféricas, pobres, as pessoas trans, as pessoas não binárias, as travestis. Então todas essas opressões de classe, raça, gênero, elas se juntam e atingem de forma mais violenta determinados grupos, e são esses grupos que a RENFA atua com ‘olhe para’” (Maria Juana).

“Hoje a gente nomeia as nossas mulheres e pessoas trans, como, assim, são pessoas diretamente afetadas pela guerra às drogas. Então a gente tem uma diversidade. Mas o que nos une um pouco é isso, essa afetação” (Amefricana).

A possibilidade do feminismo antiproibicionista de se tornar uma bandeira de luta ampla e de massa é essencial para que possamos repensar a forma como nos comunicamos. O Brasil é o único país da América Latina que não têm como língua oficial

o espanhol, frente à maioria de hispanohablantes, portanto, coloca-se ainda o desafio de construir pontes que possam confluír a luta nos dois países e que possam convergir os debates com respeito às realidades particulares que compõem a totalidade da guerra às drogas em nosso continente.

O Brasil se destaca pela importância de já se nomear, aqui, as lutas como antiproibicionistas, o que permite dar centralidade a essa bandeira e avançar no debate dos impactos da guerra às drogas na vida das mulheres. Já na Colômbia, embora não seja evidenciada a bandeira de luta antiproibicionista sob este nome as lutas pela sobrevivência e a reprodução social da vida, frente ao conflito armado imbricado com o narcotráfico, estão atravessadas pela necessidade de se repensar as políticas de drogas pautadas na ideologia proibicionista. Coloca-se, portanto, o desafio de capilaridade de cada conceito de acordo com as dinâmicas particulares de cada território. Neste aspecto, Brasília Teimosa destaca a importância da construção de pontes idiomáticas para romper com a segregação entre o Brasil e outros países da América Latina, para a construção de um feminismo antiproibicionista e de análises teóricas conceituais mais estruturais:

“Deixa eu pensar aqui, é, primeiro. Eu acho que tem uma barreira de linguagem muito foda na América Latina. É incrível como o português é algo muito distante das nossas irmãs, das nossas companheiras, e acho que isso acaba criando conceitos que estão distantes de realidades e culturas” (Brasília Teimosa).

“Então acho muito importante criar esses conceitos, e acho que tem uma coisa, Aila, que eu tenho percebido, estando mais na América Latina. É que, apesar da gente não ter essa perspectiva de um debate mais antiproibicionista ou sobre proibicionismo, a gente tem um debate muito forte sobre como o narco tem uma relação muito forte com os territórios na América Latina. Então a gente não tem essa construção de linguagem, aqui no Brasil fica muito focada no tráfico de drogas, né? E não é esse o conceito que a gente precisa dar. Porque o tráfico de drogas é um conceito que fala sobre as favelas, sobre as pessoas pobres que estão manejando essa economia. (...) Então eu também acho que esse conceito é um conceito que a gente deveria trazer mais pro Brasil, que é um conceito que fala do proibicionismo, entendeu? Porque, é, o que a galera fala quando traz o narco é sobre o proibicionismo. As mulheres que estão falando sobre plantio de coca aí, na Bolívia, né, e tal. Então acho que tem um pouco disso também, que a gente precisa considerar, com esse portunhol. Não sei como, mas precisa acontecer” (Brasília Teimosa).

Ainda com relação aos conceitos teórico-práticos e políticos, o feminismo também é evidenciado em ambos os países de maneira a levar a uma compreensão e

construção de um feminismo que não seja liberal e branco, mas sim construído por mulheres diversas e estabelecendo um campo novo de luta política. Várias mulheres destacam a importância da construção de um feminismo que realmente possa compreender todas as realidades:

“E acho que hoje eu me identifico mesmo como uma feminista antiproibicionista, pelo fato de... Primeiro, entender que o feminismo não é esse conceito, sabe? Então, por exemplo, essa questão dentro do feminismo, né? Eu só fui entender que ela também era pautada quando eu conheci outros feminismos, mas, quando você conhece do primeiro e o movimento assim, no geral, tem muitas coisas que vêm realmente de um espaço de luta, que não é meu!(...) Então, quando eu me identifiquei como feminista, foi desse lugar de estar no local em que eu acredito que o feminismo acontece de maneira comunitária. Então por isso também que eu penso no feminismo comunitário quando, quando eu me sinto feminista” (Acayú).

“Porque gênero é uma fake news, né? Gênero não existe de fato. A forma que a gente estruturou a nossa sociedade, pra gente organizar poder e privilégio, né? E aí eu sinto que, às vezes, no feminismo, a gente lida com gênero, assim, como se a gente estivesse tentando provar que a fake news existe. Saca? E aí eu sinto que é onde o feminismo não consegue ainda abarcar as dissidências que estão para além do gênero, né? A questão das dissidências, né? A questão dos corpos gordos, a questão dos homens trans, a questão das pessoas não binárias, isso ainda está muito na periferia, assim, do feminismo, né? Da visão das feministas, né? Os homens trans não conseguem debater sobre ir no ginecologista, né? E quando vai se debater é um lugar que está cheio de radfem” (Existência).

“Pues Mujeres Libres no es una organización feminista, pero la verdad le meto el feminismo. Lo que ocurre es que no puedo decir que es una organización feminista, si las mujeres no conocen y el proceso que hemos tenido es de reconocer ¿sí?. De invitarles a las mujeres... Hay una mujer que nunca olvidaré lo que dijo... “¿ustedes saben que es feminismo?”: ‘Si, esas aborteras’” (Liberdade Capital).

“El movimiento feminista aquí yo siento que se ha concentrado mucho en las ciudades, ¿no? la ciudad no mira mucho la periferia, no mira mucho el mundo rural sino más bien es hasta ahora que digamos que se ha empezado, como también como unos intentos allí de empoderar a las mujeres de hablar de feminismo encima feminismo rural ¿no? feminismo de campesinas, feminismo de mujeres indígenas, feminismo de mujeres negras, pero en realidad siento que el movimiento es muy joven y además muy.. muy poco fuerte en Colombia” (Yaku de Putumayo).

“Eu estava pensando nisso esses dias, porque, sei lá, há 8 anos atrás, quando a gente fez, é, lançou a RENFA, né, e tal, era super difícil debater com os movimentos feministas esse debate de drogas e tal. E hoje é mais fácil, mas ainda não é super fácil, então ainda tem moral, ainda tem julgamento, ainda tem esse, esse olhar punitivista, né, de que: ‘ah! As drogas vão destruir o mundo e tal’, então...” (Brasília Teimosa).

“Então a gente não entende que, né, o feminismo, né, é quem, quem pode estar não, são só mulheres cis, né? Não são só mulheres brancas, não são só mulheres negras também, mulheres indígenas. E de, e não só de mulheres trans

também, né? Mas as pessoas não binárias, de homens trans que, né, que sentem que esse é um espaço de pertencimento, porque já foi um lugar de pertencimento antes e tudo mais e acho que isso vai criando muitos choques, vai criando muitas violências, né?” (Flora)

Nesse sentido, a criação de conceitos teórico-prático-políticos unificadores de luta das mulheres na América Latina é uma tarefa desafiadora, que reflete a diversidade e a complexidade das experiências das mulheres em diferentes contextos históricos, culturais e sociais. Além disso, a compreensão do feminismo é marcada por inúmeras correntes de pensamento e práticas políticas, cada uma abordando diferentes aspectos da opressão de gênero. Essa diversidade, enquanto fonte de riqueza teórica e prática, também se torna um desafio para a construção de conceitos universais que consigam abarcar as múltiplas realidades vividas pelas mulheres. Assim, a tentativa de criar conceitos unificadores, muitas vezes, corre o risco de obscurecer essas diferenças, resultando em uma perspectiva que, ao invés de inclusiva, acaba sendo excludente.

Além disso, as lutas políticas das mulheres estão profundamente enraizadas em contextos locais específicos, balizadas por dinâmicas de poder, como foi explicitado nesta pesquisa em relação ao Brasil e à Colômbia. Portanto, a construção de unidade deve levar em conta a diversidade e a pluralidade de experiências, e também que se desafiem as hierarquias internas que possam reproduzir padrões de opressão.

Considerando essas particularidades como potência, esta pesquisa evidenciou que as lutas e resistências no Brasil se confrontam com o controle das classes em luta, através da manutenção da hierarquia racial, por meio da guerra às drogas, com a principal justificativa de luta contra o tráfico de drogas, inclusive nos casos de pessoas negras consumidoras que são qualificadas como traficantes.

Já na Colômbia, as lutas e resistências enfrentam o controle da luta armada nos territórios pela ofensiva contrainsurgente com a justificativa de controle do narcotráfico, que se converte em um controlador da luta subversiva, associada ao terrorismo e aos grupos armados. Ambas são uma justificativa para uma guerra às drogas, para manter um domínio bélico e imperialista dos EUA, controlando a luta de classes com investimentos militares, combate às guerrilhas de esquerda, ameaças às lideranças sociais e mantendo as hierarquias raciais, territoriais e de gênero.

Isso revela a urgência de se construir uma unidade de lutas que permita compreender a totalidade do funcionamento do mercado ilegal, que opera a

superexploração bélica da força de trabalho, pela qual se articula a exploração-opressões em meio à guerra às drogas. Nesse sentido, as participantes da pesquisa apontam para a necessidade de se pensar a luta feminista antiproibicionista em uma perspectiva unitária e internacionalista, evidenciando que o avanço dessa pauta também depende do movimento da luta de classes e da correlação de forças com o Estado:

“A gente fala muito de cuidado entre nós, porque é importante para que a gente possa cuidar da outra, mais essa responsabilidade que nos toma, de derrubar o proibicionismo. Por isso que a gente teve que ser global, a gente não pode ser nacional, entendeu? Porque um proibicionismo, ele é global, e, na escala global, internacional, a guerra está situada em dois, em específico, Ásia, África e América Latina, né? É, dentro dessa ideia do sistema mundo, o feminismo antiproibicionista não pode ser nomeado como algo brasileiro” (Amefricana).

“Ele nasce do Brasil, o Brasil é o primeiro país a começar a falar disso. Nós somos as primeiras mulheres que começamos a falar disso, e aí convidamos outras mulheres, formamos outras mulheres para que elas falem sobre isso na América Latina inteira” (Amefricana).

“Sem dúvida alguma acho que é uma pauta que só sobe, é uma pauta que, tipo assim, não desce. É uma pauta que vem virando cada vez mais interesses de autoridades de Estado, né, etc. Então a gente... As possibilidades também disso, isso ir popularizando não depende também só do movimento antiproibicionista, né? Assim, depende também de outros setores também começarem a se mobilizar e olhar para essa guerra, né? Isso vai junto, mobilizando outros setores que se aproximam, nessa lógica antiguerra, né? Acho que nem tudo depende do movimento antiproibicionista. Imagine se dependesse da gente não precisava de correlação de forças, não precisava de nada” (Aquilombada).

Recriar a luta internacionalista em nosso tempo histórico exige assumir a diversidade como um traço constitutivo da luta de classes travada no nosso continente e o desafio está em construir uma plataforma que não exclua as identidades, mas que possa conjugar tanto as dinâmicas e lutas territoriais, como outros projetos que transcendem as fronteiras coloniais. Que possamos construir um imperativo político de um novo mundo, um mundo onde cabem todas as existências possíveis, a real unidade na diversidade.

As mulheres participantes desta pesquisa são o exemplo concreto da materialização da *práxis negra* e da *amefricanidade*. São elas que vêm construindo a luta e a resistência assentadas no afeto e no autocuidado. Isso não significa que não existam tensões e hierarquias internas nos movimentos sociais dos quais eu me aproximei. Pelo contrário, as mulheres revelaram também uma série de cansaços e dificuldades ao realizarem a luta política, principalmente pelo fato de serem as principais responsáveis pelo trabalho de reprodução social da vida, que as coloca mais expostas às ameaças de

morte e *desplazamientos forzados*, como foi evidenciado com mais ênfase na Colômbia. No mesmo sentido, elas também enfrentam dificuldades por serem as principais responsáveis pelo trabalho reprodutivo na unidade doméstica, sobretudo a dificuldade de conciliar maternidade e militância. Entretanto, essas mulheres têm desafiado as lógicas das militâncias tradicionais de esquerda:

“Pues para hacer también todo ese ejercicio de la maternidad...¿Yo necesito un día, 2 días para dedicarme con ella, sí? Pero, ella tampoco no es el impedimento para decir yo no voy a tal reunión. No entré a los diálogos regionales porque no me dejaron entrar con ella y no tenía quién me la cuidara, pero la idea era eso, o sea, es esa y que uno donde quiera que vaya, pues la lleve y sí claro, o sea, obviamente cuando ella también la reciban, por ahí donde ella pueda estar recibiendo sus clascitas y eso sí, también la pienso meter a un jardincito donde ella vaya aprendiendo cosas y se vaya formando así un poquito más independiente y eso, pero, mientras tanto, yo la he llevado para todos lados (...) Un día fui a la gobernación, teníamos por allá un trabajo y: ‘Con la bebé?’ ‘Si no me dejan entrar la bebé yo tampoco entro!’”
(Esperança de Meta)

Não existe uma fórmula abstrata para pensar a unidade internacionalista na luta antiproibicionista, mas é possível pensar o concreto e o histórico das relações sociais reconhecendo as diversidades.

O impacto da guerra às drogas não é, e não pode ser, estranho à classe trabalhadora. É parte de nossa tarefa teórico-política superar as fragmentações dos sistemas duplos e triplos, que encaram de forma separada a exploração-opressão, o legal-ilegal na sociedade de dominação capitalista. A luta insurgente pela reprodução social da vida frente a guerra às drogas precisa ser capaz de construir essa universalidade internacionalista feminista antiproibicionista. Por isso, é urgente que todas essas inquietações possam circular na academia e fora dela, convocando reflexões e enriquecendo as diversas lutas e resistências frente ao mercado ilegal como um terreno oculto de dominação e exploração-opressões. É hora de lançar o olhar atento à força que emana das entranhas de *Abya Yala* e renascer como um farol estratégico... E florescer.



“El río nos une”, trabalhos artísticos elaborados manualmente pela artista Cindy Benedetti a partir dos diálogos comigo sobre os resultados desta tese. São Paulo, 2024.

CONCLUSÕES



Música Igualada - La Muchacha, 2024

O objetivo central desta tese foi desvelar as expressões de luta de classes que se dão por processos integrados de reprodução social da vida e organização política como formas de luta e resistência das mulheres frente ao proibicionismo às drogas no Brasil e na Colômbia, tendo como chave teórico-metodológica e política a TRS.

Conforme evidenciado na introdução desta tese, tive, ao longo desse caminho, o compromisso inegociável com o movimento do real. Posso afirmar que foi a soberania do campo de pesquisa que guiou cada passo deste processo. Os resultados deste percurso, em síntese, têm a ver com uma tentativa de concretizar em pensamento esses movimentos e eu, como pesquisadora, me considero uma mediadora. Fui a pessoa que pode conhecer cada história, cada realidade, sentir-pensar, refletir e escrever para que tantas outras pessoas possam também conhecer, ainda que através dos meus atravessamentos, as lutas e resistências das mulheres que têm suas vidas impactadas pela guerra às drogas em ambos os países.

Guiada pela inquietação sobre *as formas de lutas e resistências das mulheres frente ao proibicionismo às drogas no Brasil e na Colômbia*, foi necessário, primeiramente, reconhecer a existência da classe trabalhadora para além do terreno da produção formal e legal e, por isso, recorri à TRS para iluminar esse caminho de pesquisa, pois ela me permitiu ampliar a compreensão do que é a classe trabalhadora e, conseqüentemente, a luta de classes.

Cada objetivo específico da tese foi respondido ao longo dos capítulos, mantendo como foco um método de exposição que consiste em sínteses de cada achado desta pesquisa, considerando a centralidade das vozes dessas mulheres na construção das estruturas dos capítulos.

Ficou demonstrado que o problema das drogas está para além das drogas: a gênese consiste que o capitalismo segue atualizando os mesmos mecanismos de acumulação na América Latina por dois processos integrados: a expropriação da terra e a superexploração da força de trabalho, sendo que a ideologia proibicionista, materializada na guerra às drogas, representa a atualização deste projeto.

Que a guerra às drogas é parte da dinâmica de acumulação do capital não é uma novidade em meio às produções acadêmicas, mas essa pesquisa revelou como essa dinâmica vincula os processos de reprodução ampliada do capital com a reprodução social da força de trabalho e da vida como um todo, seja a vida humana ou a vida ambiental, demonstrando que a separação entre produção-reprodução e legal-ilegal é apenas uma aparência histórica que permite ocultar processos ainda mais intensos de superexploração da força de trabalho, o que chamei, nesta tese, de *superexploração bélica da força de trabalho*, que, como outra categoria teórica merece ser aprofundada em estudos posteriores.

A relação necessária-porém-contraditória entre a reprodução da força de trabalho e a produção social capitalista, no mercado ilegal, apresenta uma particularidade: na ilegalidade se ocultam processos de reprodução social da força de trabalho, submetida a uma superexploração da força de trabalho que usurpa o fundo de consumo e o fundo de vida de trabalhadoras/es no mercado ilegal de forma violenta e bélica operadas em plano factual, por grupos armados do Estado e aqueles vinculados ao narcotráfico à nível nacional e internacional, afetando tanto a vida humana, quanto a vida ambiental.

O capital necessita da vida humana e ambiental para seguir acumulando, mas nega as próprias condições de reprodução social da vida ao submeter as pessoas às diversas formas de violência bélica - que em última instância, representa o aniquilamento da reprodução social da vida como um todo por meio da militarização e repressão.

Esta pesquisa revelou a relação unitária das aparências históricas da produção-reprodução, legal-ilegal, pois a negação das condições de reprodução social também se expressa pela falta de emprego e serviços públicos básicos que sejam capazes de garantir acesso à saúde, educação, moradia, alimentação, infraestrutura, etc. Isso faz com que a classe trabalhadora seja empurrada para o mercado ilegal em busca de condições de sobrevivência. E como o capitalismo não é indiferente ao gênero, à sexualidade, à raça/etnia e à territorialidade, não é um mero acaso que essa classe trabalhadora seja

racializada, generificada e territorializada. Assim, as opressões não são apenas funcionais a essa dinâmica de acumulação, pelo contrário, são parte estruturante da forma capitalista de ser, que desde sempre promoveu processos de acumulação assentado nos corpos de mulheres, pessoas negras e povos originários de determinados territórios. Essa foi a base estrutural e estruturante do desenvolvimento capitalista.

A terra e o território são fundamentais para a reprodução social da vida e da força de trabalho. Portanto, o desenvolvimento da Teoria da Reprodução Social (TRS) na América Latina precisa avançar nesse debate. Também é essencial considerar as vidas mais afetadas pela guerra às drogas a partir de uma perspectiva latino-americana, centrada na disputa e controle da luta de classes em nossos territórios. Pensar a guerra às drogas, sob essa ótica, exige reconhecer as diversas formas que ela assume, conforme a formação social de cada país, e como o racismo e o sexismo estão intrinsecamente ligados à exploração capitalista. Essas expressões, em suas particularidades, fazem parte de um movimento mais amplo de acumulação no mercado ilegal. Assim, o que acontece na Colômbia em relação à ruralidade, à disputa por terras e à necessidade de envolvimento nos cultivos ilícitos de coca, em um contexto de conflito armado, não está desvinculado das questões de criminalização e estigmatização do tráfico e consumo de drogas ilícitas no Brasil. Tudo isso faz parte de uma estrutura que, embora considerada ilegal, tem como foco central a necessidade de reprodução ampliada do capital.

No primeiro capítulo evidenciei que a ideologia proibicionista é um produto do capitalismo ao servir, inicialmente, os interesses econômicos das indústrias farmacêuticas, o caráter racista da medicina e o puritanismo e xenofobia dos movimentos proibicionistas. Posteriormente, é pelo controle da luta insurgente na América Latina que a ideologia proibicionista se cristaliza como ideologia dominante no período da Guerra-Fria.

Assim, a ideologia proibicionista carrega consigo os elementos que a inauguraram: o projeto colonial, racista, machista e xenofóbico, seguindo a processualidade histórica na dominação dos territórios e o impulso da criação do mercado ilegal como um lugar para operar a *superexploração bélica da força de trabalho* e o controle da luta de classes, ambos para atender as necessidades de acumulação de capital e reprodução do modo de organização social capitalista.

Alinhados aos interesses imperialistas, Brasil e Colômbia foram signatários de convenções internacionais, como a Convenção Única de 1961, que consolidou o proibicionismo e manteve as diretrizes das demais convenções. No Brasil, o foco foi o combate ao tráfico e ao consumo, com uma política de justiça criminal marcada por uma seletividade penal racista. Na Colômbia, a luta contra o narcotráfico aliada à luta insurgente centrou-se na erradicação forçada dos cultivos de coca, com o objetivo de manter o controle sobre territórios ocupados por comunidades afrodescendentes, indígenas e *campesinas*.

As investidas militares apoiadas e financiadas pelos EUA na justificativa de segurança nacional foram devastadoras para a classe trabalhadora brasileira e colombiana. Com o Plano Colômbia, a Colômbia passa a ser um dos principais países destinatário do apoio militar dos EUA, e o Brasil, com a terceira maior população carcerária do mundo, seguiu sofisticando e atualizando o *mito da democracia racial* pela justificativa de guerra às drogas, forjando a construção de um projeto de país branco e moderno.

Assim, tanto a Colômbia como o Brasil seguiram atualizando um projeto colonialista, imperialista e racista, por meio da guerra às drogas em seus territórios, como uma ferramenta de dominação e controle da luta de classes, garantindo a reprodução ampliada do capital. O proibicionismo, tomando os aspectos que o constituem fundamentalmente, articulou-se com os interesses de domínio imperialista do capitalismo monopolista frente a uma sociedade desigual, racista e sexista.

No segundo capítulo desta tese, demonstrei a evidente relação da reprodução ampliada do capital e a reprodução social da força de trabalho das mulheres brasileiras e colombianas no mercado ilegal a partir da TRS.

A reprodução ampliada do capital se utiliza do exército industrial de reserva, ou seja, das frações mais marginalizadas da classe trabalhadora que, sem meios de reproduzir sua própria existência, vende sua força de trabalho no mercado ilegal. Neste âmbito, a força de trabalho é colocada em risco pela superexploração forjada na violência e na coerção, engendrando uma reprodução social diferenciada a depender da classe, raça/etnia, gênero e território.

Justamente por causa da ilegalidade, cria-se uma camada ainda mais profunda e oculta de superexploração, operada pela violência bélica, afetando de forma diferenciada

determinados grupos inseridos no mercado ilegal pela necessidade de reprodução social. Na Colômbia, são as comunidades, sobretudo as mulheres *campesinas*, afrocolombianas e indígenas que vivem do cultivo da folha de coca; no Brasil, são as pessoas, principalmente as mulheres pobres, negras e periféricas, associadas ao tráfico no varejo ou ao consumo. Esses grupos são os que menos obtêm benefícios econômicos dessas atividades e são os mais afetados pela criminalização e estigmatização.

Nesse sentido, evidencia-se, na particularidade do mercado ilegal, que a dinâmica do capitalismo dependente necessita do proibicionismo às drogas para continuar impulsionando a produção de mais-valor por meio da *superexploração bélica da força de trabalho*, estabilizando suas crises cíclicas. Assim, a dinâmica de acumulação do mercado legal depende do mercado ilegal, que se mantém pelas necessidades de reprodução social da força de trabalho não atendidas pelo Estado.

Nesse contexto, à luz da TRS, podemos compreender que o capitalismo, como modo de organização social está para além do sistema econômico, tratando a economia como uma relação social que envolve dominação e coerção, mesmo que formas jurídicas e instituições políticas tentem ocultar essa dinâmica. A expansão capitalista associada ao narcotráfico, sustentada pela desumanização, coerção e dominação, impõe à classe trabalhadora condições que tornam cada vez mais inviável manter formas alternativas de vida. Historicamente, a expropriação de terras, desde os cercamentos das terras comuns até a colonização, tem sido um dos principais mecanismos do desenvolvimento e acumulação capitalista. Nesse cenário, a economia ilegal submete trabalhadoras/es a tal ponto que o mercado ilegal se torna a única opção de sobrevivência, transformando formas alternativas de organização e reprodução da vida em trabalho assalariado e superexplorado.

Apesar de ser evidenciado no capítulo 02 que existe uma divisão social, racial e sexual do trabalho no mercado ilegal, visto que as mulheres estão acumulando trabalhos reprodutivos mal pagos, dentro dessa economia ilegal, com outras atividades desta cadeia, demonstrou-se que a base material da opressão das mulheres no mercado ilegal não está assentada na divisão social, sexual e racial do trabalho, mas na relação necessária-porém-contraditória entre a reprodução da força de trabalho e a acumulação capitalista. Isso não significa dizer que a posição social diferencial das mulheres no mercado ilegal não seja

opressora; pelo contrário, é evidenciar como a exploração e as opressões compõem uma unidade.

No circuito da ilegalidade na Colômbia as mulheres estão trabalhando na cadeia da produção com as atividades de cultivos, colheita e processamento da folha de coca em concomitância com trabalhos reprodutivos, como o trabalho de cozinheiras das fazendas de cultivos; já no Brasil, as mulheres em sua maioria negras estão inseridas no microtráfico, ocupando atividades subalternizadas como as chamadas “mulas”, sendo que muitas delas também estão submetidas a trabalhos informais e precarizados na esfera da legalidade.

A fim de compreender as expressões das lutas e resistências como luta de classes que se dão por processos integrados de reprodução social da vida e organização política, foi necessário primeiro apreender os impactos e as consequências da guerra às drogas na vida das mulheres no Brasil e na Colômbia, expresso no terceiro capítulo deste trabalho. Busquei construir um caminho que pudesse evidenciar que a ideologia proibicionista é parte da reprodução do capital, que se utiliza de uma força de trabalho precarizada e forja uma *superexploração bélica dessa força de trabalho*, demonstrando que essa classe trabalhadora no mercado ilegal não é homogênea, mas se constitui por processos diferenciados de reprodução social a depender do gênero, raça-etnia, classe e território. Isso se reflete em como determinados grupos vivenciam os impactos da guerra às drogas. Depois, busquei entender os aspectos organizativos de resistência, nesse caso, de mulheres negras, indígenas e *campesinas*.

Portanto, no terceiro capítulo, as vozes das mulheres participantes desta pesquisa revelam, de forma contundente e em tom de denúncia, que na Colômbia o viés racista e sexista do proibicionismo adquire uma complexidade por estar engendrado com o conflito armado. Esse contexto intensifica a perseguição e o aniquilamento das lideranças sociais e comunitárias, ameaças, *desplazamientos forzados*, violências de gênero, recrutamentos forçados de filhas/os/es, estabelecendo uma associação estigmatizada entre lideranças sociais, grupos armados e o narcotráfico. Também se destacam tentativas de apagamento do uso ancestral das plantas sagradas e as diversas consequências das erradicações forçadas por glifosato que afetam a vida humana e ambiental. Além disso, evidenciou-se as consequências do descumprimento do AFP, sobretudo do ponto 4 no que se refere ao PNIS.

Já no Brasil, as mulheres revelam a violência racial operada pela perseguição policial e o encarceramento em massa, como também a negação da maternidade das pessoas negras e pobres, sobretudo dos territórios periféricos, atualizando e mantendo uma hierarquia racial operada pela guerra às drogas. Ademais, apesar de no Brasil existir um sistema universal e público de saúde, evidenciou-se a falta de atendimento humanizado às mulheres usuárias de drogas, sobretudo a falta de serviços orientados pela Redução de Danos.

Frente a esses impactos, demonstrei que as vidas de mulheres pobres, negras, indígenas e *campesinas* não são descartáveis para o capital, muito pelo contrário: a desumanização e a precarização nos revelam que essas vidas são extremamente essenciais para que o capitalismo siga com seus ciclos de acumulação (que, diga-se de passagem, sempre foram sustentados pela violência). Assim, a guerra às drogas segue produzindo as classes “perigosas” e operando a *superexploração bélica*, acumulando capital pelo mercado ilegal na medida em que mantém as hierarquias de gênero, raça/etnia, classe e território.

Traçar esse caminho de exposição me permitiu ter um chão teórico-prático para sustentar a tese de que as lutas e resistências antiproibicionistas, ainda que diversas e nomeadas de formas diferentes nos dois países, são parte da luta de classes e precisam ser evidenciadas justamente por estarem ocultas no mercado ilegal.

As pautas e reivindicações dos movimentos e organizações das participantes desta pesquisa revelam um encontro: *a luta pela reprodução social da vida é o rio que nos une*. A luta antiproibicionista-anticapitalista, presente nas pautas nos dois países, têm uma expressão de unidade em meio à diversidade, o que nos coloca alguns desafios.

O primeiro está na discussão sobre as categorias classe trabalhadora e luta de classes. Conforme demonstrado ao longo desta tese, as lutas ancestrais seguem vivas em nosso território e são reatualizadas como lutas que não têm como locus privilegiado a fábrica ou o local de trabalho, mas sim o terreno da reprodução social da vida. O território, nesse contexto, é o lugar social onde se formam identidades que conectam as comunidades à organização política e que revelam potenciais emancipatórias.

Evidenciou-se que as estratégias de luta e resistência contra a guerra às drogas, esta que articula a violência, a desumanização e a coerção, colocam em xeque a própria vida e, portanto, manterem-se vivas e apostarem em estratégias de sobrevivência material

e cultural são parte fundamental da luta de classes no terreno oculto do capital. Além dessas estratégias, as lutas no terreno da reprodução social, como as demandas por suprimento de necessidades básicas, como saúde, educação, moradia, alimentação, etc., são pautas fundamentais das mulheres que têm suas vidas atravessadas pela belicidade da guerra às drogas.

Assim, as estratégias de lutas no terreno da reprodução social têm como centralidade a luta pela vida e pela humanidade, desafiando a luta de classes em seu sentido clássico. A consciência de classe produzida por processos diferenciados de reprodução social se relaciona com os diferentes níveis de acesso da classe trabalhadora aos aspectos básicos de sua reprodução social da vida, e é essa classe trabalhadora em luta pela sobrevivência no terreno da reprodução social que molda diferentes subjetividades e novas estratégias de lutas e resistências. Assim, as sujeitas históricas são produtos das relações sociais e das contradições da acumulação do capital com a reprodução social da vida, ou seja, são aquelas e aqueles que antagonizam com a ordem do capital, seja no local de trabalho ou fora dele.

O ataque do capital predatório e neoliberal vai além da produção e avança de forma destrutiva sobre múltiplas dimensões da vida social vinculadas às condições de reprodução social da própria vida, seja limitando o acesso a bens e serviços por meio de privatizações, seja destituindo populações de sua condição de humanidade, destruindo maneiras alternativas de reprodução da vida, apagando a memória ou expropriado territórios. Isso nos coloca frente à tarefa de considerar a reprodução social como uma arena de lutas insurgentes, possibilitando a construção de uma solidariedade de classe para romper com fronteiras e divisões e superar o reformismo.

O sistema de dominação e alienação capitalista envolve relações de poder que excedem o processo imediato de produção estritamente entendido como capital-trabalho, abarcando as múltiplas determinações de exploração-opressões que nos levam a repensar as lutas e resistências travadas contra a expropriação da natureza em nosso território latino-americano.

Portanto, revelou-se que as lutas travadas no Brasil e na Colômbia apresentam particularidades que são nomeadas de diferentes formas, ainda que representem, no concreto, pautas que se relacionam com a reprodução social da vida, seja a vida humana, seja também a vida ambiental e territorial.

Assim, a partir de uma análise de totalidade proposta pela TRS, evidenciou-se que demandas nos dois países têm seus traços gerais comuns e particulares, apontando para encontros e desencontros nessas bandeiras de luta. Como traço geral, as bandeiras de luta na Colômbia se relacionam com sua formação social e toda a problemática apresentada com relação à concentração de terras, ao conflito armado e ao narcotráfico como uma estratégia de domínio nos territórios pelos atores armados.

A partir das vozes das mulheres colombianas participantes desta pesquisa, revelou-se que por serem as principais responsáveis pelo trabalho reprodutivo nas unidades domésticas e pelo trabalho de reprodução social que as vinculam ao cuidado coletivo e comunitário no território, são elas que assumem o protagonismo nas pautas e reivindicações em organizações coletivas mistas. Portanto, o lugar que ocupam as lutas das mulheres na Colômbia tem uma forte vinculação com as demandas comunitárias diante das afetações da guerra às drogas e da *superexploração bélica da força de trabalho* na economia cocaleira, que é acentuada pelo conflito armado. Esse contexto as tem convocado para uma luta e resistência para manter viva sua história, sua memória, seu território, sua comunidade e sua família na busca por sobrevivência. Essa luta e resistência comunitária, passa, sobretudo, por demandas e disputas dentro do Estado e, portanto, não se trata de uma luta autonomista, mas por uma demanda social geral que atenda as particularidades territoriais.

Em setembro de 2024, enquanto estou escrevendo as conclusões desta tese, é lançado o último relatório da *Global Witness* que revelou que, no ano de 2023, Colômbia e Brasil ocuparam, respectivamente, o primeiro e o segundo lugar entre os países com o maior número de assassinatos de lideranças sociais que defendem a terra e o meio ambiente, sendo a maioria de pessoas assassinadas afrodescendentes e indígenas. Em ambos os países, as mortes têm sido vinculadas às indústrias extrativistas, de mineração ilegal e ao narcotráfico (Global Witness, 2024).

As mulheres líderes colombianas entrevistadas nesta pesquisa são a prova concreta de que Colômbia é o país mais perigoso para defensoras/es de direitos humanos e ambientais. Revelou-se que a luta e a resistência de mulheres em territórios rurais, e todas as problemáticas enfrentadas no campo por disputas de territórios frente às economias ilegais e extrativistas, remontam a uma história de invasão e dominação colonial, sendo essa lógica a que sustenta o capitalismo predatório atual, que segue com

mecanismo de expropriação de territórios e eliminando qualquer possibilidade de alternativa de vida fora dos circuitos capitalistas, sendo a guerra às drogas uma delas.

Diante do extrativismo e controle dos territórios por grupos armados e empresas extrativistas multinacionais, a defesa da vida no território está ligada à justiça social e econômica evidenciada no AFP, sendo seu cumprimento uma pauta fundamental e urgente para garantir as condições necessárias de reprodução social da vida, principalmente nas áreas mais afetadas pelo conflito frente ao descumprimento do Acordo pelo Estado colombiano.

Para muitas comunidades, a defesa do território tem relação com sua identidade e cultura. Portanto, a autonomia de suas terras e de seus modos de ordenar o território é uma forma de cultivar suas culturas e modos de vida alternativos frente ao capitalismo predatório impulsionado pela guerra às drogas. Essa tem sido uma reivindicação presente e um tensionamento dos movimentos sociais frente ao Estado.

Já a luta e a resistência pela reprodução social frente ao proibicionismo, no Brasil, envolve o enfrentamento de problemas estruturais sobre os quais o capitalismo se desenvolveu no país: o racismo e o sexismo. A ideologia proibicionista, que criminaliza o uso e a produção de drogas, tem impactos profundos na vida das mulheres brasileiras, especialmente aquelas que pertencem a grupos marginalizados, como as mulheres negras e pobres. Essas mulheres enfrentam desafios significativos para garantir a reprodução de sua vida e de seus/suas filhos/as/es em um contexto de estigmatização, criminalização e *superexploração bélica da força de trabalho* no mercado ilegal.

A perpetuação dos ciclos de violência e desigualdades, frente à guerra às drogas, tem levado as mulheres à construção da pauta da luta antiproibicionista, e essa é uma particularidade encontrada neste país com relação à Colômbia. No Brasil, foram encontrados diversos movimentos sociais, organizações não governamentais e coletivos de luta que têm como uma das centralidades a pauta antiproibicionista e, mais recentemente, o feminismo antiproibicionista, este construído pela RENFA, um espaço de encontro de diversidade.

Assim, o feminismo antiproibicionista nasce como uma estratégia de unidade de demandas de lutas que pudesse reconhecer e contemplar a diversidade com relação à vida não só das mulheres, mas de pessoas dissidentes de gênero, sobre os atravessamentos da guerra às drogas.

Nesse sentido, esta pesquisa revela que o Brasil se destaca pela criação de um conceito prático-teórico e político que nasce da luta política e não da academia: *o feminismo antiproibicionista*. Este vem sendo um conceito que abarca as diversas bandeiras de luta e isso pode ser considerado um avanço da luta de classes no Brasil, apesar da dificuldade de manter a unidade dentro de um movimento tão diverso.

No contexto político atual, a Colômbia apresenta como grande possibilidade a construção de uma unidade em torno do cumprimento do AFP, centralizando a necessidade de uma Reforma Rural Integral, sobretudo para as mulheres e comunidades afro, indígenas e *campesinas* no atual governo Petro e Francia Marquez. Entretanto, reconhecendo o desafio de ser um país que ainda vive em guerra e, portanto, com enorme dificuldade de garantir a segurança das lideranças sociais e com os fortes investimento militares dos EUA.

Portanto, seria muito importante a continuidade de pesquisas que envolvessem a política de drogas no Brasil e na Colômbia, pensando na articulação política de governos progressistas, assim como pesquisas que tenham a oportunidade de abordar outro cenário brasileiro: o contexto da guerra às drogas na Amazônia, sobretudo as políticas proibicionistas bilaterais. Assim, poder se aproximar de lutas e resistências comuns frente às comunidades negra, indígena e *campesina* de ambos os territórios.

Por fim, esta pesquisa-militante preconizou, ao longo deste trabalho, que a produção de conhecimento não está desvinculada dos processos societários e as práxis produzidas pelos movimentos sociais, em seus processos dinâmicos vivos, para garantir a sobrevivência e a auto-organização produzem conhecimento. Portanto, essas mulheres em luta são a prova viva de que as expressões das lutas de classes se dão por processo integrados de reprodução social da vida e formas de resistências que denunciam o terreno oculto do capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEVEDO, Ana María Corrales. **Esfuerzo conjunto de sustitución voluntaria de cultivos de uso ilícito en Briceño, Antioquia: historia y factores que dificultaron el desarrollo territorial**. In: ZULETA, Hernando (org.). *Coca, cocaína y violencia*. Bogotá: Universidad de Los Andes, 2023.

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. Tradução de Tadeu Breda. Rio de Janeiro: Editora Elefante, 2016.

ALBORNOZ, Ana Lucía Moncayo. **Mujer, drogas y cárcel: algunas tendencias en el proceso penal en el delito de tráfico, fabricación y porte de estupefacientes**. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2019.

ALEXANDER, Michelle. **A nova segregação: racismo e encarceramento em massa**. São Paulo: Boitempo, 2017.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ÁLVAREZ, Echavarría et al. **Siete años de implementación del Acuerdo Final: perspectivas para fortalecer la construcción de paz a mitad de camino**. Notre Dame, IN y Bogotá, Colombia: Matriz de Acuerdos de Paz/Instituto Kroc de Estudios Internacionales de Paz/Escuela Keough de Asuntos Globales, 2024. Disponible en: https://curate.nd.edu/articles/report/Siete_a_os_de_implementaci_n_del_Acuerdo_Final_perspectivas_para_fortalecer_la_construcci_n_de_paz_a_mitad_de_camino/25651275.

ÁVILA, Ariel. **El mapa criminal en Colombia: la nueva ola de violencia y la paz total**. Bogotá: Aguilar, 2022.

AMORIM, Daniela. **Quase 39 milhões de brasileiros estão na informalidade, aponta IBGE**. CNN Brasil. 29 de set. de 2023. Disponible en: [Quase 39 milhões de brasileiros estão na informalidade, aponta IBGE | CNN Brasil](#).

ARRUZA, C. **Ligações perigosas: casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo**. Tradução de Nina Jacomini. São Paulo: Usina Editorial, 2019.

_____. FRASER, Nancy; BHATTACHARYA, Tithi. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

ASTROZ, Irina Cuesta; DÍAZ, Génica Mazzoldi; DÍAZ, Aura María Durán. **Mujeres y la economía cocalera en el Putumayo: roles, prácticas y riesgos**. Fundación Ideas para

la Paz: Bogotá, 2017. Disponível em <https://storage.ideaspaz.org/documents/5a21a1163faf3.pdf>.

BARBOSA, Débora Fonsêca. **Feminismo e antiproibicionismo em Pernambuco: uma análise da RENFA/PE**. Dissertação de Mestrado em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/38754>.

BASTOS, Francisco Inácio Pinkusfeld Monteiro et al. (Org.). **III Levantamento Nacional sobre o uso de drogas pela população brasileira**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ICICT, 2017. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/iciict/34614>.

BHATTACHARYA, Tithi. **O que é a teoria da reprodução social?** Artigo originalmente publicado em 10 set. 2013 no periódico Socialist Worker. Tradução de Maíra Mee Silva e revisão técnica de Mariana Luppi, 2019. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2019/09/04_Bhattacharya.pdf

_____. **Como não passar por cima da classe**. In: BHATTACHARYA, Tithi. *Teoria da Reprodução Social: remapeamento de classe, recentralização da opressão*. São Paulo: Elefante, 2023.

BECKMANN, Nicolás Alejandro. **Luces para entender el prohibicionismo: los orígenes sudamericanos de la “guerra contra las drogas”**. In: *Revista de Estudios Sociales*, Bogotá, n. 77, 2021. Disponível em: [revestudsoc-49969.pdf](https://doi.org/10.17981/revistas.usc.2021.77.49969).

BRASIL. **Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas**. Brasília, DF, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm.

BOITEUX, Luciana. **Modelos de Controle de Drogas: mapeando as estratégias de política de drogas em busca de alternativas ao modelo repressivo**. In: FIGUEIREDO, Regina; FEFFERMANN, Marisa; ADORNO, Rubens (orgs.). *São Paulo: Instituto de Saúde*, 2017.

BRITES, Cristina. **Psicoativos (drogas) e serviço social: uma crítica ao proibicionismo**. São Paulo: Cortez, 2017.

CARNEIRO, Henrique. **As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX**. In: *Revista Outubro*, n. 6, São Paulo, 2002.

_____. **Transformações do significado da palavra "droga": das especiarias coloniais ao proibicionismo contemporâneo**. In: PINTO, Renato; CARNEIRO, Henrique. *Álcool e drogas na história do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2005. Disponível em:

https://site.mppr.mp.br/sites/hotsites/arquivos_restritos/files/migrados/File/cap_Transformacoes_do_significado_da_palavra_droga.pdf.

_____. **Drogas: a História do Proibicionismo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

CARRILLO, Samuel Baena. **El enemigo público número uno: genealogía crítica del discurso prohibicionista**. In: QUINTERO, Héctor Santaella; ALFONSO R., Óscar (orgs.). Bogotá: Editorial Universidad de Externado de Colombia, 2022.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2024**. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1403>.

CESED, Centro de Estudios sobre Seguridad y Drogas. **Resumen de la evaluación institucional y de resultados y del impacto del PNIS: recomendaciones para un nuevo programa de transformación territorial en zonas cocaleras**. Universidad de Los Andes, 2024. Disponível em: https://cesed.uniandes.edu.co/wp-content/uploads/2024/04/EvaluacionPNIS_VF.pdf.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. Biblioteca Básica do Serviço Social, v.8. São Paulo: Cortez, 2018.

COMBAHEE RIVER. **Manifesto do Coletivo Combahee River**. In: Revista Plural, 26(1), 2019. Disponível em: [Tradução: Manifesto do Coletivo Combahee River | Plural \(usp.br\)](https://www.usp.br/revista-plural/2019/01/combahee-river)

COLLINS, Patricia Hill. **Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória**. In: Parágrafo, v. 5, n. 1, 2017. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5509704/mod_resource/content/0/559-1734-1-PB.pdf

COMISIÓN PARA EL ESCLARECIMIENTO DE LA VERDAD, LA CONVIVENCIA Y LA NO REPETICIÓN [Comisión de la Verdad]. Informe Final de la Comisión para el Esclarecimiento de la Verdad, la Convivencia y la No repetición. **Tomo 3: No matarás. Relato histórico del conflicto armado en Colombia**. Bogotá, 2022a. Disponível em: https://www.comisiondelaverdad.co/sites/default/files/descargables/2022-08/CEV_NARRATIVA%20HISTORICA_DIGITAL_2022.pdf.

COMISIÓN PARA EL ESCLARECIMIENTO DE LA VERDAD, LA CONVIVENCIA Y LA NO REPETICIÓN [Comisión de la Verdad]. Informe Final de la Comisión para el Esclarecimiento de la Verdad, la Convivencia y la No repetición. **Mi cuerpo es la verdad. Experiencias de mujeres y personas LGBTIQ+ en el conflicto armado**. Bogotá,

2022b. Disponível em:
<https://www.comisiondelaverdad.co/hay-futuro-si-hay-verdad>.

COMISIÓN HISTÓRICA DEL CONFLICTO Y SUS VÍCTIMAS [Comisión Histórica por la Verdad]. **Contribución al entendimiento del conflicto armado en Colombia**, 2015. Disponível em:
<https://indepaz.org.co/wp-content/uploads/2015/02/Version-final-informes-CHCV.pdf>

COSTA, Pedro; MENDES, Kíssila. **Marx e as guerras pelas drogas: anticolonialismo, antiimperialismo e antiproibicionismo**. In: Revista Germinal: marxismo e educação em debate, v. 14, n. 2, 2022a. Disponível em:
<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/49564>

_____. **“Negro: de bom escravo a traficante”**. **Contribuições de Clóvis Moura à crítica da Guerra às Drogas no Brasil**. In: Revista Sociedade e Estado, v. 37, n. 2, 2022b. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/se/a/qS545VxdWgG8r8nDZLnDsmn/#>

DANE. Información para todos. **Población Negra, Afrocolombiana, Raizal y Palenquera. Resultados del Censo Nacional de Población y Vivienda 2018**. Colômbia, 2019. Disponível em:
<<https://www.dane.gov.co/files/investigaciones/boletines/grupos-etnicos/presentacion-grupos-etnicos-poblacion-NARP-2019.pdf>.

DAOU, Jéssica Zouhair. **A Guerra Às Drogas Na América Latina: Uma Política Neocolonial**. Artigo de Conclusão de Curso de Especialização em Relações Internacionais Contemporâneas apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2021. Disponível em:
<https://dspace.unila.edu.br/server/api/core/bitstreams/125d39c1-672e-443b-af29-e1832e5aac5d/content>.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. **A liberdade é uma luta constante**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2018.

DEJUSTICIA. **Una vez más: Colombia es el país más peligroso del mundo para los defensores de los derechos humanos**. Dejusticia. 18 de jun. de 2024. Disponível em:
<https://www.dejusticia.org/una-vez-mas-colombia-es-el-pais-mas-peligroso-del-mundo-para-los-defensores-de-los-derechos-humanos/>.

DELMANTO, Júlio. **Camaradas caretas: drogas e esquerda no Brasil após 1961**. Dissertação de mestrado em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

DUARTE, Joana das Flores. **Mulas e Mulheres no Brasil: uma questão de gênero, justiça e interseccionalidade**. In: Revista Vértices, v. 22, 2020. Disponível em: <http://www.essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/158221>.

_____. **O novo açúcar: a rota da cocaína na perspectiva de gênero**. In: Revista Estudos Feministas, v. 30, n. 1, 2022.

_____. **A rota do fim do mundo: mercado global de drogas e organizações criminosas na Amazônia**. In: Revista de Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, v. 27, n. 1, 2023. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/21830>

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução de B.A. Schumann e supervisão, apresentação e notas de José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Ópio, álcool e revolução**. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Sobre a China. São Paulo: Edições ISKRA, 2016.

ESCOHOTADO, Antônio. **Historia general de las drogas**. Madri: Espasa, 1998.

EVARISTO, Conceição. **Olhos D'água**. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

FALS BORDA, Orlando. **Ciencia propia y colonialismo intelectual**. Bogotá: Carlos Valencia Editores, 1987 [1970].

_____. **Una sociología sentipensante para América Latina**. México, D.F.: Siglo XXI Editores, Buenos Aires: CLACSO, 2015.

_____. **Ruta del Acuerdo Agrario**. In: MONTAÑA, Dario Fajardo; SALGADO Henry. El Acuerdo Agrario: negociación gobierno-FARC, reforma rural integral, sustitución de cultivos de uso ilícito, textos finales. Bogotá, D.C.: Ediciones Aurora: 2017.

_____. **Implementación del Acuerdo de Paz: el largo camino del punto agrario**. In: OJEDA, Claudia M. Moreno; HELMSING, A. H. J. (Bert);

FAJARDO, Dario (orgs.). Paz posible, guerra impareable: posacuerdo y construcción de paz en Colombia. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2021.

_____. **Tierra: ¡tanta y tan lejos!** Bogotá: Universidad de los Andes, Universidad Nacional de Colombia, Instituto CAPAZ, Centro para la Educación Política, Universidad de Ibagué, 2022a.

_____. **Políticas agrarias y sus relaciones con el narcotráfico** In: ALFONSO R., Óscar; QUINTERO, Héctor Santaella (orgs.). 60 años bajo el signo de la prohibición: balances críticos de la política de drogas e iniciativas de cambio. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2022b.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva.** Tradução: coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FERGUSON, Susan. **Feminismos interseccional e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa.** In: Cadernos Cemarx, Campinas, SP, n. 10, 2018. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/10919>.

_____. **Las Mujeres y El Trabajo - Feminismo, Trabajo y Reproducción Social.** Barcelona: VientoSur, 2020.

_____. MCNALLY, David. **Capital, força de trabalho e relações de gênero: Introdução de Marxismo e a opressão às mulheres na série Historical Materialism.** In: VOGEL, Lise. Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

_____. **A revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FERRUGEM, Daniela. **Guerra às drogas e a manutenção da hierarquia racial.** Dissertação de mestrado em Serviço Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC-RS, 2018.

_____. **A integração do negro na sociedade de classes [1920-1985].** São Paulo: Editora Globo, 2008.

FRAGA, Paulo Cesar. **A participação feminina no plantio de cannabis no Vale do São Francisco** In: FRAGA, Paulo Cesar Pontes (org.). Mulheres e Criminalidade. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

FRASER, Nancy. **Crise do cuidado? Sobre as contradições sociorreprodutivas do capitalismo contemporâneo** In: BHATTACHARYA, Tithi. Teoria da reprodução social: remapeamento da classe, recentralização da opressão. São Paulo: Elefante, 2023.

IORE, Maurício. **O lugar do Estado na questão das drogas: o paradigma proibicionista e as alternativas**. In: Revista Novos estudos, CEBRAP, São Paulo , n. 92, 2012 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002012000100002&lng=en&nrm=iso

GALEANO, Eduardo. **El libro de los abrazos**. Espanha: XXI España Editores/Biblioteca Eduardo Galeano, 2001.

GARGALLO, Francesca Celentani. **Feminismos desde Abya Yala: Ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en nuestra América**. Bogotá: Desde Abajo, 2022.

GALLEGO, Carlos Medina. **Mafia, narcotráfico y bandas criminales en Colombia: Elementos para un estudio comparado con el caso de México**. Bogotá: Universidad Nacional, 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GLOBAL WITNESS. Relatório “**Voces silenciadas: la violencia contra las personas defensoras de la tierra y el medioambiente**”, 2024.

GOMES, Bruno Ramos. **Pequena trajetória das práticas de redução de danos e suas possibilidades no Brasil**. In: FIGUEIREDO, Regina; FEFFERMANN, Marisa; ADORNO, Rubens (orgs.). Drogas & Sociedade Contemporânea: perspectivas para além do proibicionismo. São Paulo: Instituto de Saúde, 2017.

GOMÉZ, Daniel Acevedo; TOLOSA, Andrés Macías. **Tensiones en los sistemas de creencias en la política de drogas en Colombia: el vaivén entre la regulación y el prohibicionismo entre los años 2000 y 2020**. In: ALFONSO R., Óscar; QUINTERO, Héctor Santaella (orgs.). 60 años bajo el signo de la prohibición: balances críticos de la política de drogas e iniciativas de cambio. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2022.

GONÇALVES, Renata. **Quando a questão racial é o nó da questão social**. In: Revista Katálysis, v. 21, n. 3, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/JGPd8LQgf3yWcxRRWwjtFN/#>.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afrolatinoamericano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GORENDER, Jacob. **A burguesia brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GOVERNO DA COLÔMBIA, FARC-EP. **Acuerdo final para la terminación del conflicto y la construcción de una paz estable y duradera**, 2016. Disponível em https://www.jep.gov.co/Marco%20Normativo/Normativa_v2/01%20ACUERDOS/Texto-Nuevo-Acuerdo-Final.pdf?csf=1&e=0fpYA0.

GRUPO MEMORIA HISTORIA. **¡Basta Ya! Colombia: memorias de guerra y dignidad. Informe General Grupo de Memoria Historica**, 2021. Disponível em: <https://www.centrodememoriahistorica.gov.co/micrositios/informeGeneral/descargas.html>

GUTIÉRREZ, Luis Fernando Vélez. **Historia y camino hacia la regularización de drogas ilícitas**. Bogotá: Tirant Humanidades, 2023.

HAIDER, Asad. **Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje**. Tradução de Leo Vinicius Liberato e prefácio de Silvio Almeida. São Paulo: Veneta, 2019.

HARTMANN, Heidi. **Un matrimonio mal avenido: hacia una unión más progresiva entre marxismo y feminismo**. Espanha: Fundación Rafael Campalans, 1996.

HELPEZ, Sítia Soares. **Para além do desemprego: participação feminina no tráfico de drogas enquanto alternativa de aumento da renda familiar**. In: FRAGA, Paulo Cesar Pontes (org.). *Mulheres e Criminalidade*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

IANNI, Octávio. **A construção da categoria**. In: Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 11, n. 41e, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639917>

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2008.

IASI, Mauro. **Consciência e ideologia: para além dos muros de pedra (ensaios)**. São Paulo: Cortez, 2022.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019**. Disponível em: liv101722_informativo.pdf (ibge.gov.br).

INFOPEN, **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Organização, Thandara Santos; colaboração, Marlene Inês da Rosa...[et. al.]. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional, 2017. Disponível em <https://www.conjur.com.br/dl/in/infopen-levantamento.pdf>

INFOPEN MULHERES. **Levantamento Nacional de informações penitenciárias**. Organização, Thandara Santos; colaboração, Marlene Inês da Rosa...[et al.]. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional, 2018. Disponível em: https://conectas.org/wp-content/uploads/2018/05/infopenmulheres_arte_07-03-18-1.pdf

JACOB, Andressa Siqueira. **A marcha da maconha como movimento social**. Artigo de conclusão de curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/bach/wp-content/uploads/sites/537/2016/10/ANDRESSA-SIQUEIRA-JACOB.pdf>.

JAUMONT, Jonathan; VARELLA, Renata Scott Versiani. **A Pesquisa Militante na América Latina: trajetória, caminhos e possibilidades**. In: Revista Direito e Práxis, vol. 7, n. 13, 2016. Disponível em: A Pesquisa Militante na América Latina: trajetória, caminhos e possibilidades / The Militant Research in Latin America: trajectory, paths and possibilities. | Revista Direito e Práxis (uerj.br)

KARAM, Maria Lúcia. **A Lei 11.343/06 e os repetidos danos do proibicionismo**. In: LABATE, Beatriz Caiuby et al. (org.). Drogas e Cultura: novas perspectivas. Salvador: EDUFBA, 2008.

KOSIK, Karel (1926). *Dialética do concreto*; Tradução Célia Neves e Alderico Toríbio, 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEMOS, Patrícia Rocha; RONCATO, Mariana Shinohara M. **Gênero, raça e migrações internacionais: um debate marxista**. In: Revista Germinal: marxismo e educação em debate, v. 15, n. 3, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/57527>

LIMA, Rita de Cássia Cavalcante. **Uma história das drogas e do seu proibicionismo transnacional: relações Brasil-Estados Unidos e os organismos internacionais**. Tese de Doutorado em Serviço Social apresentada na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

LOIOLA, Gracielle Feitosa de. **Nós somos gente, nós pode ser mãe: existências e resistências à retirada compulsória de filhas/os pelo Estado**. Tese de Doutorado em

Serviço Social apresentada no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

LONDOÑO, Sergio Andrés Quintero. **A reconceituação do trabalho social na Colômbia: crise do capital, luta de classes e influência do marxismo, 1960-1970**. Tese de Doutorado em Serviço Social apresentada na Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/17619>.

MALHEIRO, Luana Silva Bastos. **Tornar-se mulher usuária de crack: trajetórias de vida, cultura de uso e política de drogas**. Rio de Janeiro: Telha, 2020.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Era, 1990 [1973]. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>

MARTÍNEZ, Thomas Marizalde; DIDIER, Catalina Ucrós. **Asesinato de líderes sociais en Colombia: una consecuencia del conflicto armado, incentivos económicos perversos y la falta de garantías** In: ZULETA, Hernando (org.). *Coca, cocaína y violencia*. Bogotá: Universidad de Los Andes, 2023.

MARTINS, Carla Benitez. **DISTRIBUIR E PUNIR? Capitalismo dependente brasileiro, racismo estrutural e encarceramento em massa nos governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016)**. Tese de Doutorado em Sociologia do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

_____. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2013.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia: resposta à filosofia da miséria do senhor Proudhon**. Porto: Publicações Escorpião, 1976.

_____. **A questão judaica**. Tradução de Silvio Donizete Chagas. São Paulo: Centauro, 2005.

_____; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Grundrisse. Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política.** São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O Capital – Crítica da economia política: livro I.** São Paulo: Editora Boitempo, 2015.

MELATTI, Kelly Rodrigues. **Anticapitalismo e serviço social.** Tese de Doutorado em Serviço Social do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023.

MELO, Jorge Orlando. **Colômbia: uma história mínima: uma mirada integral al país.** Bogotá: Crítica, 2020.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia.** Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MOHANDESI, Salar; TEITELMAN, Emma. **Sem Reservas.** In: BHATTACHARYA, Tithi. Teoria da reprodução social: remapeamento da classe, recentralização da opressão. São Paulo: Elefante, 2023.

MOLANO, Alfredo. **Selva adentro. Una historia oral de la colonización del Guaviare.** Distribuidora y Editora Aguila, Altea, Tururs, Alfaguara S.A, 2006.

MONCAYO, Víctor Manuel. **Antología y presentación.** In: FALS BORDA, Orlando. Una sociología sentipensante para América Latina. México, D.F.: Siglo XXI Editores, Buenos Aires: CLACSO, 2015.

MORAES, Livia Godoi de Cássia. **Relação entre universal, particular e singular em análises feministas marxistas: por uma ontologia integrativa.** In: Revista Plural, v. 28, n. 2, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/184118>.

MORAES, Livia de Cássia Godoi; RONCATO, Mariana Shinohara; BORREGO, Arelis Esquenazi. **A revolução será feminista: aporte para lutas estratégicas da classe trabalhadora contra o capital.** Marília: Lutas Anticapital, 2023.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro.** São Paulo: Ática, 1988.

_____. **Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas.** 6 ed. - São Paulo, SP: Anita Garibaldi, 2020.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombolas e movimentos.** Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NASCIMENTO, Adriano; MAGALHÃES, Gabriel. A particularidade do Estado dependente em Ruy Mauro Marini In: Economia, política e dependência: contribuições

para análise do Estado e da superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente/ Adriano Nascimento, Thays Fidelis, Elaine Nunes (org.). – Maceió: Edufal, 2020, p. 105-164.

NEIRA, Mauricio Archila. **Los movimientos sociales y las paradojas de la democracia en Colombia**. In: Revista Controversia, n. 186, CLACSO, CINEP, Bogotá, 2006. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/Colombia/cinep/20100925121121/movimientossocialesControversia186.pdf>

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOTAS DE DIÁRIO DE CAMPO, Bogotá, não publicável, 2024.

OLIVEIRA, Claudete J. de. **O enfrentamento da dependência do álcool e outras drogas pelo Estado brasileiro**. In: BRAVO, Maria Inês de Souza et al. Saúde e Serviço Social. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2012.

OLIVEIRA, Dennis. **Drogas, Opressão Social e Racismo**. In: FIGUEIREDO, Regina; FEFFERMANN, Marisa; ADORNO, Rubens (org.). Drogas & sociedade contemporânea: perspectivas para além do proibicionismo. São Paulo: Instituto de Saúde, 2017.

OLIVERA, Luis Felipe; PÉREZ, Ana María. **El daño de la estigmatización en la guerra caqueteña: fumigaciones de glifosato contra el campesinado**. In: ALFONSO R., Óscar; QUINTERO, Héctor Santaella (orgs.). 60 años bajo el signo de la prohibición: balances críticos de la política de drogas e iniciativas de cambio. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2022.

OLIVEIRA, Rita de Cássia Magalhães de. **(ENTRE)LINHAS DE UMA PESQUISA: o Diário de Campo como dispositivo de (in)formação na/da abordagem (Auto)biográfica**. In: Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos, v. 2, n. 4, 2014. Disponível em: (ENTRE)LINHAS DE UMA PESQUISA: o Diário de Campo como dispositivo de (in)formação na/da abordagem (Auto)biográfica | Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos (uneb.br).

ORAN, Serap Saritas. **Aposentadoria, pensões e reprodução social**. In: BHATTACHARYA, Tithi. Teoria da reprodução social: remapeamento da classe, recentralização da opressão. São Paulo: Elefante, 2023.

OSORIO, Jaime. **Sobre o Estado, o poder político e o Estado dependente**. In: Revista Temporalis, v. 17, n. 34, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/17820> .

OUVIÑA, Hernán. **Rosa Luxemburgo e a reinvenção da política: uma leitura latino-americana**. Tradução de Igor Ojeda e revisão técnica de Isabel Loureiro. São Paulo: Boitempo e Fundação Rosa Luxemburgo, 2021.

PASSOS, Raquel Gouveia. **“Holocausto ou Navio Negroiro?”: inquietações para a Reforma Psiquiátrica brasileira**. In: Revista Argumentum, v. 10, n. 3, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/21483>

_____. **"O lixo vai falar, e numa boa!"**. In: Revista Katálysis, v. 24, n. 2, 2021. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rk/a/Nj4qFky59rpZ8vx9wRmqRZR/>.

_____. **“Na mira do fuzil”: a saúde mental das mulheres negras em questão**. São Paulo: Hucitec, 2023.

PRIORI, Angelo et al. (org.). **História do Paraná: séculos XIX e XX**. Maringá: Eduem, 2012. Disponível em: [liv-Angelo História.indd \(scielo.org\)](liv-Angelo História.indd (scielo.org)).

PULIDO, Oscar David. **Dialéctica de las tensiones en los procesos organizativos de mujeres campesinas de San José del Guaviare**. Trabalho de graduação do curso de sociologia da *Universidad de Externado de Colombia*, 2024.

QUINTERO, Héctor Santaella. **La administración pública colombiana ante el reto de la eliminación de cultivos de uso ilícitos en el marco del Acuerdo Final para la terminación del conflicto y la construcción de una paz estable y duradera: ¿un (anti)smart power?** In: ALFONSO R., Óscar; QUINTERO, Héctor Santaella (orgs.). 60 años bajo el signo de la prohibición: balances críticos de la política de drogas e iniciativas de cambio. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2022.

QUIROGA, Consuelo. **Uma invasão às ocultas: reduções positivistas no marxismo e suas manifestações no ensino da metodologia no Serviço Social**. Dissertação de Mestrado da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, 1989.

QUIVY, Raymond, CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais**. Tradução de João Minhoto Marques, Maria Amália Mendes e Maria Carvalho. Revisão científica de Rui Santos. Lisboa: Gradiva, 2005.

RELEVO et al. **Voces desde el cocal: mujeres que construyen territorio**. Bogotá, D.C., Colombia: Ediciones Antropo, 2018.

RENFA. **Carta de Princípios**. 2022. Disponível em <https://docs.google.com/document/d/149faNcSJL7USZzfmjM0rJitbqDt3P0SneOCXKy9bx4M/edit>.

RENFA. Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas. **Sobre a RENFA: Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas**. Disponível em: https://renfa.org/sobrenos?anchorElement=element_109

REYES, Maria de los Ángeles. **La Gabarra, una historia de abandono**. Centro Nacional de Memoria Histórica. 26 de ago. 2015. Disponível em: [La Gabarra, una historia de abandono - Centro Nacional de Memoria Histórica \(centrodememoriahistorica.gov.co\)](http://La Gabarra, una historia de abandono - Centro Nacional de Memoria Histórica (centrodememoriahistorica.gov.co))

RIVERA, E. DE J. V.. **Historia del paramilitarismo en Colombia**. História (São Paulo), v. 26, n. 1, p. 134–153, 2007.

ROCHA, Andréa Pires. **Proibicionismo e a criminalização de adolescentes pobres por tráfico de drogas**. In: Revista Serviço Social & Sociedade, n. 115, 2013.

ROCHA, Camila C.; BENITEZ, Carla; SARAIVA, Clara; AZEVEDO, Gabriela; MORAES, Livia de Cássia Godoi; RONCATO, Mariana Shinohara; . . . RUAS, Rhaysa. **Apresentação das tradutoras**. In: VOGEL, Lise. *Marxismo e a opressão das mulheres: rumo a uma teoria unitária*. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

ROCHA, Jéssica. **Feminismo antiproibicionista: uma rede de afetos e cuidados e o compromisso com a reparação**. In: Boletim de Conjuntura Boca, vol. 8, n. 22, Boa Vista, 2021. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/474/348>

RODNEY. Walter. **Como a Europa subdesenvolveu a África**. Lisboa: Seara Nova, 1975. Disponível em: <https://afrocentricidade.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/03/walter-rodney-como-a-europa-subdesenvolveu-a-africa-1.pdf>

RODRIGUES, Thiago. **Drogas, proibição e a abolição das penas**. In: PASSETTI, Edson (org.). *Curso livre de abolicionismo penal*. Rio de Janeiro, Editora Revan/Nu-Sol, 2004.

_____. **Narcotráfico: uma guerra na guerra**. São Paulo: Desatino, 2012.

_____. **Política de drogas nas Américas: uma genealogia do narcotráfico.** São Paulo: Desatino, 2017.

_____. **Drogas e capitalismo: uma crítica marxista.** Rio de Janeiro: Autografia, 2024.

RODRIGUEZ, Estefanía Ciro. **Levantados de la selva: vidas y legitimidades en los territorios cocaleros del Caquetá.** Bogotá: Ediciones Uniandes, 2020.

RUAS, Rhaysa. **Unidade, diversidade, totalidade: a Teoria da Reprodução Social e seus contrastes.** Dissertação de Mestrado Acadêmico em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

_____. **Economia política feminista e teoria social em Marx: para avançar a crítica unitária das relações sociais capitalistas.** In: CUNHA, José Ricardo (Org). Teorias Críticas e Crítica do Direito – Volume I. Rio de Janeiro: UERJ/Lumen Juris, 2020.

_____. **Teoria da Reprodução Social: apontamentos para uma perspectiva unitária das relações sociais capitalistas.** In: Revista Direito e Práxis, v. 12, n. 01, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2020/46086>

_____.; ALENCAR, Thiago Romão. **Para uma análise inicial dos impactos do ultraneoliberalismo brasileiro sobre a reprodução social.** In: Revista Trabalho, Política e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), vol. 6, nº 10, 2021.

RUEDA, Sebastian Forero; LÓPEZ, Maria Camila Morales. **Migrantes de la coca: la crisis de los raspachines venezolanos en la frontera.** El Espectador, 4 de set. de 2022. Disponível em: <https://www.elespectador.com/colombia-20/migrantes-venezolanos-en-colombia-y-la-crisis-de-los-raspachines-de-coca-en-tibu/>.

SAAD, Luísa Gonçalves. **“Fumo de negro”: a criminalização da maconha no pós-abolição.** Salvador: EDUFBA, 2019.

SÁNCHEZ-MEJÍA et al. **Mujeres y prisión en Colombia: desafíos para la política criminal desde un enfoque de género.** Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2018. Disponível em: <https://repository.javeriana.edu.co/handle/10554/41010#:~:text=Resumen-,Entre%201991%20y%202018%20en%20Colombia%2C%20la%20tasa%20de%20mujeres,31.5%20en%20junio%20de%202018>

SANTOS, Aila Fernanda dos. **Drogas enquanto mercadorias nas relações sociais capitalistas: um debate no Serviço Social brasileiro**. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da UNIFESP, Santos, São Paulo, 2019.

_____. **A divisão sexual do trabalho no tráfico de drogas e o encarceramento das mulheres: as especificidades da guerra às drogas em relação ao sexo feminino**. In: BOITEUX, Luciana; MAGNO, Patrícia Carlos; BENEVIDES, Laize (orgs.). *Gênero, feminismos e sistema de justiça: discussões interseccionais de gênero, raça e classe*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2018.

_____. **A relação entre teoria da reprodução social (TRS) e Serviço Social: um debate no campo feminista-marxista**, 2024.

SANTOS, Maria Paula Gomes; PIRES, Roberto Rocha C. **Políticas de cuidado a usuários de álcool e outras drogas no Brasil: evolução histórica e desafios de implementação** In: PIRES, Roberto; SANTOS, Maria Paula. *Alternativas de cuidado a usuários de drogas na América Latina: desafios e possibilidades de ação pública*. Brasília: IPEA; CEPAL, 2021.

SAQUET, Marcos Aurelio; SILVA, Sueli Santos da. **Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território**. Revista Geo UERJ, v. 2, n. 18, 2011. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/1389>

SEMPRUCH, Kasia Malinowska; RYCHKOVA, Olga. **El impacto de las políticas de drogas en las mujeres**. Open Society, 2016. Disponível em: <https://www.opensocietyfoundations.org/uploads/b67adb0d-a48e-4425-b8dc-19930762b247/impact-drug-policy-women-sp-20160928.pdf>.

SERRANO, Matilde Isabela Angarita; FERREIRA, Juan David Gélvez. **Sustituición de cultivos: una guerra de incentivos** In: ZULETA, Hernando (org.). *Coca, cocaína y violencia*. Bogotá: Universidad de Los Andes, 2023.

SILVA, Ana Paula Procópio da. **Resistências negras e amefricanidade: diálogos entre Clóvis Moura e Lélia Gonzalez para o debate antirracista das relações de classe na América Latina**. In: Revista Fim Do Mundo, n. 4, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/2675-3871.2021.v2n4.p42-59>

SINCHI, Guaviare. **Población y Territorio**. Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas, Ed. Tecer Mundo, 1999.

SLOMP JUNIOR, Helvo et al. **Contribuciones para una política de escritura en salud: el diario cartográfico como herramienta de investigación**. In: Revista de pensamiento

e investigación social, v. 20, n. 3, 2020. Disponível em: <https://atheneadigital.net/article/view/v20-3-slomp>.

SOARES, Maria Raimunda Penha. **Quilombos e luta pelo território: organização, resistência e insurgências coletivas**. In: Revista Praia Vermelha, v. 30, n. 2, Rio de Janeiro, 2020.

SOARES, Milena Karla. **Cem anos de regulação do consumo de drogas na América latina: o que nos dizem as trajetórias de Argentina, Brasil, Uruguai, Colômbia e México?** In: PIRES, Roberto; SANTOS, Maria Paula (orgs.). Alternativas de cuidado a usuários de drogas na América Latina: desafios e possibilidades de ação pública, Brasília: IPEA; CEPAL, 2021.

SOUZA, Cristiane Sabino de. **A substância do capitalismo dependente: superexploração da força de trabalho, racismo estrutural e monopólio da terra**. In: SOUZA, Cristiane Luíza Sabino. Racismo e luta de classes na América Latina: as veias abertas do capitalismo dependente. São Paulo: Hucitec, 2020.

_____. **A indissociabilidade entre racismo e superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente**. In: Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, v. 146, n. 1, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/4XC6y7XCQj3L8RVFrSvGFGD/#>.

TAPIRO, Juan Pablo Sierra. **Lucha de clases y trabajo social en Colombia: una aproximación a los casos del Movimiento Político y Social Marcha Patriótica y del Colectivo de Trabajo Social Crítico Colombia**. Tese de Doutorado em Serviço Social apresentada na Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

TREVISAN, Erika Renata; CASTRO, Sybelle de Souza. **Perfil dos usuários dos centros de atenção psicossocial: uma revisão integrativa**. In: Revista Baiana de Saúde Pública, 2018. Disponível em <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-910496>.

UNODC. Oficina de las Naciones Unidas contra la Droga y el Delito. **Colombia: monitoreo de los territorios con presencia de cultivos de coca 2022**. Bogotá: UNODC-SIMCI, 2023. https://www.unodc.org/documents/colombia/2023/septiembre-9/INFORME_MONITOREO_DE_TERRITORIOS_CON_PRESENCIA_DE_CULTIVOS_DE_COCA_2022.pdf

UNODC. Oficina de las Naciones Unidas contra la Droga y el Delito. **Informe No. 24: Programa Nacional Integral de Sustitución de Cultivos Ilícitos – PNIS, 2022**.

Disponível em:
https://www.unodc.org/documents/colombia/2022/Diciembre/INFORME_PNIS_24.pdf

VARELA, Paula. **La reproducción social en disputa: un debate entre autonomistas y marxistas**. In: Archivos de Historia del Movimiento Obrero y la Izquierda, n. 16, p.. 2020. Disponível em: Vista de La reproducción social en disputa: un debate entre autonomistas y marxistas (archivosrevista.com.ar).

VARELLA, Renata Versiani Scott. **A pesquisa militante na América Latina: uma chave para a compreensão dos movimentos sociais**. Tese de Doutorado em Sociologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

VINUTO, Juliana. **A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto**. In: Revista Temáticas, Campinas, SP, v. 22, n. 44, 2014. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>.

VOGEL, Lise. **Marxismo e a opressão às mulheres, rumo a uma teoria unitária**. São Paulo: Expressão Popular, 2022 [1983].

ZAMORA, Erik Santiago Aparicio. **Salud reproductiva y biocidas: acerca de la relación entre abortos espontáneos y la aspersión aérea con glifosato**. In: ALFONSO R., Óscar; QUINTERO, Héctor Santaella (orgs.). 60 años bajo el signo de la prohibición: balances críticos de la política de drogas e iniciativas de cambio. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2022.

ANEXOS

Anexo 1 - Roteiro de Entrevistas Colômbia

As entrevistas serão realizadas com diferentes sujeitos, sendo parte entrevistas exploratórias e outra com sujeitas da pesquisa:

1- **Especialistas sobre o tema de conjuntura histórica** : informações secundárias que permitam contextualizar as dinâmicas dos territórios e a situação do conflito armado no país, incluindo a questão do narcotráfico e a produção de coca; entrevistas exploratórias.

2- **Instituições e Organizações e Movimentos Sociais que possuem alguma relação com os temas mulheres, drogas e território**: obter mais conhecimento concreto da realidade através de visita a instituições, entrevistas com integrantes das entidades e visitas ao território para entender a situação do conflito armado, narcotráfico, as condições de vida das mulheres e incidências políticas que essas entidades realizam;

3- **Instituições Políticas**: realização de entrevistas com mulheres e homens que participam de importantes instituições vinculadas ao governo atual, buscando compreender as propostas de mudanças políticas que se propõe e quais são as principais organizações que incidem politicamente nessas mudanças.

Perfil Entrevistadas/os/es Academia	Temas Roteiro Entrevista
Nome	Conflito Armado
Idade	Narcotráfico
Formação	Grupos <i>campesinos</i> , indígenas e afrocolombianos
Sexo/Gênero	Plantação folha de coca/ produção coca
Raça/Cor/Etnia	Substituição de cultivos Influência da política internacional especialmente da guerra contra as drogas estadunidense
Tema que pesquisa	Movimentos sociais em torno dessa temática
Tempo de Pesquisa	Lideranças políticas/mulheres
Universidade vinculada	Reforma Rural Integral

Perfil Entrevistadas/os/es Movimentos	Temas Roteiro Entrevista
Nome	Guerra (conflito armado) Como o território é atingido pela guerra às drogas
Idade	Narcotráfico (esperar surgir o tema, mesmo que de maneira indireta)
Tem filhos/as/es Com quem vive Pode perguntar “usted se considera víctima del conflicto armado” (mas pode ser que a pessoa comece a contar muitas violências e não sei se isso é bom)	Relação com o território e condições de trabalho.
Formação	Substituição de cultivos voluntários
Onde vive e de onde é	Política Antidrogas - o que pensam?
Sexo/Gênero	Qual a atenção que o Estado deveria dar?
Raça/Cor/Etnia	Como lutam? O que fazem para resistir? Quais movimentos sociais?
Trabalho (pago e não pago)	Qual a incidência política?
Movimento em que atua	Principais trabalhos e pautas do movimento?
Tempo em que atua nesse movimento	Quais são as propostas para alcançar o Acordo de Paz?

Perfil Entrevistadas/os/es Política	Temas Roteiro Entrevista
Nome	Principal trabalho da instituição
Idade	Desafios Acordo de Paz (ponto 4)
Formação	Políticas para grupos <i>campesinos</i> , indígenas e afrocolombianos
Sexo/Gênero	Programas de substituição de cultivo

Raça/Cor/Etnia	Reforma Rural Integral
Instituição vinculada	Conflito armado e narco
Quanto tempo de trabalho na instituição	Lideranças políticas/mulheres
	Mudanças na política de drogas

Banco de preguntas para movimientos y organizaciones sociales

- ¿Quién eres tú?
- ¿Cuántos años tiene?
- ¿Dónde vive y dónde viene?
- ¿Tiene hijos? ¿Cuántos hijos tiene? ¿Cuántos años tienen?
- ¿Cómo ha sido su proceso educativo? ¿Tuvo la posibilidad de terminar la primaria o el bachillerato? ¿Ha hecho algún estudio técnico o profesional luego?
- ¿En qué ha trabajado? ¿A qué se ha dedicado?
 - ¿Cual organización política que hace parte?
- ¿Desde cuándo hace parte de esta organización? ¿quién o qué fue lo que la motivó a formar parte de la organización?
- ¿Esta organización es nacional, regional o internacional?
- ¿Había hecho parte de alguna organización u asociación de mujeres antes?
- ¿Recuerda qué fue lo sintió y pensó cuando asistió por primera vez a reuniones o eventos de la actividad de la organización/asociación?
- ¿Cuáles han sido las mejores experiencias que ha tenido desde su participación en la organización/asociación?
- ¿La organización/asociación ha participado u obtenido algún reconocimiento o incentivo por entidades públicas, privadas o personas en particular en algún momento?
- ¿Cuáles son las principales pautas de la organización?
- ¿Cómo es la relación y la distribución de tareas con las demás integrantes de la organización/asociación?
- ¿Desde su ingreso a la organización/asociación ha evidenciado un incremento o disminución del número de participantes? ¿Por qué? (amenazas?)

- ¿Cuáles son las principales dificultades o crisis actualmente en relación a su activismo como mujer?
- Dado el tiempo que debe destinar para la organización/asociación ¿se ha generado mayor carga en las labores del hogar o se han disminuido o distribuido? ¿Cómo organiza su tiempo?
- ¿Lo que es territorio o la tierra para usted?
- ¿Cómo fue el proceso con el PNIS, cómo fue eso en su territorio? ¿Hubo apoyo de otras entidades o personas?
- Antes de PNIS ¿cómo el Gobierno lidiaba con la coca en su territorio?
- ¿Qué piensa usted de esas medidas de la política antidrogas?
- ¿Qué cree que el Estado debería actuar en relación al tema?
- ¿Qué piensas sobre el acuerdo de paz sobre el tema y cuáles son los retos actuales?
- ¿Su organización actúa en esos temas?
- ¿Cómo se ve y qué quisiera para usted en su futuro y futuro de la institución?

Anexo 2 - Roteiro de Entrevistas Brasil

Perfil

- Me conta um pouco de você. Como gostaria de ser chamada e quem você é?
- Como você se auto identifica em relação à raça-etnia?
- Onde você mora? Qual a sua relação com esse território (espaço)?
- Em que você tem se dedicado? Quais trabalhos têm realizado?
- Existe alguma relação dessas atividades com a pauta relacionada a luta antiproibicionista?

Organização política

- Quais organizações, movimentos sociais e/ou políticos você faz parte?
- O que te levou a fazer parte dessa(s) organizações?
- Como é sua atuação (cargos, funções)?
- Quais as principais pautas ou trabalhos dessas organizações com relação a luta antiproibicionista às drogas?
- Como você vê a participação, o papel ou o lugar das mulheres no mercado ilegal das drogas no Brasil? Quais atividades elas têm exercido nesse mercado e porque têm ingressado nessas atividades?
- Na sua análise, qual o perfil de mulheres brasileiras que mais sofrem com o atravessamento do proibicionismo às drogas? Quem são em sua maioria?
- Que atravessamentos são esses?
- Como você vê que essas mulheres têm enfrentado isso? Quais as estratégias de sobrevivência, lutas e resistências?
- O que é feminismo antiproibicionista para você?
- Quais os desafios de sua militância e de seu ativismo enquanto mulher antiproibicionista?

Político conjuntural

- Como você acha que deveria ser a atuação (ou limites) do Estado nesse tema?
- Quais mudanças necessárias para a vida das mulheres?
- Como as mulheres podem existir e resistir de maneira coletiva frente a esse cenário?
- O que você acha do que Brasil e Colômbia têm de desafios com relação a esse tema?
- Qual seria seu sonho para o futuro em termos de militância?

FINAL

- O que você acha que seria interessante para essa pesquisa? Têm indicações de textos, materiais ou alguma sugestão metodológica?
- Que outras mulheres ou organizações você acha que seria imprescindível para a realização de entrevistas no Brasil ou na Colômbia?

Anexo 3 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Brasil

Eu, Aila Fernanda dos Santos, pesquisadora responsável da pesquisa de doutorado intitulada **Mulheres, proibicionismo e (R)existências: formas de reprodução da vida frente ao mercado ilegal das drogas no Brasil e na Colômbia**, convido-a à participar como voluntária deste estudo que está vinculado ao Programa de Serviço Social da PUC-SP, sob orientação da professora Maria Carmelita Yazbek com co-vinculação com a *Universidad Externado de Colombia* com co-tutoria de Izabel Solyszko Gomes.

Esta pesquisa tem como objetivo principal desvelar as formas de resistência e organização de mulheres frente ao proibicionismo às drogas no Brasil e na Colômbia. Sua participação consistirá na realização de entrevistas que serão gravadas e depois transcritas para análise de dados. O método de análise dessa pesquisa utilizará o materialismo histórico-dialético com aporte teórico e metodológico da Teoria da Reprodução Social (TRS), produção essa, do campo feminista marxista.

Gostaria de informar que, qualquer pesquisa que envolve seres humanos pode conter um risco ou danos. Nesse caso, explicita-se o risco e danos de origem psicológica, emocional e intelectual que podem ser gerados por algum desconforto ao responder as perguntas, cansaço, vergonha, etc. Entretanto, trabalhamos para amenizar todos esses riscos, realizando todas as perguntas de maneira cuidadosa e mantendo o seu anonimato.

Além disso, sua participação é livre e voluntária e você tem o direito de se retirar ou desistir dessa pesquisa a qualquer momento, bem como, solicitar revisão e alteração de suas colocações. Seus dados de identificação serão apenas acessados pela pesquisadora, e em hipótese alguma divulgados. Você não será cobrada ou terá gastos decorrentes da participação. Caso houver algum dano decorrente da pesquisa, haverá indenização nos termos da Lei.

O benefício da pesquisa não será individual, mas coletivo, podendo contribuir para fomentar o debate sobre legalização e descriminalização das drogas na sociedade, bem como, as formas de resistências encontradas por mulheres e com isso, a organização política dos movimento na América Latina.

Ao final, pretendemos dar uma devolutiva da pesquisa a você, bem como organizar eventos para socialização dos resultados encontrados que sejam de interesse do coletivo. Nesse termo já consta também meu telefone com whatsapp e e-mail para que possa tirar

suas dúvidas sobre o projeto e sua participação a qualquer momento.

Eu, _____, portadora do documento nº _____, declaro que após esclarecimento prestado pela pesquisadora, _____, sobre os objetivos da pesquisa, bem como a forma e alternativas de participação, li e compreendi este termo, portanto, concordo em dar meu consentimento em participar de forma voluntária da pesquisa.

Assinatura da participante

Assinatura da pesquisadora

Cel/whatsapp da pesquisadora: 16-98211-7146

E-mail: ailaservsocial@gmail.com

São Paulo, _____ de 2023.

Anexo 4 - Termo de Consentimiento Livre e Esclarecido Colômbia

Yo, Aila Fernanda dos Santos, investigadora responsable de la investigación doctoral **“Mujeres, prohibicionismo y resistencia: formas de lucha y reproducción de la vida frente al mercado ilegal de drogas en Brasil y Colombia”**, la invito a participar como voluntaria de este estudio que está vinculado a la PUC-SP y la Universidad Externado de Colombia, bajo la dirección de la profesora María Carmelita Yazbek.

El objetivo principal de esta investigación es revelar las expresiones de la lucha de clases que se dan a través de procesos integrados de reproducción social de la vida y de organización política como forma de resistencia de las mujeres contra el prohibicionismo de las drogas en Brasil y Colombia, utilizando la Teoría de la Reproducción Social como clave analítica.

Me gustaría informarle que intentaremos no causar ningún daño de origen psicológico, emocional e intelectual que puede generarse por alguna incomodidad al contestar las preguntas. Sin embargo, trabajamos para mitigar todos estos riesgos haciendo todas las preguntas cuidadosamente y manteniendo su anonimato.

Además, su participación es libre y voluntaria y tiene derecho a retirarse de esta investigación en cualquier momento, así como solicitar aclaración o revisión y cambiar sus posiciones. Sus datos de identificación sólo serán accedidos por el investigador, y en ningún caso serán cedidos. No se le cobrará ni incurrirá por su participación.

El beneficio de la investigación no será individual, sino colectivo, y puede contribuir a fomentar el debate sobre la prohibición a las drogas en la sociedad, así como las formas de resistencia que enfrentan las mujeres y, con ello, la organización política de las mismas y movimientos en Colombia y Brasil.

Al final, pretendemos darle una retroalimentación sobre la investigación, así como organizar eventos para compartir los resultados encontrados que sean de interés para el colectivo o para la organización, de acuerdo con los intereses.

Este término también incluye mi número de teléfono con whatsapp y correo electrónico para que puedas hacer tus preguntas sobre el proyecto y tu participación en cualquier momento.

Yo, _____, documento n° _____,

Declaro que previa aclaración proporcionada por la investigadora, Aila Fernanda dos

Santos sobre los objetivos de la investigación, así como la forma y alternativas de participación, he leído y entendido este término, por lo tanto, acepto dar mi consentimiento para participar voluntariamente en la investigación.

Firma del participante

Firma de la investigadora

Teléfono/whatsapp da pesquisadora: 16-98211-7146 Correo: ailaservsocial@gmail.com

Bogota, _____ de _____ de 2022.